



**António
Carvalho
de
Figueiredo**
(1853-1917)

Vida e Obra



Lembrar António Carvalho de Figueiredo no centenário da sua morte

A evocação da memória do médico António Carvalho de Figueiredo, por ocasião do centenário da sua morte, que decorreu entre março de 2017 e abril de 2018, procurou ser um exercício de reconhecimento e reabilitação de uma figura que assumiu uma importância excecional no município, e na vida dos munícipes de Loures, na transição do século XIX para o Século XX.

Que rasto deixou este médico nos documentos escritos, nos arquivos, no Município de Loures, onde nasceu, viveu e morreu? Porquê lembrar a sua existência?

António Carvalho de Figueiredo viveu entre 1853 e 1917, existindo uma distância temporal entre esse tempo histórico e os dias de hoje que, naturalmente, favorece o apagamento da memória coletiva. Esquecer constitui uma ameaça para a memória de todos e um limite ao conhecimento histórico e à capacidade de providenciar uma narrativa que nos leve ao passado e que perdure no futuro.

Como médico, Carvalho de Figueiredo assistiu à propagação de epidemias como tifo, cólera, varíola, malária e tuberculose. Foi ator e testemunha das mudanças na vida pública que a transição do regime monárquico para a República operou no concelho de Loures. Por todas as razões, é importante a recuperação do seu rasto e um dever fazer a sua memória.

No propósito de dar a conhecer novas páginas da história do município de Loures, congratulo-me com a divulgação deste documento de ligação entre o passado e o presente. Fica o convite para uma leitura deste trabalho e um desafio para a perceção do que terá sido o seu pensamento e a sua luta em prol da defesa da saúde pública, da higienização de hábitos e da vacinação.

O Vice-Presidente

Paulo Piteira



Índice

INTRODUÇÃO	7
A PESSOA	15
António Carvalho de Figueiredo e a sua família. Um perfil possível.....	16
Da imprensa local.....	80
A morte de António Carvalho de Figueiredo, em vários cenários.....	88
António Carvalho de Figueiredo e Eugène-Louis Doyen, Lisboa, 1906.....	116
Cronologia	136
NO CENTENÁRIO DA MORTE	143
Evocação da memória do médico António Carvalho de Figueiredo (1853-1917): parceria histórico-cultural entre a Câmara Municipal de Loures e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical.....	144
A minha experiência no Projeto António Carvalho de Figueiredo.....	174
Consulta do viajante... uma conversa que lhe interessa!.....	176
Doenças sexualmente transmissíveis... uma conversa que lhe interessa!.....	180
SIMPÓSIO “MEDICINA, INVESTIGAÇÃO E SOCIEDADE NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX”	185
Os facultativos municipais na assistência dos doentes pobres.....	186
O ensino médico em Lisboa no final do séc. XIX: não estamos atrasados!.....	200
Anopheles Bicurfactus var. Portucaliensis A contribuição de António Carvalho de Figueiredo para a história da entomologia no século XX.....	214
Carvalho de Figueiredo (1853-1917) e a singularidade de uma época.....	240
António Carvalho de Figueiredo, um homem de ciência no quotidiano em Loures Guerra.....	258
A medicina portuguesa nos hospitais britânicos durante a Grande Guerra.....	260
As condições higiénico-sanitárias em Coruche entre o século XIX e o início do século XX.....	274
O facultativo de partido no Portugal Liberal.....	294
GALERIA	315



Introdução

Na evocação do centenário da morte de António Carvalho de Figueiredo, que teve início a 27 de abril de 2017, a Câmara Municipal de Loures (CMLrs) promoveu um conjunto de iniciativas culturais alusivas à Vida e Obra do médico e homem de ciência.

A 12 de março de 2015, foi assinado um Memorando de Entendimento com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) que oficializou a colaboração entre as duas instituições no desenvolvimento de um projeto de estudo em torno da figura do médico. Neste enquadramento se virá a concretizar a participação, a 24 de março de 2017, da CMLrs no Simpósio “Tuberculose: a História e o Património”, organizado pelo IHMT, no Dia Mundial da Tuberculose. Seguindo os mesmos pressupostos, decorrerá o Simpósio “Medicina, investigação e sociedade na transição para o século XX”, no dia 22 de setembro, do mesmo ano, no Palácio dos Marqueses da Praia, em Loures, organizado pela CMLrs com a participação do IHMT.

A 14 de março de 2017 o lançamento de um selo e de um inteiro-postal alusivos ao médico, assinalava a data do seu aniversário e preparava a abertura do programa do centenário.

A cerimónia oficial que congregou a presença dos senhores presidente e vice-presidente, Bernardino Soares e Paulo Piteira, decorreu no dia 22 aquando do descerrar da placa alusiva ao centenário da morte de António Carvalho de Figueiredo, junto ao recém restaurado busto do médico. Cerimónia que foi enriquecida por apontamento teatral que recordou a ligação entre o médico e a sua única filha. Direcionadas para um público-alvo antecipadamente reconhecido como ‘não-conhecedor’ do médico homenageado, o município de Loures inaugurou duas exposições evocativas do médico, da época e do território em que ele viveu e trabalhou, acompanhando e participando no desenvolvimento da medicina como ciência. A 22 de abril de 2017, em Loures, abriu ao público

a exposição biográfica “Cem anos após o desaparecimento ... António Carvalho de Figueiredo (1853-1917): o homem e a obra”, patente no espaço físico que correspondeu, temporariamente, aos Paços do Concelho, ao tempo do médico e que, por ele, terá sido frequentado. Um reencontro simbólico num edifício que faz parte da história de Loures, hoje conhecido como Edifício 4 de Outubro. Em Sacavém, no Museu de Cerâmica de Sacavém, na Sala Eduardo Gageiro, a 6 de maio de 2017 abriu ao público a exposição “Higiene e saúde em Loures, à época de António Carvalho de Figueiredo. Quotidianos públicos e privados entre 1886 e 1938”. Valorizando o legado da loiça de Sacavém que compõe o acervo deste museu, complementado com peças emprestadas para o efeito pelos Hospitais Cívicos de Lisboa, pelo Instituto Ricardo Jorge e por colecionadores particulares, abordaram-se questões de higiene e saúde e o caso particular da Fábrica de Loiças de Sacavém e respetivo Regulamento enquanto aplicação, à época, das normas de higiene e de segurança no trabalho as quais refletiam a normalização de conhecimentos e de práticas no campo do sanitarismo público.

A iniciativa “À conversa com ...” decorreu em três sessões temáticas que permitiram uma aproximação à época de António Carvalho de Figueiredo, através de vivências de personagens médicas suas contemporâneas. Conversas com Célia Pilão, Manuel Mendes Silva e José Luís Dória tiveram, respetivamente, títulos tão elucidativos como “Carolina (Beatriz Ângelo), tenha cuidado, descanse um pouco ...”; “A medicina e a cultura, a propósito de Jorge Marçal da Silva, médico e fotógrafo” e “A cirurgia no início do século XX / No tempo de António Carvalho de Figueiredo (visualização de filmes de Eugène-Louis Doyen)”. Neste último caso, a sessão destinou-se, exclusivamente, a público da área da Saúde, salvaguardando emoções em consequência da crueza das imagens captadas em cirurgias realizadas por Doyen, há mais de 100 anos. A evolução da medicina proporciona hoje, métodos e tratamentos que se diferenciam radicalmente das práticas e conhecimentos existentes na transição do século XIX para o século XX. Porém, hoje como há 100 anos, confrontamo-nos com a existência de epidemias que provocam medos, mortes e desgostos. Doenças que exigem do profissional de saúde e da medicina de hoje, o recurso aos conhecimentos mais atualizados da ciência médica. Assim, considerou-se aproveitar a oportunidade da homenagem ao Dr. Carvalho de Figueiredo para abordar questões intemporais no campo da saúde pública, levando a públicos específicos temas tão pertinentes e atuais como a vacinação e as doenças sexualmente transmissíveis. “Consulta do

Viajante” e “DST” foram objeto da iniciativa “... uma conversa que lhe interessa” junto de população migrante, no primeiro caso, e junto de público escolar, no seguinte. Para interagir com a população mais idosa e institucionalizada, a equipa da iniciativa “Despertares” acolheu o tema do centenário e preparou a teatralização da figura de António Carvalho de Figueiredo, criando situações onde informação e animação permitiram o usufruto de bons momentos e, quem sabe, o acordar de memórias antigas ...

A equipa de animação da Biblioteca Municipal José Saramago, em Loures, preparou a animação “Doutores Escritores” que apresentou na sessão inaugural da exposição “Higiene e Saúde em Loures”, atrás referida, bem como em vários outros momentos ao longo do ano de centenário privilegiando, agora, os centros de saúde do município de Loures, os seus utentes e funcionários. Com a colaboração do Teatro Independente de Loures (TIL) organizou-se a “Caminhada Pelos Lugares de António Carvalho de Figueiredo”, num trajeto entre a Farmácia de Pinheiro de Loures e o Largo 4 de Outubro, em Loures, focando edifícios que estiveram ligados ao quotidiano da vida do médico, o seu busto e o cemitério onde repousa. Cenas dramatizadas evocativas da sua vida e das vivências da população, desenrolaram-se ao longo do percurso. Destaque-se, a título de exemplo, o momento evocativo que teve lugar frente à casa do médico, no Barro, perante participantes da caminhada e da população do lugar.

De referir, ainda, que o facto de na família do médico Carvalho de Figueiredo terem existido farmacêuticos foi pretexto para o Programa do Centenário incluir uma iniciativa destinada a alunos do ensino básico da Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo que os levasse a interagir com as farmácias. Assim, organizou-se um “Peddy Paper pelas Farmácias de Loures”, selecionando aquelas que permitiam um percurso seguro para os participantes. O desafio criado exigia o preenchimento de uma caderneta com respostas, fotografias e carimbos das farmácias e o objetivo do jogo foi, para além da diversão e da competição saudável, criar conhecimento sobre o antigo médico e sobre a então, vila de Loures.

A 18 de maio de 2017 celebrou-se o Dia dos Cientistas, com protagonismo do antigo aluno da Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo, Hugo Soares, então estudante de doutoramento na área das hepatites virais.

Numa feliz conjugação de fatores, foi possível associar o evento à escola cujo patrono é o médico a quem se prestou homenagem. O evento foi acolhido pelos alunos de Biologia do Secundário e respetivos docentes.

O centenário da morte do médico foi evocado com um programa de iniciativas distribuídas pelo território do concelho de Loures, numa atitude simbólica para recordar que António Carvalho de Figueiredo foi subdelegado de saúde do concelho entre 1886 e 1917. Em termos de calendário, a evocação prolongou-se até ao dia 27 de abril de 2018 para concluir o programa lembrando o dia do nascimento de António.

Concluídos os eventos e iniciativas programados, ficou a certeza de se ter envolvido a população municipal aderente em momentos informativos, formativos e lúdicos.

O programa do centenário foi concretizado graças a um amplo leque de pessoas e contributos externos às entidades responsáveis, pelo que a todos expressamos a justa gratidão. Fazemo-lo por ordem alfabética para não ferir suscetibilidades. O nosso grato reconhecimento a: Ana Quininha, responsável pela Biblioteca do Hospital de São José, por nos ter facultado a digitalização de recortes da imprensa sobre o “nosso” médico a partir da obra “Episódios da Vida Médica”; Cinemateca Portuguesa, que tornou possível a visualização dos filmes Doyen; Direção da Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo, por ter permitido levar o programa a alunos e professores; Farmácia do Fanqueiro, Farmácia Nova de Loures, Farmácia Sálvia e Farmácia Saraiva, pela simpatia com que colaboraram na iniciativa; Doutor Hugo Soares, por se ter apresentado ao grupo de trabalho “ACF” com vontade de colaborar no projeto; Luísa Villarinho Pereira, pelas informações, indicações e documentação que nos fez chegar; Teatro Independente de Loures (TIL), pela disponibilização dos seus atores para momentos de recriação em mais do que uma iniciativa. Um reconhecido agradecimento a todos quantos, individualmente, nos foram contando episódios pessoais e histórias de Loures que nos permitiram recuar décadas na vida de Loures e tocar ao de leve na família Carvalho de Figueiredo.

Este livro é o testemunho da investigação levada a cabo pelos elementos do grupo de trabalho que desenvolveram um projeto de investigação sobre António Carvalho de Figueiredo, entre 2014 e 2018. O Programa do Centenário pretendeu festejar o vasto saber que nos foi dado construir sobre um municípe há muito esquecido, apesar de ter

continuado, de certa maneira, sempre presente no quotidiano do município. Queremos acreditar que hoje é mais fácil para um maior número de municípes, explicar quem era a pessoa que dá nome a uma das escolas secundárias da cidade de Loures, que está presente na toponímia dispersa do concelho e que tem um busto junto ao edifício da Câmara Municipal de Loures.

Ainda, este livro constitui-se como veículo de divulgação das atas do Simpósio “Medicina, investigação e sociedade na transição para o séc. XX”, que decorreu, em Loures, no Palácio Marqueses da Praia e Monforte, a 22 de setembro de 2018. Para o efeito, apresentam-se todos os artigos entregues para publicação pelos respetivos autores. Relativamente aos casos em que as comunicantes não entregaram os artigos, optámos por sinalizar a participação com o resumo da respetiva comunicação. Em outra situação em que, por motivos de saúde do próprio, a presença no Simpósio teve que ser cancelada, houve a gentileza de nos enviar o texto para a publicação.

Os artigos decorrentes da investigação interna, de contributos externos no âmbito do Memorando de Entendimento com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, bem como das apresentações feitas ao Simpósio procuraram, naturalmente, desenvolver-se em torno da figura de António Carvalho de Figueiredo e da sua época. Procura-se, com esta nota, justificar e minimizar as inevitáveis repetições de referências para enquadrar os múltiplos temas que este livro leva ao conhecimento público.

Por fim, foi propósito do grupo que desenvolveu o reconhecimento e estudo sobre o médico homenageado, tirar António Carvalho de Figueiredo das profundezas do esquecimento geral onde se encontrava, consolidar argumentos e informação sobre esta interessante personalidade de Loures e, entusiasticamente, contribuir com novos dados para a história local. Partilhamos consigo o conhecimento que construímos.

O Grupo de Trabalho “António Carvalho de Figueiredo”



“Vede-me este moço, que apenas tem vinte e dois anos, e já precoces sulcos da doença lhe enrugam a fronte. A cútis macilenta, onde deviam vicejar as rosas da adolescência, adere aos ossos, desmedulados e cariados, uma tosse violenta lhe retesa os músculos do pescoço, expedindo das glândulas salivares um pus granuloso, pardo, e alcalino. As faculdades intelectuais estão entorpecidas neste mancebo. Estimulando-se com cognac e absinto, esta espécie de cretino, bestificado por uma enfermidade incurável, apenas consegue dizer três tolices acerca de Donizetti, sentado num mocho de botequim, encostando o corpo enervado à banca dos licores incitantes.

Sabeis quem reduziu esse vegetal a tão quebrantado estiolamento?

Foi o charuto!

(...)

Voltai para esse corpo achacadiço e apodrentado o vosso ânimo beneficente, sanchos-panças lerdos, pantalões administrativos!

Chamai a juízo os vampiros que sugaram o soro desse sangue aguado que o faz tolhiço para tudo.

Fazei a autópsia de um charuto como este – prosseguia Francisco Nunes, parando e contemplando as nervuras negras do rolo de folha, que semelhava uma rolha de cortiça queimada – charuto como este, e vereis que há aqui dentro um talo de couve lombarda, uma carocha seca, uma folha de leituga, uma casca de bolota, e três grãoszitos excrementícios de rato ou coelho.

Horrível, e sujamente infernal!

Senhores deputados! Não se mata assim impunemente um povo!

(...)

Os envenenadores congregaram-se em conciliábulo de abutres, e criaram o charuto de vintém, a pitada do meio-grosso, e o cigarro onde cresce o musgo como em parede velha: Cadafalso para os envenenadores!

O conselho de saúde. Bandeado neste tripúdio de canibais, forma o cortejo científico das parcas que nos arrebanham para a região dos suicidas. Morte ao conselho!

Não há tifos, nem cólera, nem febre amarela, senhores deputados! Há charutos, há o meio-grosso, e o cigarro. A epidemia não está nos canos, senhores; está nestes canudos (...)!”

Camilo Castelo Branco, *O que fazem Mulheres*, 2016 (1858)

Edição EXPRESSO, pp. 15-16.



A Pessoa

António Carvalho de Figueiredo e a sua família. Um perfil possível.

Pedro Rocha
Câmara Municipal de Loures
Divisão de Cultura / Unidade de Património e Museologia
pedro_rocha@cm-loures.pt

António Carvalho de Figueiredo (1853-1917) ficou conhecido para a história como um “ilustre médico e prestante cidadão” de Loures¹, que se evidenciou na vida pública pelas suas inúmeras qualidades humanas e morais.

A nível profissional, a escolha pelo mundo ligado à saúde poderá ter sido resultado do ambiente médico-farmacêutico em que sempre viveu e se movimentou. Por outro lado, sendo o único filho varão de um farmacêutico, é natural que a opção lógica fosse seguir uma profissão na linha do seu progenitor. Tenha havido ou não intenção, foi o que acabou por acontecer. Após os estudos médios, realizados em colégios privados, inscreveu-se, frequentou e terminou o curso de Medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Concluiu os estudos e adquiriu conhecimentos que lhe permitiram desenvolver uma carreira médica de sucesso. Podemos afirmar, no caso de António Carvalho de Figueiredo, que profissionalmente mais importante que o início, pouco auspicioso, foi o trajeto que trilhou até ser apanhado ele próprio por uma daquelas doenças malditas que tantas vezes ajudou a debelar nos seus pacientes. Quando morreu em 1917, era, sem dúvida alguma, um médico muito experiente e conceituado entre colegas e doentes.

Como político, e homem ligado ao círculo do poder local, António Carvalho de Figueiredo teve um percurso bastante discreto, perseguindo de perto exemplos existentes na família. Apesar de terem havido momentos em que o seu contributo cívico se fez notar, com razoável projeção local e regional, a verdade é que a sua dedicação exclusiva ao exercício da medicina não permitiu uma ascensão e protagonismo que poderia, eventualmente, ter alcançado.

¹ Minuta da acta da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Loures, de 7 de março de 1918. Arquivo da Câmara Municipal de Loures.

António Carvalho de Figueiredo era uma pessoa bastante reservada, principalmente em relação à sua vida privada. Não se conhecem relatos, declarações ou descrições, que revelem pormenores ou informações mais alargadas sobre a sua dimensão social e familiar. O pouco que existe, não nos permite estabelecer um perfil psicossocial consistente da sua pessoa, nem sequer conjecturar com alguma certeza aspetos da sua intimidade e relacionamentos mais privados. Pelo contrário, quase tudo o que existe remete-nos unicamente para o seu “ser” público e profissional de saúde.



Árvore de costados de António Carvalho de Figueiredo.

Apesar de tudo, é fácil e lógico de assumir que o António Carvalho de Figueiredo público, institucional, foi resultado de um percurso e um produto da sua época, da sociedade onde viveu e interagiu. Foi fruto das influências que recebeu ao longo da vida. O ambiente onde cresceu e, principalmente, a família que o acompanhou sempre, desde a formação do seu carácter até ao seu desenvolvimento como pessoa, foram talvez fatores essenciais e potencialmente enquadramentos de algumas opções tomadas ao longo da vida.

António Carvalho de Figueiredo nasceu no dia 27 de abril de 1853, no lugar do Barro, freguesia de Loures, concelho dos Olivais, sendo o segundo dos três filhos do casamento dos seus pais, António Carvalho de Figueiredo e Amália Magna Farinha, pertencentes à classe média-alta local.

O seu batizado realizou-se uma semana e meia depois, a 8 de maio, na Igreja de Santa Maria de Loures, numa cerimónia pública que revela e antecipa a relevância da família. O seu padrinho de batismo foi o tio materno Henrique César Farinha que, neste ato e segundo os cânones da igreja, se comprometeu a auxiliar os pais na sua educação religiosa e cívica, substituindo-os nas ausências. A madrinha era Nossa Senhora da Conceição que, curioso, corresponde ao orago da paróquia de origem do pai.

O pai e a família paterna

O seu pai, de quem “herdou” o nome, era farmacêutico e ultrapassava já os 60 anos de idade aquando do seu nascimento. Ribatejano, natural da vila de Rio Maior, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, onde nasceu em cerca de 1792, era filho legítimo de João Carvalho da Silva Figueiredo e de Maria Joana Perpétua da Piedade. Deste ramo da família não foi possível obter mais dados, por inexistência de registos paroquiais e porque pouca ou nenhuma interação houve entre o biografado e estes parentes, julga-se que também por causa da distância.

Em 1822, casou com Gertrudes Magna, de 23 anos de idade. Deste casamento, que durou 24 anos, não consta que tivesse tido filhos, sendo certo que na altura da morte da mulher, em junho de 1846, foi declarada a inexistência de filhos vivos e herdeiros da mesma.

Manteve-se viúvo durante três anos, até que, em outubro de 1849, contraiu novo matrimónio, com Amália Magna Farinha, sua afilhada de batismo e que tinha apenas 20 anos de idade. Esta circunstância obrigou à obtenção de dispensa canónica, porque aos olhos da igreja, os padrinhos são encarados como “pais substitutos” dos afilhados e, conseqüentemente, existia a proibição de qualquer relação romântica entre os mesmos.

Este segundo matrimónio deu frutos, nascendo duas meninas e um menino. A primeira menina chamou-se Maria Amália da Conceição Figueiredo e nasceu a 13 de novembro de 1851. O parto não correu bem e tudo indica que a sua sobrevivência esteve em causa. Para além de ter sido batizada em casa, por necessidade, pela parteira, a imposição dos santos óleos na igreja só decorreu quase seis meses depois, em maio de 1852. Os seus padrinhos foram os tios maternos Olímpio dos Reis Farinha e Maria da Conceição.

A segunda menina, a terceira dos filhos na ordem do nascimento, chamava-se Adelaide e nasceu no dia 10 de maio de 1861, oito e nove anos depois dos irmãos, o que poderá fazer supor que já não seria esperada. Curiosamente, os seus padrinhos de batismo foram os próprios irmãos, António e Maria. No registo deste batismo encontramos a primeira assinatura conhecida do nosso António Carvalho de Figueiredo, que no corpo do texto é referido com o apelido suplementar “Junior”, para se distinguir do pai, algo muito usual ao tempo.

Assinatura de António Carvalho de Figueiredo aos 9 anos de idade (1863).
In: Assento de batismo de Adelaide, irmã de António Carvalho de Figueiredo, de 10 de maio de 1863 (Arquivo Distrital de Lisboa, Registos paroquiais, Paróquia de Santa Maria de Loures).

A mãe e a família materna

A mãe de António Carvalho de Figueiredo, também conhecida por Dona Amália Magna de Carvalho (depois de casada), nasceu em Lisboa, na freguesia de São Paulo, no ano de 1829. Foi a sétima dos doze filhos nascidos do casamento dos seus pais, Joaquim José Farinha e Camila Henriqueta do Carmo Pereira e Sousa. O seu irmão mais velho, Joaquim António Farinha, havia nascido em 1818, e a mais nova da família acabou por nascer em 1840.

José Joaquim Farinha era um boticário da velha guarda, que acabou por falecer em abril de 1871, com a propecta idade de 80 anos e já identificado como farmacêutico. Apesar de ter vivido a maior parte da sua vida em Lisboa, estabelecido com farmácia na referida freguesia de São Paulo, ele era oriundo da Beira Baixa e natural da vila da Sertã. De Lisboa era a mulher, Camila Henriqueta (filha de João António Pereira de Sousa e de Maria Evarista), que nasceu e viveu, até casar, na freguesia de Santa Catarina.

Da progenitora, que veio a falecer em 1913, podemos acrescentar o facto de saber assinar, fazendo supor ter alguns estudos, e o papel marcante que teve na sua infância. Manuel José de Carvalho, amigo de António Carvalho de Figueiredo e funcionário público na Repartição da Fazenda de Loures, que lhe dedicou um *In Memoriam* em 1918, referia-se a esta ligação de forma

bastante afetuosa: “Dizia-me elle, quando da morte da mãe, que tanto estremecia: «Foi aqui, a este canto, que ella me ensinou a dar os primeiros passos”².

Influências da família nuclear

Como é natural de presumir e concluir, António Carvalho de Figueiredo foi influenciado na formação do carácter, modo de ser e de estar perante o mundo, pelos membros do seu núcleo familiar mais próximo. Referimo-nos aos seus pais e às irmãs, que com ele viviam e partilhavam o dia-a-dia na vivenda do lugar do Barro.

O pai foi, talvez, o seu principal modelo e aquele que mais o formatou e influenciou, tanto a nível profissional como na questão da participação na vida pública.

Como já ficou referido, o pai foi farmacêutico durante muitos anos, com farmácia aberta no lugar do Pinheiro de Loures. É crível e provável que tenha incutido no filho o gosto pela profissão e pela área da saúde. Não é de descartar a hipótese de que quisesse, muito ao gosto da época, passar a sua posição e a farmácia ao filho, ao seu único filho varão. Circunstâncias várias fizeram com que o nosso António Carvalho de Figueiredo fosse um pouco além, mas ainda assim dentro deste “mundo” ligado à saúde pública. O facto é que, ao longo da vida, nunca viria a abandonar completamente este ambiente farmacêutico: até meados do século XX, principalmente nas zonas rurais, as farmácias foram locais privilegiados pelos médicos para consultarem os seus pacientes.

O serviço em cargos públicos, nomeadamente na administração local ao nível da freguesia, pode também pode ter sido um exemplo transmitido. Durante algum tempo, tal como o seu pai tinha feito por vários anos (ainda que como regedor), António Carvalho de Figueiredo exerceu a função de presidente da Junta de Paróquia de Loures.

Em 1870, com a morte do pai, tornou-se no “homem da casa”, num espaço mormente vivido por mulheres. Este facto, numa altura em que ainda era um adolescente, deverá ter sido fulcral na formação de um adulto, não obstante também já ser estudante na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa onde a sua mente se abriu a outros

² CARVALHO, Manuel José de, “In Memoriam”, in *Imparcial*, ano II, nº 73, de 14 de março de 1918, pp. 1 e 2

conhecimentos e experiências. Apesar do padrinho ter assumido, certamente, um papel mais próximo e pró-ativo na sua educação, a realidade é que em casa, dentro de portas, as vivências eram marcadas pela figura da mãe e das duas irmãs.

Outras influências familiares

Devido à proximidade geográfica e ao reforço dos laços familiares, também promovidos através do apadrinhamento católico em batismos e casamentos, é natural e parece ser relevante a influência da família materna na vida de António Carvalho de Figueiredo. É até pouco provável que os tios maternos não tenham tido algum tipo de influência na sua educação e formação. Os indícios existem e são notórios. Joaquim António Farinha e Henrique César Farinha eram farmacêuticos, estabelecidos nas povoações de Almada e de Loures, respetivamente, e também tinham ligações políticas aos republicanos. O tio Olímpio era padrinho da irmã e vivia em Loures. Eduardo Oxford Pereira Queirós Veloso, casado com a tia Maria da Conceição, era funcionário da Câmara Municipal de Lisboa e politicamente comprometido com os republicanos.

Demonstração desta proximidade ficou evidenciada no processo orfanológico realizado por morte do pai de António Carvalho de Figueiredo, onde os vogais indicados para o Conselho de Família constituído em agosto de 1870, para proceder a inventário e partilha de bens, têm em comum serem cunhados do defunto, a saber: Carlos Augusto Farinha, negociante de trigo, morador na Rua do Moinho do Vento – nº 60, freguesia da Encarnação; Henrique César Farinha, morador na Rua Direita, freguesia de Loures; Olímpio dos Reis Farinha, marceneiro, morador na Rua dos Mastros – nº 34 – 3º andar, freguesia de São Paulo; José dos Prazeres Escrivanis, caixeiro de comércio, morador na Rua do Arsenal – nº 100 – 4º andar, freguesia de São Julião; e Eduardo Oxford Pereira Queiroz Veloso, morador na mesma Rua do Arsenal – nº 100, mas no 3º andar. Mais a 8 de outubro do mesmo ano, na sequência de uma visita realizada a casa da viúva inventariante, para efeitos de avaliação de bens, ficou declarado que o nosso António Carvalho de Figueiredo Junior e sua irmã Dona Maria Amália da Conceição Figueiredo “encontravam-se atualmente em casa de Eduardo Oxforde Pereira Vellozo”³, prova

³ Inventário obrigatório dos bens que ficarão por falecimento de António Carvalho de Figueiredo, e de que foi inventariante sua mulher Amália Magna Farinha de Figueiredo (1870), Arquivo Distrital de Lisboa, Comarca de Lisboa, Processos cíveis, Inventário obrigatório, 3ª vara – 3ª secção – proc. 391/1870, mc. 103, cx 208”

inequívoca da estreita convivência existente entre os vários ramos da família.

Se alargarmos o leque da análise aos primos direitos conhecidos, deparamo-nos com outras ligações ao setor da saúde e da medicina. O caso mais flagrante será o do primo Ernesto Augusto Farinha que, como ele, foi médico, chegando inclusivamente a consultá-lo nessa qualidade e a receitar-lhe tratamento terapêutico em termas.

Em sentido contrário, temos a família paterna. Sabemos que António Carvalho de Figueiredo não chegou sequer a conhecer os avós, por terem falecido antes de ele nascer. Mais, apesar de ter tios paternos, não conhecemos qualquer tipo de encontro ou contacto que possa ter ocorrido com os mesmos. Desta parte da família, a única pessoa que pode ter tido algum ascendente sobre ele é o próprio pai, que seguramente lhe transmitiu valores e ideais das suas origens e estrato social.

A filha e as afilhadas

Em 1881, no dia 2 de maio, residindo em Lisboa, batizou uma filha ilegítima, Ana, na Igreja Paroquial de São José. A menina, que nasceu a 28 de janeiro, não teve mãe declarada, sendo muito provavelmente fruto de uma relação *ilícita*, sem casamento. Não obstante as circunstâncias em que ocorreu o seu nascimento, o facto é que, nessa ocasião, António Carvalho de Figueiredo a reconheceu “como sua filha para todos os efeitos legais”⁴.

Como será simples de entender, o aparecimento da filha na sua vida, numa altura em que já contava 27 anos de idade, não influiu de forma primordial na definição do seu carácter e na educação que está subjacente ao modo como encarou o mundo. No entanto, poderá ter contribuído, de forma decisiva, para o regresso e assentamento definitivo em Loures, onde exerceu a sua atividade profissional como facultativo do círculo médico (1885) e primeiro subdelegado de saúde do concelho criado em 1886.

Dona Ana Amália de Figueiredo (1881-1966) tornou-se na sua herdeira universal, bem como das tias paternas, ambas falecidas solteiras e sem descendência. Nunca casou e alegadas dificuldades financeiras, com a consequente falta de meios de sobrevivência, levou a

⁴ Registo de batismo nº 77, de 2 de maio de 1881, Arquivo Distrital de Lisboa, *Registos paroquiais de São José*.

que se desfizesse de quase todo o património imobiliário herdado, a partir de 1924, incluindo a casa onde residia⁵. O restante património, mormente o ligado à atividade do pai, desapareceu sem deixar rasto, sendo bastante provável que o tenha vendido ou até cedido graciosamente.

Com base na investigação genealógica realizada, verificou-se que António Carvalho de Figueiredo foi padrinho de batismo de pelo menos duas meninas: a primeira, como já ficou referido, era a sua irmã mais nova – Dona Adelaide Magna de Figueiredo; a segunda, chamava-se Isaura, filha do amigo e vizinho António Barbosa, nascida no lugar do Barro, na noite de 28 de outubro de 1889, e batizada em janeiro de 1890.

Devido à diferença de idades, esta segunda afilhada não terá tido qualquer tipo de ascendente formativo sobre o padrinho, sendo de presumir exatamente o contrário – o padrinho influenciar e contribuir para a educação da afilhada. Relativamente à primeira, as circunstâncias são diferentes e poderá, efetivamente, ter havido alguma influência de parte a parte. A proximidade é evidente, já que conviviam diariamente sob o mesmo teto. As responsabilidades de tal estatuto, bastante valorizado na educação cristã em que foi educado, incutida num rapaz tão novo, terá tido as suas repercussões e concorrido para a edificação do seu ser. A irmã, e afilhada, que só faleceu em 1940, acabou por estar omnipresente na sua vida e inserida no seu ambiente familiar até aos derradeiros dias da existência.

A morte e a salvaguarda da memória

Após vários dias de sofrimento e agonia, em que foi seguido pelo Dr. Bettencourt Raposo, no dia 14 de março de 1917, António Carvalho de Figueiredo acabou por falecer vítima de *pneumonia gripal esquerda*. Uma ironia do destino, uma vez que morreu exatamente de uma enfermidade que certamente ajudou a debelar em muitos pacientes. Tinha 63 anos de idade e era uma das referências incontornáveis de Loures. As manifestações de pesar não se fizeram esperar: de todo o concelho chegaram lamentos e sentidas condolências pela sua morte.

O funeral decorreu no dia seguinte e foi muito concorrido, com multidões a apinhar-se por todo o trajeto do féretro

⁵ Segundo o testemunho recolhido junto de descendentes de uma afilhada que teve, em determinado momento Ana Amália de Figueiredo também se terá desfeito de património para ajudar a afilhada e o marido a construir uma casa.

até ao cemitério, tal era a consideração que inspirava nos seus colegas médicos e concidadãos. Ficou sepultado no cemitério municipal de Loures, num talhão adquirido por ele próprio muitos anos antes.



Fotografia da campa de António Carvalho de Figueiredo, no cemitério de Loures. Fotografia: C.M. Loures, 2015.

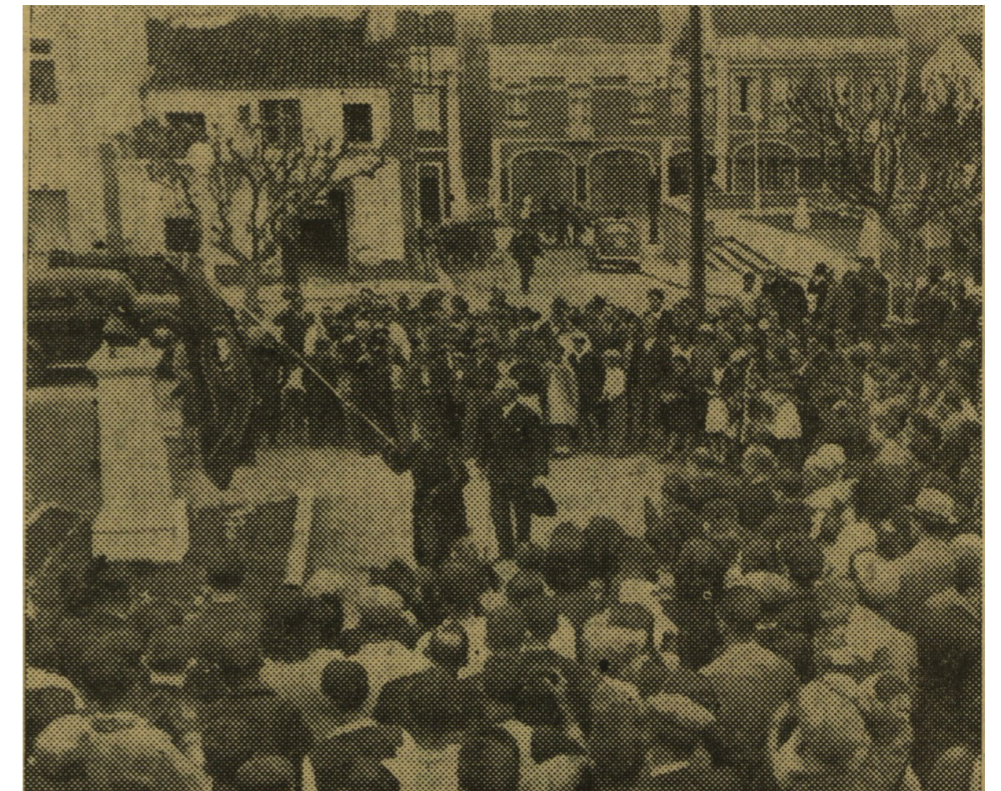
Data do enterramento		Número de		NOME	Filiação	Idade			
Mez	Dia	Horas	Sepultura				Qualidade	Profissão ou emprego	Anos
<i>ano de</i>									
Jan	11	16	53	Miguel António Dias	Miguel António e de Isabelinha 51 Maria Constança				
Jan	14	15	54	Francisco José Alves	Francisco José Alves e de Isabelinha 11 Antónia da Conceição				
	15	11	55	Júlio Moura de Loures	Luís Moura de Loures e de Margarida 17 Antónia Moura de Loures				
	26	16	56	Francisco Domingos Alves	Miguel Domingos Alves e de Margarida 16 e Maria Joazeira				
	9	18	57	Francisco Dias Costa	Miguel Dias e de Margarida 22 Antónia Moura				
Mar	1	12	58	Domingo Alves	Domingo Alves e de Margarida 17 Maria Tereza				
	10	11	59	Joaquim da Conceição	Francisco Alves e de Margarida 22 Maria da Conceição				
	16	1	60	António Carvalho de Figueiredo	António Carvalho de Figueiredo e de Margarida 27 D. Antónia da Conceição				
	11	11	61	António Alves	António Alves e de Margarida 16 e Antónia Maria				
	11	11	62	Joaquim Alves	Miguel Alves e de Margarida 16 Antónia da Conceição				

Registo de óbito de António Carvalho de Figueiredo no Livro de Inumações do Cemitério Paroquial de Loures.

A ausência do homem que durante muito tempo zelou pelo bem-estar da maior parte das famílias do seu círculo médico, sediado na vila de Loures, não impediu o reconhecimento póstumo da sua atividade cívica e profissional.

A sua memória foi evocada em diversas ocasiões, algumas delas com a participação e presença de familiares que, paradoxalmente, o marcaram e ficaram marcados por ele. São alguns os locais do concelho onde esta homenagem se perpetuou no tempo⁶.

Uma delas, talvez a última com a participação da filha, aconteceu no dia 5 de abril de 1942 e consistiu no descerramento de um busto no jardim envolvente aos Paços do Concelho de Loures, em presença de muito povo e bastantes personalidades públicas. Curioso de verificar que, naquela ocasião, o busto foi destapado pela filha, Ana Carvalho de Figueiredo, apesar de ter cabido ao primo Arnaldo Farinha falar em nome da família e o relato da sua biografia haver sido feito pelo amigo António Saraiva, conhecido farmacêutico da vila. Este facto, muito embora possa pontualmente ter sido voluntário, caracteriza o pensamento patriarcal existente na época, onde o homem assumia sempre um papel central no desenrolar dos acontecimentos.



Fotografia do descerramento do busto de António Carvalho de Figueiredo In: Jornal O Século, Ano 62º, nº 21566, de 6 de abril de 1942, p. 1.

⁶ António Carvalho de Figueiredo foi alvo de inúmeras homenagens, algumas das quais deixaram marca perene no território e continuam a fazer parte do dia-a-dia de Loures. Entre estas, destacam-se:

1. A casa onde nasceu, viveu e morreu, na Calçada do Barro, onde foi colocada uma placa evocativa deste facto;
2. A avenida que possui o seu nome, localizada junto aos Paços do Concelho de Loures;
3. A escola secundária da freguesia de Loures que o tem por patrono.

Boticário/farmacêutico (Carta de Aprovação de 7 de novembro de 1816, passada pelo Físico Mor do Reino⁷).

No início do século XIX, migrou para a cidade de Lisboa, onde acabaria por se estabelecer como boticário na freguesia de São Paulo, onde também residiu. Mais tarde seria já apelidado de farmacêutico.

Em 1822, foi testemunha no primeiro casamento de António Carvalho de Figueiredo (pai) “que, mais tarde, em” 1849, se tornaria seu genro ao casar em segundas núpcias com a filha Amália.

Batizado a 26 de outubro de 1790, na Igreja Colegiada de São Pedro da vila da Sertã, sendo-lhe dado o nome “Joaquim”. Foram seus padrinhos Joaquim Cardoso, morador no Casal do Outeiro das Colheres; e Maria Joaquina, mulher de Manuel Farinha da Mata, moradores no Casal da Mouqueira. Nasceu no Casal da Mouqueira.

Casou em 1818, no dia 8 de janeiro, na Igreja Paroquial de Santa Catarina (Lisboa), com Camila Henriqueta do Carmo Pereira e Sousa, de 19 anos, moradora na Rua do Caldeira, freguesia de Santa Catarina (Lisboa). Entre as testemunhas, figurava Gregório António Pereira de Sousa, irmão da noiva.

› A sua mulher, Dona Camila Henriqueta do Carmo Pereira e Sousa, também nomeada Camila Henriqueta do Carmo e após casar Camila Henriqueta do Carmo Farinha (n. Lisboa, 15.07.1798 – m. Lisboa, 16.01.1876), era filha de João António Pereira de Sousa e de Maria Evarista, casados, moradores na Rua do Caldeira, freguesia de Santa Catarina (Lisboa)⁸.

Doméstica.

Batizada a 23 de agosto de 1798, na Igreja Paroquial de Santa Catarina, em Lisboa, pelo Padre Sebastião José da Piedade, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “Camilla”. Foi seu padrinho Berardo José de Carvalho, morador na Bica, mesma freguesia de Santa Catarina. Nasceu no Terreirinho.

Faleceu em 1876, com 77 anos de idade, na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, tendo sido sepultada no Cemitério Ocidental (Prazeres).

⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Mç. 2466.

⁸ João António Pereira de Sousa casou com Maria Evarista a 23 de fevereiro de 1783, na Igreja Paroquial de Santa Engrácia, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de José António de Sousa e de Quitéria Maria Inácia, era natural da freguesia do Lumiar e morador na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa; a noiva, filha legítima de Ricardo Matias Rodrigues e de Antónia Joaquina, era natural e moradora na freguesia de Santa Engrácia, em Lisboa.

Faleceu em 1871, com 80 anos de idade, na sua casa sita na Travessa da Bica Grande, freguesia de São Paulo, em Lisboa, tendo sido sepultado no Cemitério Ocidental de Lisboa (Prazeres).

Viveu casado na cidade de Lisboa, freguesia de São Paulo, e foi pai de 12 filhos.

- › 1º **II** › **Joaquim António Farinha**, que segue;
- › 2º **II** › **Augusto Marcolino Farinha**, que continua no §3º;
- › 3º **II** › **Carlos Augusto Farinha**, que continua no §8º;
- › 4º **II** › **Camila Romana**, que continua no §13º;
- › 5º **II** › **Maria da Conceição Farinha**, que continua no §14º;
- › 6º **II** › **Guilherme**, que continua no §15º;
- › 7º **II** › **Amália Magna Farinha**, que continua no §16º;
- › 8º **II** › **Olimpio dos Reis Farinha**, que continua no §19º;
- › 9º **II** › **Delfino José Farinha**, que continua no §24º;
- › 10º **II** › **Henrique César Farinha**, que continua no §25º;
- › 11º **II** › **Guilhermina Henriqueta do Carmo Farinha**, que continua no §26º;
- › 12º **II** › **Adelaide Amélia Farinha**, que continua no §27º.

--/--

II › **Joaquim António Farinha**

(n. Lisboa, 17.10.1818 – m. Almada, 09.08.1896).
Primeiro filho de Joaquim José Farinha (I, §1º);
tio materno de ACF.

Farmacêutico (aprovado a 22 de novembro de 1845, pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa⁹).

Estabelecido com farmácia própria na vila de Almada, onde acabaria por falecer.

Batizado a 5 de novembro de 1818, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Simão Reis da Cunha, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “Joaquim”. Foi seu padrinho António de Sousa Salgado, morador na freguesia de Santa Justa.
Padrinho de batismo da irmã Maria (em 1824).

Em 1829, com pouco mais de 10 anos, assistiu ao batizado da irmã Amália, tocando na mesma em nome

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Mç. 2466.

da madrinha Gertrudes Magna, primeira mulher de António Carvalho de Figueiredo (pai) que viria a ser seu cunhado.

Casou em 1846, no dia 20 de junho, na Igreja Paroquial de São Paulo (Lisboa), com Maria Amália dos Santos, natural da vila de Alhandra.

› A sua mulher, Dona Maria Amália dos Santos (n. Alhandra, ca. 1818 – m. Almada, 12.01.1889), era filha natural de Joaquim dos Santos e de Delfina Rosa, esta solteira.

Doméstica.

Foi batizada na freguesia de São João Baptista da vila de Alhandra.

Faleceu em 1889, com 71 anos de idade, na freguesia de São Tiago de Almada, tendo sido sepultada no Cemitério de Almada.

Faleceu em 1896, com 77 anos de idade, na freguesia de São Tiago de Almada, e foi sepultado no Cemitério de Almada.

Quando casou morava na vila de Almada, mudando-se então para Lisboa. Mais tarde, retornou à vila de Almada onde viveu casado e viúvo até morrer.

› 1º **III > Maria Augusta dos Santos Farinha**, que segue;
› 2º **III > Delfina Elisa dos Santos Farinha**, que continua no §2º.

--/--

III > Maria Augusta dos Santos Farinha

(n. Lisboa, 22.08.1846 – m. Almada, 22.07.1871). Primeira filha de Joaquim António Farinha (II, §1º); prima direita paterna de ACF.

Dona. Doméstica.

Nasceu cerca de dois meses após o casamento dos pais. Batizada a 3 de outubro de 1846, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre José Lino de Oliveira, vigário, sendo-lhe dado o nome "Maria". Foram seus padrinhos José de Almeida, representado na cerimónia pelo filho José Francisco de Assis Almeida, ambos da vila de Setúbal; e Maria Gertrudes, representada na cerimónia por Carlos Augusto dos Santos, ambos da freguesia da Conceição Nova (Lisboa).

Faleceu em 1871, com 24 anos de idade, na freguesia de São Tiago da vila de Almada, tendo sido sepultada no Cemitério de Almada. Era solteira e não tinha descendentes.

SEM DESCENDÊNCIA

§2º

III > Delfina Elisa dos Santos Farinha

Também nomeada após casar por Delfina Elisa dos Santos Farinha de Sant'Ana Castelo Branco (n. Almada, 02.01.1848 – m. Lisboa, 09.03.1918). Primeira filha de Joaquim António Farinha (II, §1º); prima direita paterna de ACF.

Doméstica.

Batizada a 19 de março de 1848, na Igreja Paroquial de São Tiago de Almada, pelo Padre Valentim de Seabra, prior, sendo-lhe dado o nome "Delfina". Foram seus padrinhos Manuel Luís Gomes Freire, casado, morador na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa; e Júlia Emília dos Santos, representada na cerimónia por José Francisco de Assis Almeida.

Casou em 1882, no dia 2 de janeiro, com Ernesto de Sant'Ana da Cunha Castelo Branco Júnior, de 30 anos, morador na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa. Foram testemunhas os pais dos noivos.

› O seu marido, Ernesto de Sant'Ana da Cunha Castelo Branco Júnior (n. Lisboa, 14.02.1851 – m. Almada, 19.02.1903), era filho legítimo de Ernesto de Sant'Ana da Cunha Castelo Branco e de Dona Antónia Cirila de Sant'Ana da Cunha Castelo Branco, ele farmacêutico e ela doméstica, casados, moradores na cidade de Lisboa¹⁰.

Farmacêutico (pelo menos desde 1882).

Batizado a 6 de março de 1851, na Igreja Paroquial de Santos-o-Velho, em Lisboa, pelo Padre João dos Santos da Mata, sendo-lhe dado o nome "Ernesto".

Foram seus padrinhos António José Sampaio, solteiro, morador na Rua de Caetano Palha, freguesia de Santa

¹⁰ Ernesto de Sant'Ana da Cunha Castelo Branco casou com Antónia Cirila em 1849, a 25 de abril, na Igreja Paroquial de Santa Justa, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de Manuel de Sant'Ana da Cunha Castelo Branco e de Rita Quitéria da Conceição, era natural e morador na freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa; a noiva, filha legítima de Joaquim José de Sant'Ana e de Antónia Paula de Sousa, era natural da freguesia das Mercês e moradora na mesma freguesia de Santa Justa.

Catarina (Lisboa); e Leonilde Balbina de Morais, solteira, moradora na Rua do Mercatudo, da mesma freguesia de Santos. Nasceu na Rua do Mercatudo.

Faleceu em 1903, com 52 anos de idade, na Calçada da Pedreira, freguesia de São Tiago, vila e concelho de Almada, tendo sido sepultado no Cemitério Público de Almada (em jazigo de família). Era casado e tinha três filhos menores.

Faleceu em 1918, com 70 anos de idade, na Rua Saraiva de Carvalho, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, vítima de "pneumonia dupla", tendo sido sepultada no Cemitério Público de Almada. Era viúva e tinha vários filhos maiores de idade.

Viveu casada na vila de Almada, freguesia de São Tiago.

> 1º **IV** > **Virgínia Elisa de Sant'Ana**

(n. Almada, 29.10.1882 – m. d. 1889). Prima materna em segundo grau de ACF.

Batizada a 2 de janeiro de 1883, na Igreja Paroquial de São Tiago de Almada, pelo Padre José Marques de Oliveira, prior, sendo-lhe dado o nome "Virgínia". Foram seus padrinhos Francisco Maria Belo de Morais, empregado público, morador na freguesia de Santos (Lisboa); e Dona Elisa Ernestina de Sant'Ana, solteira, moradora na freguesia de Santos (Lisboa).

Madrinha de batismo do irmão Gustavo (em 1889).

s.m.d.

> 2º **IV** > **Carlos**

(n. Almada, 03.09.1884). Primo materno em segundo grau de ACF.

Batizado a 2 de janeiro de 1885, na Igreja Paroquial de São Tiago de Almada, pelo Padre António Joaquim Pais de Almeida, coadjutor, sendo-lhe dado o nome "Carlos". Foram seus padrinhos Fortunato Maria Gomes Ferreira, solteiro, empregado público, morador na freguesia de Santa Isabel (Lisboa); e Dona Leonilda Balbina de Morais, casada, moradora na freguesia de Santos (Lisboa).

s.m.d.

> 3º **IV** > **Mário**

(n. Almada, 25.12.1886 – m. Almada, 14.06.1887). Primo materno em segundo grau de ACF.

Batizado a 14 de fevereiro de 1887, na Igreja Paroquial de São Tiago de Almada, pelo Padre José Marques de Oliveira, prior, sendo-lhe dado o nome "Mário". Foram seus padrinhos José Maria de Lima, casado, negociante, representado na cerimónia por Raul de Sant'Ana da Cunha Castelo Branco, ambos moradores na freguesia de Santos (Lisboa); e Maria Ângela Catalina Mendes, solteira, moradora na mesma freguesia de Santos (Lisboa).

Faleceu em 1887, com 5 meses de vida, na Praça de Santos, freguesia de São Tiago de Almada, tendo sido sepultado no Cemitério de Almada (em jazigo).

SEM DESCENDÊNCIA

> 4º **IV** > **Gustavo**

(n. Almada, 18.08.1888). Primo materno em segundo grau de ACF.

Batizado a 2 de janeiro de 1889, na Igreja Paroquial de São Tiago de Almada, pelo Padre António Joaquim Pais de Almeida, coadjutor, sendo-lhe dado o nome "Gustavo".

Foram seus padrinhos Manuel Caetano Rodrigues, solteiro, empregado no comércio, morador na freguesia de Santa Catarina (Lisboa); e a irmã Virgínia Elisa de Sant'Ana.

s.m.d.

§3º

II > **Augusto Marcolino Farinha**

(n. Lisboa, 29.08.1820 – m. Lisboa, 04.10.1860). Segundo filho de Joaquim José Farinha (I, §1º); tio materno de ACF.

Negociante.

Batizado a 26 de setembro de 1820, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Simão Reis da Cunha, vigário, sendo-lhe dado o nome "Augusto".

Foram seus padrinhos Luís de Paiva Raposo e Dona Inácia Jacinta Rosa, esta representada na cerimónia pelo filho António de Sousa Salgado, todos moradores na freguesia de Santa Justa.

Foi padrinho de batismo do sobrinho paterno Ernesto Augusto Farinha (em 1862), filho do irmão Carlos Augusto Farinha.

Testemunha no casamento da irmã Maria da Conceição (em 1859).

Casou em 1859, no dia 26 de fevereiro, na Igreja Paroquial de São Nicolau (Lisboa), com Júlia Maria da Assunção Reis, de 14 anos, da mesma freguesia de São Nicolau.

› A sua mulher, Dona Júlia Maria da Assunção Reis, também nomeada após casar por Júlia Maria da Assunção Reis Farinha (n. Lisboa, 15.08.1844 – m. Lisboa, 28.02.1918), era filha legítima de Francisco José dos Reis e de Dona Guilhermina Maria da Luz Reis, casados, moradores na freguesia de São Nicolau, em Lisboa¹¹.

Batizada a 6 de outubro de 1844, na Igreja Paroquial de São Nicolau, em Lisboa, pelo Padre Francisco do Rosário e Melo, prior, sendo-lhe dado o nome “Julia Maria da Assumpção”. Foram padrinhos o primo Francisco Gonçalves Chaves, e Nossa Senhora.

Faleceu em 1918, com 73 anos de idade, na sua casa sita na Rua Nova de Santo António, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, vítima de “hemorragia cerebral”, tendo sido sepultada no Segundo Cemitério de Lisboa (Prazeres).

Faleceu repentinamente em 1860, com 40 anos de idade, na sua casa sita na Rua Bela da Rainha, freguesia de Santa Justa e Rufina, em Lisboa, tendo sido sepultado no dia 5 de outubro no Cemitério do Alto de São João.

Viveu casado na cidade de Lisboa, freguesia de Santa Justa e Rufina, e foi pai de uma única filha.

› 1º **III** › **Elisa Augusta dos Reis Farinha**, que segue.

--/--

III › **Elisa Augusta dos Reis Farinha**

Também nomeada depois de casada Elisa dos Reis Farinha Croner (n. Lisboa, 17.09.1860 – m. Lisboa, 03.01.1910). Única filha de Augusto Marcolino Farinha (II, §3º); prima direita paterna de ACF.

Doméstica.

Madrinha de batismo do neto materno Jacinto (em 1909), filho primogénito da filha Laura.

¹¹ Francisco José dos Reis casou com Guilhermina Maria da Luz em 1839, a 5 de outubro, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição Nova, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de Joaquim José dos Reis e de Joaquina Rosa, era natural da freguesia de São Julião e morador na Rua Áurea, da mesma freguesia da Conceição Nova; a noiva, filha legítima de Francisco José Gomes e de Balbina Rosa da Purificação, natural da freguesia da Sé e moradora também na Rua Áurea, freguesia da Conceição Nova.

Batizada a 4 de outubro de 1860, na Igreja Paroquial de Santa Justa e Rufina, em Lisboa, pelo Padre Manuel José Mendes, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “Eliza”. Foram seus padrinhos Francisco José dos Reis, ourives de ouro, viúvo, da freguesia da Conceição Nova (Lisboa); e Nossa Senhora da Conceição (tocando com a prenda Carlos Augusto Farinha, tio paterno da batizada).

Casou em 1882, no dia 19 de outubro, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda (Lisboa), com Jaime Ernesto Croner, de 24 anos, morador no quartel da freguesia da Encarnação (Lisboa).

› O seu marido, Jaime Ernesto Croner (n. Lisboa, 03.08.1858 – m. Lisboa, 02.06.1910), era filho legítimo de António José Croner e de Dona Emília da Conceição Freitas Croner, ele professor de música e ela doméstica, casados, moradores na cidade de Lisboa¹².

Militar. Foi alferes do Regimento de Infantaria Nº 1 (Lisboa) e, depois, tenente coronel do Regimento de Infantaria Nº 16 (Lisboa).

Batizado a 11 de setembro de 1858, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre António José Afonso, prior, sendo-lhe dado o nome “Jaime”. Foram seus padrinhos Alexandre Joaquim Sequeira Lopes Júnior e Dona Emília Gomes.

Faleceu em 1910, com 51 anos de idade, na sua casa sita na Rua da Imprensa Nacional, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, tendo sido sepultado no Cemitério Ocidental de Lisboa (Prazeres). Era casado e tinha três filhos maiores.

Faleceu em 1910, com 49 anos de idade, na sua casa sita na Rua da Imprensa Nacional, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, tendo sido sepultada no Cemitério Ocidental de Lisboa (Prazeres). Era casada e tinha três filhos maiores.

Viveu casada na cidade de Lisboa e teve vários filhos.

› 1º **IV** › **Emília Hermengarda Croner**, que segue;
› 2º **IV** › **Jorge Vitor Croner**, que continua no §5º;
› 3º **IV** › **Laura Alice Croner**, que continua no §6º.

¹² António José Croner casou com Dona Emília da Conceição Freitas em 1859, a 13 de novembro, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de José Croner e de Dona Ana da Piedade Croner, era natural da freguesia de São Luís Rei de França e morador na mesma freguesia da Encarnação; a noiva, filha legítima de Francisco Caetano de Freitas e de Dona Maria Amália de Freitas, era natural da freguesia de São Lourenço e moradora na mesma freguesia da Encarnação.

IV > Emília Hermengarda Croner

Também nomeada Emília Croner ou após casar Emília Croner Celestino da Costa e Emília Hermengarda Croner Celestino da Costa (n. Lisboa, 16.10.1883 – m. Lisboa, 14.12.1946). Primeira filha de Elisa Augusta dos Reis Farinha (III, §3º); prima materna em segundo grau de ACF.

Dona. Doméstica.

Batizada a 18 de novembro de 1883, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa, pelo Padre António Augusto Soares de Morais, prior, sendo-lhe dado o nome “Emília”. Foram seus padrinhos o tio paterno António José Croner Júnior, solteiro, morador na Travessa Noronha, em Lisboa; e Nossa Senhora (tocando com a sua joia Francisco José dos Reis, bisavô da batizada, morador na Rua da Prata).

Madrinha de batismo da irmã Laura (em 1887).

Casou em 1911, no dia 12 de outubro, na Rua Nova de Santo António, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, com Augusto Pires Celestino da Costa, de 27 anos, domiciliado no mesmo local.

> O seu marido, Augusto Pires Celestino da Costa (n. Lisboa, 16.04.1884 – m. Lisboa, 27.03.1956)¹³, era filho legítimo de Pedro Celestino da Costa e de Dona Luísa Amélia Pires Costa, casados, da cidade de Lisboa¹⁴.

Médico formado em 1905, pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, e cientista.

Distinguiu-se como histologista e embriologista, sendo cofundador do Instituto de Histologia e Embriologia, na Faculdade de Medicina de Lisboa, onde foi docente e investigador.

Deixou uma extensa bibliografia, sendo conhecido como o “Pai da Embriologia na Península Ibérica”.

Doutor Honoris Causa pela Faculdade de Medicina

de Montpellier, e Comendador da Legião de Honra de França.

Em 1956, foi o grande promotor da 43ª Reunião da Association des Anatomistes, realizada em Lisboa entre 26 e 29 de março, no decurso da qual faleceu¹⁵.

Cofundador da Sociedade Portuguesa das Ciências Naturais (em 1907) e da Liga da Educação Nacional (em 1908).

Associado da Sociedade de Estudos Pedagógicos (a partir de 1918); e membro da Association des Anatomistes

Cargos que desempenhou:

- Professor na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, depois Faculdade de Medicina de Lisboa (1911-1947);
- Diretor técnico do Aquário Vasco da Gama (1913-1921);
- Vogal, vice-presidente e presidente da Junta de Educação Nacional (1934-1936);
- 1º Presidente do Instituto para a Alta Cultura (1936-1942).

Batizado a 10 de maio de 1884, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Lapa, em Lisboa, pelo Padre António Ribeiro de Melo, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “Celestino”. Foram padrinhos Augusto Fernando Berneaud, negociante (representado na cerimónia por Paulo Berneaud, empregado público), e respetiva filha Dona Maria Emília Teixeira Berneaud, ambos moradores na Rua dos Navegantes.

Faleceu em 1956, com 71 anos de idade, na sua casa sita na Rua Nova de Santo António, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, vítima de “oclusão coronária”, tendo sido sepultado no Segundo Cemitério de Lisboa (em jazigo de família).

Faleceu em 1946, com 63 anos de idade, na sua casa sita na Rua Nova de Santo António, freguesia de São Mamede, em Lisboa, vítima de “hemorragia cerebral”, tendo sido sepultada no Segundo Cemitério de Lisboa (em jazigo de família).

Viveu casada na cidade de Lisboa e teve 4 filhos.

¹³ Cfr. https://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Celestino_da_Costa.

¹⁴ Pedro Celestino da Costa casou com Dona Luísa Amélia Pires em 1879, a 10 de maio, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Lapa, em Lisboa. O noivo, filho de pais incógnitos, foi batizado na Igreja Paroquial de São Pedro da vila de Torres Novas e era morador na freguesia de Santa Isabel, em Lisboa; a noiva, filha legítima natural de Dona Maria José Pires e de pai incógnito, era natural da freguesia da Encarnação e moradora na Calçada da Estrela, mesma freguesia da Lapa.

¹⁵ A propósito desta morte, ocorrida num momento tão inusitado, veja-se a notícia no *Diário de Lisboa* nº 11964, de 27.03.1956, pp. 1 e 6.

> 1º **V > Pedro Croner Celestino da Costa**, que segue;

> 2º **V > Jaime Augusto Croner Celestino da Costa**, que continua no §4º;

> 3º **V > Elisa Croner Celestino da Costa**

Também nomeada Elisa Celestino da Costa e após casar Elisa Celestino da Costa Walfon (n. Lisboa, ca. 1918 – m. d. 03.1956). Prima materna em terceiro grau de ACF.

Casou e deixou geração.

s.m.d.

> 4º **V > Augusto Croner Celestino da Costa**

Também nomeado Augusto Celestino da Costa (n. Santa Isabel / Lisboa, 31.05.1918 – m. d. 03.1956). Primo materno em terceiro grau de ACF.

Casou e deixou geração.

s.m.d.

--/--

V > Pedro Croner Celestino da Costa

(n. Lisboa, 13.10.1913 – m. 20.02.2007)¹⁶. Primeiro filho de Emília Hermengarda Croner (IV, §3º); primo materno em terceiro grau de ACF.

Engenheiro civil e sanitarista.

Especialista em engenharia sanitária pela Ordem dos Engenheiros.

Autor de cerca de 70 publicações em revistas nacionais e internacionais, em que se destacam: *Um processo expedito de verificação e estabelecimento de redes de colectores de esgoto* (1942), *Determinação dos caudais pluviais urbanos: generalização do método racional* (IST, Lisboa, 1956), *Problemas de análise estrutural de colectores pluviais* (com Barreiros Duarte, LNEC, Lisboa, 1983) e *Tecnologias apropriadas em obras de saneamento básico* (1990).

Fundador da empresa DRENA – Estudos e Projectos de Saneamento, Lda. (em 1973).

Membro honorário da APESB; e membro emérito da Academia de Engenharia.

Membro da *International Association on Water Quality*, da *Water Environment Federation*, da *American association for the Advancement of Science*, e da *American Society of Civil Engineers* (fellow e life-member).

Cargos desempenhadas:

- Presidente da subcomissão para o Regulamento Geral de Águas e Águas Residuais do Conselho Superior de Obras Públicas (1990-1997).

- Sócio fundador da Associação Portuguesa de Estudos de Saneamento Básico.

Nasceu em 1913, na Rua Nova de Santo António, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa. Foram testemunhas do registo Jorge Croner e Alexandre de Sousa Moniz de Bettencourt, o primeiro declarando querer ser padrinho.

Casou primeira vez em 1981, no dia 31 de dezembro, na 3ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, com Maria da Conceição Duarte Croner Celestino da Costa (m. Lisboa, 07.01.1987).

Casou segunda vez em 1988, no dia 28 de junho, na 3ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, com Maria Emília Helena Ricon Teixeira Botelho de Moura Borges Celestino da Costa (m. Lisboa, 03.10.1989).

Faleceu em 2007, com 93 anos de idade, na freguesia de São Mamede, em Lisboa.

Viveu sempre na cidade de Lisboa.

s.m.d.

§4º

V > Jaime Augusto Croner Celestino da Costa

Também nomeado Jaime Celestino da Costa (n. Lisboa, 16.09.1915 – m. Lisboa, 02.02.2010)¹⁷. Segundo filho de Emília Hermengarda Croner (IV, §3º); primo materno em terceiro grau de ACF.

Médico cirurgião.

Licenciado (1938) e doutorado (1948) pela Faculdade de Medicina de Lisboa.

¹⁶ Cfr. https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Celestino_da_Costa.

¹⁷ Cfr. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jaime_Celestino_da_Costa.

Figura marcante da medicina do século XX, que se distinguiu como cirurgião e foi um dos pioneiros da cirurgia cárdio-torácica em Portugal.

Cargos que desempenhou:

- Professor na Faculdade de Medicina de Lisboa (1941-1985);
- Chefe e depois diretor de serviço no Hospital de Santa Maria, em Lisboa (1958-).

Homenagens:

- Nome de um anfiteatro da área cirúrgica da Faculdade de Medicina de Lisboa (atribuído em 27 de julho de 2005).
- Medalha de Honra da Faculdade de Medicina de Lisboa (atribuída em novembro de 2005, por decisão unânime dos Conselhos Diretiva e Científico).

Nasceu em 1915, na Rua Nova de Santo António, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa. Foram testemunhas do registo Alexandre de Sousa Moniz de Bettencourt, professor do Conservatório; e Júlia Reis Farinha.

Casou em 1942, no dia 12 de fevereiro, na Capela de Nossa Senhora da Piedade, paróquia de São Martinho da vila de Sintra, concelho de Sintra, com Maria Antónia Pereira Beija, de 23 anos, domiciliada na Avenida 5 de Outubro, vila e concelho de Viana do Alentejo.

› A sua mulher, Maria Antónia Pereira Beija (n. Alcáçovas, ca. 1919 - m. Lisboa, 30.12.2003), era filha de Adolfo Carlos Beija e de Maria Bárbara Pereira de Sousa Beija, casados, moradores em Viana do Alentejo.

Doméstica.

Nasceu e foi batizada na freguesia de Alcáçovas, concelho de Viana do Alentejo.

Faleceu em 2010, com 94 anos de idade, na freguesia de São Mamede, em Lisboa.

Viveu casado na cidade de Lisboa.

s.m.d.

IV › Jorge Vitor Croner

Também nomeado Jorge Croner (n. Lisboa, 12.04.1885 – m. Lisboa, 01.05.1934). Segundo filho de Elisa Augusta dos Reis Farinha (III, §3º); primo materno em segundo grau de ACF.

Empregado público; amanuense da Companhia dos Caminhos de Ferro.

Batizado a 21 de maio de 1885, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Belém, em Lisboa, pelo Padre Henrique de Paiva Nunes Leal, prior. Foram seus padrinhos Manuel António da Purificação Ferreira, solteiro, capitão do Regimento de Infantaria Nº 1, morador na freguesia de Alcântara; e Dona Delmira Kuchanbeck Monteiro, representada na cerimónia pelo marido José Augusto da Costa Monteiro (capitão do Regimento de Infantaria Nº 1), moradores na Calçada do Galvão.

Padrinho de batismo do sobrinho materno Jorge (em 1910), filho da irmã Laura Alice Croner.

Representante do pai como testemunha no casamento da irmã Laura Alice Croner (em 1908).

Casou em 1911, no dia 12 de outubro, na Rua Nova de Santo António, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, com Maria José Pires Celestino da Costa, de 25 anos, domiciliada na mesma morada.

› A sua mulher, Maria José Pires Celestino da Costa (n. Lisboa, 16.12.1885 – m. Lisboa, 01.10.1983), era filha legítima de Pedro Celestino da Costa e de Dona Maria Luísa Amélia Pires Costa, ele capitão de Infantaria da Guarda Municipal de Lisboa, casados, da cidade de Lisboa¹⁸.

Batizada a 3 de abril de 1886, na Igreja Paroquial de São Pedro de Alcântara, em Lisboa, pelo Padre José António Rebelo, coadjutor, sendo-lhe dado o nome "Maria". Foram seus padrinhos José Maria Smith Barruncho, solteiro, major do Regimento de Infantaria Nº 16, morador na freguesia das Mercês; e Nossa Senhora (tocando com a prenda Dona Maria Francisca de Abreu e Sousa, solteira, moradora na freguesia da Lapa). Nasceu no Quartel da 6ª Companhia da Guarda Municipal de Lisboa.

¹⁸ Pedro Celestino da Costa e sua mulher Dona Luísa Amélia Pires Costa foram igualmente pais de Augusto Pires Celestino da Costa, que casou com Emília Hermengarda Croner (IV, §3º). Ver nota associada a este casal.

Faleceu em 1983, com 97 anos de idade, na sua casa sita na Rua São Filipe Nery, freguesia de São Mamede, em Lisboa, vítima de “corpulmonale cronica descompensada hemopneumopatia cronica com pleurite esquerda”, tendo sido sepultada no Cemitério dos Prazeres.

Faleceu em 1934, com 49 anos de idade, na sua casa sita na Rua Nova de Santo António, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, vítima de “esclerose e tuberculose renal”, tendo sido sepultado no Segundo Cemitério de Lisboa (em jazigo de família). Era casado e tinha filhos menores.

Viveu casado na cidade de Lisboa.

> 1º **V > Jaime Pedro Celestino da Costa Croner**

(n. Lisboa, 1912 – m. 1983). Primo paterno em terceiro grau de ACF.

Casou e deixou geração.

s.m.d.

> 2º **V > Jorge Celestino da Costa Croner**

(n. Lisboa, 1922 – m. 1996). Primo paterno em terceiro grau de ACF.

Casou e deixou geração.

s.m.d.

§6º

IV > Laura Alice Croner

Também nomeada após casar Laura Alice Croner Vasconcelos Moniz Bettencourt (n. Lisboa, 21.07.1887 – m. Lisboa, 05.06.1962). Terceira filha de Elisa Augusta dos Reis Farinha (III, §3º); prima materna em segundo grau de ACF.

Dona. Doméstica.

Ligada ao mundo musical, distinguiu-se como violinista e foi uma pianista de talento.

Batizada a 30 de agosto de 1887, na Igreja de Santa Maria de Belém, em Lisboa, pelo Padre Henrique de Paiva Nunes Leal, prior, sendo-lhe dado o nome “Laura”. Foram seus padrinhos António José Croner, casado, morador na Rua de São Bento, freguesia de Santa Isabel; e a irmã Dona Emília Croner.

Casou em 1908, no dia 29 de fevereiro, na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, com Alexandre de Sousa Moniz Bettencourt, de 40 anos, morador na cidade de Lisboa. Foram testemunhas Guilhermino Álvares da Costa Carvalhal e Jaime Ernesto Croner, pai da noiva (representado na cerimónia pelo filho Jorge Victor Croner, irmão da noiva).

> O seu marido, Alexandre de Sousa Moniz Bettencourt (n. Lisboa, 23.02.1868 – m. Lisboa, 18.11.1945)¹⁹, era filho legítimo de Jacinto Augusto de Sant’Ana Vasconcelos Moura Bettencourt e de Dona Maria da Graça de Sousa Pereira Coutinho, ele 2º Visconde de Nogueiras e Deputado da Nação, casados, moradores na cidade de Lisboa²⁰.

Músico, que se distinguiu como violinista.

Discípulo do mestre francês Léonard, foi professor e dirigiu a melhor aula de violino do Conservatório de Lisboa.

Também foi um ótimo pianista, a solo e como colaborador, mas acabou por abandonar a carreira de solista em 1943, por motivos de saúde.

A sua obra cobre praticamente todos os géneros de música de câmara e sinfónica, excetuada a ópera.

Cargos que desempenhou:

- Professor interino e efetivo no Conservatório Nacional de Lisboa (1938-1945).

Batizado a 10 de março de 1868, na Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, pelo Padre Gregório José Lopes, prior encomendado. Foram padrinhos os avós paternos, Viscondes das Nogueiras, ele representado na cerimónia por Augusto Pinto de Moraes Sarmiento (capitão do Regimento de Lanceiros da Rainha, morador na Rua do Livramento, freguesia

¹⁹ Cfr. <https://www.meloteca.com/portfolio-item/jorge-croner-de-vasconcelos/>

²⁰ Jacinto Augusto de Sant’Ana e Vasconcelos casou com Dona Maria da Graça de Sousa Pereira Coutinho Drago Guedes de Carvalho da Cunha Castro Leite em 1857, a 12 de agosto, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa. O noivo, filho legítimo do Comendador Jacinto de Sant’Ana Vasconcelos e de Dona Matilde de Sant’Ana, era natural da freguesia de Santa Luzia da cidade do Funchal (Ilha da Madeira) e morador na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa; a noiva, filha legítima de António de Sousa Pereira Coutinho e de Dona Maria da Conceição Tenório Pereira de Lacerda, era natural da freguesia de São Martinho da vila de Sintra e moradora na mesma freguesia da Encarnação (Lisboa). O referido Comendador Jacinto de Sant’Ana Vasconcelos era político e foi agraciado com o título de Visconde de Nogueiras, criado através do decreto régio de 16 de janeiro de 1867 (Dom Luís I); sua mulher, de seu nome completo Matilde Isabel de Sant’Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, foi poetisa e ficou conhecida por “Viscondessa das Nogueiras” (cfr. https://pt.wikipedia.org/wiki/Matilde_Isabel_de_Santana_e_Vasconcelos_Moniz_de_Betencourt).

de São Pedro de Alcântara) e ela representada na cerimónia por Alexandre António de Sousa Pereira Coutinho (solteiro, proprietário, morador na freguesia de São Tiago e Santa Marinha, Lisboa).

Faleceu em 1945, com 77 anos de idade, na Rua dos Prazeres, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, vítima de "infarto de miocárdio", tendo sido sepultado no Segundo Cemitério de Lisboa (em jazigo de família).

Faleceu em 1962, com 74 anos de idade, na Avenida 5 de Outubro, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, vítima de "trombose cerebral", tendo sido sepultada no Segundo Cemitério de Lisboa (em jazigo).

Viveu casada na cidade de Lisboa.

> 1º **V > Jacinto Croner de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt**, que segue;

> 2º **V > Jorge Croner de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt**, que continua no §7º.

--/--

V > Jacinto Croner de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt

Também nomeado Jacinto Moniz de Bettencourt (n. Santa Isabel / Lisboa, 13.12.1908 – m. Pena / Lisboa, 26.04.2005)²¹. Primeiro filho de Laura Alice Croner (IV, §6º); primo materno em terceiro grau de ACF.



Jacinto Moniz Bettencourt.
In: <http://memoria.ul.pt/index.php/Ficheiro:Bettencourt-J-Moniz.jpeg>

3º Visconde de Nogueiras.
Médico cardiologista.

Licenciado (em 1932) e doutorado (em 1939) pela Faculdade de Medicina de Lisboa, especializou-se em cardiologia e foi o fundador da 1ª Consulta de Cardiologia e também do 1º Serviço de Cardiologia em Portugal.

Foi galardoado com vários prémios: Prémio Costa Simões (1948), Prémio Imprensa Médica (1955), Prémio Pfizer (1958), Prémio Sanitas (Sociedade das Ciências Médicas, 1959), Prémio Alexandre Cancela de Abreu (1976) e Prémio Lepetit (1981). Em 1964, recebeu a Medalha da *Université Libre de Bruxelles* (Bélgica).

Autor de diversos trabalhos publicados, entre os quais: "Funções do corpo carotídeo" (tese de doutoramento, em 1939), *A circulação hepática normal e patológica* (1946, livro com 1ª edição em castelhano) e *La circulation hépatique normale et pathologique*, (1970, livro com 2ª edição em francês). E ainda *O Morgadio de Vilar de Perdizes* (1986), *Os Bettencourt, das origens normandas à expansão atlântica* (1993) e *Miscelânea* (2000).

Alguns cargos que desempenhou:

- Professor na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (1941; catedrático em 1962; jubilado a 13 de dezembro de 1978).
- Sócio Fundador e Presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (1949);
- Sócio Fundador da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia (1949);
- Diretor do Serviço Geral de Clínica Médica dos Hospitais Cívicos de Lisboa (1955);
- Presidente do Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos (1956-1958);
- Diretor do Serviço de Cardiologia dos Hospitais Cívicos de Lisboa (1962);
- Secretário da Faculdade de Medicina de Lisboa (1966-1967);
- Presidente da Sociedade Portuguesa de Cardiologia (1966-1970);
- Diretor do Instituto de Fisiologia / Faculdade de Medicina de Lisboa (1966-1978);
- Diretor do Instituto de Farmacologia / Faculdade de Medicina de Lisboa (1972-1975);

²¹ Cfr. http://memoria.ul.pt/index.php/Bettencourt,_Jacinto_Croner_de_Santana_e_Vasconcelos_Moniz_de_Bettencourt

- Presidente da Sociedade Portuguesa de Nutrição;
- Presidente da Sociedade Portuguesa de Fisiologia;
- Vice-Presidente da Sociedade Portuguesa de Biologia;
- Sócio honorário da Sociedade de Ciências Médicas;
- Presidente da Sociedade Médica dos Hospitais Civis de Lisboa.

Batizado a 9 de agosto de 1909, na Igreja Paroquial de Santa Isabel, em Lisboa, pelo Padre Manuel José dos Santos Faria, prior, sendo-lhe dado o nome "Jacintho". Foram seus padrinhos o avô paterno Jacinto de Sousa Vilar de Perdizes Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, proprietário; e a avó materna Elisa Farinha Croner.

Casou em 1940, no dia 8 de outubro, na Capela de Nossa Senhora – paróquia de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, com Maria Jacinta Facco Viana de Oliveira Martins, de 30 anos, domiciliada na Avenida Miguel Bombarda, da mesma freguesia de Fátima (Lisboa).

› A sua mulher, Dona Maria Jacinta Facco Viana de Oliveira Martins (n. Lisboa, 21.02.1910 – m. Lisboa, 09.10.1977), era filha legítima de Joaquim de Oliveira Martins e de Dona Maria Joaquina Pereira Coutinho Facco Viana Martins, casados, moradores na cidade de Lisboa²².

Doméstica.

Batizada a 19 de março de 1910, na Igreja de Nossa Senhora dos Anjos, em Lisboa, pelo Padre Álvaro José Domingues, coadjutor, sendo-lhe dado o nome "Maria Jacinta". Foram seus padrinhos Octavio Felix Vecchi, empregado no comércio, morador em Campolide (Lisboa); e a tia materna Dona Maria da Madre de Deus Pereira Coutinho Facco Viana.

Faleceu em 1977, com 67 anos de idade, na freguesia da Pena, em Lisboa, vítima de "linfo sarcoma", tendo sido sepultada no Cemitério dos Prazeres.

Viveu casado na cidade de Lisboa e deixou geração.

s.m.d.

²² Joaquim Maria Martins casou com Dona Maria Joaquina Pereira Coutinho Facco Viana em 1906, a 19 de março, na Igreja Paroquial de São João Baptista de Alcochete, concelho de Alcochete. O noivo, filho legítimo de Joaquim Maria Martins e de Dona Jacinta Angélica de Oliveira Martins, era natural e morador na cidade de Coimbra (freguesia de São Bartolomeu); a noiva, filha legítima de João António Facco Viana e de Dona Maria José da Graça Pereira Coutinho, era natural da cidade de Lisboa (freguesia de São Jorge de Arroios) e moradora na vila de Alcochete.

V › Jorge Croner de Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt

Também nomeado Jorge Croner de Vasconcelos (n. Lisboa, 11.04.1910 – m. Lisboa, 09.12.1974)²³. Segundo filho de Laura Alice Croner (IV, §6^o); primo materno em terceiro grau de ACF.



Jorge Croner de Vasconcelos.
In: <https://www.meloteca.com/portfolio-item/jorge-croner-de-vasconcelos/>

Pianista e professor, que se destacou como compositor neoclássico.

Constituiu, conjuntamente com Fernando Lopes-Graça, Armando José Fernandes e Pedro do Prado, um grupo de jovens e alunos do Conservatório Nacional de Lisboa conhecido como o "Grupo dos Quatro", que influenciou a música neoclássica portuguesa na década de 1930.

O seu espólio musical encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal.

Cargos que desempenhou:

- Professor do Conservatório Nacional de Música.

²³ Cfr. https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Croner_de_Vasconcelos.

Batizado a 18 de agosto de 1910, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, sendo-lhe dado o nome "Jorge", pelo Padre João Manuel Rodrigues Lima. Foram seus padrinhos o tio materno Jorge Croner, e a tia paterna Dona Matilde Sousa Vilar de Perdizes Sant'Ana e Vasconcelos Moniz Bettencourt.

Faleceu em 1974, com 64 anos de idade, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, em Lisboa, vítima de "carcinoma do pulmão", tendo sido sepultado no Cemitério dos Prazeres.

Viveu sempre na cidade de Lisboa, falecendo solteiro e sem geração.

SEM DESCENDÊNCIA

§8º

II > Carlos Augusto Farinha

(n. Lisboa, 29.09.1821 – m. Lisboa, 12.11.1893). Terceiro filho de Joaquim José Farinha (I, §1º); tio materno de ACF.

Negociante. Agente do Mercado Central de Produtos Agrícolas, ao morrer em 1893.

Batizado a 21 de outubro de 1821, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Simão Reis da Cunha, vigário, sendo-lhe dado o nome "Carlos". Foram seus padrinhos Gregório António Pereira de Sousa, tio materno, morador na freguesia de Santa Catarina (Lisboa); e Maria Madalena, representada na cerimónia por José Guilherme da Silva, morador na mesma freguesia de Santa Catarina (Lisboa).

Padrinho de batismo da irmã Adelaide (em 1840). Testemunha nos casamentos dos irmãos Joaquim (em 1846), Amália (em 1849) e Augusto (em 1859). Representante da madrinha no batizado da sobrinha paterna Elisa (em 1860).

Viveu junto, com Marcolina da Conceição, natural e moradora na cidade de Lisboa.

> A sua companheira, Marcolina da Conceição, também nomeada Marcolina da Conceição Farinha (n. Torres Vedras, ca. 1826/1827 – m. Lisboa, 19.09.1913), era

filha de pais incógnitos, tendo sido batizada na Igreja Paroquial de São Tiago de Torres Vedras.

Doméstica.

Faleceu em 1913, com 86 anos de idade, na sua casa sita Travessa de São Sebastião, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, vítima de "cachexia senil", tendo sido sepultada no Segundo Cemitério de Lisboa (Prazeres).

Era solteira e não tinha filhos menores.

Faleceu em 1893, com 72 anos de idade, na freguesia da Encarnação, em Lisboa, tendo sido sepultado no Cemitério Ocidental de Lisboa (Prazeres, em jazigo particular). Era casado e deixou 4 filhos.

Viveu junto com a companheira na cidade de Lisboa, freguesia da Encarnação, e foi pai de quatro filhos naturais legitimados.

- > 1º **III > Alfredo Augusto Farinha**, que segue;
- > 2º **III > Ernesto Augusto Farinha**, que continua no §9º;
- > 3º **III > Jaime César Farinha**, que continua no §10º;
- > 4º **III > Arnaldo Pego Farinha**, que continua no §12º.

--/--

III > Alfredo Augusto Farinha

(n. Lisboa, 01.02.1854 – m. Lisboa, 04.02.1945). Primeiro filho natural de Carlos Augusto Farinha (II, §8º); primo direito paterno de ACF.

Comerciante.

Batizado a 17 de março de 1854, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre António José Afonso, coadjutor, sendo-lhe dado o nome "Alfredo". Foram seus padrinhos José Fernandes Pinto Marques, e Nossa Senhora (tocado por ela Manuel Pedro de Carvalho).

Representante da madrinha de batismo do irmão Arnaldo (em 1867).

Faleceu em 1945, com 91 anos de idade, na sua casa sita na Rua de São Sebastião, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, vítima de "arterio esclerose", tendo sido sepultado no Segundo Cemitério de Lisboa (Prazeres, em jazigo de família).

SEM DESCENDÊNCIA

III > Ernesto Augusto Farinha

(n. Lisboa, 30.11.1859 – m. Lisboa, 10.06.1915). Segundo filho natural de Carlos Augusto Farinha (II, §8º); primo direito paterno de ACF.

Médico.

Formado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, em 1886, com a dissertação inaugural “A expectação nas feridas por balas de revólver”²⁴.

Em 1909, a 13 de agosto, foi formalmente encarregado pelo Rei D. Manuel II de, em comissão extraordinária e gratuita de serviço público, “estudar no estrangeiro os progressos no tratamento das tuberculoses cirúrgicas”²⁵.

Em março de 1910, participou como congressista no Congresso dos Médicos Mutualistas Portugueses.

Em abril de 1912, numa relação enviada pela Direção Geral de Saúde e de Assistência à Câmara dos Deputados, consta que era diretor de Enfermaria no Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas, e professor efetivo da Escola de Enfermeiros²⁶.

Sócio da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa.

Cargos que desempenhou:

- Facultativo do Partido Médico da Câmara Municipal de Lagoa (nomeado em 30.09.1886²⁷);
- Diretor de enfermaria no Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas, em Lisboa;
- Professor efetivo da Escola de Enfermeiros, em Lisboa;
- Cirurgião ordinário do banco do Hospital Real de São José e Anexos (nomeado por Carta Régia de 12 de novembro de 1898²⁸).

Batizado a 2 de fevereiro de 1860, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre António José Afonso, prior, sendo-lhe dado o nome “Ernesto”. Foram seus padrinhos o tio paterno Augusto

²⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Interior, Secretaria Geral, Mç. 324, liv. 1, n.º 103.

²⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Liv. 1638 (Sanidade urbana e rural).

²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Dom Carlos I, liv. 14, fl. 67.

Marcolino Farinha, da freguesia de Santa Justa; e Nossa Senhora (tocando com a prenda Manuel Pedro de Carvalho).

Testemunha no casamento do irmão Jaime (em 1893), morando então na Rua Dom Pedro V, em Lisboa.

Faleceu em 1915, com 55 anos de idade, na sua casa sita na Rua Direita do Grilo, freguesia do Beato, em Lisboa, vítima de “stzeptocacia” (estreptococia), tendo sido sepultado no Cemitério Oriental de Lisboa. Era solteiro e “não deixou descendentes menores”.

SEM DESCENDÊNCIA

III > Jaime César Farinha

(n. Lisboa, 18.11.1862 – m. Lisboa, 05.10.1930). Terceiro filho natural de Carlos Augusto Farinha (II, §8º); primo direito paterno de ACF.

Funcionário público.

Amanuense da Contadoria do Hospital de São José e, depois, amanuense da 6ª Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública (a partir de maio de 1887)²⁹. Em agosto de 1894, era amanuense da 4ª Repartição do Almirantado³⁰.

Cargos desempenhados:

- Vice-secretário da Direção da Gerência do Montepio Geral (subscreveu as contas do ano 1902³¹).
- Vogal da Direção da Gerência do Montepio Geral (subscreveu as contas do ano 1908³²).

Batizado a 12 de fevereiro de 1863, na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre Fernando Tomás de Brito, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “Jaime”. Foram seus padrinhos João Jacinto Fernandes, negociante, da mesma freguesia da Encarnação; e Dona Maria Clara dos Anjos Sobral Fernandes, representada na cerimónia por Alfredo Augusto Farinha.

Casou em 1893, no dia 6 de janeiro, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação (Lisboa), com Alba Amélia

²⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Liv. 863 (Guias de emolumentos e selo de mercês lucrativas).

³⁰ Exercia estas funções quando lhe foi concedida uma licença de 15 dias, publicitada no *Diário Ilustrado* (Cfr. *Diário Ilustrado*, n.º 7677, de 10.08.1894, p. 1).

³¹ *Diário Ilustrado*, n.º 10716, de 01.01.1903, p. 6.

³² *Diário Ilustrado*, n.º 12740, de 03.01.1909, p. 5.

de Carvalho, de 19 anos, moradora na Travessa da Espera, freguesia da Encarnação (Lisboa). Entre as testemunhas, encontrava-se o Conselheiro Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, Ministro da Marinha e Ultramar.

› A sua mulher, Dona Alba Amélia de Carvalho, também nomeada depois de casar por Alba Amélia de Carvalho Farinha (n. Lisboa, 08.06.1873 – m. Lisboa, 14.07.1959), era filha natural de Adolfo Ernesto de Carvalho e de Dona Florinda de Macedo, moradores na cidade de Lisboa³³.

Doméstica.

Batizada a 7 de outubro de 1873, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre António José Afonso, prior, sendo-lhe dado o nome “Alba”. Foram seus padrinhos António Gabriel Pessoa de Amorim, empregado público, morador no Campo de Santa Ana, freguesia da Pena; e Sofia Ema de Carvalho.

Faleceu em 1959, com 86 anos, na Praça Duque de Saldanha, freguesia de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa, vítima de “anemia carencial”, tendo sido sepultada no cemitério dos Prazeres (em jazigo de família).

Faleceu em 1930, com 67 anos de idade, na sua casa sita na Rua Rodrigo da Fonseca, freguesia de São Mamede, em Lisboa, vítima de “uremia”, tendo sido sepultado no Segundo Cemitério de Lisboa (Prazeres; em jazigo).

Viveu casado na cidade de Lisboa e foi pai de vários filhos.

› 1º **IV** › **Carlos Augusto Aarinha**, que segue;
› 2º **IV** › **Augusto Carlos Farinha**, que continua no §11º.

--/--

IV › **CARLOS AUGUSTO FARINHA**

(n. Lisboa, 16.12.1893 – m. Lisboa, 05.03.1967)³⁴. Primeiro filho de Jaime César Farinha (III, §10º); primo paterno em segundo grau de ACF.

³³ Alba Amélia de Carvalho era neta paterna de João Eduardo de Carvalho e de Dona Mariana da Silva de Carvalho, que casaram na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, no dia 8 de fevereiro de 1835; e neta materna de Alexandre Mariano Xavier de Macedo e de Dona Joana Maria do Carmo Macedo.

³⁴ Cfr. http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/f/farinha_carlos_augusto.pdf.



Carlos Augusto Farinha.
In: https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/f/farinha_carlos_augusto.pdf

Industrial e comerciante, que começou por ser funcionário público. Quando faleceu, era gerente comercial.

Figura marcante pelas suas diversas atividades desportivas, nomeadamente esgrima, atletismo e futebol; e depois pela sua atividade profissional e ação política.

Fundador do “Diário Popular”, de que foi proprietário.

Cargos que desempenhou:

- Presidente administrativo da Empresa Nacional de Penteação de Lás;
- Vice-presidente da Manufatura Nacional de Borracha;
- Presidente do Conselho Fiscal da SMEIA;
- Administrador da Parceria de Vapores Lisbonense;
- Presidente da Junta Consultiva da Associação Comercial de Lisboa;
- Diretor da Associação Industrial Portuguesa;
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Industrial de Imprensa;
- Membro do Conselho Fiscal da associação Comercial de Lisboa (1938-1943);

- Presidente do Grémio Nacional dos Comerciantes de Lã;
- Presidente da Federação Portuguesa de Esgrima, de que foi fundador;
- Vice-presidente, tesoureiro e membro da Comissão Executiva do Comité Olímpico Português;
- Membro da Comissão Concelhia de Lisboa da União nacional;
- Presidente do Conselho Geral do Grémio dos Industriais de Lanifícios do Sul (1937-1938);
- Vogal da Junta do Distrito de Lisboa (1936);
- Vogal da Junta Geral do Distrito da Estremadura (1937-1943);
- Membro do Conselho da Corporação do Comércio;
- Vogal efetivo do Tribunal Técnico de 2ª Instância da Direção-Geral das Alfândegas;
- Procurador da Câmara Corporativa (VII, VIII e IX Legislaturas).

Batizado a 3 de janeiro de 1894, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre Adriano Augusto de Vasconcelos, coadjutor, sendo-lhe dado o nome "Carlos". Foram seus padrinhos Joaquim Matoso da Câmara, solteiro, negociante; e Dona Joana Amélia Galvão, solteira.

Casou em 1920, no dia 22 de abril, na 3ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, com Lucinda Constança Ferreira, de 42 anos, moradora na cidade de Lisboa, de quem se veio a separar judicialmente em 1959. Um dos padrinhos foi o irmão Augusto Carlos Farinha, morador na Rua Alexandre Herculano.

› A sua mulher, Lucinda Constança Ferreira, também nomeada após casar Lucinda Constança Ferreira Pedreira e Lucinda Constança Ferreira Farinha (n. Lisboa, 06.10.1877 – m. Lisboa, d. 03.1967), era filha natural legitimada de José António Ferreira e de Serafina Libânia da Conceição, ele tipógrafo e proprietário do jornal "A Folha do Povo", ambos solteiros na altura do nascimento e moradores na cidade de Lisboa³⁵.

Proprietária.

³⁵ José António Ferreira acabou por casar com Serafina Libânia da Conceição em 1898, a 18 de julho, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora dos Mártires, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de António Ferreira Pinto e de Gertrudes Francisca da Conceição, era natural da freguesia de São Mamede e morador na Rua Vitor Cordon, mesma freguesia dos Mártires; a noiva, filha legítima de Manuel José da Conceição e de Maria da Conceição, era natural da freguesia e vila de Olhão (Algarve) e moradora também na Rua Vitor Cordon.

Batizada a 10 de dezembro de 1877, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa, pelo Padre Ezequiel Ferreira de Matos, coadjutor, sendo-lhe dado o nome "Lucinda". Foram seus padrinhos Fernando Augusto Heuteberg de Figueiredo, empregado nas obras públicas, morador na vila de Tomar; e Dona Mariana Antunes Monteiro, também moradora na vila de Tomar (representada na cerimónia por Dona Maria Cipriana da Luz Ferreira, tia paterna da batizada, moradora na freguesia de São José).

Casou duas vezes, a primeira das quais com Manuel José Pedreira (na Casa da Administração do 2º Bairro de Lisboa, 19 de agosto de 1895), de quem enviuvou em outubro de 1907. Este Manuel José Pedreira (n. Pias / Monção, 26.05.1861 – m. Lisboa, 18.10.1907), era filho de legítimo de João Pedreira e de Maria Luísa Fernandes, casados, da freguesia de Pias, concelho de Monção³⁶.

Faleceu em 1967, com 73 anos de idade, na sua casa sita na Praça Duque de Saldanha, freguesia de Arroios, em Lisboa, vítima de "enfarte de miocárdio", tendo sido sepultado no Cemitério dos Prazeres.

Homenagens póstumas:

- Patrono do *Prémio Carlos Augusto Farinha*, da Escola de Farmácia da Universidade de Lisboa (instituído a 19 de abril de 1968, pela Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, do Ministério da Educação Nacional³⁷).

Viveu casado na cidade de Lisboa.

s.m.d.

§11º

IV › Augusto Carlos Farinha

Também nomeado Augusto Farinha (n. Lisboa, 20.10.1894 – m. Lisboa, 14.01.1978). Segundo filho de Jaime César Farinha (III, §10º); primo paterno em segundo grau de ACF.

Comerciante e industrial.

Batizado a 29 de novembro de 1894, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, sendo-lhe

³⁶ João Pedreira casou com Maria Luísa Fernandes em 1854, a 16 de abril, na Igreja Paroquial de São Tiago de Pias, concelho de Monção. O noivo, filho legítimo de João Pedreira e de Josefa Francisca, era natural e morador na freguesia de Moreira, concelho de Monção; a noiva, filha legítima de Manuel José Fernandes e de Maria Alves, era natural e moradora na mesma freguesia de Pias. O filho Manuel José Pedreira foi batizado a 27 de maio de 1861, na mesma Igreja de São Tiago de Pias.

³⁷ Cfr. Portaria nº 23332 de 23 de abril de 1968, que aprova o regulamento do prémio Carlos Augusto Farinha, publicada no *Diário do Governo* nº 97/1968, Série I, de 23.04.1968, p. 586.

dado o nome “Augusto”. Foram seus padrinhos o capitão de fragata José Bento Ferreira de Almeida, solteiro, Deputado da Nação; e Dona Sofia Ema de Carvalho Galvão, casada.

Padrinho de casamento do irmão Carlos Augusto Farinha (em 1920); era empregado bancário e morava casado na Rua Alexandre Herculano, em Lisboa.

Casou em 1919, no dia 7 de abril, na sua casa sita na Rua Rodrigo da Fonseca, freguesia de São Mamede, em Lisboa, com Amélia Lucas Torres, de 18 anos, moradora na Rua Alexandre Herculano.

› A sua mulher, Amélia Lucas Torres, também nomeada depois de casar por Amélia Lucas Torres Farinha (n. Lisboa, 16.02.1901 – m. Lisboa, 20.06.2003), era filha legítima de Carlos Bragante Torres e de Dona Palmira Pereira Lucas Torres, ele industrial, casados, moradores na freguesia da Encarnação, em Lisboa³⁸.

Doméstica.

Batizada a 21 de março de 1901, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre Dr. José Ferreira Garcia Pereira, prior, sendo-lhe dado o nome “Amélia”. Foram seus padrinhos os avós paternos, João Romano da Rocha Torres e respetiva mulher Dona Carolina Eliza Portugal Torres.

Faleceu em 1978, com 83 anos, na freguesia de São Mamede, em Lisboa, vítima de “amolecimento cerebral”, tendo sido sepultado no Cemitério dos Prazeres.

Viveu casado na cidade de Lisboa e deixou geração³⁹.

s.m.d.

§12º

III › Arnaldo Pego Farinha

Também nomeado usualmente Arnaldo Farinha (n. Lisboa, 14.12.1867 – m. Lisboa, 01.02.1950). Quarto filho natural de Carlos Augusto Farinha (II, §8º); primo direito paterno de ACF.

Funcionário público.

³⁸ Carlos Bragante Torres casou com Palmira Pereira Lucas em 1900, a 7 de fevereiro, na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de João Romano da Rocha Torres e de Dona Amélia Vieira Bragante Torres, era natural da freguesia Santa Catarina e morador na Rua do Diário de Notícias, mesma freguesia da Encarnação; a noiva, filha legítima de João Maria Lucas e de Maria Perpétua Pereira Lucas, era natural da freguesia da Encarnação e moradora no Largo de São Roque, freguesia do Sacramento, em Lisboa.

³⁹ Foi pai, nomeadamente, de V › Maria de Lourdes de Bregante Torres Farinha, também nomeada após casar Maria de Lourdes de Noronha e Andrade (n. São Mamede / Lisboa, 27.01.1923 – m. 05.12.2007), que casou com Mário Abel de Cardoso Teixeira de Noronha e Andrade (n. Lourenço Marques, Moçambique, 20.09.1919).

Em 1891, concluiu o Curso Superior de Comércio, no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Nesse ano, entrou ao serviço da Contadoria do Hospital de São José e Anexos, ascendendo a chefe de repartição em 1915. Aposentou-se em agosto de 1928.⁴⁰

Cargos desempenhados:

- Enfermeiro-Mor do Hospital de São José e Anexos (1927-1928).

Batizado a 23 de junho de 1868, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre António José Afonso, prior, sendo-lhe dado o nome “Arnaldo”. Foram seus padrinhos Ildfonso Gabriel Pego Júnior, comerciante, morador na Rua Nova do Carvalho; e Nossa Senhora da Conceição (tocando com a prenda Alfredo Augusto Farinha, irmão do batizado).

Faleceu em 1950, com 82 anos de idade, na sua casa sita na Travessa de São Sebastião, freguesia de Santa Isabel, em Lisboa, vítima de “arterio esclerose”, tendo sido sepultado no Terceiro Cemitério de Lisboa. Era solteiro e não tinha filhos.

SEM DESCENDÊNCIA

§13º

II › Camila Romana Farinha

(n. Lisboa, 04.01.1823 – m. Lisboa, 15.02.1900). Quarta filha de Joaquim José Farinha (I, §1º); tia materna de ACF.

Doméstica.

Batizada a 26 de janeiro de 1823, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Simão Reis da Cunha, vigário, sendo-lhe atribuído o nome “Camila”. Foram seus padrinhos João José Dias, da mesma freguesia de São Paulo; e Maria Romana de Azevedo, que foi representada na cerimónia pelo marido José Pereira de Azevedo, da freguesia de Santos.

Madrinha de batismo da irmã Adelaide (em 1840).

Faleceu em 1900, com 77 anos de idade, na Rua de São João da Mata, freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, tendo sido sepultada no cemitério Ocidental (Prazeres). Era solteira e não tinha descendentes.

SEM DESCENDÊNCIA

⁴⁰ Arnaldo Farinha serviu como Enfermeiro-Mor do Hospital de São José e Anexos nos interregnos verificados entre a saída de uns e a posse de outros, até que foi provido oficialmente do lugar em 1927. (Cfr. Hospital de São José, *Boletim Clínico dos Hospitais Cívicos de Lisboa* (1960), f. 122).

II > Maria da Conceição Farinha

Também nomeada após casar Maria da Conceição Veloso e Maria da Conceição Farinha Veloso (n. Lisboa, 08.12.1825 – m. Lisboa, d. 01.1896). Dona. Quinta filha de Joaquim José Farinha (I, §1º); tia materna de ACF.

Batizada a 22 de janeiro de 1826, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Simão Reis da Cunha, vigário, sendo-lhe dado o nome “Maria”. Foi seu padrinho o irmão Joaquim António Farinha.

Em 1851, foi madrinha de batismo da sobrinha materna Maria, filha da irmã Amália e de António Carvalho de Figueiredo (pai).

Testemunha no casamento da sobrinha Teodolinda Adelaide Farinha (em 1888).

Casou em 1859, no dia 8 de janeiro, na Igreja Paroquial de São Paulo (Lisboa), com Eduardo Oxford Pereira Queirós Veloso, morador na freguesia de São Julião (Lisboa).

> O seu marido, Eduardo Oxford Pereira Queirós Veloso (n. Lisboa, ca. 1825 – m. Lisboa, 11.01.1896), era filho legítimo de João Pereira de Queirós Veloso e de Bárbara Balbina Veloso, casados, moradores na freguesia de Santo André e Santa Marinha (Lisboa).

Empregado público.

Funcionário da Câmara Municipal de Lisboa.

Autor do Roteiro demonstrativo dos quatro bairros da Capital, dividido em freguezias, ruas, becos (...), publicado em 1861, do Roteiro das Ruas de Lisboa e imediações (1ª edição em 1864; 4ª edição em 1881) e, mais tarde, do Roteiro da Ruas de Lisboa e Concelho de Loures (6ª edição em 1888).

Foi batizado na Igreja Paroquial de Santo André e Santa Marinha, em Lisboa.

Testemunha nos casamentos dos cunhados Guilhermina Henriqueta (em 1861) e Henrique (em 1863).

Procurador da madrinha no batizado de Guilherme (em 1862), filho da cunhada Guilhermina Henriqueta.

Faleceu em 1896, com 71 anos de idade, na sua casa sita na Rua do Arsenal, freguesia dos Mártires, em

Lisboa, tendo sido sepultado no Cemitério Ocidental de Lisboa (em jazigo). Era casado e não tinha filhos.

Viveu casada na cidade de Lisboa, e faleceu sem descendentes vivos.

--/--

1º III > Maria da Conceição

(n. Lisboa, 08.12.1864 – m. Lisboa, 08.12.1864). Prima direita materna de ACF.

Faleceu em 1864, recém-nascida com 15 minutos de vida, na casa dos pais sita na Rua do Arsenal, freguesia de São Julião, em Lisboa, tendo sido sepultada no Cemitério do Alto de São João. Batizada à nascença, por estar em perigo de vida, pela parteira Francisca da Conceição.

SEM DESCENDÊNCIA

§15º

II > Guilherme

(n. Lisboa, 01.12.1827).⁴¹ Sexto filho de Joaquim José Farinha (I, §1º); tio materno de ACF.

Batizado a 26 de dezembro de 1827, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Jerónimo Pereira da Silva, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “Guilherme”. Foram seus padrinhos José Guilherme da Silva, e Madalena Rita de Queiroz, da mesma freguesia de São Paulo.

s.m.d.

§16º

II > Amália Magna Farinha

Também nomeada após casar Amália Magna de Carvalho ou Amália Magna Farinha de Figueiredo (n. Lisboa, 05.02.1829 – m. Loures, 26.05.1913). Sétima filha de Joaquim José Farinha (I, §1º); mãe de ACF.

Dona. Doméstica.

⁴¹ Este Guilherme parece ser o Guilherme Henrique Farinha, de Lisboa, que era um dos aspirantes farmacêuticos examinados na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa no primeiro semestre de 1848, no dia 26 de junho, de onde saiu aprovado plenamente e com louvor (Cfr. VVAA, *Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias de Lisboa*, 1ª Série, Tomo 1º, 1849, fls. 126 e 127).

Sócia nº 65 da Assistência Nacional aos Tuberculosos, com quota anual de 1\$200 reis (inscrita em janeiro de 1900⁴²).

Batizada a 19 de março de 1829, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Simão Reis da Cunha, vigário, sendo-lhe dado o nome "Amália". Foram seus padrinhos António Carvalho de Figueiredo, com quem veio a casar, e respetiva mulher Gertrudes Magna, esta representada na cerimónia por Joaquim António Farinha (irmão da batizada).

Casou em 1849, no dia 18 de outubro, na Igreja Paroquial de São Paulo (Lisboa), com António Carvalho de Figueiredo (pai), de 57 anos, seu padrinho de batismo e viúvo há 3 anos da sua madrinha, morador na freguesia de Loures (Lisboa).

› O seu marido, António Carvalho de Figueiredo (n. Rio Maior, 26.05.1792 – m. Loures, 20.07.1870), era filho legítimo de João Carvalho da Silva Figueiredo (também nomeado João Carvalho da Silva ou João Carvalho de Figueiredo) e de Maria Joana Perpétua da Piedade, casados, moradores na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Maior⁴³.

Proprietário e farmacêutico (carta de aprovação de 10 de março de 1823, passada pelo Físico Mor do Reino⁴⁴).

Estabelecido com farmácia no lugar do Pinheiro, freguesia de Loures (pelo menos desde 1860).

Exerceu os seguintes cargos públicos:

- Chefe do Registo de Loures da Alfândega das Sete Casas (carta de serventia por decreto de 1 de junho de 1838; nomeado por decreto de 7 de junho de 1845⁴⁵);

- Escriturário de Postura do Registo de Pinheiro de Loures da Alfândega das Sete Casas (promovido por Decreto de 8 de outubro de 1849⁴⁶);

- Regedor da Paróquia da Freguesia de Loures / Bairro da Mouraria (em fevereiro de 1851, num acórdão da Procuradoria Geral da Coroa sobre um processo em que foi pronunciado a 18 de novembro de 1850, é referido que já exercia estas funções há muitos anos⁴⁷).

Em 1822, aquando do primeiro casamento, já morava na freguesia de Loures. Viveu no lugar do Pinheiro, mudando-se mais tarde para o lugar do Barro, provavelmente a partir de 1840, ano em que adquiriu a propriedade⁴⁸ onde veio a falecer trinta anos depois (em 1870).

Em 1829, foi padrinho de Amália, filha do boticário Joaquim José Farinha, com quem veio a casar em segundas núpcias.

A 28 fevereiro de 1833, a *Gazeta de Lisboa* refere-o como doador de sacos de trigo para o Exército.

Batizado a 11 de junho de 1792, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição da vila de Rio Maior, pelo Padre Frei João da Cunha Guedes, prior, sendo-lhe dado o nome "Antonio". Foi seu padrinho António José Pereira de Castro⁴⁹, Doutor Médico; não teve madrinha.

Casou duas vezes. O primeiro casamento teve lugar no dia 16 de julho de 1822, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures (Lisboa), com Gertrudes Magna de Carvalho, de 22 anos de idade. Esta Dona Gertrudes Magna de Carvalho (n. Loures, 11.1799 – m. Loures, 06.1846) era filha legítima de Narciso José e de Ana Clara, casados, da freguesia de Santa Maria de Loures (Olivais). Foi batizada a 8 de dezembro de 1799, na Igreja Paroquial de Loures, termo de Lisboa, e faleceu em 1846, sem descendência, tendo sido sepultada a 13 de junho no Cemitério do Adro da Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures.

Faleceu em 1870, com 78 anos de idade, no lugar do Barro, freguesia de Loures, concelho dos Olivais, tendo sido sepultado no Cemitério Público de Loures.

⁴² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Assistência Nacional aos Tuberculosos, NT 195 (Subscritores auxiliares).

⁴³ João Carvalho da Silva casou com Maria Joana Perpétua em 1790, a 4 de fevereiro, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição de Rio Maior. O noivo, filho legítimo de Manuel Carvalho e de Maria da Silva, era natural e morador do lugar da Azinheira; a noiva, filha legítima de Francisco de Figueiredo e de Margarida Antónia, era natural e moradora na mesma freguesia de Rio Maior. O primeiro filho do casal, João, nasceu a 15 de novembro e foi batizado no dia 2 de dezembro do mesmo ano.

⁴⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Mç. 2466.

⁴⁵ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Dona Maria II, Liv. 9, f. 72.

⁴⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Dona Maria II, Liv. 33, f. 190v.

⁴⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Mç. 3371.

⁴⁸ António Carvalho de Figueiredo arrematou em hasta pública, na Praça do Depósito Público, no dia 22 de 1840, "uma propriedade de casas, sita no lugar do Barro", por 400\$500 reis, que pertencia aos herdeiros do Padre Luis Ferreira de Carvalho e Almeida. (Cfr. Diário do Governo nº 152 de 29.06.1840, p. 749).

⁴⁹ António José Pereira de Castro, filho de Manuel Pereira de Castro, era natural da Merceana. Frequentou a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, a partir de 1764, donde saiu aprovado a 18 de maio de 1770, dois dias depois de ter feito a formatura. (Cfr. Universidade de Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, Índice de alunos, Processo nº 6722).

Faleceu em 1913, com 84 anos de idade, na sua casa sita no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures.

Viveu casada no lugar do Barro, freguesia de Santa Maria de Loures, e teve 3 filhos.

- > 1º **III > Maria Amália da Conceição Figueiredo**, que segue.
- > 2º **III > António Carvalho de Figueiredo**, que continua no §17º.
- > 3º **III > Adelaide Magna de Figueiredo**, que continua no §18º.

--/--

III > Maria Amália da Conceição Figueiredo

(n. Loures, 03.11.1851 – m. Loures, 25.09.1938). Primeira filha de Amália Magna Farinha (II, §16º); irmã de ACF.

Dona. Doméstica.

Batizada em casa, em necessidade, por nascer com perigo de vida, pela parteira Jerónima Maria, do lugar das Sete Casas (Loures). Recebeu os santos óleos a 2 de maio de 1852, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures, termo de Lisboa, pelo Padre José Marques Rodrigues, pároco encomendado, sendo-lhe dado o nome “Maria”. Foram seus padrinhos os tios maternos Olímpio dos Reis Farinha e Maria da Conceição, ambos solteiros, da freguesia de São Paulo, em Lisboa. Nasceu no lugar do Barro.

Em 1861, no dia 10 de maio, tornou-se madrinha de batismo da irmã Adelaide, conjuntamente com o irmão António Carvalho de Figueiredo (Júnior).

Faleceu em 1938, com 86 anos de idade, na sua casa sita no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures, tendo sido sepultada no dia 26 de setembro no Cemitério de Loures (no coval comprado nº 104/1913)⁵⁰.

Viveu sempre no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures, onde faleceu solteira e sem descendentes.

SEM DESCENDÊNCIA

⁵⁰ Câmara Municipal de Loures, Departamento do Ambiente, Registo das Inumações do Cemitério Municipal do Concelho de Loures, Liv. 2 (1910-1952), fls. 91v-92.

§17º

III > António Carvalho de Figueiredo

Também nomeado em vida do pai António Carvalho de Figueiredo Júnior (n. Loures, 27.04.1853 – m. Loures, 14.03.1917). Segundo filho de Amália Magna Farinha (II, §16º).

Médico formado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1879, com a tese “Dyspepsia verdadeira”, tendo feito *acto grande* com louvor a 15 de julho.

Sócio nº 335 da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (inscrito em 1883, por proposta de Guilherme de Oliveira Martins e José Tomás de Sousa Martins).

Sócio efetivo nº 86 da Assistência Nacional aos Tuberculosos, com quota anual de 4\$800 reis (inscrito em 1899)⁵¹.

Cofundador do Centro Escolar Republicano (1909), onde foi eleito suplente da primeira comissão municipal.

Cargos que desempenhou:

- Presidente da Junta de Paróquia de Loures (1882-1885);
- Facultativo interino no concelho de Sintra (1885-1886);
- Facultativo do Partido Médico da Câmara Municipal dos Olivais (nomeado em 30.04.1886⁵²);
- Facultativo do Partido Médico do Concelho de Loures (1886-1917);
- Sub-delegado de Saúde do Concelho de Loures (alvará de 12 de abril de 1887⁵³-1917);
- Presidente da Assembleia Geral do centro Escolar Republicano de Loures (1911-1912).
- Vogal da Junta dos Partidos Municipais (1911-1912).

Em março de 1893, foi eleito delegado substituto pelo concelho de Loures ao Colégio Distrital de Lisboa, numa lista que obteve 303 votos⁵⁴.

⁵¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Assistência Nacional aos Tuberculosos, NT 198 (Sócios efetivos, Liquidação de quotas).

⁵²Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Liv. 1638 (Sanidade urbana e rural).

⁵³Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil de Lisboa, Liv. 33 (Registo em referência de correspondência recebida).

⁵⁴*Diário Ilustrado*, nº 7188 de 30.03.1893, p. 1.

Batizado a 8 de maio de 1853, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures (Olivais), pelo prior António Simões. Foram seus padrinhos o tio materno Henrique César Farinha e Nossa Senhora da Conceição.

Em 1861, no dia 10 de maio, tornou-se padrinho de batismo da irmã Adelaide, conjuntamente com a outra irmã Maria Amália. Voltou a ser padrinho de batismo no dia 6 de janeiro de 1890, desta feita de Joana, filha do amigo António Barbosa e de sua mulher Mariana da Conceição Duarte Barbosa.

Faleceu em 1917, com 63 anos de idade, na sua casa sita na Quinta das Amálias, lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures, vítima de “pneumonia gripal esquerda”, tendo sido sepultado no dia 15 de março no Cemitério de Loures (em coval comprado)⁵⁵.

Viveu a maior parte da sua vida no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures, e foi pai de uma única filha ilegítima – Ana, que reconheceu como tal “para todos os efeitos legais”.

Homenagens póstumas:

- Lápide na fachada da casa onde nasceu e morreu, no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures.

- Nome de quatro arruamentos no concelho de Loures (*Avenida Doutor António Carvalho de Figueiredo*, na freguesia de Loures, desde 1917; *Rua Doutor António Carvalho de Figueiredo*, no lugar da Murteira, por deliberação camarária de 12 de dezembro de 1989; e *Beco Doutor António Carvalho de Figueiredo*, também no lugar da Murteira, por deliberação camarária de 28 de abril de 2010; e *Rua António Carvalho Figueiredo*, no lugar da Paradela, freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, por deliberação camarária de 25 de setembro de 1996).

- Busto existente no jardim adjacente aos Paços do Concelho de Loures (descerrado em abril de 1944).

- Patrono de uma escola secundária localizada na freguesia e concelho de Loures (Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo, que antes se designava Escola Secundária N.º 2 de Loures).

> 1.º **IV > Ana Amália de Figueiredo**

(n. Lisboa, 28.01.1881 – m. Loures, 24.01.1966). Única filha de ACF.

Dona. Doméstica.

Batizada em 1881, no dia 2 de maio, na Igreja Paroquial de São José, em Lisboa, pelo Padre Felipe Maria de Oliveira, dando-lhe dado o nome “Ana”. Foram seus padrinhos Alfredo Maria de Avelar Teles, solteiro, empregado público, morador na Rua dos Anjos (Lisboa); e Nossa Senhora (tocando com a sua prenda António Barbosa, solteiro, comerciante, morador na Rua de Santo Antão, freguesia de Santa Justa). Neste acto foi reconhecida por filha ilegítima de seu pai, apesar de não ter sido identificada a mãe.

Faleceu em 1966, com 84 anos de idade, numa casa do lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures, tendo sido sepultada no dia 25 de janeiro no Cemitério de Loures (no coval n.º 60, onde estavam depositados os restos mortais do pai)⁵⁶.

Viveu a maior parte da sua vida no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures.

SEM DESCENDÊNCIA

§18.º

III > Adelaide Magna de Figueiredo

(n. Loures, 24.04.1861 – m. Loures, 06.08.1940). Terceira filha de Amália Magna Farinha (II, §16.º); irmã de ACF.

Dona. Doméstica.

Batizada em 1861, no dia 10 de maio, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures, nos Olivais, pelo Padre Teodósio de Santa Rita, prior, sendo-lhe dado o nome “Adelaide”. Foram seus padrinhos os irmãos, António Carvalho de Figueiredo Júnior e Dona Maria Amália da Conceição Figueiredo. Nasceu no lugar do Barro.

Faleceu em 1940, com 77 anos de idade, na sua casa sita no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures, e no dia 7 de agosto foi sepultada no Cemitério de Loures. Os seus restos mortais foram depois trasladados para o coval comprado n.º 104/1918.⁵⁷

Viveu sempre no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures, onde faleceu solteira e sem descendentes.

SEM DESCENDÊNCIA

⁵⁵ Câmara Municipal de Loures, Departamento do Ambiente, Registo das Inumações do Cemitério Municipal do Concelho de Loures, Liv. 2 (1910-1952), fls. 20v-21.

⁵⁶ Ibidem, Liv. 3 (1952-1975), fls. 82v-83.

⁵⁷ Câmara Municipal de Loures, Departamento do Ambiente, Registo das Inumações do Cemitério Municipal do Concelho de Loures, Liv. 2 (1910-1952), fls. 97v-98.

II > Olímpio dos Reis Farinha

(n. Lisboa, 26.07.1830 – m. Loures, 16.01.1897). Oitavo filho de Joaquim José Farinha (I, §1º); tio materno de ACF.

Marceneiro.

Batizado a 26 de setembro de 1830, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Simão Reis da Cunha, vigário, sendo-lhe dado o nome “Olímpio”. Foram seus padrinhos João Duarte Reis, da mesma freguesia de São Paulo; e Maria da Madre de Deus, representada na cerimónia por Joaquim José Farinha (irmão do batizado).

Padrinho de batismo da sobrinha materna Maria (em 1851), filha da irmã Amália Magna Farinha e de António Carvalho de Figueiredo (pai).

Casou em 1857, no dia 12 de abril, na Igreja Paroquial de São Paulo (Lisboa), com Carolina dos Anjos Rodrigues, de 26 anos, moradora na mesma freguesia de São Paulo.

> A sua mulher, Carolina dos Anjos Rodrigues (n. Lisboa, 23.10.1830 – m. d. 1866 / a. 1897), era filha legítima de João Vicente Rodrigues (também nomeado João Vicente Romão) e de Rosa da Encarnação, casados, da freguesia de São Paulo, em Lisboa⁵⁸.

Batizada a 17 de novembro de 1830, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre José Lino de Oliveira, tesoureiro, sendo-lhe dado o nome “Carolina”. Foram seus padrinhos Henrique Luís Moschete, e Carolina Quirina, esta representada por Manuel Coutinho, todos da freguesia de Santa Catarina (Lisboa).

Faleceu em 1897, com 66 anos de idade, no lugar e freguesia de Loures, vítima de “hemorragia cerebral”, tendo sido sepultado no dia 17 de janeiro no Cemitério Público de Loures. A certidão de óbito foi passada pelo sobrinho António Carvalho de Figueiredo.⁵⁹

⁵⁸ João Vicente Romão casou com Rosa da Encarnação em 1826, a 11 de novembro, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de Bento José Rodrigues e de Mariana Tomásia, era natural da freguesia de Santa Catarina e morador na mesma freguesia das Mercês (Lisboa); a noiva, filha legítima de Manuel Gonçalves e de Gertrudes Maria, era natural da freguesia da Encarnação e moradora na freguesia do Sacramento, em Lisboa.

⁵⁹ Câmara Municipal de Loures, Departamento do Ambiente, Registo das Inumações do Cemitério Municipal do Concelho de Loures, Liv. 1 (1893-1909), fls. 39v-40.

Viveu casado na cidade de Lisboa, onde nasceram os quatro filhos, e mais tarde no lugar e freguesia de Loures.

> 1º **III > Artur**, que segue;
 > 2º **III > Henrique Augusto Farinha**, que continua no §20º;
 > 3º **III > Palmira Amélia Farinha**, que continua no §21º;
 > 4º **III > Teodolinda Adelaide Farinha**, que continua no §22º.

--/--

III > Artur

(n. Lisboa, 29.10.1858). Primeiro filho de Olímpio dos Reis Farinha (II, §19º); primo direito paterno de ACF.

Batizado a 2 de janeiro de 1859, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Carlos de Carvalho Osório, cura, sendo-lhe dado o nome “Artur”. Foi seu padrinho o tio paterno Delfino José Farinha, da mesma freguesia de São Paulo.

s.m.d.

§20º**III > Henrique Augusto Farinha**

(n. Lisboa, 07.01.1861 – m. Lisboa, d. 1902). Segundo filho de Olímpio dos Reis Farinha (II, §19º); primo direito paterno de ACF.

Batizado a 5 de maio de 1861, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre José Lino de Oliveira, vigário, sendo-lhe dado o nome “Henrique”. Foram seus padrinhos Augusto Martins, solteiro, marceneiro, morador na Rua dos Calafates, freguesia da Encarnação (Lisboa); e Nossa Senhora (tocando com a coroa Henrique Bento Rodrigues, casado, marceneiro, da freguesia de Santos).

Padrinho de batismo da sobrinha Júlia (em 1902), filha da irmã Palmira Amélia Farinha.
 Casou antes de 1902, com Constança Maria.

> A sua mulher, Constança Maria, também nomeada após casar Constança Maria Farinha (n. a 1820 – m. Lisboa, d. 1902), foi madrinha de batismo de Júlia (em 1902), filha da cunhada Palmira Amélia Farinha.

Viveu casado na cidade de Lisboa, freguesia de Alcântara.

s.m.d.

III > Palmira Amélia Farinha

Também nomeada após casar Palmira Amélia Farinha Dias (n. Lisboa, 31.03.1863 – m. a. 09.1935). Terceira filha de Olímpio dos Reis Farinha (II, §19º); prima direita paterna de ACF.

Batizada a 28 de junho de 1863, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Carlos de Carvalho Osório, cura, sendo-lhe dado o nome “Palmira”. Foram seus padrinhos o tio paterno Delfino José Farinha, solteiro; e Nossa Senhora (tocando com a coroa o tio materno Francisco da Veiga Rodrigues, solteiro).

Casou em 1901, no dia 19 de maio, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Lapa, em Lisboa, com Augusto da Conceição Dias, de 39 anos, morador na freguesia das Mercês. Foram testemunhas o cunhado Manuel Francisco Soromenho, casado com a irmã Teodolinda Adelaide Farinha Soromenho, moradores na freguesia de Loures; e Francisco da Veiga Rodrigues, casado, marceneiro.

> O seu marido, Augusto da Conceição Dias (n. Lisboa, 30.08.1862 – m. a. 09.1935), era filho legítimo de Miguel Augusto Dias e de Maria da Glória da Assunção Pereira, ele pedreiro, casados, moradores na cidade de Lisboa⁶⁰.

Batizado a 8 de dezembro de 1861, na Igreja Paroquial de Santa Catarina, em Lisboa, pelo Padre José Tiago Fontoura, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “Augusto”. Foram seus padrinhos José Nunes Nascimento, sapateiro, e respetiva mulher Carolina Hipólita do Conto (esta representada na cerimónia por António Valentim Dias, irmão do batizado), moradores na Rua de Caetano Palha, freguesia de Santos.

Viveu casada na cidade de Lisboa, freguesia de Santa Catarina.

> 1º **IV > Júlia Dias**, que segue.

--/--

IV > Júlia Dias

Também nomeada após casar Júlia Dias Nunes (n. Lisboa, 01.03.1902 – m. Lisboa, 07.01.1969). Primeira filha de

⁶⁰ Miguel Augusto Dias casou com Maria da Glória da Assunção Pereira em 1852, a 7 de agosto, na Igreja Paroquial de Santa Catarina, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de José António Dias e de Maria da Conceição, era natural e morava na mesma freguesia de Santa Catarina; a noiva, filha legítima de Amaro Pereira e de Maria Joaquina, era natural da freguesia das Mercês e morava na freguesia de Santa Isabel, em Lisboa.

Palmira Amélia Farinha (III, §21º); prima materna em segundo grau de ACF.

Doméstica.

Batizada a 14 de setembro de 1902, na Igreja Paroquial de Santa Catarina, em Lisboa, pelo Padre Bento dos Santos Nogueira, coadjutor. Foram seus padrinhos os tios maternos Henrique Augusto Farinha e respetiva mulher Constança Maria Farinha, moradores na freguesia de Alcântara (Lisboa).

Casou em 1935, no dia 1 de setembro, na 4ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, com Eugénio Nunes, de 38 anos, morador na cidade de Lisboa.

> O seu marido, Eugénio Nunes (n. Lisboa, 27.11.1897 – m. Lisboa, 13.11.1949), era filho ilegítimo de Maria José da Luz, natural da freguesia dos Anjos e moradora na freguesia de Alcântara, em Lisboa; neto materno de João António e de Emília Rosa.

Carregador.

Batizado a 11 de janeiro de 1897, na Igreja Paroquial de São Pedro de Alcântara, em Lisboa, pelo Padre José Alexandre de Campos, prior, sendo-lhe dado o nome “Eugenio”. Foram seus padrinhos Francisco Henrique Nascimento, empregado na mesma igreja; e Nossa Senhora. Nasceu na Rua da Fonte Santa.

Faleceu em 1949, com 52 anos de idade, na sua casa sita na Rua Possidónio da Silva, freguesia de Alcântara, em Lisboa, vítima de “tuberculose pulmonar”, tendo sido sepultado no Terceiro Cemitério de Lisboa. Era casado e não tinha filhos.

Faleceu em 1969, com 66 anos de idade, na sua casa sita na Rua Possidónio da Silva, freguesia de Alcântara, em Lisboa, vítima de “congestão cerebral”, tendo sido sepultada no Cemitério da Ajuda.

Viveu casada na cidade de Lisboa, e não teve filhos.

SEM DESCENDÊNCIA

III > Teodolinda Adelaide Farinha

Também nomeada após casar Teodolinda Adelaide Farinha Soromenho (n. Lisboa, 16.10.1865 – m. Loures, 02.05.1943). Quarta filha de Olímpio dos Reis Farinha (II, §19º); prima direita paterna de ACF.

Doméstica.

Herdeira do tio materno e padrinho Henrique César Farinha, falecido em 1906.

Batizada em casa, por estar em perigo de vida. Recebeu os santos óleos a 6 de outubro de 1866, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Carlos de Carvalho Osório, vigário encomendado, sendo-lhe dado o nome "Theodolinda". Foram seus padrinhos o tio paterno Henrique César Farinha, procurado na cerimónia pelo irmão Delfino José Farinha; e Dona Teodolinda Augusta da Fonseca Sousa, mulher do padrinho, procurada na cerimónia pela cunhada Dona Adelaide Amélia Farinha.

Casou em 1888, no dia 25 de agosto, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures, com Manuel Francisco Soromenho, de 19 anos, morador no lugar das Sete Casas, freguesia de Loures. Foram testemunhas os tios paternos da noiva, Henrique César Farinha e Dona Maria da Conceição Farinha.



Manuel Francisco Soromenho.
In: Horas de inspiração: poesias [Loures,
Imprensa Municipalista, 1945]

> O seu marido, Manuel Francisco Soromenho (n. Loures, 09.04.1869 – m. Loures, 23.04.1933), era filho legítimo póstumo de outro Manuel Francisco Soromenho⁶¹ e de Dona Mariana Inácia Freire Soromenho, ele fazendeiro, casados, moradores no lugar das Sete Casas, freguesia de Loures⁶².

⁶¹ Falecido a 15 de agosto de 1868, com 57 anos de idade, no lugar e freguesia de Loures, tendo sido sepultado no Cemitério Público de Loures. Não fez testamento e deixou três filhas menores.

⁶² Manuel Francisco Soromenho casou com Mariana Inácia Freire em 1857, a 23 de fevereiro, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures, concelho dos Olivais. O noivo, filho legítimo de Manuel Francisco Soromenho e de Inácia Maria, era natural e morador no lugar de A dos Cãos, mesma freguesia de Loures; a noiva, filha legítima de João Leandro Fernandes Freire e de Maria Inácia, era também natural e moradora no mesmo lugar de A dos Cãos, freguesia de Loures.

Proprietário e poeta popular, que ficou conhecido pelo epíteto "o Poeta de Loures".

Aprendeu a ler e a escrever com Henrique César Farinha, sendo autor do livro de poemas Horas de Inspiração (publicado postumamente em 1945; reeditado em 2015), onde se insere o célebre Fado Revolucionário.

Batizado a 15 de abril de 1869, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures, concelho dos Olivais, pelo Padre Francisco Gomes Queiroz, coadjutor, sendo-lhe dado o nome "Manuel". Foram seus padrinhos Francisco Manuel Soromenho, fazendeiro, morador no lugar da dos Cãos, mesma freguesia de Loures; e Nossa Senhora da Conceição (tocando com a coroa Joaquim António Primavera, sacristão).

Faleceu em 1933, com 64 anos de idade, no lugar e freguesia de Loures, tendo sido sepultado no dia 24 de abril no Cemitério Municipal do Concelho de Loures.⁶³

Homenagens póstumas:

- Nome de um arruamento no concelho de Loures (Rua Manuel Francisco Soromenho, na freguesia de Loures, por deliberação camarária de 26 de fevereiro de 1942).

- Lápide na fachada na casa onde nasceu e faleceu, na Rua da República, freguesia e concelho de Loures (descerrada pela Câmara Municipal de Loures, no dia 23 de abril de 1948).

Faleceu em 1943, com 77 anos de idade, na sua casa sita na Rua da República, freguesia e concelho de Loures, vítima de "hemorragia cerebral com homeplesia esquerda", tendo sido sepultada no dia 3 de maio no Cemitério Municipal do Concelho de Loures.⁶⁴

Viveu casada no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures.

> 1º **III > Guilherme**, que segue;
> 2º **III > Guilherme Henrique Soromenho**, que continua no §23º.

--/--

III > Guilherme

(n. Loures, 04.11.1889 – m. Loures, 09.02.1890). Primeiro filho de Teodolinda Adelaide Farinha (II, §22º); primo materno em segundo grau de ACF.

⁶³ Câmara Municipal de Loures, Departamento do Ambiente, Registo das Inumações do Cemitério Municipal do Concelho de Loures, Liv. 2 (1910-1952), fls. 73v-74.

⁶⁴ *Ibidem*, fls. 106v-107.

Batizado a 30 de dezembro de 1889, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures (Loures), pelo Padre Joaquim José Pombo, prior, sendo-lhe dado o nome "Guilherme". Foram seus padrinhos o tio-avô materno Henrique César Farinha, e a avó paterna Dona Mariana Inácia de Freire Soromenho. Nasceu no lugar do Barro.

Faleceu em 1890, com 2 meses de vida, em casa dos pais sita no lugar do Barro, freguesia de Loures, tendo sido sepultado no Cemitério Público de Loures.

SEM DESCENDÊNCIA

§23º

III > Guilherme Henrique Soromenho

(n. Loures, 25.06.1892 – m. Loures, 19.03.1962). Segundo filho de Teodolinda Adelaide Farinha (II, §22º); primo materno em segundo grau de ACF.

Funcionário público e bombeiro.

Cargos que desempenhou:

- Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Loures;
- Comandante dos Bombeiros Voluntários de Loures.

Batizado a 30 de junho de 1892, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures (Loures), pelo Padre Joaquim José Pombo, prior, sendo-lhe dado o nome "Guilherme". Foram seus padrinhos o tio-avô materno Henrique César Farinha, e Inácia Freire Soromenho, viúva. Nasceu no lugar do Barro.

Casou em 1914, no dia 29 de março, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures, concelho de Loures, com Adelaide da Silva Restolho, de 23 anos, moradora na freguesia de Loures.

> A sua mulher, Adelaide da Silva Restolho, também nomeada após casar Adelaide da Silva Restolho Soromenho (n. Loures, 30.06.1890 – m. Loures, 17.01.1955), era filha legítima de João da Silva Restolho e de Mariana Duarte, ele fazendeiro e ela doméstica, casados, moradores na freguesia e concelho de Loures⁶⁵.

Doméstica.

⁶⁵ João da Silva Restolho casou com Mariana Duarte em 1888, a 17 de novembro, na Igreja Paroquial de Santa Maria de Loures, concelho de Loures. O noivo, filho legítimo de Manuel da Silva Restolho e de Justina de Jesus, era natural e morador na mesma freguesia de Loures, lugar da Ponte de Frielas; a noiva, filha legítima de José Pedro e de Feliciano Maria, era natural e moradora na mesma freguesia de Loures, lugar de Loures.

Batizada a 14 de setembro de 1890, na Igreja Paroquial de Loures, concelho de Loures, pelo Padre Joaquim José Pombo, prior, sendo-lhe dado o nome "Adelaide". Foram seus padrinhos António Pedro, trabalhador; e Maria da Conceição, solteira. Nasceu no lugar da Ponte de Frielas.

Faleceu em 1955, com 64 anos de idade, na sua casa sita na Rua da República, freguesia e concelho de Loures, vítima de "ictus apoplectico", tendo sido sepultada no dia 19 de janeiro no Cemitério Municipal do Concelho de Loures.⁶⁶

Faleceu em 1962, com 69 anos de idade, na sua casa sita na Rua da República, freguesia e concelho de Loures, tendo sido sepultado no dia 20 de março no Cemitério Municipal do Concelho de Loures (no talhão dos Bombeiros Voluntários de Loures).⁶⁷

Viveu casado na freguesia e concelho de Loures.

Homenagens póstumas:

- Nome de dois arruamentos no concelho de Loures (*Rua Guilherme Soromenho*, em Frielas, por deliberação camarária de 5 de outubro de 1962; e *Rua Guilherme Henrique Soromenho*, na freguesia de Loures, por deliberação camarária de 15 de junho de 1977).

> 1º IV > Guilherme Soromenho

(n. Loures, 19.09.1914). Primo paterno em terceiro grau de ACF.

s.m.d.

> 2º IV > Henrique Alberto Soromenho

(n. Loures, 08.06.1926). Primo paterno em terceiro grau de ACF.

s.m.d.

§24º

II > Delfino José Farinha

(n. Lisboa, 19.08.1832 – m. Lisboa, 04.11.1866). Nono filho de Joaquim José Farinha (I, §1º); tio materno de ACF.

Caixeiro de droguista.

Batizado a 28 de dezembro de 1832, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre Jerónimo Pereira

⁶⁶ Câmara Municipal de Loures, Departamento do Ambiente, Registo das Inumações do Cemitério Municipal do Concelho de Loures, Liv. 3 (1952-1975), fls. 39v-40.

⁶⁷ Ibidem, fls. 57v-58.

da Silva, sendo-lhe dado o nome “Delfino”. Foram seus padrinhos João José dos Santos Cruz, e Delfina de São José dos Santos Cruz, ambos da mesma freguesia de São Paulo.

Padrinho de batismo dos sobrinhos paternos Artur (em 1859) e Palmira (em 1863).

Testemunha no casamento do irmão Henrique César Farinha (em 1863).

Procurador do padrinho no batismo da sobrinha paterna Teodolinda (em 1866), filha do irmão Olímpio dos Reis Farinha.

Faleceu em 1866, com 34 anos, na Praça Dom Luís, junto à Rua 24 de Julho, freguesia de São Paulo, em Lisboa, asfixiado dentro de um poço, tendo sido sepultado no Cemitério dos Prazeres. Era solteiro e não tinha descendentes.

SEM DESCENDÊNCIA

§25º

II > Henrique César Farinha

(n. Lisboa, 06.06.1835 – m. Loures, 24.04.1906). Décimo filho de Joaquim José Farinha (I, §1º); tio materno de ACF.

Farmacêutico (aprovado entre agosto de 1859 e abril de 1863; já exercia em maio de 1863, quando casou).

Homem de cultura e defensor dos ideais republicanos, que conseguiu aprender gramática muito corretamente e várias línguas estrangeiras.

Estabeleceu farmácia própria no lugar e freguesia de Loures, onde veio a falecer.

Exerceu os seguintes cargos:

- Presidente da Junta de Paróquia de Loures (1885-1887);
- Vice-Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Loures (1887-1889 e 1896-1898);
- Vogal da Junta dos Repartidores do Concelho de Loures (eleito em 07.12.1892).

Batizado a 6 de agosto de 1835, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre António Teixeira Salgueiro, vigário, sendo-lhe dado o nome “Henrique”. Foram seus padrinhos João António Pereira Serzedelo, e Paula Benedita, ambos da mesma freguesia de São Paulo.

Padrinho de batismo do sobrinho materno António Carvalho de Figueiredo (em 1853), filho da irmã Amália e de António Carvalho de Figueiredo (pai); da sobrinha paterna Teodolinda (em 1866), filha do irmão Olímpio dos Reis Farinha; e dos sobrinhos-netos Guilherme (em 1889) e Guilherme (em 1892), ambos filhos da sobrinha paterna Teodolinda Adelaide Farinha.

Testemunha no casamento da sobrinha Teodolinda Adelaide Farinha (em 1888).

Em 1904, sendo já viúvo, com 69 anos incompletos, fez testamento de todos os seus bens e instituiu por “única e universal herdeira sua sobrinha, e afilhada, Dona Theodolinda Adelaide Farinha Soromenho, que, há cerca de trinta annos, vive em companhia d’elle testadôr”⁶⁸.

Casou em 1863, no dia 9 de maio, na Igreja Paroquial de São Paulo (Lisboa), com Teodolinda Augusta da Fonseca Sousa, de 27 anos, moradora na mesma freguesia de São Paulo.

> A sua mulher, Dona Teodolinda Augusta da Fonseca e Sousa, também nomeada após casar Teodolinda Augusta da Fonseca e Sousa Farinha (n. Lisboa, 10.07.1835 – m. Loures, 01.06.1904), era filha de pais incógnitos, moradora na cidade de Lisboa. Não obstante o seu nome oficial, declarou ser costume assinar-se “Teolinda”.

Batizada a 8 de setembro de 1835, na Igreja Paroquial de São Mamede, em Lisboa, pelo Padre José Inácio, cura, sendo-lhe dado o nome “Theodolinda Augusta”. Foi seu padrinho Basílio Gomes da Palma, solteiro, amanuense da Secretaria do Arsenal do Exército, morador na Travessa da Verónica, freguesia de São Vicente. Foi levada à pia batismal por Joana Maria, viúva, moradora na Travessa das Fábricas da Seda às Amoreiras.

Madrinha de batismo de Teodolinda (em 1866), filha do cunhado Olímpio dos Reis Farinha.

Faleceu em 1904, com 69 anos de idade, no lugar e freguesia de Santa Maria de Loures, sendo sepultada no Cemitério Público de Loures.

Faleceu em 1906, com 71 anos de idade, no lugar e freguesia de Loures, tendo sido sepultado no Cemitério Público de Loures.

⁶⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 15º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício A, Testamentos, Liv. 4, Cx. 1, fl. 27v-28v.

Viveu casado no lugar e freguesia de Loures, onde veio a falecer sem descendentes.

Homenagens póstumas:

- Nome de arruamento na freguesia e concelho de Loures: Rua Henrique Farinha (deliberação camarária de 26 de fevereiro de 1942), que anteriormente tinha outras denominações (incluindo uma Rua Henrique César Farinha).

SEM DESCENDÊNCIA

§26º

II > **Guilhermina Henriqueta do Carmo Farinha**

Também nomeada após casar Guilhermina Henriqueta do Carmo Farinha Escrivanis (n. Lisboa, 14.07.1837 – m. Lisboa, 28.11.1911). Décima primeira filha de Joaquim José Farinha (I, §1º); tia materna de ACF.

Dona. Doméstica.

Batizada a 8 de setembro de 1837, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre José da Rocha Martins Furtado, pároco, sendo-lhe dado o nome “Guilhermina”. Foram seus padrinhos Manuel Rodrigues, viúvo, da freguesia de Santa Catarina (Lisboa); e Ana Rita, solteira, da mesma freguesia de São Paulo.

Casou em 1861, no dia 21 de dezembro, com José dos Prazeres Escrivanis, de 26 anos, morador na freguesia de São Julião (Lisboa).

> O seu marido, José dos Prazeres Escrivanis (n. Lisboa, 27.04.1835 – m. Lisboa, 24.07.1906), era filho legítimo de Filipe António Escrivanis e de Dona Maria dos Anjos, casados, moradores na cidade de Lisboa⁶⁹.

Marítimo e, depois, empregado no comércio.

Batizado a 16 de maio de 1835, na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Encarnação, em Lisboa, pelo Padre José de Sá Magalhães, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “José”. Foram seus padrinhos José Miguel Badez, e Nossa Senhora.

Faleceu em 1906, com 71 anos de idade, na Rua de São Joaquim, freguesia de São Pedro de Alcântara,

⁶⁹ Filipe António Escrivanis casou com Maria dos Anjos em 1827, a 10 de outubro, na Igreja Paroquial de Santa Catarina, em Lisboa. O noivo, filho legítimo de João Baptista Escrivanis e de Mariana Inês Escrivanis, era natural da freguesia da Pena e morador na Rua do Poço dos Negros, mesma freguesia de Santa Catarina; a noiva, filha legítima de José Francisco Velho e de Teresa de Jesus, era natural da freguesia da Ressurreição de Cristo da vila de Cascais e moradora também na Rua do Poço dos Negros.

em Lisboa, tendo sido sepultado no Terceiro Cemitério de Lisboa. Era casado e não tinha filhos vivos.

Faleceu em 1911, com 74 anos de idade, na sua casa sita na Rua das Praças, freguesia da Lapa, em Lisboa, tendo sido sepultada no cemitério dos Prazeres (jazigo particular número 4206). Não tinha descendentes.

Viveu casada na cidade de Lisboa.

> 1º **II > Guilherme**

(n. Lisboa, 18.10.1862 – m. Lisboa, 04.12.1862). Primo direito materno de ACF.

Batizado a 24 de novembro de 1862, na Igreja Paroquial de São Julião, em Lisboa, pelo Padre Francisco José de Sousa, coadjutor, sendo-lhe dado o nome “Guilherme”. Foram seus padrinhos Ângelo Victor de Carvalho, solteiro, comerciante, morador na freguesia dos Mártires (Lisboa); e Dona Joaquina Camila Escrivanis Botelho, viúva, moradora na freguesia da Pena (Lisboa), representada na cerimónia por Eduardo Oxford Pereira Queiroz Veloso, cunhado da mãe do batizado.

Faleceu em 1862, com um mês de vida, na Rua do Arsenal, freguesia de São Julião, em Lisboa, tendo sido sepultado no dia 5 de dezembro no Cemitério do Alto de São João.

SEM DESCENDÊNCIA

§27º

II > **Adelaide Amélia Farinha**

(n. Lisboa, 06.01.1840 – m. Lisboa, 22.12.1913). Décima segunda filha de Joaquim José Farinha (I, §1º); tia materna de ACF.

Dona. Doméstica.

Batizada em casa, por nascer com perigo de vida. Recebeu os santos óleos a 27 de fevereiro de 1840, na Igreja Paroquial de São Paulo, em Lisboa, pelo Padre José da Rocha Martins Furtado, pároco, sendo-lhe atribuído o nome “Adelaide”. Foram seus padrinhos os irmãos Carlos Augusto Farinha e Camila Romana, ambos da mesma freguesia de São Paulo.

Procuradora da madrinha no batismo da sobrinha paterna Teodolinda (em 1866), filha do irmão Olímpio dos Reis Farinha.

Faleceu em 1913, com 73 anos, na sua casa sita na Rua das Praças, freguesia da Lapa, em Lisboa, tendo sido sepultada no Cemitério dos Prazeres. Era solteira e não tinha descendentes.

SEM DESCENDÊNCIA

Fontes documentais

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, *Processos de imposto sucessório*.

Arquivo Distrital de Castelo Branco, *Registos paroquiais de batismo, casamentos e óbitos, Paróquia de São Pedro da Sertã*.

Arquivo Distrital de Lisboa, *Conservatórias do Registo Civil de Lisboa*.

Arquivo Distrital de Lisboa, Governo Civil de Lisboa, *Registo de correspondência recebida*.

Arquivo Distrital de Lisboa, *Registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, Paróquia de Santa Maria de Loures*.

Arquivo Distrital de Lisboa, *Registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, Paróquias do concelho de Lisboa*.

Arquivo Distrital de Santarém, *Registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Maior*.

Arquivo Distrital de Setúbal, *Registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, Paróquia de São João Baptista de Alcochete*.

Arquivo Distrital de Setúbal, *Registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, Paróquia de São Tiago de Almada*.

Arquivo Distrital de Viana do Castelo, *Registos paroquiais de batismo, casamentos e óbitos, Paróquia de São Tiago de Pias*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 15º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício A, *Testamentos*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Assistência Nacional aos Tuberculosos*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ministério do Reino*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ministério do Interior, Secretaria Geral*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Registo Geral de Mercês, Dona Maria II e Dom Carlos I*.

Câmara Municipal de Loures, Arquivo Municipal de Loures.

Câmara Municipal de Loures, Departamento do Ambiente, *Registo das Inumações do Cemitério Municipal do Concelho de Loures*.

Hospital de São José, *Boletim Clínico dos Hospitais Cíveis de Lisboa* (1960).

Periódicos

- *Diário do Governo*, nº 152, de 29.06.1840;
- *Diário do Governo*, nº 181, de 14.08.1909;
- *Diário do Governo*, nº 97, de 23.04.1968;
- *Diário Ilustrado*, nº 7188, de 30.03.1893;
- *Diário Ilustrado*, nº 7677, de 10.08.1894;
- *Diário Ilustrado*, nº 10716, de 01.01.1903;
- *Diário Ilustrado*, nº 12740, de 03.01.1909;
- *Diário de Lisboa*, nº 11964, de 27.03.1956;
- *Gazeta de Lisboa*, nº 70, de 28.02.1833;
- *O Século*, nº 21566, de 06.04.1942.

Plataformas digitais (consultadas online a 16.10.2020)

- <https://www.wikipedia.org/>
- <https://www.meloteca.com/>
- <http://memoria.ul.pt/>
- <http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/> Universidade de Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, Índice de alunos, Processo nº 6722.

Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa* (1903).

VV.AA.. *Jornal de Pharmacia e Sciencias Accessorias de Lisboa*, 1ª Série, Tomo 1º. Lisboa: Imprensa Silvana, 1849.

António Carvalho de Figueiredo. A Imprensa Local.

Paula Pitacas
Câmara Municipal de Loures
Divisão de Cultura / Unidade de Património e Museologia
paula_pitacas@cm-loures.pt

O contexto....

António Carvalho Figueiredo (1853-1917) foi um destacado médico e personalidade de Loures que, entre março de 2017 e abril de 2018, a Câmara Municipal homenageou com um intenso conjunto de ações, evocando, assim, a sua memória. Ao estudar o homem e o médico que foi António Carvalho Figueiredo, analisou-se, para o período em estudo, o da sua vida, um conjunto de periódicos: *Diário Ilustrado*, fundado por Pedro Corrêa da Silva, Lisboa, Imp. De Souza Neves, (1872-1911), *A Vanguarda*, Director Alves Corrêa, Administração e redação Lisboa, (1891-1929) e com especial enfoque os periódicos locais *O Quatro de Outubro* e *O Cinco de Outubro*.¹ "O Jornalismo é uma das mais ricas fontes históricas de que se pode dispor não só para o estudo de acontecimentos relevantes, mas igualmente para o conhecimento de factos menores, que no seu conjunto constituem o tecido da vida quotidiana das sociedades, contribuindo, desta maneira, para caracterizar um período histórico na sua espessura social." (Tengarrinha, 2013, p. 17).

Nos princípios do século XX, a imprensa local era dos principais fatores de abertura e dinamização do espaço público, permitindo a divulgação de ideias e conhecimentos a círculos cada vez mais alargados de pessoas. Neste período conturbado e de grandes mudanças no concelho de Loures, desde a primeira hora republicano, a imprensa local era um meio por onde se expressava uma parte da conflitualidade social, permitindo a partilha de valores comuns e também a divergência de opiniões, ajudando a desenvolver correntes de opinião.² Os jornais eram o mais amplo meio de comunicação desse tempo, não só com a leitura

¹ Museu Municipal de Loures, Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire, Coleção 1ª República em Loures.

² Cf. José Tengarrinha, *Nova História da imprensa portuguesa, das origens a 1865*, pp.875-876.

direta, mas com a leitura coletiva em espaços públicos de sociabilidade, como por exemplo as tabernas. Os jornais, conferiam a dimensão de intervenção e participação no espaço público aos diferentes intervenientes, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, bandeira dos novos governantes republicanos.

A imprensa periódica no Concelho 1911-1917

O Cinco de Outubro e *O Quatro de Outubro*

Estes dois jornais do concelho de Loures surgem no período pós implantação da República, 1911-1912. Não eram entidades neutras, sendo o seu carácter político assumido. Evidenciam a defesa de interesses sociais e a divulgação de atividades intelectuais, científicas e recreativas, muito ao gosto da época e fruto do novo jornalismo surgido nos finais de Oitocentos. A análise debruçou-se sobre as existências d'*O Cinco de Outubro* e d'*O Quatro de Outubro* que integram o espólio do Museu Municipal de Loures, estando à guarda do Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire. Estes jornais são contemporâneos de António Carvalho de Figueiredo, acompanham e noticiam a sua atividade enquanto médico e, sobretudo, enquanto subdelegado do concelho. Estes, são jornais muito significativos na história do concelho, em especial para o conhecimento da 1ª República e do Partido Republicano em Loures.

O Cinco de Outubro foi publicado entre julho de 1911 e 31 de março de 1912, intitulando-se como "Semanao Republicano e Órgão do Concelho de Loures".³



O Cinco de Outubro, ano 1, n 2, p. 1

(...) *O jornal que ahi vae nascido apoz a revolução, que acabou para sempre com a monarchia em Portugal, é o órgão do Concelho de Loures....Jornal do povo e do povo, elle será a vossa espada e o vosso escudo (...)*"

³ Museu Municipal de Loures, Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire, Coleção 1ª República em Loures, PER 120.

No terceiro número, datado de 16 de julho de 1911, é apresentado o programa do Jornal, referindo: "(...) o programa deste jornal é o seguinte: defender os interesses do concelho de Loures que sendo um dos mais importantes do paiz, durante muitos anos foi lançado a um "ostracismo" vergonhoso (...)"



O Cinco de Outubro, ano 1, n 3, p. 1

A partir de agosto de 1911, o jornal apresenta-se com cabeçalho ilustrado, mantém a designação de "Orgão do Concelho de Loures" e deixa cair o subtítulo "Semanario Republicano".



O Cinco de Outubro, ano 1, n 16, p. 1

Constata-se que ao longo da sua existência apresentou vários tamanhos, o que determinou o número de colunas por página, variando entre as quatro e cinco, paginadas e com publicidade. O seu diretor, proprietário e editor foi António Ribas d'Avellar, "homem de profundas convicções republicanas, que se destacou como prestigiado solicitador,

desenvolvendo atividade profissional em Lisboa" (Loures, 2010). Testemunho do seu empenho político é a sua ligação à imprensa da época, para a qual foi frequentemente convidado a colaborar. Esteve envolvido nesta missão que editou, financiou e dirigiu o jornal "O Cinco de Outubro, Semanario Republicano e Orgão do Concelho de Loures".

A partir de abril de 1912, o jornal continua a ser editado com a alteração do nome para O Quatro de Outubro, justificado pela data de implantação da República no concelho de Loures - 4 de outubro de 1910.⁴

A sua primeira edição teve lugar entre 7 de abril de 1912 e 28 de fevereiro de 1915; houve uma segunda edição na década de trinta do século XX. A sua publicação era semanal e regular. O jornal apresentava-se, quase sempre, com quatro páginas numeradas a quatro colunas, com 42cm. A primeira página vinha encimada pelo título colocado ao centro; no cabeçalho, por baixo do título, a frase "Orgão do Concelho de Loures". O seu primeiro editor foi José Joaquim Veiga, envolvido na proclamação da República em Loures no dia 4 de outubro de 1910 (Valdemar, 2010, p. 56). Posteriormente, Raymundo Alves, passou a ser editor e proprietário do jornal. Confesso e destacado defensor da República, pautou a sua ação cívica por uma ativa intervenção jornalística⁵. A ação política do jornal ia ao encontro das intenções políticas do seu proprietário, atividade que acumulava com o cargo de Administrador do Concelho. Nesta qualidade, enquanto representante do governo central junto do poder autárquico e no âmbito das suas competências, que passavam pela fiscalização das condições higiénico sanitárias na área concelhia, terá cruzado, inevitavelmente, com António Carvalho de Figueiredo.



O Quatro de Outubro, ano 1, n 1, p. 1

⁴ Museu Municipal de Loures, Centro de Documentação Anselmo Braamcamp Freire, Coleção 1ª República em Loures, PER 119.

⁵ Cf. Loures, os documentos e a República, Exposição Bibliográfica 2010, Centenário da República 1910-2010, Loures, 4 de Outubro.

O *Quatro de Outubro* é igualmente um jornal político-noticioso, assumidamente partidário da facção Democrática do Partido Republicano Português. Incluía informações políticas, com artigos de opinião, que definiam o posicionamento partidário do jornal. Não deixa de ser notória, porém, a sua conceção empresarial, anunciando nos cabeçalhos, a partir de 1912, que recebe anúncios a 20 réis a linha.⁶

Nos artigos de opinião, muitos assinados pelo próprio Raymundo Alves, o tom é quase sempre de exaltação do regime republicano e do Partido Democrático, liderado à época por Afonso Costa. Ressalvamos, no entanto, que os conteúdos noticiosos eram factuais. A circunstância de alargar as representações do mundo aos pequenos factos da vida social quotidiana, como crimes, incêndios ou competições desportivas, permitiu que o jornal se dirigisse a todos os públicos e não apenas à elite local. A intenção noticiosa evidenciava-se com a diversidade de conteúdos editados, que abarcam desde as informações administrativas do concelho até às informações úteis sobre a rede de transportes ferroviários e rodoviários no concelho.⁷

Quanto à linguagem utilizada era na maior parte das vezes emotiva e até sensacionalista, com tom de exaltação. Noutros casos era utilizada grande acutilância e forma caricatural, sobretudo quando as notícias versavam sobre os monárquicos ou sobre os adversários partidários.

Ainda, sobre a linguagem regista-se a forma polida e de deferência com que os jornalistas tratavam os que partilhavam a mesma filiação político-ideológica.

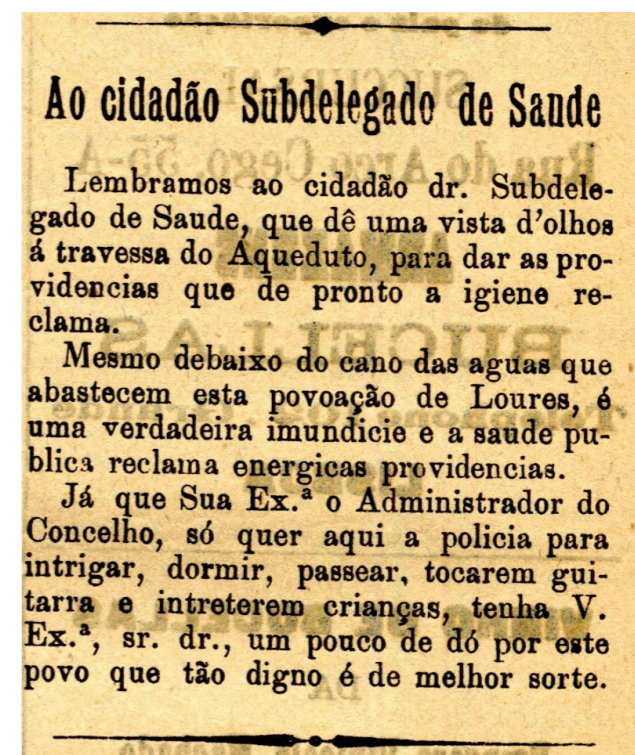
As peças jornalísticas d'O *Quatro de Outubro* abrangiam um largo espectro temático. Algumas refletiam as novas preocupações com a higiene e saúde pública, conquistas dos avanços da medicina do século XIX, noticiavam a progressiva generalização de novas práticas médicas e de novos conceitos de higiene e saúde públicas⁸. A imprensa local chamou a si o papel de intervenção social, também na área da saúde pública, apelando às autoridades competentes a resolução dos problemas da população local, tais como: a falta de salubridade, a limpeza das ruas e a falta de água potável nas fontes públicas. Em Loures, a imprensa periódica denunciava, frequentemente situações

⁶ A título de exemplo, veja-se *O Quatro de Outubro*, anno I, nº 4, 28 de Abril de 1912, p.1.

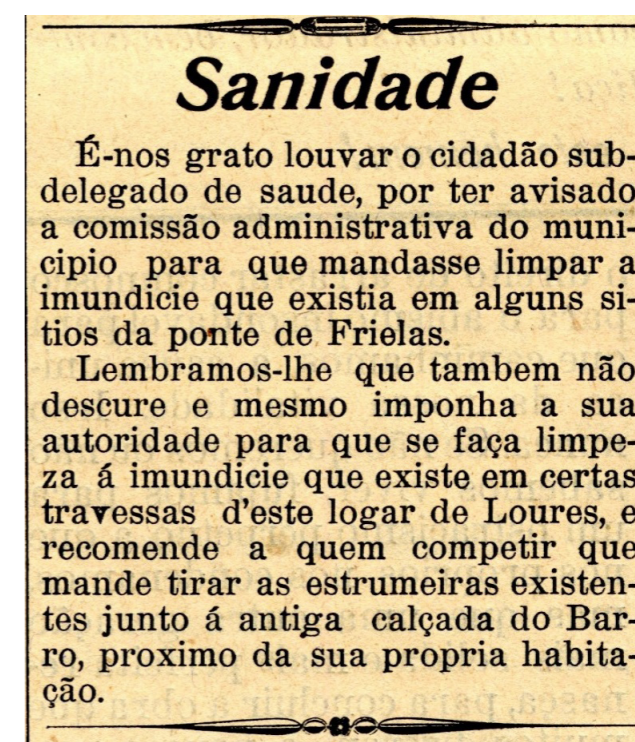
⁷ A título de exemplo, veja-se *O Quatro de Outubro*, anno II, nº 82, 16 de Novembro de 1913, p.3.

⁸ A título de exemplo, veja-se *O Quatro de Outubro*, anno II, nº 49, 23 de Março de 1913, p.2.

que punham em risco a saúde coletiva e individual. São várias as queixas de leitores relativas ao lixo nas ruas, a hábitos pouco higiénicos ainda praticados pela população.



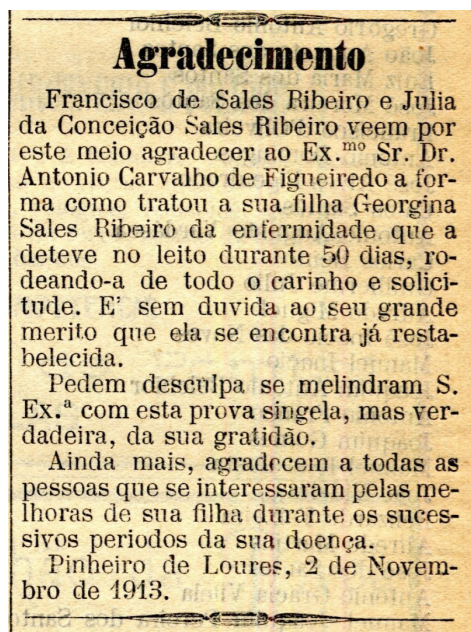
O Quatro de Outubro, ano 1, n 22, p. 3



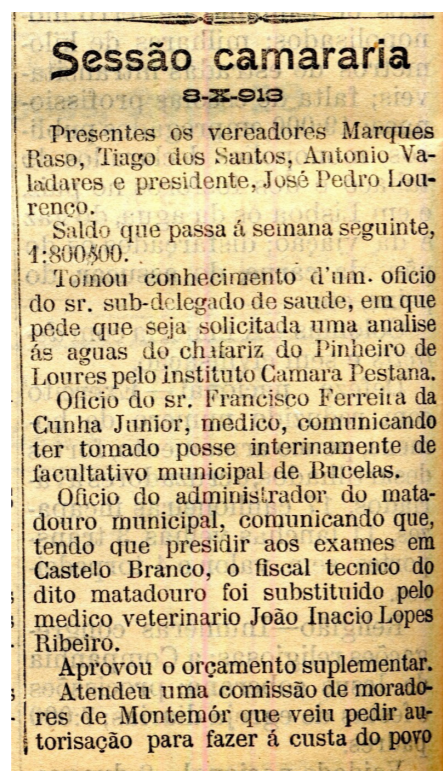
O Quatro de Outubro, ano 1, n 37, p. 2

Apesar de controladas as grandes epidemias ainda se assistia, com alguma frequência, a surtos epidémicos de doenças altamente contagiosas. N' O Quatro de Outubro chegou-se a noticiar vários surtos de varíola no concelho.

Ao longo das páginas destes periódicos locais, muitos são os artigos que mencionam a atividade de António Carvalho de Figueiredo, sobretudo como subdelegado de saúde, sendo também aqui que encontramos a gratidão pública pelos seus bons préstimos e pelos resultados alcançados no tratamento de doentes com é o caso da notícia publicada n' O Quatro de Outubro, de 2 de novembro de 1913.



O Quatro de Outubro, ano 2, n 80, p. 1



O Quatro de Outubro, ano 2, n 77, p. 2

Referências bibliográficas

Loures, C. M. (2010). *Centenário da República 1910-2010, Loures os Documentos e a República*. Exposição Bibliográfica. Loures.

Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa, das origens a 1865*. Lisboa: Circulo de Leitores e Temas e Debates.

Valdemar, A. (2010). *A República em Loures 4 de outubro de 1910*. Loures: Assembleia Municipal de Loures.

Cabrera, A. (org.), (2011). *Jornais, jornalistas e jornalismo (séculos XIX e XX)*, Lisboa: Livros Horizonte.

Cinco de Outubro (O), Loures, 1911-1912, dir. Ribas d'Avellar.

Quatro de Outubro (O), Loures, 1912-1938, dir. J.J. Veiga.

Morte de António Carvalho de Figueiredo, em vários cenários.

Ana Cristina Farinha
Câmara Municipal de Loures
Divisão de Cultura / Unidade de Património e Museologia
cristina_oliveira@cm-loures.pt

Há vidas d'uma permanente e engrinaldada primavera, d'um verão quente e perenne de colheitas, outras outonaes, nostálgicas, em que foge a esperança e murcham as aspirações; ou gélidas, despidas de crenças, açoutadas pelo nordeste da injustiça e envoltas no denso nevoeiro das ilusões perdidas! É como a da natureza a vida do homem! Era d'estas ultimas a do ilustre morto.

Em, "In Memoriam", *Imparcial*, 14 de março de 1918

Que traços ficaram da morte de António Carvalho de Figueiredo? O que sabemos sobre a sua morte? De que forma esse acontecimento ocorrido há menos de dois séculos, chega, no presente, ao nosso conhecimento?

A precariedade do estado de saúde de António Carvalho de Figueiredo foi notícia no jornal *Imparcial*. Fazendo prova da importância dos periódicos locais para as comunidades onde se inserem, o facto de o médico e subdelegado de saúde se encontrar de cama é notícia. Não é coscuvilhice, são ... *Ecoss Mundanos* que ecoam na comunidade, entre a população, os redatores e os leitores. A notícia permite a todos a partilha da mesma informação e vai gerar uma reacção coletiva de emoção.

Na imprensa da época captam-se testemunhos quase fotográficos, tal o realismo das descrições e a riqueza de pormenores, sobre a morte, funeral e enterro do médico e subdelegado de saúde. O periódico local "*Imparcial*", semanário republicano, destaca-se de todos os restantes pelo desenvolvimento minucioso das notícias, constituindo-se, dessa forma, como uma fonte essencial para a presente narrativa, que se centra nos anos 1917 e 1918.



Imparcial, 11 de março de 1917



Cabeçalho de um exemplar do jornal "*Imparcial*", acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa (digitalização: BNP).

Falecimento

António Carvalho de Figueiredo não se restabelecerá, porém, da doença que o levou à cama, vindo a morrer em consequência de uma pneumonia gripal esquerda, a 14 de março de 1917, na mesma casa onde nasceu. De acordo com o *In Memoriam* publicado no jornal "*Imparcial*" de 14 de março de 1918, a sua saúde não terá resistido ao rigoroso inverno do ano em que adoeceu, não mais

se levantando como o próprio, aliás, previra. A narrativa dos acontecimentos é feita por um seu amigo, pessoa que acompanhou a evolução da doença e o seu desfecho, pelo que é da maior oportunidade partilhar este testemunho.

A rotina da prática clínica de Carvalho de Figueiredo levava-o, independentemente da hora e sob quaisquer condições atmosféricas, no seu carro puxado a cavalo, a casa de qualquer doente aflito que necessitasse do seu socorro. Em Lousa, dava semanalmente consultas às terças e sábados, de lá regressando para jantar às 10 e 11 horas da noite. A fadiga e a sua permanente exposição ao tempo rigoroso, venceram o arcabouço do médico. Faleceu às 5 horas da tarde, após prolongada e dolorosa agonia.

O mesmo semanário noticiara o sucedido, a 18 de março de 1917, sob o título *Dr. Carvalho de Figueiredo. A sua morte*, "(...) uma notícia lúgubre, profundamente triste chegava até nós, ressoando fatidicamente como um doloroso dobre de finados:

Morrera o Dr. Carvalho!

A impressão de angustia que nós então sentimos foi a que todo o povo que conhecia o extinto experimentava pouco depois, quando o infausto acontecimento, propalado vertiginosamente, era de todos conhecido.

Desaparecera da cena da vida real uma figura de destaque, um coração diamantino, que aos pobres valia nas suas aflições e aos enfermos levava a consoladora ação da sua [palavra ilegível] sciencia.

(...)

E assim desapareceu o nosso querido Dr. Carvalho que viveu e morreu modestamente, desprezando do mundo todas as honrarias a que tinha direito".

Sobrevivem a António, as duas irmãs, Adelaide e Amália Magna, e a sua filha, Ana Amália. O médico manteve-se solteiro, assim o confirmam certidões diversas emitidas à época. Apenas três anos antes, morrera sua mãe¹.

É uma circunstância feliz a imprensa local refletir a comunidade onde se insere, agora como no passado, e existirem bibliotecas e centros de documentação onde a sua leitura torna possível realizar a aproximação a tantas dimensões do passado a partir de testemunhos seus contemporâneos. Refletindo transversalmente cenários e atores de quotidianos passados, essa imprensa assume posição própria e incontornável na investigação histórica.

Deste modo, a consulta da imprensa local proporcionou informação essencial para conhecer António Carvalho de Figueiredo, permitindo tímidos, mas essenciais, acessos a diversos cenários da sua vida quotidiana.

A dimensão documental de todas as notícias referentes a António Carvalho de Figueiredo assume proporções de grande importância, pelas razões que noutros pontos deste livro já foram apresentadas, ou seja, a extinção da família direta do médico e o desconhecimento de todos e quaisquer bens pessoais, circunstâncias que reduzem dramaticamente os potenciais recursos para a construção de uma biografia.

A ligação de Carvalho de Figueiredo à "Associação de Assistência e Beneficência Luiz Pereira da Mota de Loures" surge, no contexto do seu falecimento, em nota da página 2, do *Imparcial* de 25 de março de 1917. A Associação partilhou, pelo jornal local, o seu voto de pesar pela morte do cidadão benemérito que foi Carvalho de Figueiredo. A notícia testemunha não só o respeito pelo falecido como, também, a importância de tornar público um voto de passamento, assim se juntando a Associação ao sentimento que se vive coletivamente.



Imparcial, 25 de março de 1917, acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa (digitalização: BNP).

¹ Quatro de Outubro, nº 59, 1 de junho de 1913, Loures.

Uma fotografia do médico surge enquadrada por breves linhas na edição de 26 de março do jornal *"Imparcial"*. Admite-se, com desespero, no momento em que se divulgam os presentes resultados da investigação sobre esta personalidade, que se trata d' *A fotografia*. Esta, sempre esta e apenas esta, é a fotografia que se conhece de António Carvalho de Figueiredo, a mesma que é usada à época em circunstâncias diversas e que nos chegou impressa e repetida, retratando-o, possivelmente, na década dos seus 50 anos.

Ainda o mesmo periódico assinala o primeiro aniversário da morte do médico. Na edição do dia 14 de março de 1918 toda a mancha da primeira página é reservada ao *In Memoriam*, da autoria de Manuel José de Carvalho. Esta homenagem escrita constitui-se como um verdadeiro álbum de fotografias a cores, guardando múltiplos retratos da vida e da morte do médico.



Imparcial, 14 de março de 1918, acervo da Biblioteca Nacional de Lisboa (digitalização: BNP).

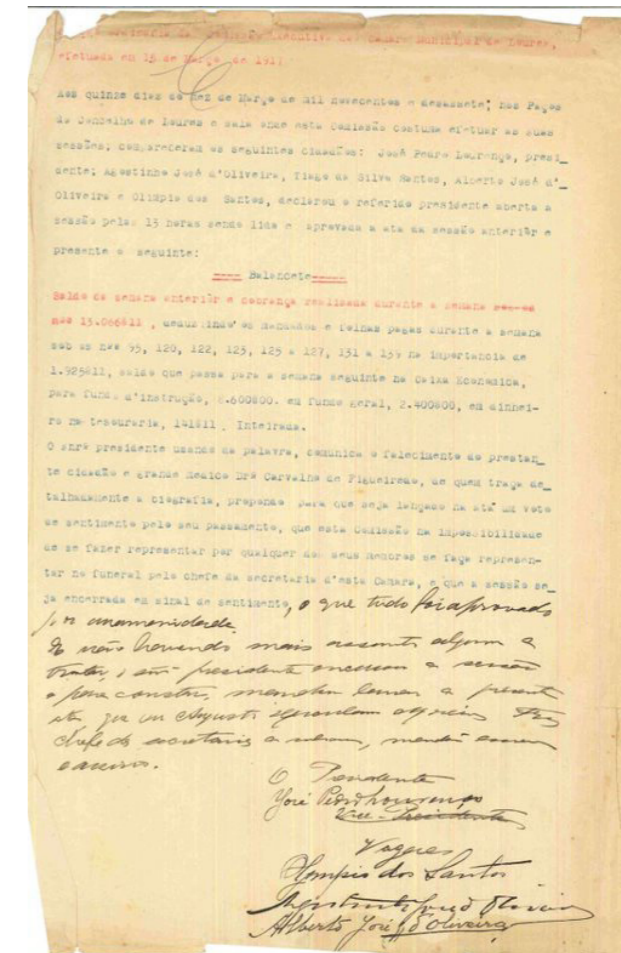
Na notícia que parece ter sido escrita à data dos acontecimentos e não um ano depois, lê-se este trecho, "Não há palavras com que se possa descrever as impressões de desgosto de que tanta gente foi possuída, e conservo nitidamente na retina as compungidas e tocantes cenas que se deram, não só logo após o último suspiro, mas também quando o cadáver do ilustre extinto estava em exposição n'uma das dependências de sua casa.

Com o seu passamento, o concelho de Loures perde um amigo que não poderá ser substituído, porque homens da sua envergadura, são raros".

Anos passados, em 1932, um outro periódico local, o *"Quatro de Outubro"*, recordou a 22 de março, os quinze anos decorridos sobre a morte do médico, *"O Quatro de Outubro"*, fiel intérprete do sentir da população do concelho, não podia deixar sem referência este dia que todos relembram com profunda mágoa".

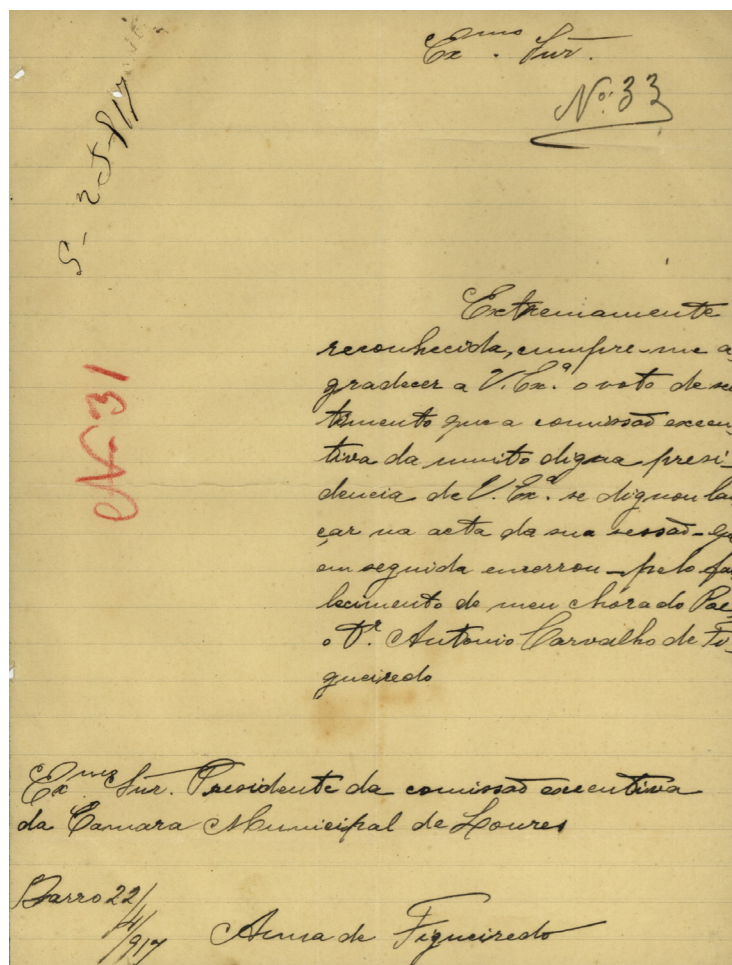
A publicação do jornal *Imparcial: semanário republicano: órgão de defesa dos interesses do concelho* cessara, entretanto. A sua existência editorial foi de curta duração, tendo começado a 3 de setembro de 1916 (nº1), terminando cerca de dois anos depois, a 26 de agosto de 1918 (nº 97).

Se dúvidas persistissem sobre o respeito e estima dos seus conterrâneos, devidos em vida ao médico Carvalho de Figueiredo, o gesto do Presidente da Câmara de Loures, que determinou o imediato encerramento da sessão de câmara, mal soube do desenlace da morte do médico é, por si, suficientemente esclarecedora.



Minuta da ata da Reunião de Câmara de dia 14 de março de 1917 documentando o motivo do encerramento abrupto da mesma.

A filha Ana Amália agradecerá, por mão própria, enviando carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Loures em subscrito com tarjeta de luto.



Carta de agradecimento dirigida por Anna de Figueiredo ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Loures, em 22/4/1917.

Funeral

António Carvalho de Figueiredo morreu em casa rodeado de familiares e amigos, conforme relatos da época.

As mesmas fontes permitem afirmar que a posição social do morto, as suas convicções e vontades que deixou expressas perante família e amigos, pesaram e foram respeitadas no desenrolar dos acontecimentos durante o funeral.

As épocas e os costumes marcam padrões de comportamento dentro das comunidades. Em 1917, o lugar do Barro e todo o concelho de Loures eram zonas rurais. Adotando, porque plausíveis, os cenários e práticas descritos por Fernando Figueiredo², é de imaginar o ritual de tratamento do corpo

² "A morte em Sintra no princípio do século XX", comunicação apresentada ao III Encontro de História de Sintra, promovido pela Alagamares-Associação Cultural, a 4 de Maio de 2007. Disponível em, <https://www.alagamares.com/a-morte-em-sintra-no-principio-do-seculo-xx/>

do falecido e de preparação para o velório, o arranjo de um espaço da casa onde este decorreu, onde as pessoas entraram para prestar homenagem ao falecido e os pêsames à família, ou seja, não pode haver dúvida de que um ambiente de luto, pesado, escuro, eventualmente com adornos religiosos, panos pretos e candelabros, envolveu o falecido e todos os presentes. Algo que não terá sido muito diferente das normas referidas por Fernando Figueiredo:

"No que respeita à exposição do defunto, na época que tratámos, os principais aspectos estavam consagrados nos costumes e regulados nos Tratados e Manuais de Civilidade e Etiqueta. Estes indicam os seguintes comportamentos a ter neste domínio: a transformação do quarto ou outro compartimento da casa em câmara ardente, coberto de panos negros e de crepes, com um catafalco onde se colocará o caixão aberto; o fecho das janelas para evitar a luz exterior; o evitar de todos os ruídos à volta; a colocação de um crucifixo à cabeceira duma mesa, onde em dois grandes castiçais devem arder velas; e a colocação de um copo cheio de água benta e de um ramo de buxo para os visitantes poderem aspergir o defunto".

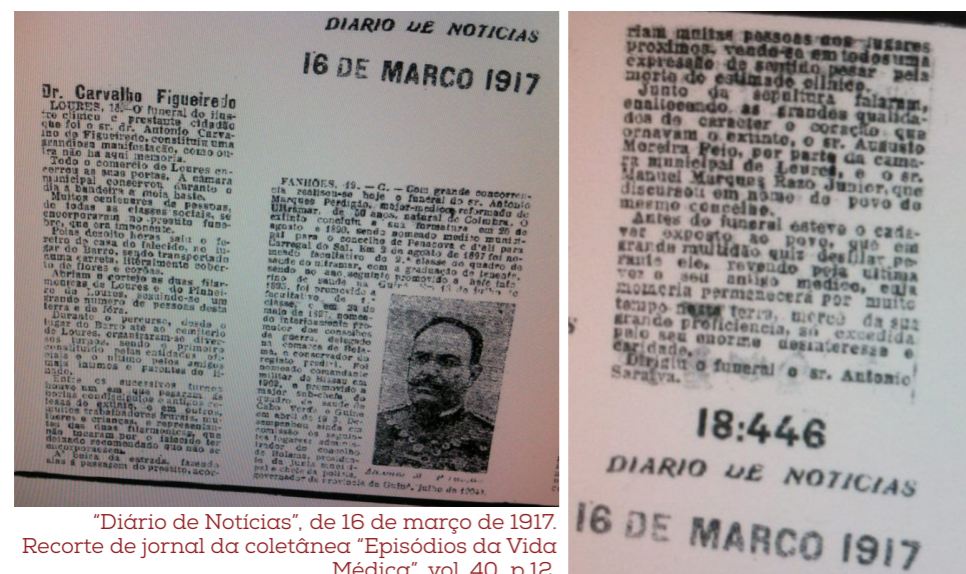
O já citado "In Memoriam" confirma o velório realizado na residência do falecido: "... as compungidas e tocantes cenas que se deram não só logo após o último suspiro, mas também quando o cadáver do ilustre extinto estava em exposição n'uma das dependências de sua casa".

Nascido numa família católica, António Carvalho de Figueiredo, foi irmão da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, de Loures. Tal como sua mãe, aliás, A ele e a outros, com influência política e social em Loures, que com ele colaboraram, se deveu o ressurgimento, em 1901, da Irmandade, aplicando o dinheiro e cumprindo o testamento deixado por Luiz Pereira da Mota (1807, Lisboa - 1873, Santo Amaro de Oeiras), pessoa de posses, proprietário, benfeitor e ele próprio membro de uma Irmandade. É oportuno perguntar por que via se explica tal vontade. A resposta será a seguinte, "Os territórios de Loures pertenciam ao concelho dos Olivais à data da sua vida e a questão objetiva que o liga a Loures é o casal do Zambujeiro, na Murteira e a Ordem Terceira, de S. Francisco de Assis, de Loures", de que é Irmão e Mesário (Assunção, 2015).

As atas das reuniões da Irmandade mostram o irmão Carvalho de Figueiredo a ocupar as seguintes funções: Juiz presidente da mesa administrativa (eleito em 14 de março de 1897, reeleito a 13 de fevereiro de 1898), secretário da

mesa (convidado a 11 de agosto de 1901, pediu para sair da reunião nesse próprio dia não voltando a ocupar cargo algum).

A Proclamação da República no país e as imposições da Lei da Separação do Estado das Igrejas, de 20 de abril de 1911, têm como consequência “substituir as Irmandades por associações culturais, cujos preceitos organizativos eram impostos pelo poder político” (Morgado, 2012). É neste enquadramento que a Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis de Loures é transformada, a 12 de dezembro de 1915, na Associação de Assistência e Beneficência de Loures Luís Pereira da Mota. Importa lembrar que, fruto dos tempos conturbados dos primeiros anos da República, a Igreja Paroquial de Loures fora saqueada e fechada ao culto em 1912, assim se mantendo até 1931. Atendendo à ligação entre Carvalho de Figueiredo e a Irmandade, ponderando o referido voto público de pesar da Associação sua sucedânea, poder-se-ia supor que o cadáver de Carvalho de Figueiredo tivesse sido transportado na carreta funerária entretanto adquirida pela Associação, de sua casa para o cemitério³. É certo que o corpo foi transportado em carreta, porque tal consta da notícia do *Diário de Notícias*, de 16 de março de 1917 (Sousa, 1930)⁴.



“Diário de Notícias”, de 16 de março de 1917. Recorte de jornal da coletânea “Episódios da Vida Médica”, vol. 40, p.12.

Segundo o já citado “In Memoriam”, o funeral partira da residência do médico, “O enterro foi d’uma imponência extraordinária, formando-se, desde a residência até ao

cemitério, alas compactas de toda a gente que vinha, banhada em pranto, dizer o ultimo adeus a quem fez tanto bem e tantas dôres mitigou”.

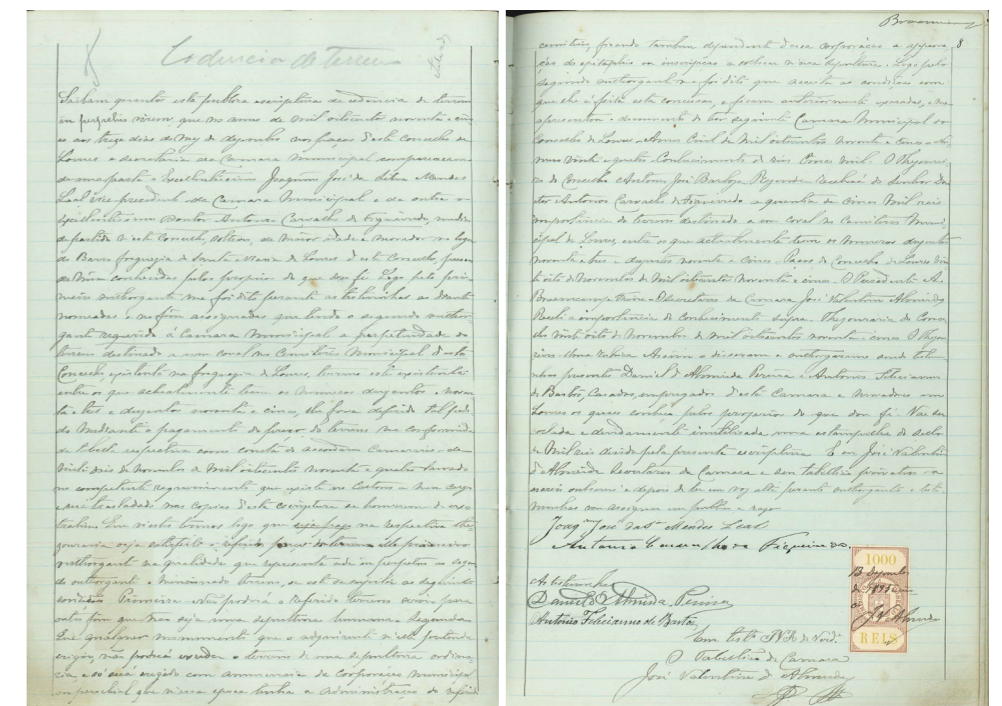
Em 1917, o *Imparcial*⁵ noticiara “O seu funeral que se realizou no dia 15 foi imponentíssimo, tendo-se representado várias agremiações, a Câmara Municipal, a Imprensa, etc, etc. Acompanhava, entre as duas mil pessoas, que tal era a assistência, as Sociedades Filarmonicas de Loures e Pinheiro que não tocaram por expressa determinação do finado. (...)”

À beira da campa falaram os snr. Raso Junior e Moreira Feio, enaltecendo o caracter do defunto, vendo-se durante o fúnebre cortejo correr as lágrimas de tantos olhos que não mais veriam o inesquecido amigo dos pobres.

Todo o comercio encerrou as suas portas em sinal de sentimento”.

Sepultura

Em 1895, o médico António C. de Figueiredo assinara escritura pública de cedência de terreno *in perpetuo*, para “sepultura humana”, no cemitério municipal de Loures. Sendo facultativo municipal e subdelegado de saúde esse



Escritura pública de cedência de terreno *in perpetuo*, 13 de dezembro de 1895, Paços do Concelho, Loures. Arquivo Municipal de Loures.

³ A 3 de dezembro de 1911, na sessão da Irmandade, é decidido o lançamento do concurso para aquisição de uma carreta funerária, “A carreta deve ser de boa madeira de olmo e casquinha. Descrição e entrega do trabalho a fevereiro de 1912” (Assunção, 2015).

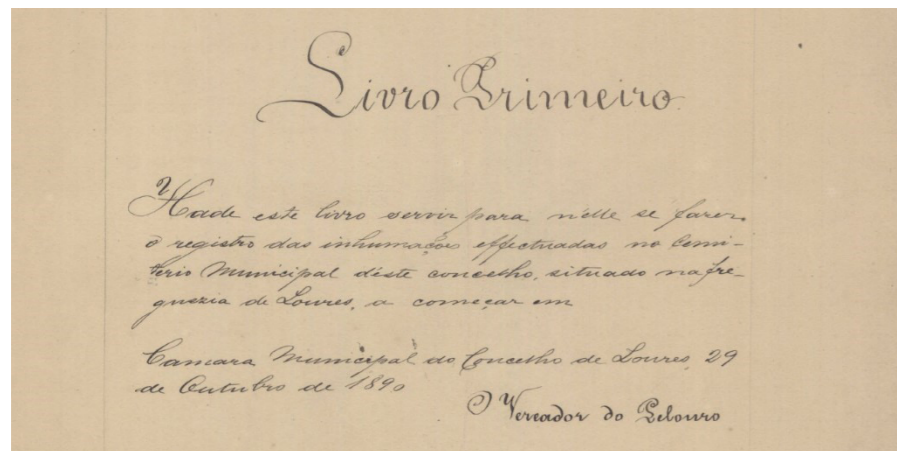
⁴ *Episódios da Vida Médica* é uma coleção de recortes de Imprensa, de 1881 a 1932, em 70 volumes, recolhidos pelo médico Joaquim Alfredo de Sousa, e que pertence à biblioteca do Hospital de São José (Quininha, 2008).

⁵ N.º 28, de 18 de março.

gesto seria o único expectável numa questão que implicava consequências ao nível da saúde pública, como era já bem-sabido pelos médicos-cientistas do séc. XIX.

O diploma legal proibindo os enterramentos nas igrejas é dezassete anos anterior ao nascimento do médico Carvalho de Figueiredo. No entanto, o concelho de Loures, à semelhança do que aconteceu um pouco por todo o país, demorou a colocar em prática as novas orientações políticas legisladas para os enterramentos.

Transcreve-se o testemunho de Joaquim Mendes Leal, contemporâneo dos acontecimentos, vereador com o pelouro dos cemitérios na Câmara Municipal de Loures entre 1893-1895, "Em 1836 sendo proibido no Reino enterros nas Igrejas; em Loures, somente em 1848 o foi, dividindo o grande adro em duas partes, sendo para cemitério desde a parede final ao nascente até meio onde se vê a porta travessa da Igreja, e para esse terreno então mudaram a cruz do adro"⁶.



Nota de abertura do primeiro livro das inumações do cemitério municipal do Concelho de Loures. À data, o cemitério da vila de Loures era o único, municipal, existente.

Os decretos de 21 de setembro e de 8 de outubro de 1835, proibindo os enterramentos dentro das igrejas, são diplomas legais decorrentes do desenvolvimento da medicina e da conseqüente mudança que se vai operando nas mentalidades, conduzindo ambos à implementação de conhecimentos emergentes no campo da saúde pública. Entre eles, os cemitérios públicos geridos pelas municipalidades vão, doravante, ser o espaço obrigatório para acolher os enterramentos.

O país demorou, no entanto, a acatar esta determinação. Até finais do séc. XIX e nalguns locais do país ainda nos

⁶ Em, *Admiravell Igreja Matriz de Loures*, de Joaquim José da Silva Mendes Leal, 1909, p. 127.

princípios do século seguinte, continuaram as sepultações dentro das igrejas, por insistência da população, qua assim se opunha ao poder político por razões de natureza e de crença religiosa. O processo demorou mais de meio século a implementar-se definitivamente em Portugal.

A nova norma vigente estipulava que todos os falecidos deveriam ser enterrados no cemitério público em sepultura individual, com uma determinada profundidade e a certa distância da mais próxima por um período de cinco anos. Os jazigos de família e as sepulturas perpétuas eram, e continuam a ser, abrangidos por normas próprias onde estavam presentes, igualmente, os doravante implementados princípios de saúde pública.

Mendes Leal escreveu⁷, "Depois de cinquenta e dois anos, em 1890 foi feito em um alto na distancia de cinquenta metros da Igreja o novo cemitério (segundo a lei) – e ahi o primeiro enterramento foi em 15 de novembro de 1890 de uma defunta; - assentamento n.º 154 do livro d'obitos de 1890 – sendo o ultimo coval no cemitério do adro o n.º 153"⁸.

Enquanto médico municipal, António Carvalho de Figueiredo confirmou o óbito ocorrido a 15 de novembro de 1890, de uma criança do sexo masculino. Tratando-se de um registo efetuado no Primeiro Livro de Inumações do Cemitério de Loures, cobrindo os anos 1839-1909, parece certo ser este o primeiro enterramento realizado no recentíssimo cemitério de Loures.

Carvalho de Figueiredo será enterrado no cemitério municipal no dia 15 de março de 1917, conforme consta da respectiva Ficha de Inumação e do Livro de Inumações.

Também a sua mãe e irmãs foram sepultadas no Cemitério de Loures, num outro coval. Em "publica escriptura de venda de terreno, quitação de preço e obrigação", as irmãs do falecido Carvalho de Figueiredo requerem "a compra de um metro de frente, por dois de fundo, de terreno, dentro do cemitério municipal desta freguesia de Loures, para colocação de uma lápide no coval numero cento e quatro, onde jaz sua mãe D. Amália Magna Farinha de Figueiredo, falecida no anno de mil novecentos e treze". Os segundos outorgantes, Maria Amália da Conceição Figueiredo e sua irmã Adelaide Magna de Figueiredo, requereram à Câmara

⁷ *Op.cit.*, p. 127.

⁸ Confrontando com os dados registados no primeiro *Livro de Inumações do Cemitério de Loures 1893-1909*, verifica-se que o primeiro registo de inumação, que aí é feito, corresponde a uma criança do sexo masculino e o segundo indivíduo inumado foi um adulto igualmente do sexo masculino. Há uma óbvia disparidade face ao que foi escrito por Mendes Leal, em 1909.

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
 INUMAÇÕES NO CEMITÉRIO MUNICIPAL 7 19

Nome do inumado *Dr. António Carvalho de Figueiredo*

Data da inumação *25.1.1913*

INUMADO na sepultura N.º *1* Fila *C* Talhão *2*
 no jazigo particular de _____

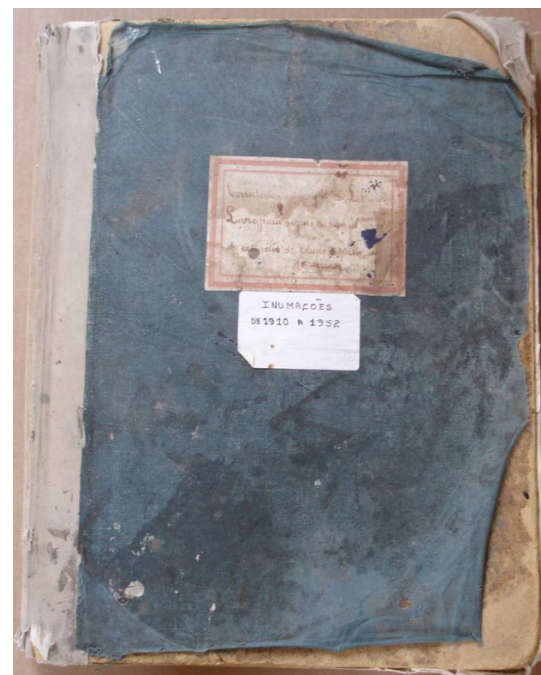
A sepultura é: temporária / perpétua

No caso de ser perpétua, pertence a _____

Conforme alvará camarário N.º _____ de _____

Grau de parentesco com o falecido _____

Ficha da inumação de António Carvalho de Figueiredo, no cemitério municipal.



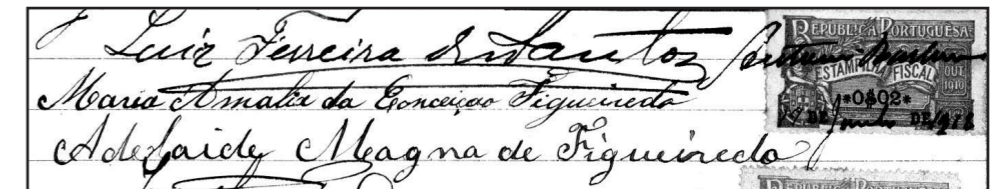
Livro de Inumações do Cemitério de Loures, anos de 1910 a 1958. Depositado no Arquivo Municipal de Loures.

ANO	MES	DIA	NOME	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO	CAUSA DA MORTE	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	GRAU DE PARENTESCO	DATA DA INUMACAO	LOCAL DA INUMACAO	TIPO DE INUMACAO
1913	Jan	25	Dr. António Carvalho de Figueiredo	M	25.1.1913	Fila C, Talhão 2	Perpétua
1914	M

Livro de Inumações do cemitério de Loures, anos 1910 a 1958, folha 21. Registo do óbito de António Carvalho de Figueiredo.

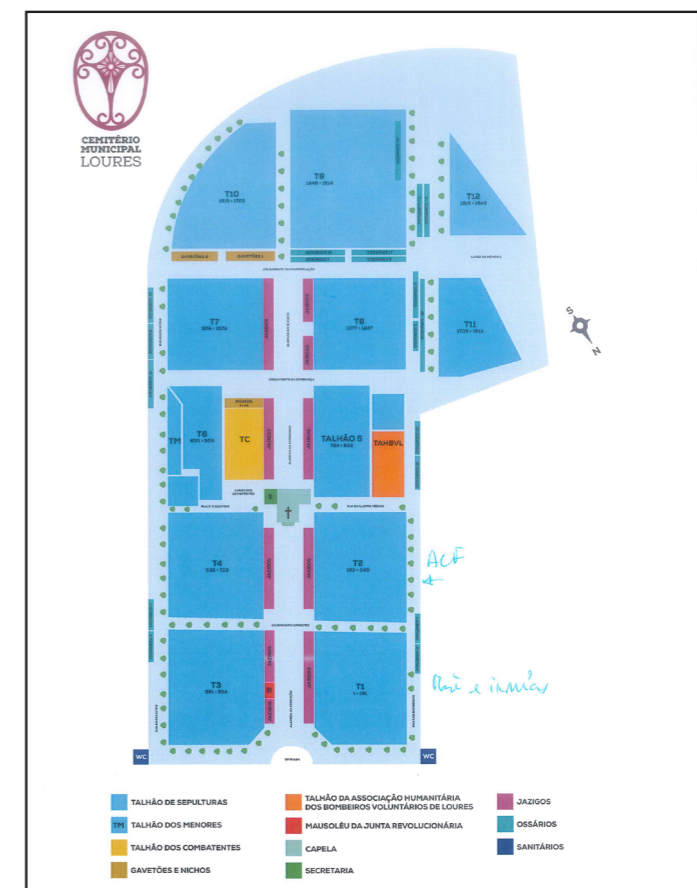
Municipal de Loures a compra de um talhão de terreno no cemitério de Loures, para colocação de uma lápide no coval nº 104, onde jaz sua mãe Amália Magna Farinha de Figueiredo, falecida em 1913.

A extinção da família, a partir de 1966, acabou por ter como consequência o total abandono dessa sepultura perpétua, que prescreveu⁹.



Assinatura dos segundos outorgantes, Maria Amália da Conceição Figueiredo e sua irmã Adelaide Magna de Figueiredo, na escritura em que requereram à Câmara Municipal de Loures a compra de um talhão de terreno no cemitério de Loures.

Para memória futura, fica o mapa do cemitério e a localização dos dois covais que pertenceram à família¹⁰.



Planta do Cemitério Municipal de Loures, com localização do talhão onde se localiza a sepultura do médico António Carvalho de Figueiredo (1G-307-60/1917) e do talhão onde esteve a sepultura de sua mãe, Amália Magna, e das duas irmãs, Maria Amália e Adelaide (6G-113-104/1913).

⁹ Presentemente o coval aguarda a venda em hasta pública. Informação que agradecemos à colega Eng^o Odete Lourenço. Escritura de compra do coval em Portal do Arquivo Municipal de Loures, Livros de Escritura, Liv^o 9, Fl. 93-95, de 19 de junho de 1918, em http://web001/digitalaraq/fo_pesquisa.aspx?procx=1ikZKNyVXW6FxmK72cudg==.

¹⁰ Mapa cedido pelo Departamento do Ambiente, Divisão de Serviços Públicos e Ambientais.

A morte do pai do médico ocorreu em 1870, pelo que é natural que o enterramento tenha sido feito no cemitério do adro da, então, Igreja Paroquial de Loures. Em data posterior ao encerramento desse cemitério, algumas inumações transitaram para os novos covais do Cemitério de Loures, conforme situações registadas no Livro de Enterramentos mencionado. Não se conhece, porém, informação idêntica para eventual trasladação dos restos mortais de António Carvalho de Figueiredo sénior, ficando a dúvida sobre o local efetivo do seu enterramento.

Os restantes membros da família, ficaram no Cemitério de Loures, a algumas dezenas de metros da residência de família. Não tendo havido descendência de Ana Amália falecida em 1966, as sepulturas ficaram sujeitas a um natural abandono. Os regulamentos dos cemitérios municipais estipulam prazos ao fim dos quais, mesmo as sepultura perpétuas, reverts para a posse do município¹¹.

Sabendo que essas circunstâncias eram as mesmas que envolviam a sepultura onde foram enterrados o médico e a sua única filha, é lícito perguntar como se explica que esta se tenha conservado no cemitério municipal.

A tal se deve nova circunstância e uma grande dose de acaso ... A primeira é ter sido feito, em 1994, um terceiro enterramento na sepultura perpétua comprada e registada pelo médico, ainda em finais do século XIX. Ana Amália, o último membro da família, morreu sem filhos aos 84 anos. Passados vinte e oito anos toma lugar na mesma sepultura o corpo de Cremilde, sua afilhada e sua protegida desde muito jovem. É com este enterramento que nova lápide com o nome da falecida, é colocada sobre a do médico, tapando-a integralmente.

Só o acaso irá corrigir o apagamento da sepultura de António Carvalho de Figueiredo.

Nos primeiros dias de março de 2013, o inverno provocou estragos um pouco por todo o país. No cemitério da cidade de Loures algumas árvores foram derrubadas por força do vento provocando inevitáveis estragos. Uma delas, tombando

¹¹ Em Edital de 15 de junho de 1969, a Câmara Municipal do Concelho de Loures "faz público que deliberou em sua reunião ordinária do dia 24 de Abril de 1969, aprovar o seguinte Regulamento do Cemitério Municipal de Loures". O articulado do Capítulo VI, Das sepulturas e jazigos abandonados, faz aplicar às sepulturas perpétuas o preceituado para os jazigos. Assim, consideravam-se abandonados, podendo declarar-se prescritas, as sepulturas cujos concessionários não fossem conhecidos ou residissem em parte incerta e não exercessem os seus direitos por período superior a dez anos, nem se apresentassem a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias, depois de citados por meio de éditos publicados em dois dos jornais mais lidos no concelho e afixados no lugar do estilo. O prazo contava-se a partir da data da última inumação." Corria a presidência de Joaquim Dias de Sousa Ribeiro.

sobre uma das sepulturas, quebrou a laje de cobertura. No rescaldo da ventania, no momento de avaliar os estragos, percebe-se que ali não fora quebrada apenas uma laje. Sobrepostas, com argamassa a prendê-las, encontraram-se duas lápides. A de baixo, mais antiga, vem a revelar-se ser a que assinala a sepultura do Dr. Carvalho de Figueiredo.

O acaso, por intermédio de um acidente natural, permite resgatar a lápide, mas também a sepultura do peso do esquecimento, para ser devolvida, como documento, ao cemitério e ao município.

A lápide sepulcral revelou-se uma surpresa. Por um lado, pela ausência de palavras de saudade familiar e, por outro lado, pela ausência de qualquer referência a elementos da família do médico. Não esqueçamos que deixa uma filha e que as duas irmãs lhe sobrevivem.

O que caracteriza esta lápide é uma lista de nomes gravada a todo o comprimento da pedra, mencionando os amigos que deixaram para a posteridade uma "singela homenagem" ao morto.

Quem eram esses *Amigos* que ficaram gravados na lápide sepulcral homenageando, para a posteridade, o Dr. António Carvalho de Figueiredo?



Lápide da sepultura de António Carvalho de Figueiredo, no estado em que ficou após queda da árvore. Cemitério Municipal de Loures. Fotografia de 6 de março de 2013 (Ana Cristina Oliveira)

“Dor. Francisco dos Reis Stromp. António Pereira da Cunha Sotto Mayor. Francisco Joaquim Murteira. António Saraiva. António José Barboza Rezende. Alfredo Maria de Avellar Telles. Manoel José de Carvalho. António Barboza”. Não é fácil obter informação sobre cada uma destas pessoas de modo a traçar um breve perfil individual, pelo que não é idêntica a apresentação de cada um destes Amigos. As vidas e os percursos de cada um, foram as mais diversas, em comum tiveram, conforme deixaram bem expresso, a Amizade que os uniu a Carvalho de Figueiredo.

Francisco dos Reis Lopes Stromp, foi diretor interino do Hospital de São José, diretor da Enfermaria de Nossa Senhora da Piedade do Hospital do Desterro,¹² diretor do Hospital da Estefânia e do Hospital de Arroios¹³. A 30 de Julho de 1899 sete médicos da direção da Associação de Médicos Portugueses¹⁴, entregam ao presidente do conselho uma representação sobre “Consultas médicas nas farmácias”, cujo relatório inclui cinco propostas. Entre os representantes encontra-se Francisco dos Reis Stromp e, também, Ernesto Farinha, primo de António Carvalho de Figueiredo, relator da representação¹⁵.

António Pereira da Cunha Sotto Mayor é um desconhecido. Pelos apelidos terá pertencido a importantes famílias onde se conhecem, por exemplo, banqueiros, proprietários, titulares, mas de que forma se terá construído a sua ligação a Carvalho de Figueiredo permanece uma pergunta sem resposta no momento. Interessante, porém, é a semelhança do seu nome com a pessoa que ocupou a presidência da Câmara Municipal de Loures, em dois mandatos, durante o período da monarquia constitucional, António Pereira de Sá Sotto Mayor foi 9º Presidente da Câmara Municipal de Loures, entre 2 de janeiro a 25 de fevereiro de 1908 e o 11º, nessas mesmas funções, entre 30 de novembro de 1908 e 4 de outubro de 1910¹⁶. Confirmar uma eventual ligação familiar entre ambos exigiria uma investigação genealógica aprofundada, algo que está longe do propósito do presente trabalho. Mas, ressalva-se, se considera ser uma etapa de trabalho necessário para colmatar o desconhecimento existente.

¹² Em, “Augusto Monjardino, Princípios de vida e de carreira médica nos hospitais civis de Lisboa e na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa”, *Rev. Port. De Cirurgia* (2010) (14): 117-123.

¹³ Em, https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Stromp

¹⁴ António Carvalho de Figueiredo foi sócio correspondente, com o número 337, da Associação dos Médicos Portugueses, precursora da atual Ordem dos Médicos.

¹⁵ Em, *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, pp. 131-136. Consultável em, http://www.cdf.pt/web3/ODF/Lote1/CDF-HEM-JSFL/CDF-HEM-JSFL-11S-005/CDF-HEM-JSFL-11S-005_item2/CDF-HEM-JSFL-11S-005_PDF/CDF-HEM-JSFL-11S-005_PDF_24-C-R0120/CDF-HEM-JSFL-11S-005_0002_123-244_t24-C-R0120.pdf

¹⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_da_C%C3%A2mara_Municipal_de_Loures

Francisco Joaquim Murteira é o único Amigo sobre o qual rigorosamente nada se sabe, embora se considere provável ter sido natural e/ou morador do município.

O amigo António Saraiva foi farmacêutico. Nasceu em Loures a 21 de janeiro de 1879 e aí viverá até à data da sua morte. Filho do merceiro Joaquim Saraiva “frequentou, enquanto jovem, a farmácia de Henrique César Farinha, talvez como aluno numa primeira fase, e depois como praticante”. António Saraiva, tal como a grande maioria dos farmacêuticos do seu tempo, habilitou-se ao acesso à profissão de farmacêutico pela via prática. “Praticou na Farmácia Farinha, e também na conhecida Farmácia Franco, em Belém; completou os oito anos de prática que a lei impunha; e apresentou-se a exame na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, em 24 de maio de 1902, ficando aprovado. Já farmacêutico terá continuado a exercer na Farmácia Farinha, adquirindo-a pouco tempo depois”.

Em 1910, António Saraiva era o farmacêutico de Loures. A partir de maio de 1912, a Pharmacia Saraiva passaria a funcionar no local onde hoje se encontra, no nº 71 da Rua da República, em Loures, num novo prédio acabado de construir¹⁷.

António José Barboza Resende foi funcionário das Finanças de Loures e nada mais se apurou sobre a sua pessoa, para este efeito.



Alfredo Maria de Avellar Telles, foto impressa na revista *Brasil-Portugal*.

¹⁷ António Groen Duarte, *A Farmácia Saraiva no “Quatro de Outubro*

Alfredo Maria de Avellar Telles seria um amigo de longa data uma vez que, em 1879, na tese inaugural, António Carvalho de Figueiredo inclui dedicatória “ao seu muito íntimo amigo Alfredo de Avellar Telles e Exma. Família”. Este *Amigo* trabalhou para a Secretaria da Junta de Crédito Público do Ministério das Finanças, como Chefe de Repartição, conforme consta em *Diário da República*, nº 111 - série 1, de 18 de maio de 1911. Na revista quinzenal ilustrada *Brasil-Portugal*, no artigo “A conversão da Dívida Externa” surge muito oportunamente um retrato de Alfredo Maria¹⁸.

Manoel José de Carvalho conheceu o médico em fevereiro de 1897. Por decreto do Ministério da Fazenda de então, foi enviado para Loures, deixando a sua terra de nascença para vir assumir as responsabilidades do trabalho em terra desconhecida. Com a implantação da República o Ministério da Fazenda, pelo Decreto de 8 de Outubro de 1910, passou a denominar-se Ministério das Finanças¹⁹. Com uma “carta de apresentação” chegou a casa de António Carvalho de Figueiredo, no Barro, e assim se conheceram. Vinte e um anos passados, foi este amigo que tomou para si a redação do “In Memoriam” dedicado ao médico e dado à estampa no jornal *Imparcial*.

António Barboza foi chefe de secretaria da Câmara Municipal de Loures e seu tabelião privativo, bem como pai de Joana, nascida a 6 de janeiro de 1890, a filha do médico.

Perante o texto gravado na lápide, a imaginação liberta-se teorizando sobre o porquê de a família não se ter feito presente na homenagem deixada para a posteridade ...

A morte de uma família

A morte física, a que está garantida a todos os seres vivos, está bem datada. Sendo necessário compreender a vida do falecido para abordar a sua morte, foram vários os momentos em que uma suspeita, uma neblina, um mistério, se fixou sobre aspetos da vida, e até da morte, de António Carvalho de Figueiredo, impedindo o seu efetivo entendimento.

Desde logo por ter sido pai e a filiação de sua filha natural ter tido sempre a menção a “mãe incógnita”. Reside aqui, neste episódio, uma infinidade de pressupostos e, seguramente,

¹⁸ *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, 16 de junho de 1903, nº 106, p. 149.

¹⁹ Em <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4224306>

um efeito em cadeia que se presente ter acompanhado a vida de todos naquela família.

Pondera-se se, em momento e por razões que ficaram no passado, terá tido António uma morte afetiva, prévia, para a sua filha. São algumas as provas do respeito que Ana Amália demonstrou pelo pai que foram reconhecidas ao longo da investigação, mas acumularam-se dúvidas sobre o amor que lhe tenha tido como filha. Embora à época respeito e amor filial se pudessem confundir, no íntimo de cada um os sentimentos seriam claros.

Em entrevista realizada a Amália Ofélia no dia 7 de dezembro de 2015, no Museu Municipal de Loures²⁰, a filha de Cremilde e a filha de Ana Amália, não recorda que a madrinha lembrasse ou falasse do médico, seu pai. Também não recordou a presença de qualquer fotografia de Carvalho de Figueiredo, ou da família, na posse de Ana Amália. Lembrava-se, sim, de uns pequenos recipientes em vidro, as ventosas, usadas pelo médico em tratamentos e que a madrinha lhe deixara, embora lhes tivesse já perdido o rasto.

“O esquecimento é a morte de tudo quanto vive no coração”, a frase é de Alphonse Karr (1808 – 1890).²¹

António Carvalho de Figueiredo voltou a morrer no momento em que a sua única filha decide alienar a Quinta da família, com a casa onde seu pai e suas tias nasceram e onde toda a família terminou os seus dias. Apenas Ana Amália escapará desse destino e por circunstâncias pouco felizes. A casa onde seu pai tinha construído e equipado um laboratório químico, onde foram realizadas investigações e produzidos resultados com impacto nacional. Acautelar, de alguma forma, esse espólio teria sido, assim se avalia, o mais natural.

Ana Amália de Figueiredo morreu solteira e sem filhos. O acaso determinou que estabelecesse uma ligação afetiva que durou para além da sua morte, com uma a filha, uma serviçal que entrara ainda criança ou já adolescente para o serviço da família Carvalho de Figueiredo. Entre as duas criaram-se fortes e efetivos laços de carinho, interrompidos pela morte da primeira. Todos os cuidados que a madrinha lhe dedicara ao longo da vida, desde muito cedo, foram retribuídos por Cremilde na velhice de Ana, nunca a desamparando. Quando Cremilde foi mãe, de um rapaz e

²⁰ Para efeitos da exposição biográfica “Cem anos após o desaparecimento ... António Carvalho de Figueiredo (1853-1917): O homem e a obra”, realizou-se entrevista a Amália Ofélia, bem como a várias outras pessoas que puderam dar testemunhos relacionados com a família Carvalho de Figueiredo a partir de experiências pessoais diretas ou indiretas.

²¹ Em, www.citador.pt

de uma rapariga, Ana Amália será igualmente madrinha da menina. A família de Cremilde decidirá mudar-se para o norte do país, para a terra de naturalidade do marido, onde desejam construir casa própria. Ana Amália, irá acompanhá-los e tudo indica que terá pensado não voltar mais ao Barro uma vez que se desfez de todos os seus bens²².

Demonstrando razões, cuja razão nos é agora difícil de apurar com segurança, vendeu todas as propriedades, por preços abaixo do valor das mesmas, vendeu a casa de família, ou seja, alienou todo o património de família. Aliás, património que ela própria aumentara com a aquisição de novas propriedades²³. Terá sido nesta fase, possivelmente, que todos os bens próprios de seu pai e entre eles, por exemplo, objetos pessoais, livros, o seu laboratório, tiveram um destino que se desconhece. Seria urgente fazer dinheiro, o património familiar herdado e aumentado, é alienado.



Ana Amália de Figueiredo, a primeira da esquerda, Paços de Brandão, em 18 de maio de 1954. Cremilde, o marido e os dois filhos são a família ao centro. Foto cedida ao Museu Municipal de Loures, em 2017, pela afillhada Amália Ofélia, a menina ao centro. O verso da fotografia tem dedicatória de prima Justina, que se crê ser da família do marido de Cremilde.

O casamento de Cremilde terminará em divórcio e as duas mulheres, com as duas crianças filhas de Cremilde, regressarão a Loures onde Ana Amália já não possui os bens que lhe tinham permitido viver dos rendimentos auferidos.

²² Cartório Notarial de Loures. *Livro de Averbamentos Diários de Escrituras*. Livro nº 2 (1921-1925): 1924-Fev-28 - venda / L. 148; f. 1. Livro nº 5 (1929-1931): 1929-Jul-15 - venda / L. 182; f. 5; 1930-Jul-01 - venda / L. 188; f. 33. Livro nº 6 (1931-1933): 1933-Mai-13 - venda / L. 202; f. 31. Livro nº 10 (1939-1941): 1940-Nov-26 - venda / L. 256; f. 33-v; 1941-Fev-20 - venda / L. 258; f. 24. 1941-Fev-20 - declaração de concessão / L. 258; f. 26 "Referente às heranças de Maria Amália da Conceição Figueiredo e de Adelaide Magna de Figueiredo que foram moradoras no barro"; 1941-Abr-12 - venda / L. 260; f. 3; 1941-Abr-12 - venda / L. 260; f. 5

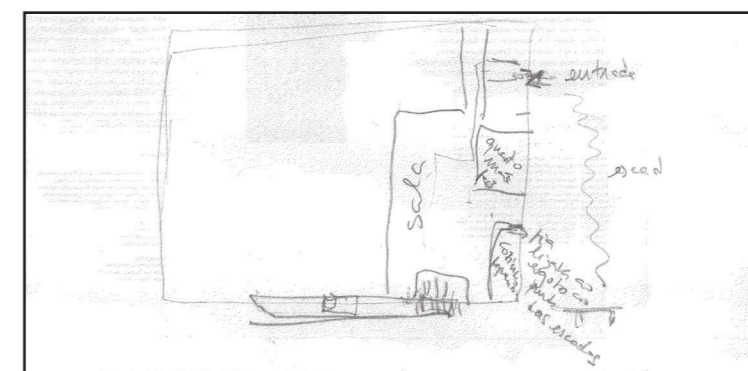
²³ Cartório Notarial de Loures. *Livro de Averbamentos Diários de Escrituras*. Livro nº 5 (1929-1931): 1929-Abr-02 - venda / L. 160; f. 25v.

Sabe-se que durante algum tempo Ana Amália viveu numa casa em Pinheiro de Loures, cedida por pessoa amiga, junto à EN8. As datas exatas são desconhecidas²⁴.

O novo proprietário da antiga casa da família Carvalho de Figueiredo procurou rentabilizar a propriedade ao máximo, dividindo-a em várias unidades familiares independentes, que aluga. Foi possível ter a descrição de dois dos espaços interiores da casa da família, partindo de testemunhos orais recolhidos e registados junto de antigos moradores ou dos seus descendentes. As águas furtadas da casa foram, igualmente, arrendadas para habitação, como foi confirmado por Maria Conceição Silva, que aí viveu com uma tia até à idade de casar²⁵. Foi, aliás, nas águas-furtadas que, na década de oitenta do século XX, se deu o incêndio que irá consumir todo o interior da casa, que ficou em ruína desde então.



Esboço do R/C da antiga casa de Carvalho de Figueiredo, nos anos em que foi ocupado pela família de João Batalha, enquanto jovem. A fachada da casa voltada à Calçada do Barro está voltada para a linha da base do papel. Esboço feito por Ana Cristina Farinha, em 20/11/2015, a partir do testemunho do Sr. Batalha



Espaço do 1º piso ocupada por outra família, a varanda está assinalada abaixo. O acesso era feito pela escada principal da casa. Esboço feito por Ana Cristina Farinha, em 20/11/2015, a partir da descrição de Maria Lucinda Carvalho, visita da família moradora, em entrevista realizada em 30 de novembro de 2015.

²⁴ Informação obtida em entrevista a João Batalha, realizada a 30 de novembro de 2015.

²⁵ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2015.

As antigas dependências de serviço, situadas num dos lados do pátio foram, igualmente, transformadas em residências e alugadas. Toda a área de terreno da quinta foi constituída em parcela que foi desanexada e onde veio a ser construído prédio multifamiliar de rendimento.

Sabe-se que, para as duas mulheres, as dificuldades colocadas por este regresso foram muitas. Ana Amália terminará os seus dias numa modesta casa do Barro, que não lhe pertencia, onde viveu com a afilhada e os filhos desta. Até ao fim da vida receberá a visita assídua de uma antiga amiga, mulher de António Saraiva, dono da farmácia do mesmo nome, em Loures, que lhe levava sempre um frasco de *Ceregumil*, um suplemento alimentar²⁶. A sua morte dá-se aos 84 anos de idade, no dia 24 de janeiro de 1966, “numa casa do lugar do Barro”, donde sairá para ser enterrada na mesma sepultura perpétua de seu pai. A população mais idosa do Barro conserva na memória a subscrição então realizada para pagar o seu funeral²⁷.

Se já existia previamente sepultura assegurada para Ana Amália de Figueiredo, numa das duas por onde se distribuía os seus familiares no cemitério de Loures, o mesmo não aconteceria com a sua adorada afilhada. Este pode ter sido um assunto falado entre as duas mulheres, à medida que o fim dos dias de Ana Amália se aproximava.

Os registos do cemitério de Loures comprovam ter sido Cremilde enterrada na sepultura perpétua do médico e a filha desta corroborou tratar-se de sua mãe, ali enterrada.

A terceira pessoa ali enterrada, cuja lápide cobriu a do médico era, afinal, a afilhada de Ana Amália de Figueiredo. A leitura que fazemos é a de se ter cumprido uma vontade das duas mulheres qua a morte não separou, reforçando o laço afetivo que tão fortemente as uniu em vida e que se captou ao longo da presente investigação.

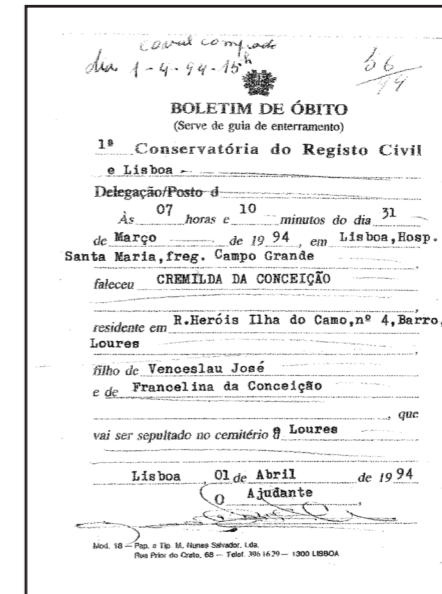
Uma nota manuscrita no boletim de óbito consultado nos serviços competentes da Câmara Municipal de Loures, esclarece que o coval onde baixou o corpo de Cremilde foi comprado no dia 1 de abril de 1994, ou seja, no próprio dia em que o corpo é enterrado.

António sofre nova morte quando o enterramento de Cremilde coloca uma pedra sobre a sua memória. A memória

²⁶ Informação prestada por Ofélia Amália, entrevistada no dia 7 de dezembro de 2015. O *Ceregumil Xarope*, “suplemento alimentar de alto valor nutritivo e energético, contendo todos os elementos nutritivos dos cereais, leguminosas, mel e açúcar no seu estado natural, considerando-se um suplemento alimentar indicado para: indivíduos que realizem atividades físicas ou intelectuais intensas, em casos em que seja necessário um aporte energético suplementar, estados de desnutrição e estados de debilidade muscular”, continua a ser vendido nas farmácias.

²⁷ Informação obtida na entrevista a João Batalha, no dia 30 de novembro de 2015.

é, afinal, a outra face da imortalidade, como escreve Vânia Maia em “Não quero morrer: teoria geral do esquecimento”.²⁸



Boletim de óbito de Cremilde falecida a 31 de março de 1994, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Nota manuscrita no canto superior direito refere “coval comprado dia 1-4-1994”.

Não se compreende, porém, o gesto, quiçá ingénuo, de apropriação da sepultura de António Carvalho de Figueiredo, tapando-a, apagando-a. O entendimento que se faz é que, em 1994, quando se impõe dar uma sepultura a Cremilde, a sepultura perpétua de Carvalho de Figueiredo surge como opção natural e o coval é comprado para se proceder a novo enterramento fora da família. Partindo do princípio que houvera, até à morte de Cremilde, algum desvelo desta para com a sepultura de sua madrinha, o certo é que, com a sua própria morte, a campa ficaria ao abandono. A compra do coval para enterrar Cremilde poderá ter dado seguimento a um plano antigo, mas efetivamente, legaliza a sua permanência na posse de uma nova família. A colocação da lápide foi, contudo, uma infelicidade que a ninguém pareceu mal.

Em jeito de conclusão, a morte do médico aconteceu em vários cenários e em vários momentos, consequência de doença que implicou a sua morte física, mas após esta, no seguimento de uma conjugação de situações que, direta ou indiretamente, tiveram origem na sua descendente natural e que virão a resultar no quase apagamento total de pistas físicas da sua existência.

Pretende-se resgatar essa memória ao reino de Hades, mundo esse onde se encontrava a sepultura física de António Carvalho de Figueiredo, que é hoje um documento ‘não-perdido’ e que se celebra como um dos retornos mais gratificantes da presente investigação.

²⁸ Revista *Visão*, de 26 de janeiro de 2017, <http://visao.sapo.pt/actualidade/visaose7e/ver/2017-01-26-Nao-Quero-Morrer-Teoria-geral-do-esquecimento> (Consultado em 13 de agosto de 2020).

Referências bibliográficas e fontes documentais

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório Notarial de Loures: *Liuro de index das notas (1878-1908), Averbamentos diários de escrituras 1908/1979.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa 1898-01-19/2011-08-03, <https://digitalr.arquivos.pt/details?id=7655610>.

Assunção, Ana Paula, *Luiz Pereira Motta. O legado na Associação Luiz Pereira Motta*, Ed. Associação Luiz Pereira Motta, Loures, 2015.

Azevedo, António, "António Carvalho de Figueiredo", *A Medicina Contemporanea*, nº 12, 1917.

Câmara Municipal de Loures, Arquivo Municipal de Loures: *Livros Escrituras*, http://web001/digitalarq/fo_pesquisa.aspx?procx=likZKNyVXW6Fxmky72cudg;Reuniões de Câmara; Correspondência Recebida.

Câmara Municipal de Loures, Departamento do Ambiente, *Registo das Inumações do Cemitério Municipal do Concelho de Loures; Ficha da inumação de António Carvalho de Figueiredo.*

"A conversão da Dívida Externa", *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, 16 de junho de 1903.

Diário da República, série I, nº 111, 18 de maio de 1911.

"Ecos Mundanos", *Imparcial*, 11 de março de 1917.

Figueiredo, Fernando, "A morte em Sintra no princípio do século XX". Comunicação apresentada ao *III Encontro de História de Sintra*, Alagares-Associação Cultural, a 4 de Maio de 2007: <https://www.alagares.com/a-morte-em-sintra-no-principio-do-seculo-xx/> (consultado em "In Memoriam", *Imparcial*, 14 de março de 1918.)

Leal, Joaquim José da Silva Mendes, *Admiravell Igreja Matriz de Loures*, Loures, 1909.

Maia, Vânia, "Não quero morrer: teoria geral do esquecimento", *Revista Visão*, 26 de janeiro de 2017: <http://visao.sapo.pt/actualidade/visaose7e/ver/2017-01-26-Nao-Quero-Morrer-Teoria-geral-do-esquecimento>

Morgado, Fátima C. C. , *A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Caneças na transição da Monarquia Constitucional para a República: impacte da revolução republicana nas sociabilidades religiosas*, Dissertação de Mestrado em História, Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: ... 2012

Quininha, Ana, *Episódios da Vida Médica*, CHLCEPE, 2008: file:///C:/Users/Ana/Downloads/Epis%C3%B3dios%20da%20Vida%20M%C3%A9dica%20PDF.pdf

Sousa, Alfredo de, "Episódios da Vida Médica", *Coletânea de recortes de imprensa*, Biblioteca do Hospital de S. José, Vol. 21, p. 80; vol. 40, p. 12; vol. 42, p. 98, Lisboa, 1930.

ARQUIVO MUNICIPAL DE LOURES: Livros Escrituras, ,13 de dezembro de 1895; Livros Escrituras, Livro 9, Folha 93-95, 19 de junho de 1918: http://web001/digitalarq/fo_pesquisa.aspx?procx=likZKNyVXW6Fxmky72cudg==;Minuta da ata da Reunião de Câmara, 14 de março de 1917; Correspondência Recebida, nº 33, 22/4/1917

Boletim de óbito de Cremilde, 31 de março de 1994.

INTT , *Cartório Notarial de Loures. Livro de Averbamentos Diários de Escrituras*, Livro nº 2 (1921-1925): 1924-Fev-28 – venda / L. 148; f. 1. Livro nº 5 (1929-1931): 1929-Abr-02 – venda / L. 160; f. 25v; 1929-Jul-15 – venda / L. 182; f. 5; 1930-Jul-01 – venda / L. 188, f. 33. Livro nº 6 (1931-1933): 1933-Mai-13 – venda / L. 202; f. 31. Livro nº 10 (1939-1941): 1940-Nov-26 – venda / L. 256; f. 33-v; 1941-Fev-20 – venda / L. 258; f. 24. 1941-Fev-20 (declaração de concessão / L. 258; f. 26 "Referente às heranças de Maria Amália da Conceição Figueiredo e de Adelaide Magna de Figueiredo que foram moradoras no barro"; 1941-Abr-12 – venda / L. 260; f. 3; 1941-Abr-12 – venda / L. 260; f. 5

António Carvalho Figueiredo e Eugène - Louis Doyen.

O XV Congresso Internacional de Medicina - Lisboa 1906

José Luís Dória
Instituto de Higiene e Medicina Tropical
jdoria@netcabo.pt

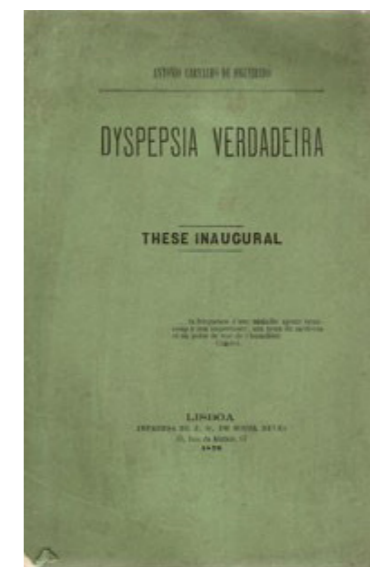
António Carvalho Figueiredo (Loures, 1853 – Loures, 1917) foi um atento observador da evolução da Medicina e da Cirurgia do seu tempo. Formou-se na Escola Médico Cirúrgica de Lisboa em 1879, com a tese inaugural intitulada “Dyspepsia Verdadeira”. Concluído o curso optou pelo exercício da profissão nas zonas rurais próximas da capital, em particular na região de onde era natural e, após uma curta passagem pelo município de Sintra, tomou posse do cargo de médico municipal nos Olivais, a 30 de Abril de 1886, competindo-lhe assistir às freguesias de Loures, Frielas e Lousa. Um ano depois, a 12 de Abril de 1887, foi nomeado Médico Municipal da Subdelegação de Saúde do então recente Concelho de Loures¹.



António Carvalho Figueiredo (1853 –1917)

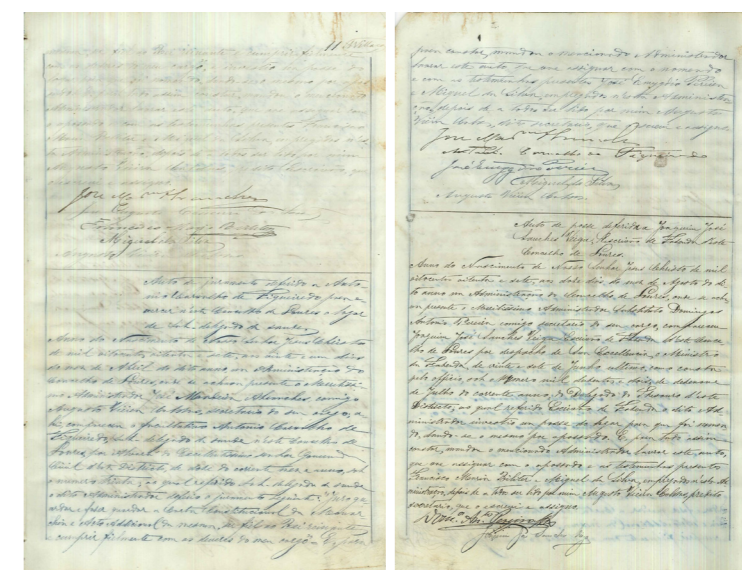
¹ Desde 26 de Julho de 1886, Loures constituía um município próprio, agregando áreas destacadas de Belém e dos Olivais, mas a efetiva autonomia como concelho aconteceu só a 2 de Janeiro de 1887, com a eleição do primeiro presidente do Município. Loures só foi elevada à categoria de cidade a 9 de Agosto de 1990.

Carvalho Figueiredo nasceu e viveu no lugar do Barro, à periferia de Loures. Nunca casou, mas teve uma filha, Ana Amália, que perfilhou e com quem sempre viveu. Foi a sua única herdeira e, morrendo solteira e sem geração, nela se extinguiu a descendência do médico.



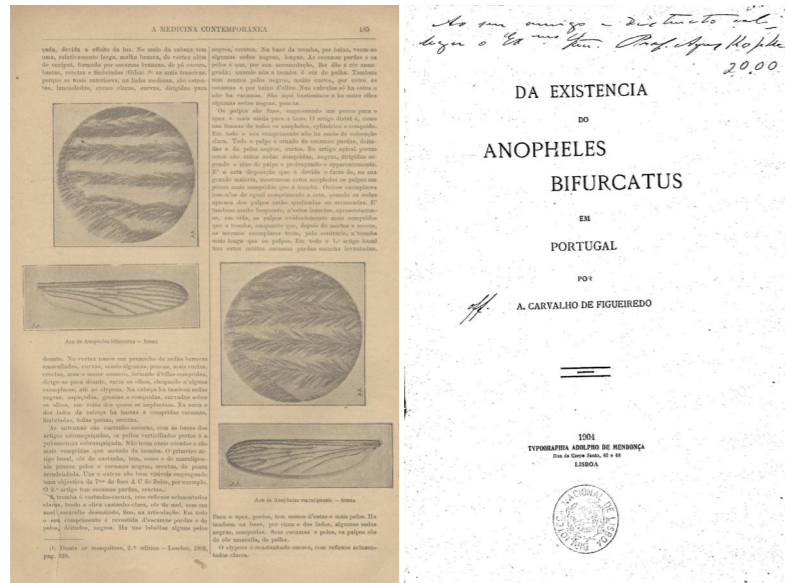
“Dyspepsia Verdadeira”, tese inaugural, 1879 (MML/CDABF)

Até morrer, António Carvalho Figueiredo permaneceu no cargo de Subdelegado de Saúde de Loures, exercendo-o com grande competência e humildade: – “Não sei nada. Todos os dias tenho que aprender!”, afirmava com frequência. Também por isso, em paralelo, não descuro de se atualizar e de prosseguir com alguma investigação médica e de saúde pública, especialmente nas áreas da bacteriologia e da parasitologia, o que fez num improvisado laboratório, na sua residência do Barro.



Juramento como subdelegado de Saúde de Loures, 21 de Abril de 1887 (Arquivo Municipal de Loures)

Publicou no “Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa”² e na “Medicina Contemporânea”³, com especial relevo para o trabalho “Da Existência do Anopheles Bifurcatus em Portugal”, que mereceu uma separata individual. Os trabalhos foram reconhecidos, louvados e citados pelos seus contemporâneos, destacadas personalidades da medicina portuguesa: Ricardo Jorge, Morais Sarmiento, Câmara Pestana, Miguel Bombarda, António de Azevedo e Bello de Morais⁴.



A. Carvalho de Figueiredo, “Da Existência do Anopheles Bifurcatus em Portugal”, 1904. Publicação na Medicina Contemporânea, nº 7, 1904, pag 184 - 187 e 223 - 225 e respetiva separata dedicada a Ayres Kopke. (Biblioteca Nacional de Lisboa / Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Biblioteca)

António Carvalho de Figueiredo foi membro da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, por proposta de Guilherme de Oliveira Martins e de José Tomás de Sousa Martins e, ainda, desde a fundação, foi sócio correspondente (por residir fora de Lisboa) com o nº 337, da Associação dos Médicos Portugueses, antecessora da atual Ordem dos Médicos.

Republicano, sabe-se apenas de escassa intervenção político-administrativa, desprovida de ideologias, inserida

² “Loures e arredores - Comunicação de António Carvalho Figueiredo”, in “Resumo dos casos graves e de contágio da atual epidemia de Lisboa (apurados nas respostas à circular que a Sociedade das Ciências Médicas dirigiu a todos os médicos do paiz)” - *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*, nº 7 e 8, Julho e Agosto de 1894, pag 262 a 270.

³ António Carvalho Figueiredo, “Seis Ténias n’uma creança de 3 mezes e 23 dias” - *A Medicina Contemporânea*, V Ano - Nº30, de 24 de Julho de 1887, pag 234 e 235 e VI Ano - Nº26, de 24 de Junho de 1888, pag 207-209.

⁴ Como exemplos temos as referências aos estudos de Carvalho de Figueiredo, sobre a doença do sono, na tese de António Francisco de Azevedo: “Algumas Palavras Sobre a Doença do Somno” [Dissertação Inaugural], Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, 1891 e n’ “A Medicina Contemporânea”, Nº 12, 1917, pag. 96; ou ainda na referência feita por Bello de Morais em “A Medicina em Portugal”, capítulo no livro “Notas sobre Portugal” Volume I, publicado para a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1908 - Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pag.616.

em pareceres que emitiu enquanto vogal da efêmera Junta dos Partidos Municipais, criada pelo decreto de 25 de Maio de 1911.

Há nota de ter frequentado os primeiros Congressos Nacionais de Tuberculose - o primeiro realizado em Coimbra, em 1895, e de ter acompanhado, desde a primeira hora, as sessões administrativas da Assistência Nacional aos Tuberculosos, que a rainha D. Amélia fundou em 1899. Assistiu igualmente ao Congresso dos Médicos Municipalistas, realizado em Lisboa de 15 a 20 de Fevereiro de 1911. Também esteve presente no XV Congresso Internacional de Medicina - Lisboa, Abril 1906.

Embora exercendo em meio rural não se isolou dos progressos e da organização da Medicina, como também não foi esquecido interpares: Quando da preparação do XV Congresso Internacional de Medicina, Miguel Bombarda enviou-lhe convite, com insistências, para integrar a organização da Secção de Patologia Geral, Bacteriologia e Anatomia Patológica, a III Secção do Congresso, a que Aníbal de Bettencourt presidiu. Porém, o médico de Loures declinou essa honra alegando falta de tempo, mas a 21 de Março de 1906 inscreveu-se como assistente e frequentou o Congresso, na medida em que o permitiram as suas tarefas da assistência médica, em Loures.

Fig. 5 - Textos nas cartas de Miguel Bombarda, dactilografadas e dirigidas a António Carvalho de Figueiredo, com o pedido para colaborar na organização da 3ª Secção do XV Congresso internacional de Medicina. (originais no A.N.T.T. - XV Congresso Internacional de Medicina - 1906. Correspondência Expedida, Livº1 00249, 00337)

Lisbonne, 28/1 - 1904

Monsieur et très honoré confrère
 Au nom du Comité exécutif du Congrès de 1906, et en celui de Messieurs le Président et le Secrétaire responsables de la 3e section (Pathologie générale, Bactériologie et Anatomie pathologique, j'ai l'honneur de vous inviter à prendre part aux travaux d'organisation de cette Section, à titre de Membre .
 Je vous prie, Monsieur, de vouloir bien m'informer de votre acceptation le plus tôt possible et d'agréer, avec mes remerciements anticipés, l'assurance de ma toute considération

Le Secrétaire General
 a) Miguel Bombarda

.....

Lisbonne, 12/3 - 1904

Monsieur et très honoré confrère
 J'ai eu l'honneur de vous demander, dans une lettre antérieure, votre participation aux travaux d'organisation de la section de Pathologie générale, Bactériologie et Anatomie pathologique du Congrès de 1906, mais je n'ai pas eu le plaisir d'une réponse.
 Très prochainement nous allons publier le premier numéro du Bulletin du Congrès, dans lequel devra être rendue compte de l'organisation des différentes sections.
 Si je ne reçois donc pas, dans un bref délai, votre acceptation, je serai forcé à considérer votre silence comme refuse de prêter votre concours dans la préparation du dit Congrès.
 Veuillez agréer, Monsieur, l'assurance de ma haute considération

Le Secrétaire General
 a) Miguel Bombarda



Sessão solene de abertura do XV Congresso internacional de Medicina, realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa ("O Ocidente", n.º 984, 1906)

O XV Congresso Internacional de Medicina realizou-se em Lisboa, em Abril de 1906. À época esses Congressos Internacionais eram um dos eventos mais importantes para a divulgação dos progressos da Medicina e da Cirurgia, reuniões que juntavam os mais influentes médicos e investigadores de todo o Mundo. A Lisboa vieram 1762 congressistas, oriundos de países de todos os continentes. Conforme Miguel Bombarda, Secretário Geral e organizador do Congresso, referiu na Sessão de Abertura: "era a atualidade da ciência que estava em jogo naquele banquete científico" que iria decorrer na capital portuguesa. Na sua alocução inicial, Costa Alemão, Presidente do Congresso, salientou os 10 anos decorridos sobre a descoberta dos raios X, feita por Roentgen; referiu que passavam dois anos desde que Roux e Metchnikoff tinham explicado melhor a sífilis e a ação do seu agente, o treponema pálido; lembrou que se começava então a compreender melhor o papel dos vetores em algumas doenças, como o do mosquito no paludismo, ou o ciclo do tripanossoma na doença do sono; davam-se os primeiros passos para a profilaxia, o tratamento e o controlo do flagelo da tuberculose, cujo agente tinha sido identificado por Kock em 1883; muito havia que esperar também das promissoras aplicações da luz e das radiações na Medicina, da análise dos fenómenos psíquicos, da seroterapia e das vacinas.

Das intervenções estrangeiras nessa sessão solene, referimos apenas a do representante do Mónaco, que salientou as ligações entre o príncipe Alberto, o Principado e

⁵ No rescaldo do XV Congresso formou-se a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e um Observatório/Estação de Biologia Marítima, que ficaram sediados no Aquário Vasco da Gama.

as pesquisas oceanográficas do rei português, D. Carlos⁵.

Da plêiade de médicos estrangeiros que estiveram em Lisboa, citam-se: o norueguês Armauer Hansen, que identificou o bacilo da lepra; os alemães, Heinrich Waldeyer, investigador da teoria dos neurônios e do anel linfático/imunológico tonsilar, Heinrich Quincke, do angioedema e introdutor da punção lombar, diagnóstica e terapêutica, e Albert Neisser, que descobriu o bacilo da gonorreia; de França vieram, Charles Louis Laveran, que desvendou os protozoários causadores do paludismo e da doença do sono e foi laureado com o prémio Nobel em 1907, Adolphe Pinard, obstetra de renome e pioneiro da perinatologia, Alexis Carrel, prémio Nobel em 1912, com as técnicas de suturas vasculares, abrindo caminho para os transplantes de órgãos; o madrilenho Santiago Ramon y Cajal, das sinapses nervosas e prémio Nobel em 1906; Paul Ehrlich, da Prússia, defensor da quimioterapia nas infeções, através dos recetores específicos, a "bala mágica" e introdutor do Salvarsan para o tratamento da sífilis, também Nobel da Fisiologia e Medicina em 1908, conjuntamente com Metchnikov; Ilya Metchnikov, da Rússia, pioneiro nas pesquisas do sistema imunológico e da fagocitose; Oswaldo Cruz e Carlos Chagas vieram do Brasil, bacteriologistas, epidemiologistas e sanitaristas, dedicados ao combate da febre amarela, do paludismo, da tripanossomíase americana e de outras doenças transmitidas por vetores; o austríaco Karl Landsteiner, investigador dos grupos sanguíneos e Nobel em 1930.

Foram mais de 500 as comunicações livres apresentadas no XV Congresso Internacional de Medicina, conjugadas nos 134 temas distribuídos pelas 17 Secções, algumas delas subdivididas. Outro aspeto inovador do Congresso foram as sessões práticas de demonstração e as projeções de cinematografia.

No rescaldo do XV Congresso, a 6 de Maio de 1906, Miguel Bombarda, satisfeito, mas como sempre exigente, escreveu na "Medicina Contemporânea", sob o título "Ensinamentos do Congresso": "A hora não é porém para orgulhos e envaidecimentos, mas antes para lição. Os médicos portugueses acabam de se achar envolvidos no mais agudo movimento científico dos tempos presentes e viram de quanto são capazes [...]. Pela perfeita facilidade linguística com que intervieram nas discussões, pela aisance em que estiveram em todas as questões debatidas, pela orientação toda moderna do seu psiquismo, enfim pela excelência dos relatórios que produziram - excelência em método como em crítica e em saber -, os médicos portugueses honraram o Congresso como honraram a sua terra [...]. Mas ainda há que ir mais longe. O Congresso de Lisboa foi uma revelação para o médico português, porque lhe incutiu a consciência do seu

próprio valor [...]. Pertence-lhe levantar no mundo o nome de Portugal [...]. Que a ideia da pátria nos dê a tenacidade que tanto nos escasseia e tentemos ocupar lugar honroso no conclave das nações”.

Eugène Louis Doyen foi um dos médicos que esteve em Lisboa para participar no XV Congresso Internacional de Medicina, integrando a delegação francesa.

Tinha uma personalidade de características opostas às do seu colega português, António Carvalho de Figueiredo: - À modéstia de Figueiredo, Doyen contrapunha a vaidade e o autoelogio, era autoritário, arrogante e polémico, intervinha nas discussões públicas sobre a medicina, sobre o ensino, na política e na sociedade; Em vez de

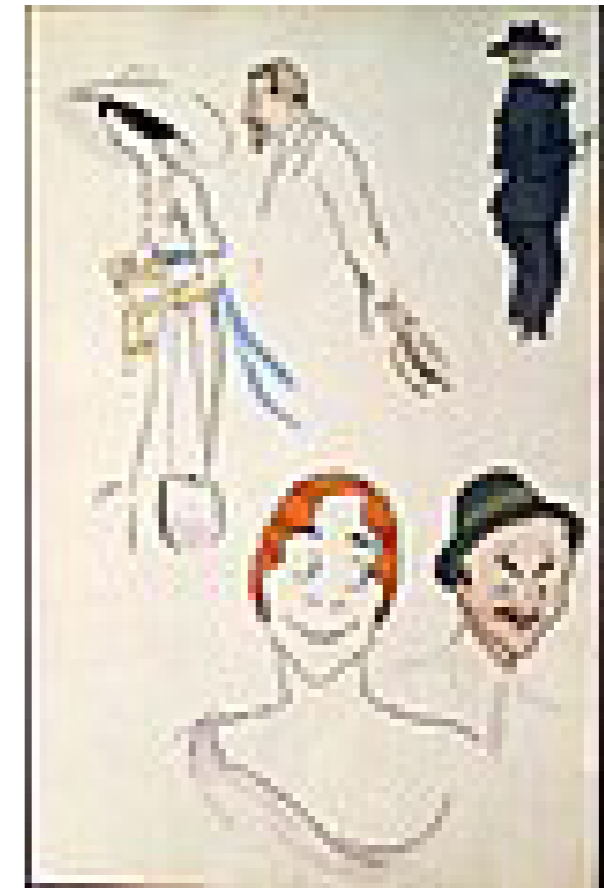


Eugène-Louis Doyen. (1895 - 1916)

uma vida familiar recatada, optou por um percurso tumultuoso e divorciou-se, deixando a mulher com três filhos, escolhendo exibir-se nos meios mundanos parisienses, para depois casar pela segunda vez com uma atriz; Do retiro para um ambiente mais clamoroso e o exercício profissional na terra de onde era natural, como fez Carvalho de Figueiredo, Doyen preferiu antes o retorno à capital, a Paris, cidade irrequieta onde se promoveu e à sua atividade médica, algumas vezes com recurso a métodos eticamente criticáveis. Enriqueceu.

Doyen nasceu em Reims, em 1859 e formou-se em Medicina em Paris, onde faleceu, em 1916. Em 1881

foi interno no Hospital Tenon, de Paris. Estagiou na Alemanha, em Heidelberg e em Würzburg, bem como em Viena de Áustria. Na capital francesa, em 1885, defendeu tese sobre “O Bacilo da Cólera”, elaborada no Instituto Pasteur. Pouco depois regressou a Reims, onde ensinou Patologia Cirúrgica, Medicina Operatória e foi agregado de Cirurgia e Partos. Mas em 1896 retornou a Paris, para se fixar em definitivo e prosseguiu toda a sua carreira polifacetada, médica e social.



Sátira à vida mundana de Eugène-Louis Doyen, num desenho de SEM (Bibliothèque Interuniversitaire de Santé - Paris)

Muito crítico do sistema de ensino médico parisiense, que acusou estar dependente dos “mandarins da ciência”, bateu-se pela sua independência do controlo estatal, defendeu um ensino mais prático, com professores em exclusividade e remunerados em função do número de alunos que frequentassem as aulas e do seu aproveitamento. Em coerência, recusou um lugar de assistente investigador no Instituto Pasteur de Paris, que implicava também abandonar a cirurgia e a medicina privada. Fundou em Paris a sua própria clínica, o Instituto Médico Doyen, na rua Piccini, com sala operatória própria circundada por um anfiteatro onde fazia demonstrações e exibia as suas técnicas cirúrgicas, para assistências compostas por estudantes de medicina e jovens

cirurgiões, mas também para alguns médicos de renome internacional de visita à capital francesa. Agregadas ao Instituto abriu, também em Paris, cerca de 20 clínicas subsidiárias, frequentadas pela elite da sociedade.

Eugène Doyen destacou-se também no desporto, na ginástica, na natação, como atirador de mérito e como um excelente esgrimista. Dedicou algumas das suas investigações às relações entre a medicina e o desporto, em particular no tiro e na esgrima. Com a colaboração pontual de Gustave Eiffel fez estudos sobre física, sobre mecânica e sobre balística. Nos estudos de balística utilizou a fotografia e a cinematografia aplicadas aos projéteis, à sua composição, ao calibre e à relação da distância do disparo com os ferimentos provocados. Estes estudos desapareceram subitamente do Instituto Doyen logo após a morte do cirurgião, pensa-se que roubados por um espião ao serviço dos japoneses, que era visita frequente no Instituto. Estávamos no fim de 1916, no auge da I Grande Guerra.



Uma sessão para demonstração da cirurgia, na sala operatória do Instituto Doyen, com Rodolfo Virchow na assistência, 1904

Agastado com a destruição da sua cidade natal, Doyen desenhou também um morteiro de 120mm, deslocável sobre rodas, para ser utilizado na defesa da cidade. Contudo, a arma só foi fabricada após a sua morte e, embora tivesse uma utilização limitada, permanecem ainda os seus cálculos como base para este tipo de armamento militar.

Republicano e maçónico, Eugène Louis Doyen tentou também, em 1904, o seu espaço na cena política francesa,

como candidato ao Parlamento pela 2ª circunscrição de Paris. Apresentou-se como independente social-republicano, da ala esquerda. Numa entrevista que concedeu à Gazeta Médica de Paris, o articulista concluía: "Um Cirurgião na Câmara! será bem-vindo. Muitos com este pensamento dirão que só um cirurgião saberá lidar com as feridas do regime, da mesma forma como utiliza os ferros na cirurgia e assim curar rapidamente o mundo político. Convenhamos que os escândalos são inúmeros, e o corpo doente deste regime clama por um tratamento enérgico. É necessário um cirurgião – será Doyen ou um outro?". Mas os desentendimentos com a Academia e a Faculdade de Medicina de Paris denegriram-lhe o percurso e tolheram-lhe as aspirações, confrontando-o com a acusação de tendências monárquicas pelas suas ligações a Alberto I do Mónaco, fundador do Instituto Oceanográfico de Paris e do Aquário e Museu Oceanográfico de Monte Carlo / Mónaco, pese embora essa relação fosse apenas no âmbito científico e da investigação.

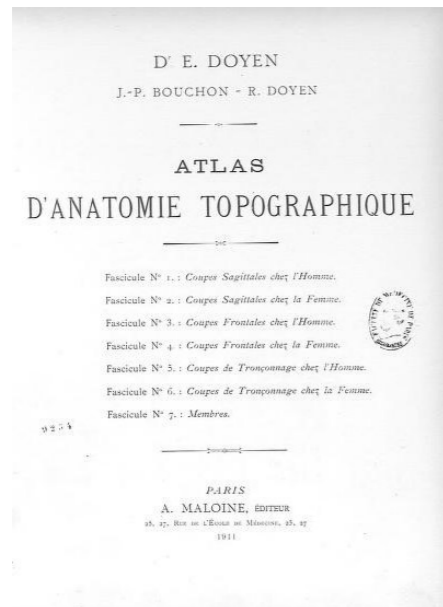
Os inúmeros interesses e a personalidade multifacetada de Eugène Doyen brilharam sobretudo na medicina, na bacteriologia e na cirurgia. Tinha visão larga para a investigação, era um exímio cirurgião, foi pioneiro em muitas técnicas, em formas de ensino e na divulgação da ciência.

Em vários congressos apresentou trabalhos pioneiros, embora por vezes controversos, com investigações, teorias e terapêuticas inéditas. Aclamados por muitos dos seus colegas estrangeiros, os trabalhos foram frequentemente censurados pelos médicos e a academia francesa, que o acusaram de experimentalismo, propaganda pessoal e falta de ética, mas também por alguma inveja.

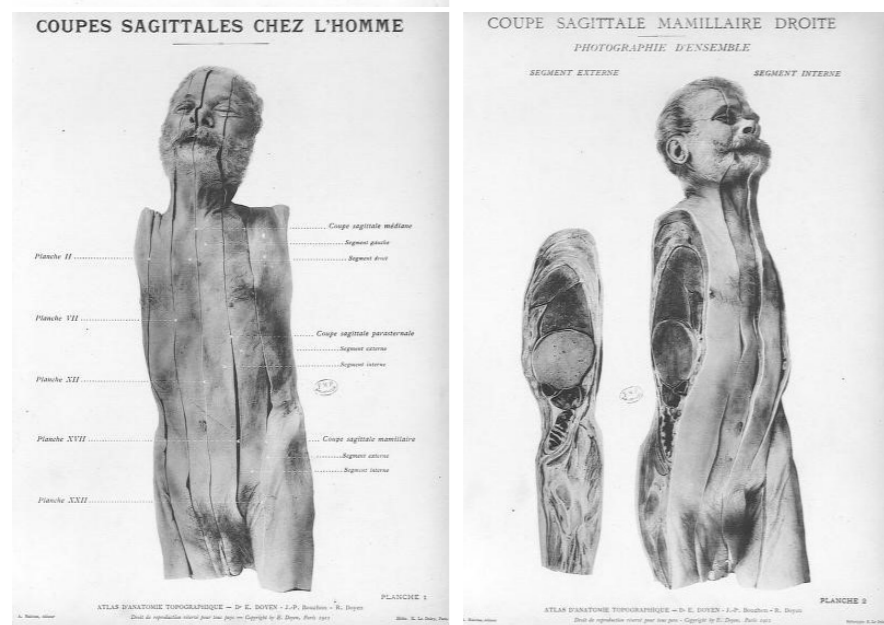
De todas as suas contribuições bibliográficas talvez a mais marcante seja o "Atlas d' Anatomie Topographique", publicado em 1911, que antecipou em várias décadas obras congêneres aconselhadas na maioria das Faculdades de Medicina. A percepção tridimensional do corpo humano, que permitia mediante os cortes paralelos em série, teve um especial apreço entre os cirurgiões.

No tratamento do cancro Doyen utilizou a eletricidade para destruir pelo calor (56°C) as células neoplásicas residuais. Fez transplantes de tecido cancerígeno mamário, avascular, para a outra mama, na tentativa profilática de criar um mecanismo imunitário, adjuvante da sua cirurgia extrativa.

Defendeu a génese infecciosa das neoplasias, como sendo causadas por um "micrococcus neoformans" (o micróbio de Doyen).



O "Atlas d'Anatomie Topographique", Vol-I, 1911 (Bibliothèque Interuniversitaire de Santé - Paris)



Sátiras aos medicamentos imunizantes de Doyen ("L'Assiette au Beurre"-Nº 187, 9 de Outubro de 1904 ;Bibliothèque Interuniversitaire de Santé- Paris)

e na divulgação. A "cama de Doyen" foi precursora das atuais marquesas das salas operatórias; alguns ferros cirúrgicos que idealizou conservam ainda o seu nome – como a pinça e o afastador de Doyen; foi pioneiro a utilizar a eletrocoagulação, a aspiração sanguínea nas áreas da intervenção, os equipamentos e as luvas esterilizadas para o cirurgião e ajudantes, os tecidos estéreis nos campos operatórios.

Além das apresentações orais em congressos, das sessões com demonstrações cirúrgicas realizadas no seu Instituto, da vasta bibliografia que publicou sobre cirurgia, Doyen inovou ainda ao utilizar a fotografia e o cinema para divulgar as suas técnicas cirúrgicas. Estava na vanguarda do equipamento de fotografia e de cinematografia aplicado à medicina e à física, fez experiências de estereocinematografia (1913), de microcinematografia (1911) e até de filmes a cores (1912).

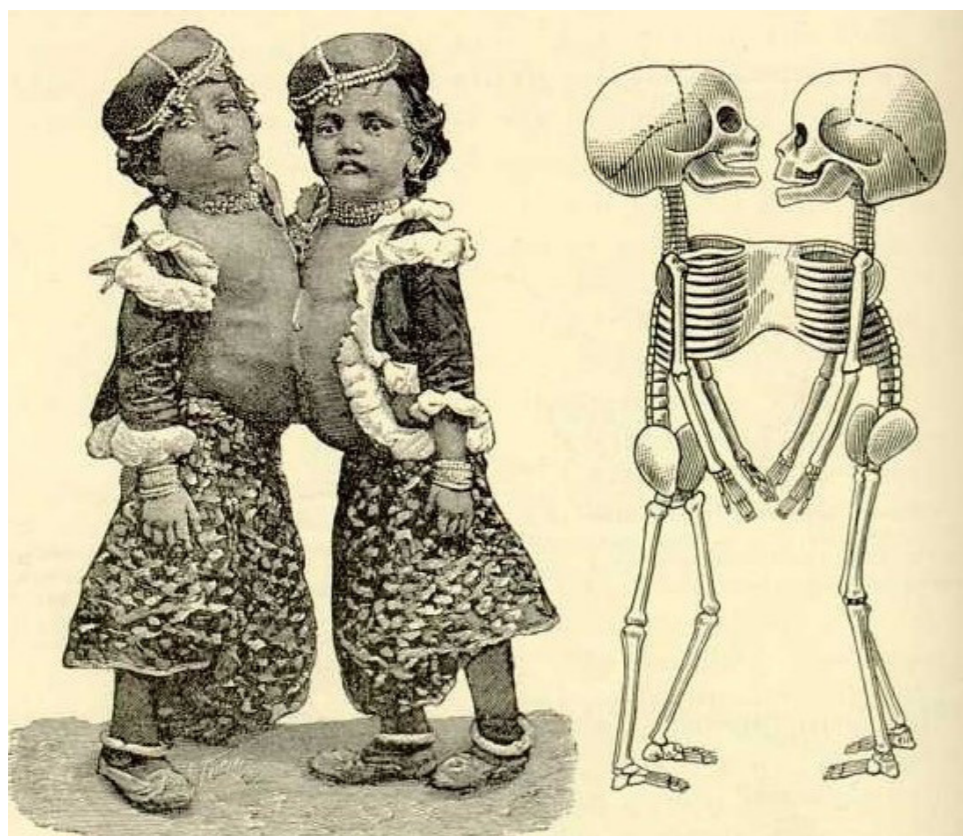
Em 1898 começou as filmagens das suas cirurgias. Para isso contratou Clément Maurice, que organizara as sessões de Lumière no Grand Café de Paris. Trabalhou também, esporadicamente, com Ambroise Parnaland. Perante a hostilidade dos seus colegas franceses, acusando-o de auto-propaganda, falta de ética e violação da entidade dos doentes, levou os seus primeiros filmes, sobre craniotomia e histerectomia, a uma reunião da British Medical Society, em Edimburgo - Julho de 1898, onde obteve grande sucesso, mas resultando em maior inimizade em França. A primeira projecção oficial em França só ocorreu a 21 de Outubro, ainda que contra a vontade da Academia de Medicina e do Congresso de Cirurgia de Paris. Indiferente, foi produzindo cerca de 10 filmes por ano e divulgando pela imagem os seus feitos

Estimulado pelos estudos sobre a imunidade e a fagocitose, que Metchnikov desenvolvia no Instituto Pasteur, acreditou na seroterapia para os carcinomas, atuando como uma vacina. Promoveu e comercializou, como uma método terapêutico, uma levedura, a Mycolisina⁶, medicamento que se produziu até 1944, quando a fábrica foi destruída durante a II Grande Guerra.

Na cirurgia foi um virtuoso cirurgião. Inovou não só nas técnicas e nos métodos, como também nos equipamentos

⁶ A Fagedina, que Doyen usou experimentalmente em animais, era uma variante da Mycolisina. Uma outra área de sucesso de Metchnikov foram os estudos sobre os probióticos, bactérias produtoras de fermentos e ácido láctico, como no iogurte e no kefir, que, na sua concepção, ajudavam a prolongar a vida

cirúrgicos. Teve especial impacto uma cirurgia realizada em 1902, para separação das gémeas siamesas Radica e Doodica, indianas de Orissa, que eram exibidas como atração das feiras.



As gémeas Radica e Doodica
("L'Assiette au Beurre"-Nº 187, 9 de Outubro de 1904 ;Bibliothèque Interuniversitaire de Santé- Paris)

Todavia, a situação de inimizade e confronto entre Doyen e a Academia e colegas agravou-se, quando, alguns dos filmes foram exibidos em casas de espetáculo públicas e em feiras, à revelia do cirurgião, pensa-se que distribuídas por Parnaland que daí recolheu os lucros. A idoneidade do médico ficou irremediavelmente denegrida e resultou num processo legal (1905) que Doyen viria a ganhar.

Porém, abalado com o escândalo, Doyen abandonou definitivamente as sessões públicas de cirurgia e a intenção de continuar a apresentar os seus filmes. Organizou-os em coleções - "As Conferências Cinematográficas" - acompanhadas de textos descritivos e com a indicação expressa de só poderem ser exibidos em certas reuniões científicas, específicas. Em 1911 as coleções foram vendidas à Éclipse que após a 1ª Guerra as passou para a Gramond, mas mantendo as limitações para a exibição que Doyen definira.

Archives de Doyen

Revue Médico-Chirurgicale Illustrée
Paraissant le 15 de chaque mois

E. DOYEN
J. BOUCHON - R. DOYEN

Principal Bibliografia de Eugène Louis Doyen

- Atlas de Microbiologie (1897) - Com fotografias microscópicas.
 - Etiologie et Traitement du Cancer (1904)
 - Le Traitement des Infections Staphylococciques (1906)
 - Traité de Thérapeutique Chirurgicale et de Technique Opératoire (1908)
 - Atlas d'Anatomie Topographique (1911)
 - Surgical Therapeutics and Operative Technique (1917-20) Em inglês, colaboração com H. Spencer-Browne
- 3 volumes:
1. Introduction, general surgical technique, regional surgery head.
 2. Regional surgery (continued), operations on the head (continued), thorax, upper and lower limbs.
 3. Regional surgery (continued), operations on the abdomen.

Editor de:

- Revue Critique de Médecine et de Chirurgie
- Archives de Doyen

No Programa do XV Congresso Internacional de Medicina - Lisboa 1906, constam comunicações de Doyen, apresentadas na Secção III - Patologia Geral, Bacteriologia e Anatomia Patológica. Tratavam da etiologia do cancro e da acção terapêutica de substâncias albuminoides. Na assistência, António Carvalho de Figueiredo, que até tinha sido proposto para colaborar na organização da secção, terá assistido às

COMMUNICATIONS LIBRES

- Aguiar (José Maria d')** - La maladie du sommeil et la tsé-tsé à Novo-Redondo.
- Allaire, L. et Ch. Fortineau** - Sur un cas de leucémie myélogène. - Présence du tétragène doré dans le sang du malade. - Traitement par les rayons X.
- Alvares** - Sur la fréquence à Lisbonne des trypanosomes de Lewis chez les rats.
- Bettencourt (Annibal)** - Présentation d'une pièce d'un cas de cysticerose.
- Bettencourt (Annibal) et França** - Note sur les trypanosomes des oiseaux du Portugal.
- Bettencourt (Nicolau)** - Contribution à l'étude des agressines.
- Cornü** - Sur la dégénérescence hyaline des capillaires.
- Curci** - Mécanisme de la thermogenèse et nature de la fièvre.
- De Dominicis** - Effets de la destruction expérimentale du foie sur l'état général de l'organisme et sur les différents organes pendant la survie des animaux.
- Doyen** - Etiologie du cancer.
- Action thérapeutique des substances albuminoïdes extraites de certains éléments figurés.

Comunicações de Doyen na 3ª Secção do XV Congresso Internacional de Medicina - Lisboa, 1906.
(Actas do XV Congresso Internacional de Medicina)

Enseignement des progrès de la technique opératoire par le cinématographe

Par M. le Dr. DOYEN, Paris.

Os filmes de Doyen no XV Congresso Internacional de Medicina - Lisboa, 1906.
(Actas do XV Congresso Internacional de Medicina)

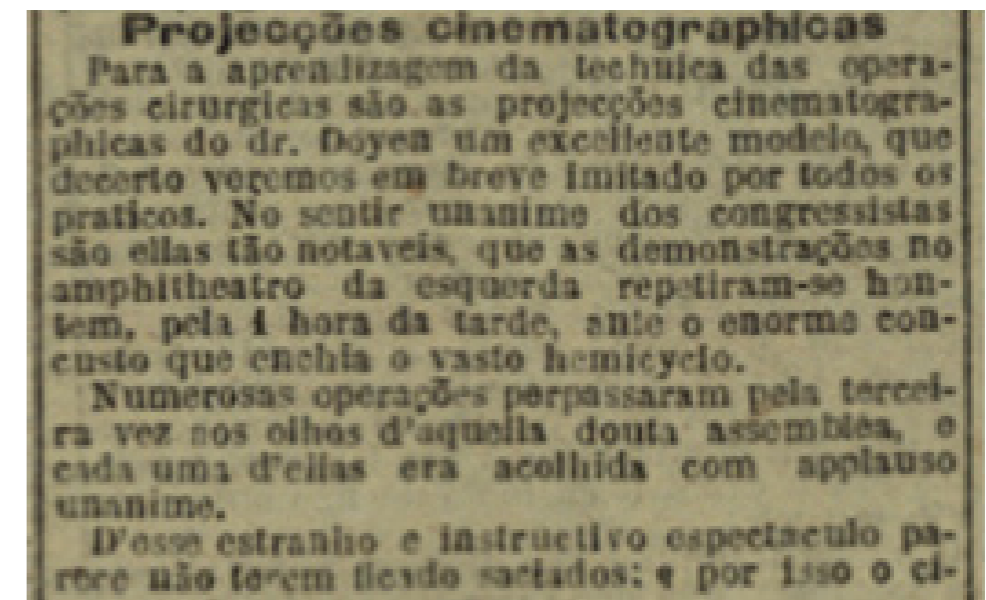
apresentações e, por certo, acorreram-lhe à memória os seus trabalhos de que Luís da Câmara Pestana se serviu quando elaborou a dissertação inaugural, "O Micróbio do Carcinoma" (Escola Médico Cirúrgica de Lisboa, Julho de 1889).

O Congresso de Lisboa foi também inovador por ter sessões dedicadas a projeções, que utilizaram uma sala própria do edifício da Escola Médico Cirúrgica, ao Campo de Santana, onde decorreu a parte científica. Aí pontificou Eugene-Louis Doyen, com as exibições cinematográficas sobre técnicas de cirurgia, a que os congressistas puderam assistir repetidamente e a imprensa lisboeta deu um especial destaque: "... um excelente modelo que



XV Congresso Internacional de Medicina. O anfiteatro das projeções.
No centro Eugène-Louis Doyen. ("Ilustração Portuguesa", 1906).

decerto veremos em breve imitado por todos os práticos...
Numerosas operações perpassaram pela terceira vez aos olhos daquela douta assembleia, e cada uma d'elas era acolhida com aplauso unanime" ("O Século", 27 de Abril de 1906)



Comentário na imprensa sobre os filmes de Doyen apresentados no XV Congresso Internacional de Medicina.
(Jornal "O Século", Abril 1906)

Ao assistir aos filmes do cirurgião francês, em particular das craniotomias, Carvalho de Figueiredo terá recordado um seu doente de Loures que, dez anos antes enviara para o Hospital de São José, onde faleceu com o diagnóstico de glioma do cerebello, um caso clínico publicado detalhadamente por Gregório Fernandes na "Medicina Contemporânea"

Aos 57 anos, a 21 de novembro de 1916, Eugène-Louis Doyen morreu subitamente em Paris.

António Carvalho de Figueiredo morreu na sua casa, no Barro, a 14 de março de 1917. Tinha 64 anos.

No centenário do falecimento de António Carvalho de Figueiredo, o Município de Loures levou a efeito vários eventos comemorativos da memória do seu primeiro médico municipal: um Simpósio, várias exposições, conferências e diversas outras atividades evocativas.

A Cinemateca Nacional possui uma das coleções mais completas, ainda preservadas, da cinematografia do médico-cirurgião francês. Esses filmes terão sido adquiridos após a morte de Doyen, já integrados nas referidas coleções das "Conferências Cinematográficas".

Referências bibliográficas

Androutsos, G., Diamantis, A., Vladimirov, L., "The Great Surgeon Eugène Doyen (1859-1916) and His Disputable Treatments of Cancer", *Journal of BUON*, 13, Department of History of Medicine, Faculty of Medicine, University of Athens, Greece, 2008: 445-453.

Baptista, Tiago, "É Preciso Ver o Mestre", Comunicação no Centenário do XV Congresso Internacional de Medicina (2006)

Baptista, Tiago, "Contos do Arquivo. Os Filmes do Dr. Doyen", 2017

Cohen, Jacques H M, "Le Scandaleux Docteur Doyen ou la Tragédie Solitaire d'un Surdoué", *Bibliothèque numérique Medic@*, BIU - Bibliothèque Interuniversitaire de Santé, Paris, 2016.

Curtis, Scott, "The Shape of Spectatorship: Art, Science, and Early Cinema in Germany" Kindle Edition, 2015.

Didier, Robert, "Le Docteur Doyen Chirurgien de la Belle Époque", Éditions Maloine, Paris, janeiro, 1962.

"Documentos do XV Congrès International de Médecine: Lisbonne, 19-26 avril, 1906", Lisbonne: Imprimerie Adolpho de Mendonça, Biblioteca - CDI, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, 1904-1906.

Dória, José L., "O XV Congresso Internacional de Medicina e o Centenário do Edifício da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (figuras e factos)", *Revista da Ordem dos Médicos*, Ano 22, nº69, Junho, 2006.

Dória, José L., "O XV Congresso Internacional de Medicina", in Barros Veloso, A. J. (Coord.), *Medicina e Sociedade*, Ed. By the Book, 2017.

Dória, José L., "A Cirurgia no Início do Século XX (No Tempo de António Carvalho de Figueiredo), Filmes de Eugène-Louis Doyen", apresentação no ciclo "À Conversa com ...", Museu de Cerâmica de Sacavém [não publicado], janeiro, 2018.

Dória, José L., "Eugène-Louis Doyen e os Filmes das Suas Cirurgias, no Início do Século XX", *Sociedade de Geografia de Lisboa / secção de História da Medicina*

[apresentação não publicada], março, 2018.

Herbert, Stephen, Luke McKernan, "Who's Who of Victorian Cinema", <https://www.victorian-cinema.net/>
Lefebvre, Thierry, "Le cas étrange du Dr Doyen: 1859-1916", Archives, Institut Jean Vigo, 1990.

Lefebvre, Thierry, "Le Chair et le Celluloid: Le Cinéma Chirurgical du Docteur Doyen", 2004.

Marcus, Alan I, "Malignant Growth: Creating the Modern Cancer Research Establishment, 1875 - 1915", University of Alabama Press, 2018.

Nardone, Robert, "Bistouri et Caméra", *Cité des sciences et de l'industrie. Filme*, 2009.

Tosi, Virgilio, "Il Cinema Prima di Lumière", Editora Rai TV, Dipartimento scuola educazione, 1984.

"XV Congrès International de Médecine", Lisbonne: Imprimerie Adolpho de Mendonça, 1906-1907, 17 vols, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 1906.

- Ver outra bibliografia correlacionada no capítulo: "Evocação da memória do médico António

Cronologia

1853 > 27 de abril

Nascimento no lugar do Barro, em Loures, filho do segundo matrimónio do pai, farmacêutico homónimo, e de Amália Magna Farinha. Batizado no dia 8 de maio, tendo por padrinhos o tio materno Henrique César Farinha e Nossa Senhora da Conceição.

1861 | 7 anos

Nascimento da irmã Adelaide Magna de Figueiredo (1861-1944), no lugar do Barro (Loures), batizada no dia 1 de maio, tendo por padrinhos os irmãos mais velhos – António Carvalho de Figueiredo Junior e Maria Amália da Conceição Figueiredo (1851-1938).

1870 | 17 anos

Falecimento do pai, na casa de família, no lugar do Barro, em Loures.

1871 | 17 anos

Falecimento do avô materno, Joaquim José Farinha, na freguesia de São Paulo, em Lisboa, onde era farmacêutico.

1879 | 26 anos

Conclusão do curso pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, com a tese "Dyspepsia verdadeira", tendo feito acto grande com louvor.

1881 | 27 anos

Nascimento da filha Ana Amália de Figueiredo (1881-1966), na freguesia de São José (Lisboa).

1882 | 28 anos

Eleito presidente da Junta de Paróquia de Loures. Exerceu este cargo durante três anos, sucedendo-lhe o tio Henrique César Farinha.

1883 | 29 anos

Torna-se sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, proposto por Guilherme de Oliveira Martins e José Tomás de Sousa Martins.

1885 | 32 anos

Nomeado facultativo interino no concelho de Sintra.

1886 | 33 anos

Empossado facultativo municipal do concelho dos Olivais, efetivo, no círculo médico de Loures, com um ordenado anual de 200\$000 réis.

1887 | 33 anos

Nomeado sub-delegado de saúde do concelho de Loures, o primeiro, por proposta da Câmara Municipal, com uma gratificação anual de 150\$000 réis.

1887 | 34 anos

Integra comissão composta por cidadãos residentes na freguesia de Loures que se apresenta na reunião da Câmara Municipal dos Olivais, facto que fica registado em ata.

1889 | 36 anos

Apresentação e defesa da dissertação inaugural do Dr. Câmara Pestana, perante a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, intitulada "O microbio do carcinoma", que inclui um estudo seu.

1890 | 36 anos

Batizado da afilhada Joana, filha do seu amigo António Barbosa e de Mariana da Conceição Duarte Barbosa.

1890 | 36 anos

Preside em Loures a um comício popular contra o *Ultimatum* britânico.

1891 | 37/38 anos

Apresentação e defesa da dissertação inaugural do Dr. António Francisco de Azevedo, perante a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, intitulada "Algumas palavras sobre a doença do somno", que inclui o primeiro estudo bacteriológico da doença, realizado num doente/cadáver do hospital de S. José, da autoria de Carvalho de Figueiredo.

1893 | 39 anos

Eleito como delegado substituto ao Colégio Distrital de Lisboa que, no dia 5 de abril, elegeu o regenerador Henrique de Mendia como par do Reino pelo distrito de Lisboa.

1895 | 41 anos

Participante como congressista no 6º Congresso do Partido Republicano Português, que decorreu em Lisboa.

1895 | 41/42 anos

Começa a colaborar na redação do Boletim Mensal da Delegação de Saúde do Distrito de Lisboa, cuja publicação teve início neste ano.

1899 | 46 anos

Torna-se sócio da Assistência Nacional aos Tuberculosos, fundada pela Rainha D. Amélia.

1904 | 50 anos

Participante no 3º Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose, que decorreu em Coimbra.

1904 | 50/51 anos

Publicação do seu estudo *Anopheles bifurcatus* na revista *A Medicina Contemporânea*, descrevendo uma variedade inédita do mosquito.

1906 | 52 anos

Participante, como assistente, no XV Congresso Internacional de Medicina, que decorreu em Lisboa.

1906 | 52 anos

Falecimento do padrinho, Henrique César Farinha, que durante muito tempo foi o único farmacêutico em Loures.

1909 | 55 anos

Eleito suplente da 1ª comissão municipal do Centro Republicano de Loures, de que foi co-fundador, tendo por patrono Anselmo Braamcamp Freire.

1911 | 58 anos

Nomeado vogal da Junta dos Partidos Municipais, criada em maio, sob a dependência do Ministério do Interior. Subscreveu o último parecer em setembro de 1912.

1913 | 60 anos

Falecimento da mãe, Amália Magna Farinha de Figueiredo, na sua casa do lugar do Barro (Loures).

1917 > 14 de março | 63 anos

Morre na sua casa, no Barro (Loures), vítima de pneumonia gripal.

1917

Na sessão de 18 de março, reunindo em assembleia a Irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis, em Loures, é comunicada a morte de António Carvalho de Figueiredo e apresentada uma proposta para que se distribua aos pobres da freguesia de Loures, cinquenta esmolos, de vinte centavos, em homenagem à sua memória.

1918

O jornal *Imparcial* dedica a Carvalho de Figueiredo um "In Memoriam", pela pena do seu amigo de longa data, Manuel José de Carvalho. A notícia alude aos cuidados e às canseiras - nem sempre compreendidos - para acudir a todos os seus conterrâneos, sublinhando a afeição que ganhava aos seus doentes.



(...)

Afonso, que recolhia a sua vaza, voltou logo a cabeça, a perguntar com interesse:

- Como vai ela? Está sossegada?

- Está muito melhor!

Era a primeira doente grave de Carlos, uma rapariga de origem alsaciana, casada com o Marcelino, padeiro, muito conhecida no bairro pelos seus belos cabelos, loiros e penteados sempre em tranças soltas. Tinha estado à morte com uma pneumonia; e apesar de melhor, como a padaria ficava defronte, Carlos ainda às vezes à noite atravessava a rua para a ir ver, tranquilizar o Marcelino, que defronte do leito e de gabão pelos ombros, sufocava soluços de amante, escrevinhando no livro de contas.

Afonso interessara-se ansiosamente por aquela pneumonia; e agora estava realmente agradecido à Marcelina, por ter sido salva por Carlos. Falava dela comovido; gabava-lhe a linda figura, o asseio alsaciano, a prosperidade que trouxera à padaria ... Para a convalescença, que se aproximava, já lhe mandara até seis garrafas de Château-Margaux.

- Então fora de perigo, inteiramente fora de perigo?
- perguntou Vilaça, com os dedos na caixa de rapé, sublinhando muito a sua solicitude.

- Sim, quase rija – disse Carlos, que se aproximara da chaminé, esfregando as mãos, arrepiado.

(...)

Eça de Queiroz, "Os Maias", 1980 (1888), Ed. Livros do Brasil, p. 114



No Centenário da Morte

Evocação da memória do médico António Carvalho de Figueiredo (1853-1917): Parceria histórico-cultural entre a Câmara Municipal de Loures e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Ana Cristina Farinha
Câmara Municipal de Loures
Divisão de Cultura / Unidade de Património e Museologia
cristina_oliveira@cm-loures.pt

José Luis Dória
Instituto de Higiene e Medicina Tropical
Museu e Arquivo Histórico
jldoria@netcabo.pt

Paula Pitacas
Câmara Municipal de Loures
Divisão de Cultura / Unidade de Património e Museologia
paula_pitacas@cm-loures.pt

Pedro Rocha
Câmara Municipal de Loures
Divisão de Cultura / Unidade de Património e Museologia
pedro_rocha@cm-loures.pt

*Sentado a descansar algum bocado na sua cadeira, [António Carvalho de Figueiredo] seguia destrahidamente a conversação, quando tinha algum enfermo de mais gravidade, e parece-me que o estou a ouvir, se lhe perguntava sorrindo: – Então, temos caso bicudo? Levantava-se vagarosamente, limpava a luneta, abria a estante, tirava um livro que antecipadamente já levava gravado na memória, e só depois me respondia: – «Isto só sucede comigo, é um caso curioso!»
A seguir, sentava-se á secretaria, folheava o livro, tomava notas, sublinhava algumas palavras com lápis azul ou vermelho, segundo a sua importância, e só tornava a referir se ao assumpto para dizer: – «Não sei nada. Todos os dias tenho que aprender!»*

Carvalho M J de. "In Memoriam", *Jornal Imparcial*. Loures, 14 de março de 1918

No âmbito da comemoração dos 115 anos da sua Fundação, o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) promoveu um programa de eventos onde se incluíram várias iniciativas conjuntas com a Câmara Municipal de Loures (CMLrs), enquadradas pela evocação do centenário da morte do médico António Carvalho de Figueiredo (1853-1917), promovida pela autarquia lourense. As iniciativas do centenário decorreram entre março de 2017 e abril de 2018 incluindo-se o aniversário de nascimento do médico municipal na homenagem realizada.



Imagem evocativa das comemorações do centenário da morte do médico António Carvalho de Figueiredo.

Breve biografia de António Carvalho de Figueiredo

António Carvalho de Figueiredo nasceu a 27 de abril de 1853, no lugar do Barro, freguesia de Loures, que então pertencia ao concelho dos Olivais (extinto em 1886). Oriundo de uma família da classe média/alta, o pai, homónimo, era natural de Rio Maior, proprietário e farmacêutico, e a mãe, Amália Magna Farinha de Figueiredo, natural da cidade de Lisboa, com raízes familiares na Beira Baixa, provinha de uma família com fortes ligações à área farmacêutica, por via do pai e de dois irmãos.

António Carvalho de Figueiredo e as suas duas irmãs – Maria Amália (1851-1938) e Adelaide Magna (1861-1944) – cresceram e viveram na casa do lugar do Barro, onde nasceram e onde irão falecer.



Modelo reduzido, da casa de António Carvalho de Figueiredo, no lugar do Barro, Loures (Autor: Luís Machado; escala desconhecida, c. 1990). Museu Municipal de Loures, n.º inv. 15708. Inscrição existente na fachada principal da casa. Transcrição:

À MEMÓRIA/DO DR. ANTÓNIO CARVALHO DE FIGUEIREDO/SUB-DELEGADO DE SAÚDE DO CONCELHO/DE LOURES/SÁBIO, HONESTO E BONDOSO/Os Seus Amigos/NASCEU, VIVEU E MORREU/NESTA CASA/[n.º] 27-4-1853 [m.] 14-3-1917

Como aluno externo realizou, em 1867, no Lyceu Nacional de Lisboa, os exames preparatórios para a candidatura ao curso médico. No ano letivo 1874/1875, fez a primeira matrícula na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, onde viria a concluir o percurso académico em 1879, com a realização

do ato grande, a defesa da tese inaugural “Dyspepsia Verdadeira”, aprovada plenamente, com louvor. Durante este período escolar viveu entre Loures e Lisboa.

A 28 de janeiro de 1881, nasceu a sua única filha, Ana Amália. De mãe incógnita, a paternidade foi reconhecida por António Carvalho de Figueiredo na cerimónia de batizado, que se realizou na freguesia de São José, em Lisboa, a 2 de maio do mesmo ano. Ana de Figueiredo manteve-se solteira até à sua morte, em 1966, não tendo gerado filhos. Também as irmãs de António se mantiveram solteiras, e sem descendência, até ao fim dos seus dias. Com a morte de Ana Amália, extingue-se a linhagem.

Em dado momento da sua vida, Ana Amália vende a casa de família no Barro e desloca-se, com uma afilhada, para o norte do país. A casa virá a transformar-se numa residência partilhada por muitas famílias, dividida em unidades que permitam vidas independentes, facto que dá início a um processo de descaracterização do imóvel. De casa de família passará a “casa de famílias”.

A filha de Carvalho de Figueiredo irá regressar ao Barro onde acabará os seus dias no meio de grande pobreza, na companhia da afilhada, dedicada e dos filhos desta.

A referência a esta circunstância justifica-se porque acreditamos radicar aí a explicação para o desbaratar de todo um património outrora pertença do médico Carvalho de Figueiredo.

Sempre ativo na vida pública da sua terra, António Carvalho de Figueiredo assumiu o cargo de presidente da Junta de Paróquia de Loures¹, em 1882 e, em 1909, será

¹ A figura da Junta de Paróquia enquanto elemento da divisão administrativa surge pela primeira vez com o decreto n.º 25 de 26 de Novembro de 1830 que lhe confere diversas competências nas áreas da saúde pública, culto, ensino, saneamento e registo de batismos, casamentos e óbitos. Dois anos depois, o *Código Administrativo* viria esvaziá-las da sua componente administrativa, remetendo-as ao estatuto de simples agregados sociais e religiosos. Depois de restabelecidas pelo decreto de 16 de Maio de 1835, o *Código Administrativo de 1836* veio reintegrá-las no esquema da administração territorial, com competências afins das que anteriormente lhe haviam sido cometidas tendo, porém, transitado os poderes de que anteriormente tinham disposto nas áreas do ensino e dos atos de registo para a figura do Administrador do Concelho. Em 1840, as juntas de Paróquia deixaram novamente de fazer parte da organização administrativa, ficando as suas funções reduzidas à administração das matérias respeitantes às fábricas das igrejas e dos bens comuns da freguesia e à prática dos atos de beneficência e piedade que lhe fossem recomendados por lei. A substância desta legislação transitou para o *Código Administrativo de 1842*. A publicação do *Código Administrativo de 1867* introduziu a figura da paróquia civil na ordem geoadministrativa cabendo, porém, a um Conselho Paroquial as funções antes exercidas pela Junta de Paróquia. Esta reforma foi consagrada no *Código Administrativo de 1878* que devolveu às juntas de paróquia as competências administrativas passando, desde então, a freguesia a ser considerada uma autarquia local. As paróquias civis e juntas de paróquia mantiveram-se em atividade até à publicação da Lei n.º 621, de 1916 na sequência da qual passaram a denominar-se freguesias e juntas de freguesia, respetivamente. In: <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1001589> (consultado em 8 Fev 2019).

um dos fundadores do Centro Republicano de Loures².

Entre 1885 e 1886 exerceu, interinamente, durante alguns meses, a função de médico municipal nos lugares de Almargem e de Sabugo, no concelho de Sintra.

A partir de 1886, Loures passará a ser o epicentro da sua vida familiar e profissional.

Com o número 337, Carvalho de Figueiredo foi sócio correspondente, por residir fora de Lisboa, da Associação dos Médicos Portugueses, precursora da atual Ordem dos Médicos. Foi também sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, com o n.º.335, eleito em 31 de Março de 1883 e proposto pelos Drs. Guilherme.Oliveira Martins e J.F.Sousa.Martins.

Facultativo municipal³ desde 1886, a António Carvalho de Figueiredo cabia a assistência clínica, individual, da população pobre das freguesias do 2º círculo clínico do Partido Médico⁴, a saber, Loures, Lousa e Frielas. Em termos administrativos respondia diretamente ao Administrador do Concelho. Cabendo-lhe a sede do município, é empossado como Subdelegado de Saúde, a partir de 1887, acumulando o cargo com o de médico municipal até à morte, a 14 de março de 1917.

² A luta contra o analfabetismo tornava-se um elemento central da ação republicana. A importância que neles [Centros Republicanos] assumia a função educativa é bem ilustrada pelo facto de muitos terem criado escolas e de incluírem a expressão "Centro Escolar Republicano" na sua denominação (Pintassilgo, 2013).

³ A palavra facultativo ocorre sistematicamente na literatura da época que enquadra a atividade profissional exercida por António Carvalho de Figueiredo. No século XIX, este termo é o equivalente ao termo *physico* utilizado na Idade Média para o prestador de cuidados de saúde, o médico, do latim *physicus*. Na edição de 1879, o "Dicionário Encyclopédico" atribui a Facultativo o significado médico, que pertence à faculdade de medicina. A "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", s/d, apresenta um significado muito semelhante, indivíduo que exerce legalmente a medicina. Em nota anexa acrescenta que a lei só considera facultativo a pessoa que legitimamente pode exercer a medicina (...).

⁴ Segundo o *Código Administrativo de 1842*, artigo 123, ponto XI, a criação do Partido Médico era responsabilidade da Câmara Municipal, ficando perfeitamente estabelecido após aprovação do Conselho de Distrito. Era obrigatório haver um Partido Médico por concelho, tendo como principais funções "ministrar socorros clínicos aos indigentes, e prestar à autoridade pública o auxílio dos conhecimentos técnicos assim no descobrimento dos crimes, como nos assuntos da policia médica, e da higiene pública". Em 1886 era dado a público novo Código Administrativo, contando já com a introdução de uma secção inteiramente dedicada às competências e obrigações dos facultativos de Partido. A partir desta data os médicos das câmaras passavam a ser admitidos através de concursos abertos, obrigando-se estes, através de um contrato firmado com os municípios, a "curar" gratuitamente os pobres, os expostos e as crianças desvalidas e abandonadas; a proceder gratuitamente à vacinação do concelho sem distinção de classes; a inspecionar as meretrizes, "na forma do respetivo regulamento"; a prestar conselho e a coadjuvar as autoridades administrativas e policiaes quando o seu conhecimento científico se tornasse necessário; e a não se ausentarem do concelho sem que o lugar estivesse assegurado por um colega cuja presença eles próprios deviam garantir.

O Governo Provisório da República Portuguesa apresenta um extenso articulado, no *Diário do Governo* de 26 de maio de 1911, relativo à reorganização dos serviços de assistência pública e particular, a que a República aspirava. O Relatório que segue, a páginas 2133, facilita-nos a apresentação de terminologia/conceitos correntes à época, "Tradicional e vivaz instituição portuguesa, o partido medico-municipal representa a coluna vertebral de todo o organismo da nossa medicina publica. De criação antiquissima, que perde as suas origens na idade media, atestada nos velhos documentos dos arquivos onde se depara o rasto dos physicos e cirurgioes dos burgos primitivos, a instituição no decorrer dos tempos não fez senão difundir-se e ampliar-se para beneficio dos povos. (...)".

Por opção, foi um "médico de província", mas também um empenhado investigador e insaciável estudioso. Devotadamente dedicado à medicina e à ciência do seu tempo, fez pesquisa, seguiu e pôs em prática os princípios da investigação pasteuriana no pequeno lugar rural onde viveu, na periferia de Lisboa. Dir-se-ia que soube fundir a investigação com a prática médica, o ambiente e a sociedade, mantendo-se atualizado, «Não sei nada. Todos os dias tenho que aprender!» (Carvalho, 1918).

Em 1917, António de Azevedo no necrológio de A. C. de Figueiredo, escreveu que, tanto quanto sabia, tinha sido no pequeno laboratório de Carvalho de Figueiredo, em Loures que, em 1890, a seu pedido, se realizaram os primeiros trabalhos laboratoriais sobre a doença do sono. Informação que confirma como Carvalho de Figueiredo foi, a um tempo, médico e homem de ciência. Atente-se que a medicina tropical se desenvolveu em Portugal a partir dos finais do séc. XIX. A conjuntura política desse tempo levava à cobiça colonial por parte das potências europeias e, como consequência, surgiu um maior interesse e empenho no estudo e pesquisa em torno das doenças ditas exóticas, a que Portugal não pode ficar alheio. Nesse contexto nasceu, em 1902, a Escola de Medicina Tropical, antecessora do atual IHMT.

Apesar das questões de salubridade dos espaços públicos e privados terem alcançado prioridade ao longo da segunda metade do século XIX, a realidade de Loures e da sua várzea, uma região rural, convivia, nessa matéria, com grandes deficiências no final desse século. Ainda no início do século XX corriam notícias de que continuavam a ser feitos despejos de toda a qualidade para as ruas e para os espaços públicos; também as matanças de animais decorriam em locais inapropriados, sem cuidados de higiene. Fazendo eco da imprensa regional da época, Immundice era a palavra recorrente para descrever o ambiente nauseabundo das suas ruas, ruelas e becos.

A maior parte da população do concelho de Loures abastecia-se de água em fontanários e poços, onde a qualidade bacteriológica da mesma era duvidosa. A qualidade da água para consumo humano preocupava as autoridades municipais, que tentavam implementar as medidas de higiene e sanidade promulgadas pelo governo para defesa da saúde pública. Em 1895, Carvalho de Figueiredo lamentava-se: "Quanto às providências que eu possa dar, como sub-delegado de saúde do concelho, para debelar tal epidemia, ou qualquer outra, são ellas nenhuma, pois o artigo 20º do decreto de 3 de

dezembro de 1868 expressamente diz que as funções dos sub-delegados de saúde são meramente consultivas.” (Figueiredo, 1895).

Em 1898, Laveran publicou o tratado fundamental sobre o paludismo “*Traité du Paludisme*”. Em Portugal continental uma das doenças que mais baixas provocava entre os trabalhadores rurais era o sezonismo, também conhecido como paludismo ou malária. Em 1904, António Carvalho de Figueiredo publicou, n’ *A Medicina Contemporânea*, o artigo “Da existência do *Anopheles bifurcatus* em Portugal”, com os resultados da sua investigação sobre mosquitos, que levava a cabo no pequeno laboratório que instalou na sua casa no Barro, preocupado em encontrar o vetor responsável pelo paludismo.

Por via das referências que lhe são feitas por investigadores nacionais e estrangeiros, o papel que António Carvalho de Figueiredo teve na investigação e divulgação das doenças exóticas chegou até aos dias de hoje. A tese inaugural de Câmara Pestana (1889) cita-o e também António de Azevedo (1891), como já se referiu.

Na notícia produzida pelo jornal “*O Século*”, em 6 de abril de 1942, “O concelho de Loures prestou homenagem à memória de dois ilustres filhos os drs. Carvalho de Figueiredo e Avelar Brotero”, é traçado o seguinte perfil de António Carvalho de Figueiredo: Quando as lezírias de Loures e Frielas eram focos de paludismo estudou a doença e combateu-a, tendo-se revelado um biólogo distinto. Estudou também a doença do sono e serviu a ciência e os seus conterrâneos, desinteressadamente, manifestando grande carinho pelos pobres.

Publicações científicas e académicas, nos campos da história da medicina e, também, da história da entomologia, fazem atualmente referência a António Carvalho de Figueiredo a ao seu trabalho (Amaral, 2010; Lobo, 2019; Saavedra, 2010).

Memorando de entendimento entre o município de Loures e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical

A conjugação de circunstâncias variadas conduziu à “descoberta” de documentos originais relacionados com o antigo médico municipal, pertença do Arquivo Municipal de Loures. O acervo arquivístico foi responsável pela instalação progressiva de uma necessidade de trazer o

médico para um plano mais visível do conhecimento e da cultura local. Sendo uma personagem representada na toponímia local, na estatutária da sede do município e tendo o seu nome sido atribuído a uma das escolas secundárias da sede concelhia, nada se conhecia, porém, de significativo, sobre Carvalho de Figueiredo. Veio a confirmar-se estarmos perante um verdadeiro desconhecido tanto para os investigadores municipais como para a própria população local. Uma personagem já ausente da memória coletiva. Na posse de novas pistas de pesquisa, aprofundaram-se argumentos próprios para captar o interesse na aprovação de uma investigação sobre o médico no âmbito da História Local.

Desenvolver o Projeto António Carvalho de Figueiredo passava pela concretização de uma equipa e de um plano.

A informação muito restrita que, a nível municipal, se possuía sobre o médico incluía breves referências ao seu trabalho de investigador e ao seu artigo sobre o *Anopheles bifurcatus* publicado na revista *A Medicina Contemporânea*. Este foi o singelo ponto de partida para tentarmos obter mais informação junto do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) iniciativa, essa, que logrou obter o bom acolhimento por parte do Instituto na pessoa da sua então Subdiretora, a Professora Doutora Zulmira Hartz, que agilizou reunião para apresentação dos contornos do Projeto e dos objetivos visados na sua eventual prossecução. Chamado a participar, o Dr. José Luís Dória veio a confirmar, também, quase desconhecimento sobre tal personagem da medicina portuguesa da transição do séc. XIX para o séc. XX.

Em abstrato, o Projeto colheu interesse do IHMT e iniciou-se um processo de colaboração com a Autarquia de Loures, o qual culminou na formalização da mesma e na integração do Dr. J.L.Dória no grupo de trabalho inicial.

A 21 de julho de 2015 foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Município de Loures (MLrs) e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), representados, respetivamente, pelo presidente Bernardino Soares e pelo diretor Paulo Ferrinho.

Formalizava-se, dessa forma, a parceria já em curso: *“Considerando que ambas as Instituições pretendem consolidar e fomentar os vínculos de amizade, entendimento e colaboração já existentes, nomeadamente no relacionamento das áreas culturais e da saúde, em particular de temas e personagens ligados à Medicina Tropical”*.



Assinatura do Memorando de Entendimento nas instalações do IHMT, dia 21 de julho de 2015. À esquerda: Henrique Silveira, Paulo Ferrinho e José Luis Dória (pelo IHMT). À direita Ana Cristina Farinha, Bernardino Soares, Paulo Piteira e Luís Gomes (pela CMLrs).

O Memorando estabelecia como objetivo imediato fomentar o estudo da personalidade, do trabalho e da vida do Dr. António Carvalho de Figueiredo, Médico Municipal em Loures na transição do século XIX para o século XX, pioneiro em estudos sobre malária e doença do sono. Estava traçado o plano de trabalho.

Consolidaram-se, deste modo, numa parceria IHMT - CMLrs, as condições essenciais para progredir na investigação e no aprofundamento do conhecimento sobre a vida e obra do médico, ou seja, na construção de novo conhecimento, na construção de um futuro para António Carvalho de Figueiredo. Em 2017, resultados obtidos ao longo dos trabalhos desenvolvidos no Projeto, assumiram visibilidade e divulgação no âmbito do programa do centenário, em iniciativas de alcance diverso, algumas delas resultantes dos esforços conjuntos.

Iniciativas conjuntas

A Autarquia de Loures procurou no Instituto o apoio e capacidade necessários para a interação com as comunidades médica e científica, bem como um estímulo em posturas de mudança dirigidos a comportamentos e participação de cidadãos e de organizações. Foi, nesta base, que se desenvolveram ações conjuntas das quais damos nota seguidamente.

Dia aberto

2015, foi o ano em que alunos do município de Loures participaram, pela primeira vez, no Dia Aberto do IHMT.

Tendo por pano de fundo a evocação do centenário da morte do médico António Carvalho de Figueiredo, considerou-se um imperativo integrar a colaboração da Escola cujo patrono é o médico homenageado. Associar a comunidade escolar da Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo aos objetivos do projeto tornou-se realidade a partir do momento em que o primeiro grupo de alunos, com a respetiva professora de Biologia, do 11º ano, participou nas atividades desse Dia.

A iniciativa do IHMT teve repercussões entusiasmantes no grupo de Loures. Consequência expectável após um dia em que o contacto próximo com a Ciência, a oportunidade para o diálogo com os investigadores, a observação das práticas de laboratório e a aproximação ao mundo da medicina e das patologias tropicais, envolveram professores e alunos e interromperam, positivamente, a rotina do quotidiano escolar.

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical entrou no calendário dos alunos finalistas de Biologia da Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo, tendo vindo a repetir-se anualmente, a sua participação no Dia Aberto.



Aspetos do Dia Aberto do IHMT, com a participação de alunos da Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo (Loures), em 2015, na preparação do centenário; em 2018, na conclusão do programa de homenagem.



Momento da inauguração da exposição biográfica sobre o médico António Carvalho de Figueiredo, em Loures, Edifício 4 de outubro - Da esq. para a dir.: Pedro Rocha, Paula Pitacas e Ana Cristina Oliveira (CMLRs), José Luis Dória (IHMT), Jorge Afonso (CMLRs), Paulo Piteira (Vice-Presidente da CMLRs) e Bernardino Soares (Presidente da CMLRs).

Exposição "Cem anos após o desaparecimento ... António Carvalho de Figueiredo (1853-1917): o homem e a obra"

Organizar uma exposição biográfica sobre o facultativo e primeiro subdelegado de saúde de Loures, António Carvalho de Figueiredo, é um desafio ultrapassado. A inauguração aconteceu a 22 de abril de 2017.

O acontecimento serviu de enquadramento ao descerramento da placa evocativa do centenário da morte do médico, colocada junto ao seu busto, tendo o Presidente da Câmara de Loures, Bernardino Soares, aí feito uma alocução de tributo a Carvalho de Figueiredo.

A inauguração do busto, a 5 de abril de 1942, ainda em vida de uma das irmãs, da filha e de vários primos, foi evocada pelo grupo de Teatro Independente de Loures (TIL), com uma representação intimista.



Notícia de 6 de abril de 1942, do jornal "O Século", à esquerda. Notícia do "Diário de Lisboa", de 5 de abril de 1942, à direita.

O programa museográfico teve a singularidade de ser concebido para um espaço que se constituiu, ele próprio, peça da exposição. Uma concretização feliz. A galeria de exposições, do Edifício 4 de Outubro, encontra-se localizada na artéria principal de Loures. Tanto o edifício, como a sua localização, constituíram um enquadramento perfeito pela proximidade à realidade histórica vivida por Carvalho de Figueiredo, conforme se detalha em seguida.

O Edifício 4 de Outubro é um imóvel cheio de simbolismo para a época de António Carvalho de Figueiredo. Aí se albergaram os Paços do Concelho, entre 1893 e 1916, pelo que terá sido um local muito frequentado pelo homenageado no exercício da sua atividade como médico municipal. Também, enquanto subdelegado de saúde, aí tomou posse. Localizado na Rua da República, chamada Azevedo Coutinho à data da proclamação da República e, ainda, conhecida como Rua Direita, a toponímia recente reflete um facto histórico de grande importância a nível local e que está estreitamente ligado a opções cívicas de António Carvalho de Figueiredo.

A partir da varanda do primeiro andar do Edifício, foi a República proclamada em Loures, a 4 de outubro de 1910, pela Junta Revolucionária local. O relógio andaria pelas 15h. O município de Loures tornava-se um dos primeiros a aderir ao regime republicano. Mas, mesmo antes dessa data, era já conhecido o pendor republicano de Carvalho de Figueiredo.

Este edifício que, pelas razões expostas, é agora conhecido como Edifício 4 de Outubro, remonta, nas suas origens, provavelmente ao séc. XVIII, porquanto a quinta a que pertenceu originalmente, a Quinta do Pinheiro, já existia aquando da construção do Aqueduto de Loures, datando o seu chafariz principal, ponto terminal da condução da água potável para Loures, de 1795. A ligação do médico ao aqueduto far-se-á, por um lado, a propósito da sujidade da viela do aqueduto, pois que, enquanto Subdelegado de Saúde, tinha a competência de exigir e promover a higienização dos espaços públicos bem assim como a dos espaços domésticos. Atente-se à chamada de atenção que lhe é dirigida no jornal "O Quatro de Outubro", de 8 de setembro de 1912: "Lembramos ao cidadão dr. Subdelegado de Saúde, que dê uma vista d'olhos à travessa do Aqueduto, para dar as providencias que de pronto a [h]igiene reclama. Mesmo debaixo do cano das aguas que abastecem esta povoação de Loures, é uma verdadeira imundície e a saúde publica reclama enérgicas providencias. (...)". Era também sua competência garantir a realização de análises à qualidade das águas que

chegavam à população do Lugar de Loures, do chafariz do aqueduto, de fontes e dos poços.

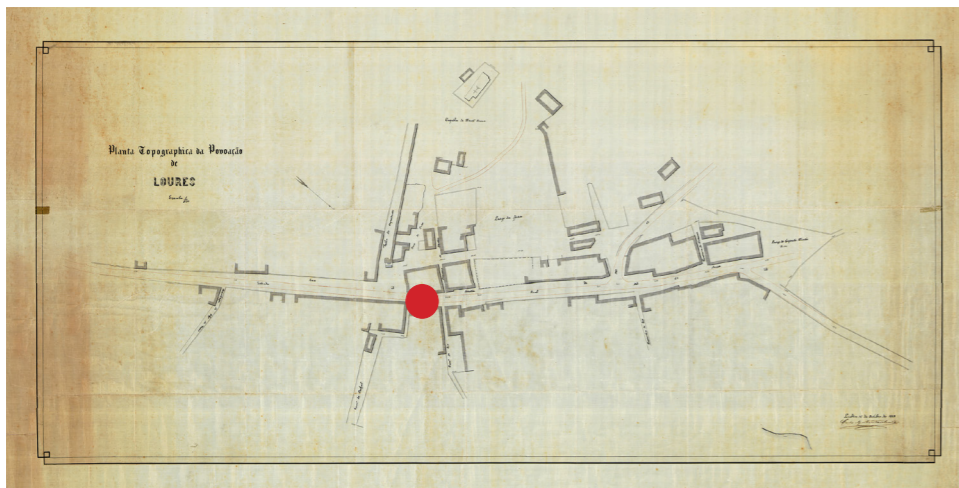
No Largo do Chafariz, nome por que era comumente conhecido o, então, Largo Vasco da Gama, se localizava a Subdelegação de Saúde de Loures, dirigida por Carvalho de Figueiredo entre 1887 e 1917. Implantada a República, recebeu este largo nova denominação, a de Largo 4 de Outubro.

Também o Largo Vasco da Gama/Largo 4 de Outubro e a Rua Azevedo Coutinho/Rua da República, tiveram a particularidade de aí se localizarem Redações e Administrações de jornais locais, contemporâneos de Carvalho de Figueiredo e que, hoje, constituem preciosas fontes de informação sobre a sua vida familiar e profissional.

Assim, tivemos “O Cinco de Outubro”, na Rua da República, desde 1 de outubro de 1911, os jornais “Quatro de Outubro” e “Imparcial”, no Largo 4 de Outubro, o primeiro desde 7 de abril de 1912 e, o outro, desde setembro de 1916.

Mais uma referência para terminar este enquadramento. O Centro Republicano de Loures do qual Carvalho de Figueiredo, com Anselmo Braamcamp Freire, foi um dos fundadores, localizou-se em edifício situado, também, no Largo Vasco da Gama, com a frente voltada à atual Rua da República.

A imagem abaixo mostra o centro urbano de Loures, no ano de 1889, com as designações toponímicas existentes à época. Este mapa teve destaque na exposição, colocado na vitrina voltada para a Rua da República, fazendo a ligação entre Loures à época do médico biografado e Loures de hoje. Fácil é, deste modo, entender a centralidade do local que acolheu a exposição biográfica, na vida do próprio biografado.



Planta Topographica da Povoação de Loures, esc. 1:500, 1889. O círculo a vermelho localiza o Edifício 4 de Outubro.

A Evocação da Memória de António Carvalho de Figueiredo, ideia norteadora da exposição, lembrou os cem anos, cumpridos a 14 de março de 2017, do desaparecimento de uma das personalidades públicas mais merecedoras do reconhecimento, consideração e memória da História do concelho de Loures. A comunicação do conhecimento atingido, no decurso do projeto, foi o objetivo desta exposição.

Da brochura da exposição, destacamos:

Ao evocar o centenário da morte de António Carvalho de Figueiredo (1853-1917), médico municipal e primeiro subdelegado de saúde do concelho de Loures, recordamos a sua vida e os contributos que nos legou na melhoria da situação sanitária do nosso município. Infelizmente, pouco ou quase nada existe que tenha sido manuseado por si. Circunstâncias adversas e a extinção da sua família mais direta não permitiram, que se saiba, preservar objetos pessoais, instrumentos médicos ou qualquer outro tipo de testemunhos palpáveis da sua existência.

Tudo o que resta é documentação escrita, em arquivos públicos e em bibliotecas, para além das homenagens póstumas que lhe foram sendo tributadas e das memórias vivas de quem, de alguma forma, se cruzou com a única descendente do médico [a filha Ana Amália] e/ou com o seu legado. (...)

Conhecer a história de vida desta figura pública é conhecer um pouco da história do concelho de Loures, mas não só ... Carvalho de Figueiredo parece ser também um daqueles casos que superam a fronteira do local e representam, afinal, um pouco da cultura e da alma do povo português.

Fixaram-se os marcos cronológicos da Vida e Obra de António Carvalho de Figueiredo, entre a data do nascimento, 27 de abril de 1853, e o ano de 1918, cumprido um ano do falecimento do médico, que o jornal Imparcial recorda publicando um In Memoriam assinado por Manuel José de Carvalho, um amigo de longa data.

Da sua Vida, destacamos o esquema genealógico da família alargada de António Carvalho de Figueiredo. O lado paterno da família está muito incompleto.

Já o lado materno referencia os tios cuja presença e acompanhamento, bem como influência na vida de António, estão documentados. Alguns, pelo percurso cívico e profissional, terão marcado o jovem António e, até, influenciado as suas opções enquanto homem e cidadão.

O pai e o avô materno foram farmacêuticos, um dos tios e seu padrinho, Henrique César Farinha, assumiu cargos

políticos e foi médico. Embora ainda incompleta, esta genealogia corresponde a um trabalho do qual decorreu vasta matéria inédita, cuja primeira oportunidade de divulgação foi a presente exposição.

António Carvalho de Figueiredo foi um homem ativo na sociedade de Loures e a Obra que hoje lhe conseguimos atribuir, reflete o seu dinamismo, as suas convicções e demonstra-nos como aliou a sua formação académica aos ideais republicanos defendendo aqueles que careciam de toda a proteção na doença e na instrução. Foi, ainda, um discípulo consciencioso dos ensinamentos de Pasteur, facto que o levou a montar um laboratório na sua casa do lugar do Barro onde realizou experiências, estudos científicos e médicos nas áreas de Bacteriologia, Microbiologia e Entomologia, sobre os quais produziu artigos em revistas científicas e relatórios médicos. Consubstanciou o médico cientista na esteira de Louis Pasteur (1822-1895) que, no séc. XIX, abre caminho à medicina científica e à associação da epidemiologia e da saúde pública à microbiologia e à "guerra" bacteriológica (Amaral, 2010, 135).

Argumentando que ninguém poderia tornar-se indiferente à revolução que Pasteur viera introduzir na ciência e na medicina do sec. XIX, também Ricardo Jorge (1858-1939), um dos defensores do sanitarismo moderno em Portugal, adere às ideias de Pasteur (Amaral, 2010, 135).

Também António Carvalho de Figueiredo foi contagiado pela revolução científica do séc. XIX e foi um produto dela. A sua inscrição no XV Congresso Internacional de Medicina, que decorreu em Lisboa, no ano de 1906, testemunha essa tendência e o reconhecimento enquanto médico e cientista moderno.

Miguel Bombarda, responsável pela organização do Congresso, convida Carvalho de Figueiredo a tomar parte na organização da 3ª Secção do Congresso (Patologia geral, Bacteriologia e Anatomia patológica), a título de Membro.

Escreve uma primeira carta, endereçando o convite ...

Lisbonne, 28 / 1 - 1904

Monsieur et très honoré confrère,

Au nom du Comité exécutif du Congrès de 1906, et en celui de Messieurs le Président et le Secrétaire responsable de la 3e section (Pathologie générale, Bactériologie et Anatomie pathologique), j'ai l'honneur de vous inviter à prendre part aux travaux d'organisation de cette section, à titre de Membre.

Je vous prie, Monsieur, de vouloir bien m'informer de

votre acceptation le plus tôt possible et d'agréer, avec mes remerciements anticipés, l'assurance de ma haute considération.

Le Secrétaire général

... e, demorando a resposta, insiste numa segunda carta.

Lisbonne, 12/3 - 1904

Monsieur et très honoré confrère,

J'ai eu l'honneur de vous demander, dans une lettre antérieure, votre participation aux travaux d'organisation de la section de Pathologie générale, Bactériologie et Anatomie pathologique du Congrès de 1906, mais je n'ai pas eu le plaisir d'une réponse.

Très prochainement nous allons publier le premier numéro du Bulletin du Congrès, dans lequel devra être rendu compte de l'organisation des différentes sections.

Si je ne reçois donc pas, dans un bref délai, votre acceptation, je serai force de considérer votre silence comme refus de prêter votre concours dans la préparation du dit Congrès.

Veillez agréer, Monsieur, l'assurance de ma haute considération.

Le Secrétaire générale

Na resposta, manuscrita, que envia a Mr. Le Prof. Miguel Bombarda, très distingué secrétaire générale du Comité executif en Congrès, a 14 de Fevereiro de 1904, António Carvalho de Figueiredo agradece, mas declina, em défaut de temps, o convite que lhe fora dirigido. Participará neste acontecimento de magnitude e importância enormes para a Medicina, para a Ciência e para Portugal, como assistente da 3ª Secção.

Boletim de inscrição de António Carvalho de Figueiredo como participante no XV Congresso Internacional de Medicina, que decorreu em Lisboa, entre 19 e 26 de abril de 1906.

Em 1909, António Carvalho de Figueiredo é cofundador do Centro Republicano de Loures, que teve por patrono Anselmo Braamcamp Freire. É pelo jornal "O Cinco de Outubro" que ficamos a saber um pouco da sua ligação ao Centro Republicano de Loures.

Resgatar a memória de alguém, seguir o fio da meada da sua vida e da sua obra, pode constituir uma tarefa (muito) difícil. No caso de António Carvalho de Figueiredo, foi ganhando contornos a imagem de um homem bom, inteligente, incansável, curioso, empenhado, frontal e só.

Arriscamos dizer que se afastou de uma determinada "vida" da capital e, até, dos seus pares. Não estava, porém, isolado do mundo, foi um homem de ciência atualizado e reconhecido, em Portugal e fora dele. Sem dúvida, dedicou toda a vida aos seus doentes mais desprotegidos, como se percebe na afirmação, registada em 1894 "a minha clínica é quase exclusivamente de camponeses, pouco cuidadosos de si quando sãos e até quando doentes."

Esta foi a exposição biográfica possível, sobre alguém que deixou para a posteridade um nome e uma única fotografia, uma casa que se transformou em ruína, a projeção da sua obra, como médico e homem de ciência, nos registos escritos dados à estampa. O reflexo da sua personalidade ficou refletido em atas de reuniões de grupos tão diversos como o Centro Republicano de Loures ou a Irmandade do Espírito Santo / Associação Humanitária Luís Pereira da Mota. Continuam acessíveis, em diversos Arquivos, a sua caligrafia e a sua assinatura, elementos tão marcantes da identidade de uma pessoa.

Sabemos que era um estudioso, que assinava obras estrangeiras, que consultava os seus compêndios para dissipar as dúvidas que o assaltavam, resolver os casos difíceis que os doentes lhe apresentavam. Nada sabemos da sua biblioteca. Construiu e equipou um laboratório na sua casa, no lugar do Barro, onde investigou e obteve resultados no âmbito da doença do sono, onde decorreu toda a investigação sobre o mosquito *Anopheles bifurcatus*. Restam referências, feitas por terceiros, mas equipamentos, objetos, apontamentos da sua prática clínica, as suas lunetas ..., nada se conservou. No "In Memoriam", já referido, captam-se breves e escassas referências à sua mãe, à casa. De alguma forma, penetramos na "rotina" de A. C. de Figueiredo. Por outro lado, a casa, hoje reduzida a quatro paredes por ação do incêndio que, na década de 80 do séc. XX, reduziu tudo o

mais a cinzas, emite um ligeiro murmúrio, tímido, sobre o seu morador mais reconhecido e estimado, na forma de uma placa honorífica, na fachada principal, da iniciativa de Amigos.

Tentámos chegar o mais perto possível de uma certa materialidade do quotidiano de médico, contrariando o facto de não sabermos da existência de qualquer objeto ou instrumento médico antiga pertença de A.C. de Figueiredo.

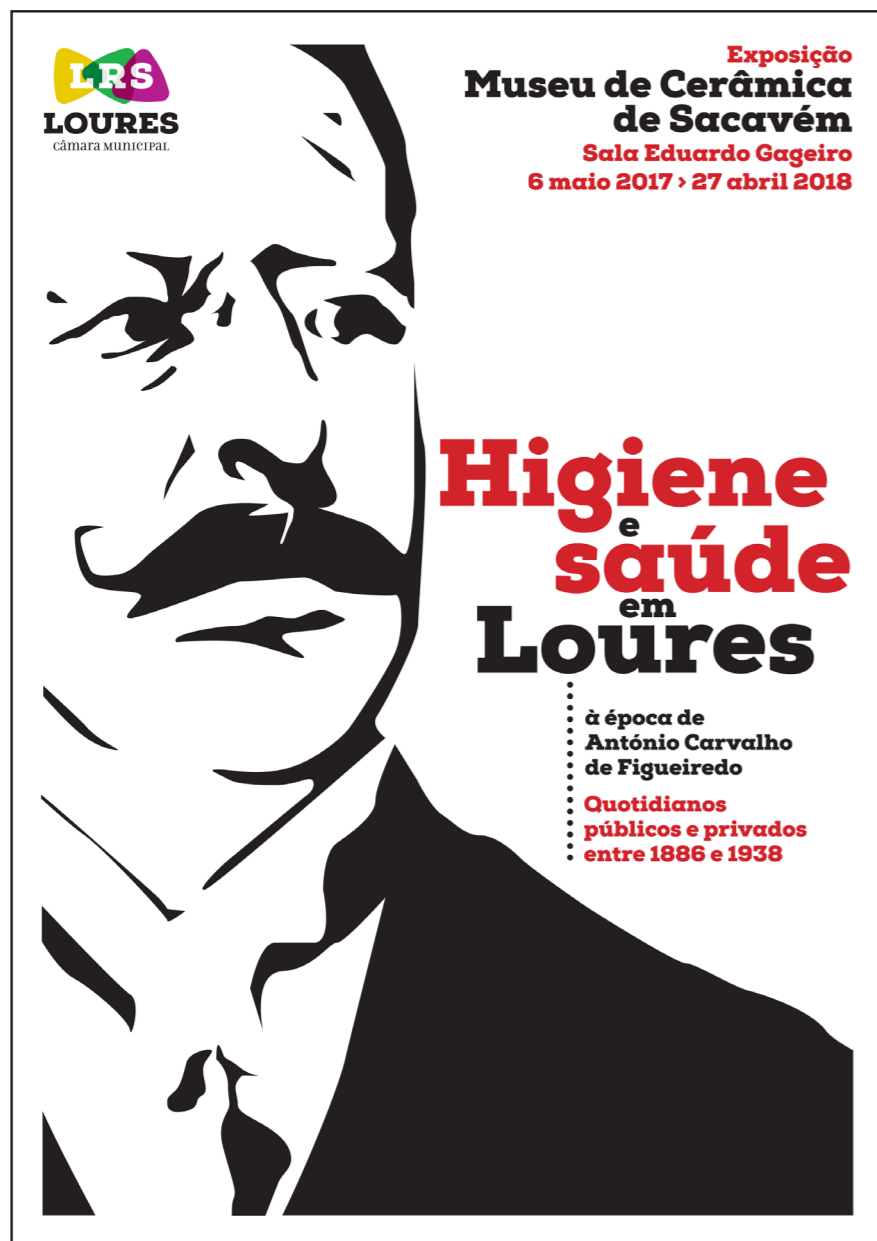
A colaboração de outras instituições museológicas e a obtenção de contributos particulares, tornou possível reunir um conjunto de objetos⁵ compatíveis com o universo cronológico e profissional de A. C. de Figueiredo.

Exposição "Higiene e saúde em Loures à época de António Carvalho de Figueiredo. Quotidianos públicos e privados entre 1886 e 1938"

Se o lugar de Loures é onde mais ecoam as vivências do médico A. C. de Figueiredo, não podemos esquecer que, enquanto Subdelegado de Saúde, era todo o município que estava sob a sua autoridade. Estender a homenagem à sua memória a todo o território municipal não teria sido praticável e, por isso, de modo simbólico, constituiu-se o Museu de Cerâmica de Sacavém como entidade recetora de uma outra exposição onde a figura do médico pudesse ser associada às temáticas tão marcantes para a sociedade do seu tempo como foram a Higiene e a Saúde.

Estas duas causas, bases do Sanitarismo que (re)nasce, verdadeiramente, no séc. XIX, tiveram um empenhado defensor no médico municipal e subdelegado de saúde Carvalho de Figueiredo.

⁵ Copos-medidores. Coleção Museu do Hospital de Santo António dos Capuchos, nº 140. Centro Hospitalar de Lisboa Central; Funis. Coleção Museu do Hospital de Santo António dos Capuchos, nº 141. Centro Hospitalar de Lisboa Central; Estetoscópio para audição do foco fetal. Variante do Pinard. Pertenceu ao Dr. Júlio Lopes Ribeiro, cirurgião e obstetra. Coleção Museu Mac-Bride, nº 669. Centro Hospitalar de Lisboa Central; Martelo para reflexos. Modelo "Traube". Coleção Museu Mac-Bride, nº 706. Centro Hospitalar de Lisboa Central; Tubos de ensaio, com suporte em madeira. Coleção Museu do Hospital de Santo António dos Capuchos, nº 133. Centro Hospitalar de Lisboa Central; Azulejo Comemorativo do XV Congresso Internacional de Medicina (Lisboa). Abril de 1906. Coleção particular de Fernando Martins; Bule de caldos para doentes (em faiança). Sem marca, 1º quartel do século XX. Coleção particular de José Luís Dória; Caixa para medicamentos em hóstia (em cartão e com uma hóstia). Pharmacia Moderna, Lisboa, c. 1910. Coleção particular de José Luís Dória; Caixa para pasta de dentes (em faiança). Cherry Tooth Paste, John Gosnell & Cª Lda., 1898-1915. Coleção particular de José Luís Dória; Caixa para medicamentos em hóstia (em cartão). Pharmacia Paiva da Costa, Lisboa, c. 1910. Coleção particular de José Luís Dória



Capa da brochura da exposição patente no Museu de Cerâmica de Sacavém

A implementação de novos procedimentos a nível sanitário, produziu consequências não só ao nível das atitudes individuais e coletivas em prol da higiene mas implementou, também, novos hábitos e novas exigências.

Se as farmácias anunciavam toda uma nova gama de produtos de higiene e beleza, as indústrias perceberam a oportunidade de negócio que as exigências e cuidados sanitários abriam em múltiplas frentes. Este novo mundo entrou, também, na Fábrica de Loiça de Sacavém. Esta fábrica iniciou a sua laboração na década de 50 do séc. XIX, por ação do industrial Manuel Joaquim Afonso.

Poucos anos mais tarde, falida, será vendida à família inglesa Howorth. Esta segunda etapa da fábrica assiste ao

desenvolvimento de uma política de cariz social dirigida aos operários e respetivas famílias. A preservação da saúde dos trabalhadores era uma garantia da própria 'saúde' da fábrica, precavendo motivos que conduzissem a quebras de produção. Passou a existir médico permanente na fábrica, creche para os filhos dos funcionários, refeitório, campos de jogos. Em 1938, a Fábrica tem o seu próprio regulamento das obras sociais onde, no capítulo IV - Melhoramentos e Condições Sanitárias, se lê: *Podem considerar-se também como fazendo parte desta obra social as grandes transformações que sofreram as antigas instalações, transformações que tiveram o seu início há cerca de 15 anos [1922/23] e que fizeram, a pouco e pouco, desaparecer as velhas e primitivas oficinas para dar lugar a grandes casas, alegres, cheias de luz e de ar, levantadas nas melhores condições higiénicas.* De forma resumida os melhoramentos e condições sanitárias implementadas e fixadas no livro das Obras Sociais da Fábrica incluíram a remodelação das oficinas e instalação de lavabos, guarda-roupas, aquecimento, etc; vestuário de serviço; refeitório para 500 operários; refeitório para empregados; balneário.

A partir das suas obras sociais, a Fábrica de Loiça de Sacavém constituiu um caso prático de implementação de medidas sanitárias que terão sido acompanhadas pelos Subdelegados de Saúde do município ao longo das diversas gerências. António Carvalho de Figueiredo, o primeiro deles, constituiu argumento para a abordagem do tema e o ano de 1938, ano da publicação do livro 'Fábrica de Loiças de Sacavém, o marco cronológico que encerra um período que assistiu ao nascimento de uma nova mentalidade que o desenvolvimento científico da medicina fez despontar e a sociedade consolidou.

Inaugurada a 6 de Maio de 2017, recordamos um excerto da brochura da exposição:

(...) As questões da higiene e da saúde pública em Loures, na transição do século XIX para o século XX, são indissociáveis da figura do médico António Carvalho de Figueiredo (1853-1917) que, ao longo de três décadas, exerceu o cargo de subdelegado de saúde do concelho. Foi o primeiro e, talvez, o mais importante porque conferiu o ritmo e a dinâmica que, com certeza, inspiraram os seus sucessores.

A Fábrica de Loiça de Sacavém que, durante muito tempo, constituiu um ícone da indústria cerâmica portuguesa, esteve sempre fortemente empenhada nos esforços desenvolvidos para conferir melhores condições de vida às pessoas, e de

salubridade aos espaços públicos. Fê-lo através dos produtos higiossanitários que vendia e também pelas políticas sociais concretizadas junto dos seus colaboradores. (...)

Mostrar a realidade existente por volta de 1900 e dar a conhecer todo um conjunto de peças sanitárias de uso comum, objetos de arte maioritariamente produzidos na Fábrica de Loiça de Sacavém, constitui o cerne desta viagem ao passado e o reavivar de memórias de outros tempos.



António Mota e Cristina Cardoso, da Biblioteca José Saramago, no momento de leitura animada 'Doutores Escritores', na inauguração da exposição sobre higiene e saúde, no Museu de Cerâmica de Sacavém, dia 6 de maio de 2017.

A exposição de Sacavém evocativa da memória do ilustre médico lourense e de ligação às questões da higiene e saúde pública, que ajudaram a transformar os hábitos quotidianos na primeira metade do século XX, esteve patente até 27 de abril de 2018, na sala Eduardo Gageiro, do Museu de Cerâmica de Sacavém.

Seminário "Tuberculose: a História e o Património"

Em data que assinalou o Dia Mundial da Tuberculose, 24 de março de 2017, realizou-se no IHMT o seminário "Tuberculose: a História e o Património". O município de Loures, por intermédio de Ana Cristina Oliveira a, autora da comunicação "Sanatório Albergaria no Cabeço de Montachique", pretendeu levar ao conhecimento de médicos e investigadores na área da tuberculose e do património cultural e arquitetónico, a ruína monumental do que não chegou a ser um edifício sanatório-albergaria, numa das vertentes do Cabeço de Montachique, no concelho de Loures.

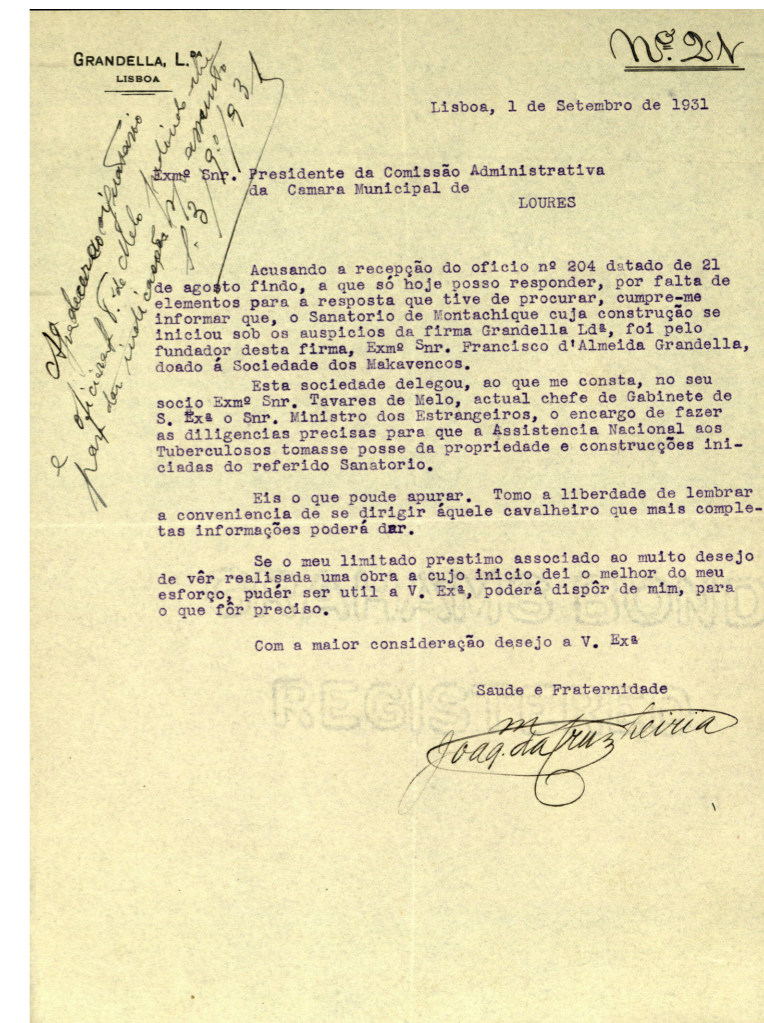
No Cabeço de Montachique persistem as ruínas da construção inacabada do projetado Sanatório Albergaria,

ruínas que continuam a desafiar os anos com o seu robusto embasamento de pedra aparelhada (Bairrada, 1981)⁶.

A 14 de Abril de 1919 o jornal *Ilustração Portuguesa* noticiava a reportagem ali feita, no dia 6, aquando do lançamento da primeira pedra da obra do sanatório-albergaria.

Hoje, a monumental ruína é também designada pelo apelido daquele que doou o terreno e promoveu a obra, Grandella – Francisco de Almeida Grandella. A sua presença naquela cerimónia está registada para a posteridade nos clichés de A. Franco. Presentes estão, ainda, o arquiteto Alexandre Soares, os corpos gerentes da Sociedade dos Makavenkos, associados, representantes da imprensa da Capital, autoridades locais e muito povo.

Na festa que assinala o início da construção está ausente Rosendo Carvalheira, o arquiteto autor do projeto morrera a 21 de janeiro desse ano.



Correspondência Recebida. Arquivo Municipal de Loures

⁶ Da obra que a inspiração artística do arquiteto Rosendo Carvalheira criou, subsistem sólidos edifícios como, por exemplo, o Liceu Passos Manuel e o Sanatório Santana, na Parede, a par da sólida ruína que, a meia encosta, marca a vertente voltada ao Nascente do Cabeço de Montachique.

O projeto gracioso de Carvalheira de um sanatório destinado a população de fracos recursos data de 1917/1918. O lápis do Arquitecto Rosendo Carvalheira conferiu-lhe um traço “simples, gracioso e pitoresco e fortemente inspirado em motivos portugueses”, conforme descrito na revista *Arquitectura Portuguesa*, em Julho de 1918.

A obra, que o autor já não acompanha, nasce no local escolhido pelos médicos Azevedo Neves e José Pontes, membros da Sociedade dos Makavenkos. Abriram-se os caboucos e ergueram-se paredes do edifício da albergaria, com seis corpos em leque. Estes corpos radiais são o que marca, ainda hoje, o exotismo da ruína do nunca acabado sanatório-albergaria. Previra-se que o sanatório ocupasse uma área de 3500 m², incluindo jardins. A ideia original e o projeto contemplavam o internato para doentes pobres e um conjunto de moradias independentes cujo rendimento custearia os encargos em benefício dos pobres.

Grandella e a excêntrica Sociedade dos Makavenkos estão, pois, estreitamente ligados entre si e à construção deste sanatório.

A publicação do livro *Memórias e Receitas Culinárias dos Makavenkos*, de Francisco de Almeida Grandella, em 1919, é pretexto para arranjar, como o próprio explica, mais uma receita para o Sanatório Albergaria, em Montachique, essa bela obra da iniciativa dos Makavenkos!...

Rosendo Carvalheira, o divino arquiteto, foi um dos presidentes da Sociedade dos Makavenkos, que tinha na beneficência – a Beneficência dos Makavenkos – um dos seus propósitos. Para este fim mantinha um Fundo constituído pelo contributo convencionado dos sócios, em cada jantar organizado pela Sociedade, bem como por outros donativos especiais. À data de 28 de julho de 1919, o extrato da conta corrente da Sociedade incluía, nas Despesas, uma parcela denominada Subsídios para o Albergue de Montachique, no valor de 414\$39.

Grandella morre a 20 de setembro de 1934. A vida deu-lhe tempo para assistir à falta de apoio e de verba que conduziram ao estado moribundo e à morte prematura do Sanatório-Albergaria. A Sociedade dos Makavenkos também deixara de existir, entretanto.

As plantas dos diversos pisos projetados por Rosendo Carvalheira, têm paradeiro desconhecido. O artigo referido da revista *Arquitectura Portuguesa* inclui cópias dessas plantas, muito reduzidas e com legendas ilegíveis. Nos tempos que correm não se coloca a necessidade de recorrer

aos ares do salutar lugarejo de Montachique para combater uma doença como a tuberculose, mas acaso será impossível resgatar esta monumental ruína para uma função digna da memória que lhe está associada? Será possível reabilitar a ruína para uma função que beneficie a população local?

Fonte incontornável para o conhecimento da incidência da tuberculose no concelho de Loures, à época do médico municipal António de Figueiredo, são os livros de enterramentos dos cemitérios. À época, muitos doentes vêm a falecer em Casas de Saúde localizadas no lugar de Cabeço de Montachique, as quais se destinavam ao cuidado a doentes tuberculosos desde muito antes de ser pensada a construção do Sanatório-Albergaria. O lugar de *ares tão limpos* era propício e muito procurado para a cura da tuberculose.

Embora a construção do Sanatório se tenha iniciado pouco depois da morte de António Carvalho de Figueiredo, a tuberculose foi, sem dúvida, um flagelo que o preocupou e com a qual, como médico, teve que lidar, nos derradeiros anos da sua vida. Segundo uma notícia publicada no jornal *Vanguarda* (edição de 9.12.1899), Carvalho de Figueiredo chegou a ser apontado como “futuro director do Sanatório [Sousa Martins]” a edificar no lugar de Montemor, na estrada que ia de Odivelas a Caneças, sob a égide da Assistência Nacional aos Tuberculosos.

... uma conversa que lhe interessa!

Apresentados como um desafio para uma conversa, dois temas da área da saúde foram dirigidos a públicos diversos.

Existem problemas que configuram temas e preocupações para os quais é importante manter a população alertada, no âmbito das políticas nacionais de saúde, e informada sobre cuidados e prevenções que estão ao seu alcance procurar.

Atendendo às características do município de Loures e, igualmente, ao enquadramento proporcionado pelo centenário de António Carvalho de Figueiredo, a iniciativa acima desenvolveu dois temas, direcionados para públicos específicos.

Nesse sentido a iniciativa *Consulta do Viajante...uma conversa que lhe interessa!*, foi objeto de divulgação no dia 17 de junho de 2017, no Centro Cultural da Apelação, com a participação de Cláudia Conceição, médica do IHMT e sócia-fundadora da Sociedade Portuguesa de Medicina do

Viajante. A moderação da conversa foi partilhada com a médica Clarisse Martinho, da ACES Loures Odivelas.



"Consulta do Viajante...uma conversa que lhe interessa!", na Casa da Cultura da Apelação, dia 17 de junho de 2017.

A viagem entre continentes é uma realidade sempre presente num município tão fortemente multicultural como é o de Loures. Com as pessoas viajam as doenças e, também, os vetores que lhes dão origem. Uma vez contraída a doença há que prevenir a sua transmissão, facto que pode tomar proporções de difícil controle. A prevenção começa na informação sobre o assunto, daí ela ser veiculada por muitos organismos, desde instituições de saúde até escolas de diferentes graus de ensino, procurando cobrir toda a população.

No enquadramento do centenário dedicado ao médico Carvalho de Figueiredo, procurou-se lembrar a transmissão das doenças, ditas exóticas, na linha das rotas percorridas entre o local de residência no município de Loures e os diferentes países de origem e de destino, nos diferentes continentes. A questão da perda de imunidade em relação a doenças do país de proveniência, os cuidados de prevenção antes das viagens e a defesa face aos vetores de transmissão de doenças, foram abordados do ponto de vista da premência atual da vigilância e defesa da saúde na aldeia global em que vivemos.

António Carvalho de Figueiredo foi autor das primeiras pesquisas realizadas em Portugal sobre a Doença do Sono, então denominada doença tropical. Faustino Hebo, de 26 anos de idade, natural de Cassengo, província de Angola, entrou para a enfermaria particular do Hospital de S. José, no dia 21 de agosto de 1889, com sintomas de Doença do Sono. Hebo virá a falecer do agravamento desta doença a 13 de dezembro. Carvalho de Figueiredo colaborou no estudo microscópico de todos os tecidos e sangue recolhidos para autópsia. O relatório produzido integrou a dissertação inaugural de António de Azevedo e procurou contribuir para o conhecimento da natureza da doença do sono, etapa essencial no caminho para o conhecimento das medidas a tomar para o seu combate e prevenção.

A sessão sobre a Consulta do Viajante teve por objetivo alertar para a vacinação recomendada para determinados destinos de viagem. Contou com a presença de alguns residentes originários da Guiné. O teor informal da conversa captou a atenção da assistência que interagiu com as responsáveis pela transmissão dos conteúdos. Aos presentes, deu-se a conhecer, a existência de uma Consulta do Viajante, no ACES Loures-Odivelas, resultado que configurou uma etapa gratificante da sessão, porquanto torna possível a disseminação desse conhecimento.

Privilegiando o público escolar e a divulgação de temáticas preventivas de atitudes e comportamentos de risco, a segunda ação desta série versando sobre *Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST)* ... foi concretizada na Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo, em Loures, no dia 27 de abril de 2018, com o empenho da médica e professora Filomena Pereira, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Na tarde do dia dedicado ao patrono da Escola, a sessão contou com a presença voluntária de alunos que compareceram para assistir e ouvir uma apresentação do interesse de jovens cidadãos. Foi um grupo atento que percebeu a pertinência do tema e participou ativamente na sessão.

Simpósio “Medicina, investigação e sociedade na transição para o século XX”

Consubstanciando ainda a colaboração referida entre o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) e a Câmara Municipal de Loures (CMLrs), decorreu no dia 22 de setembro de 2017, no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, em Loures, o Simpósio “Medicina, investigação e sociedade na transição para o século XX”, centrado na figura do médico António Carvalho de Figueiredo, na medicina e na saúde pública, na viragem do século XIX para o séc. XX.



Momento dos trabalhos do Simpósio “Medicina, investigação e sociedade”, no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, em Loures, dia 22 de setembro de 2017.

A Mesa da Sessão de Abertura foi composta pelo Vice-Presidente da CMLrs, Paulo Piteira, e pela Subdiretora do IHMT, Zulmira Hartz, além de Ana Cristina Oliveira, um dos elementos da comissão organizadora.

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical ofertou ao município uma medalha do instituto, bem como, um exemplar do livro O Instituto de Higiene e Medicina Tropical: um século de história 1902-2002, de Pedro Abranches (3ª edição - 2017, atualizada) e um volume da Revista “Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical”, 2º Congresso Nacional de Medicina Tropical (20-22 Abril 2013), Lisboa, 2013. Estas peças irão integrar o acervo do Centro de Documentação Anselmo Braancamp Freire do Museu Municipal de Loures.

Nas conferências programadas, José Abílio Coelho, tratou d’ “O papel dos médicos do partido de finais do século XIX aos inícios do século XX” e enquadrou o homenageado neste simpósio de uma forma esclarecedora e pedagógica.

As outras 3 sessões de trabalhos foram moderadas por Isabel Amaral (CIHCT), José Luís Dória (IHMT) e Celeste Gonçalves

(ENSP), onde se apresentaram diversas comunicações no âmbito do centenário da morte de António Carvalho de Figueiredo. O painel de oradores foi maioritariamente proveniente da Universidade Nova (IHMT, FCT e FCSH), mas também do ISCTE, uma administradora hospitalar e uma técnica superior da CMLrs. Abordou-se o ensino médico em Lisboa no final do séc. XIX, os “facultativos de partido” no Portugal liberal, o contributo para a Entomologia médica em Portugal do citado estudo de Carvalho de Figueiredo sobre o mosquito *Anopheles bifurcatus* var. portucaliensis (1904). Falou-se ainda da História Local e de Loures, ao tempo do médico homenageado.

À conversa com ... José Luís Dória

No dia 27 de janeiro de 2018, no auditório do Museu de Cerâmica de Sacavém foram exibidas algumas curtas metragens sobre cirurgia, de Eugène-Louis Doyen, contemporâneo do médico de Loures, numa colaboração com a Cinemateca Nacional. A sessão foi comentada por José Luís Dória e especialmente direcionada para um público da área da saúde.

Uma das novidades no Congresso Internacional de Medicina de 1906, realizado em Lisboa, foram as projeções de filmes sobre técnicas de cirurgia, que tiveram um êxito enorme.

Os filmes de Eugène-Louis Doyen, célebre cirurgião francês, tiveram de ser repetidos duas e três vezes, a pedido dos congressistas e a imprensa da época fez eco dessa novidade: “desse estranho e instrutivo espetáculo parece não terem [os congressistas] ficado saciados e, por isso, o cinematografo aplicado aqueles importantes trabalhos ... fará parte integrante do estudo da medicina operatória com eficácia superior à da leitura de volumosos compêndios ...”.

Conclusão

O Programa de Evocação de António Carvalho de Figueiredo prolongou-se até 27 de abril de 2018, data do 165º aniversário do seu nascimento, com a realização de diversas iniciativas. Como referido no início, remete este artigo, apenas, para todas aquelas realizadas em colaboração com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, sustentadas pelo Memorando de Entendimento assinado com a Câmara Municipal de Loures.

A História Local e o município de Loures ficaram mais ricos com os resultados obtidos no decurso do Projeto António

Carvalho de Figueiredo. A concretização de um repositório com a sistematização de toda a documentação consultada constitui, ainda, um objetivo a atingir. Será a consagração de uma etapa de trabalho realizado que terá a grande vantagem de materializar um ponto de partida para futuras investigações congêneres.

Consideramos ter contribuído para dar a conhecer a vida e obra do médico António Carvalho de Figueiredo, prestando, ainda, a homenagem devida a um grande homem esquecido.

Referências bibliográficas e fontes documentais

Arquivo Distrital de Portalegre. *Junta de Paróquia de Gáfete 1873/1883*. [Consultado em 8 de fevereiro de 2019], Disponível em: <https://digitarq.adptg.arquivos.pt/details?id=1001589>

Amaral, Isabel, "A Influência Pasteuriana na Obra de Ricardo Jorge e na Emergência da Medicina Tropical", in Amaral Isabel, Carneiro A, Mota TSBorges, VM, Doria, José Luís (Coord.). *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge*, Lisboa: História da Medicina, 2010: 135-144.

Azevedo, António de. *Algumas palavras sobre a doença do somno* [Dissertação Inaugural]. Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, 1891.

Azevedo, António de. "António Carvalho de Figueiredo". *A Medicina Contemporânea*. 12, XIX, 1917: 96.

Bairrada, EM. "Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919). Um filho adoptivo de Alexandre Herculano na arte de construir". *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, 3ª Série, 3, 1981: 104-107.

Carvalheira, Rosendo. "Sanatório-Albergaria de Cabeço de Montachique". *Arquitectura Portuguesa*, 1918.

Carvalho, Manuel José de. "In Memoriam". *Jornal Imparcial*, 14 de março de 1918.

Figueiredo, António Carvalho de. "Loures e Arredores". *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*, 7 e 8, julho - agosto, 1894: 262 - 270.

Figueiredo, António Carvalho de. "Febre typhoide no concelho de Loures. Relatório do sub-delegado de saúde do concelho". *Boletim Mensal da Delegação de Saúde do Districto de Lisboa*, Lisboa: Imprensa Nacional, dezembro de 1895: 812 - 814.

Figueiredo, António Carvalho de. "Da existência do *Anopheles bifurcatus* em Portugal". *A Medicina Contemporânea Série 2*, 7, (28) 1904: 184-187; 221-228.

Lobo, Rita. "A entomologia médica e a medicina tropical portuguesa (1902-1966). [Roteiros de Exposição]. *III Mostra da Entomoteca Henrique Ribeiro e Helena Ramos*, Lisboa, Instituto de Higiene e Medicina Tropical (12 de dezembro de 2018 - 28 de fevereiro de 2019), 2019.

Pestana, Luís da Câmara. *O microbioma do carcinoma* [Dissertação Inaugural]. Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, 1889: 31-32.

Pintassilgo J, Rodriguez MM. "Centros Escolares Republicanos". in: Rollo, Maria Fernanda (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Vol. I, Lisboa: Assembleia da República, 2013: 624-628.

Saavedra, Mónica. *Uma questão Nacional. Enredos da malária em Portugal, séculos XIX e XX*. [Teses de Doutoramento]. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

S. A. "Assistência Nacional aos Tuberculosos". *Jornal Vanguarda*, nº 1110 (3056), 9 de dezembro de 1899.

S. A. *Fábrica de Loiça de Sacavém - As suas Obras Sociais*. Sacavém, 1938.

S. A. "O concelho de Loures prestou homenagem à memória de dois ilustres filhos os drs. Carvalho Figueiredo e Avelar Brotero". *Jornal O Século*, 6 de abril de 1942.

XV Congresso Internacional de Medicina. Correspondência Expedida. Liv.º 1, 249 e 337, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 1904.

XV Congresso Internacional de Medicina. Correspondência Recebida. Liv.º 1, Cx. 3, 296, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 1904.

XV Congresso Internacional de Medicina. De inscrição. Mç.º 2, Cx. 8, 987, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, 1904.

A minha experiência no projecto António Carvalho de Figueiredo

Hugo Soares

Ex-aluno da Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo
hugrls@gmail.com

O meu nome é Hugo, sou um ex-aluno da escola secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo. A minha participação no projeto começou de uma forma completamente inesperada no verão de 2015. Tomei conhecimento, através das redes sociais, da organização de um conjunto de atividades no âmbito do ano da “evocação da memória de António Carvalho de Figueiredo”. De entre estas atividades constavam



Hugo Soares. Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo (Loures). Dia dos Cientistas 18Maio2017.

a organização de uma exposição sobre vida e obra de António Carvalho de Figueiredo e a organização do simpósio “Medicina, investigação e sociedade na transição para o século XX”.

Estas atividades chamaram a minha atenção por diversas razões, uma das quais a curiosidade sobre a personalidade de António Carvalho de Figueiredo. Ao contrário de outras personalidades bem conhecidas como José Afonso ou Luís de Sttau Monteiro que emprestam o nome a outras escolas do concelho, a personalidade do Dr. António Carvalho de Figueiredo esteve sempre envolta em grande mistério. Lembro-me de perguntar a professores daquela escola, de procurar na biblioteca e na internet (quase rudimentar na época) e não encontrar muito mais do que uma referência à própria escola secundária e à sua profissão de médico municipal. Assim, quando tomei conhecimento deste programa, tomei a liberdade de contactar a câmara municipal elogiando a iniciativa que considerava ser de maior importância para o concelho.

Em resposta a este contacto recebo a inesperada proposta para integrar o grupo de trabalho António Carvalho de Figueiredo, enquanto membro externo e ex-aluno da escola, e ajudar na organização dos diversos eventos associados à evocação dos cem anos da morte do médico António Carvalho de Figueiredo. A par com este convite surgiu ainda um outro para integrar a comissão científica do simpósio, uma vez que na altura era estudante de doutoramento a trabalhar no desenvolvimento de vacinas – uma das áreas de atividades do Dr. António Carvalho de Figueiredo enquanto médico municipal. Rapidamente aceitei os dois convites com bastante agrado.

Nas reuniões do grupo de trabalho fui recebido com um grande sorriso e boa disposição e senti-me integrado desde o primeiro momento. Estas reuniões começavam tipicamente com os diferentes elementos do grupo a fazerem o ponto da situação das suas tarefas e depois evoluía para uma fase de discussão de ideias e terminava com a lista de tarefas a realizar até à reunião seguinte.

A participação nestas reuniões foi um dos momentos de maior aprendizagem e desenvolvimento por unidade de tempo em que participei. Aprendi sobre a personalidade de António Carvalho Figueiredo, sobre a sua actividade em Loures e sobre a sua participação na comunidade médica nacional e internacional. Mas não foi só, aprendi também sobre cinema, música e literatura da época, sobre louça hospitalar e edifícios históricos, sobre relações familiares da época e algumas instituições de hoje...

No final do projeto tive ainda oportunidade de voltar à escola secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo para falar sobre a minha actividade enquanto investigador. Passados mais de 15 anos, voltar àquela escola para falar à nova geração de estudantes foi uma experiência única. Na audiência tenho ex-professores e um conjunto de jovens com um brilho nos olhos e uma curiosidade vibrante na mente.

Em retrospectiva a participação no projeto Dr. António Carvalho Figueiredo foi uma experiência enriquecedora do ponto de vista pessoal e profissional. Este projeto permitiu desmistificar a personalidade de António Carvalho Figueiredo. Hoje conhece-se mais sobre a vida e obra deste médico do início do sec. XX, a sua importância na saúde pública municipal e a sua contribuição para o avanço da prática médica da época com impacto a nível nacional e internacional.

Por fim e mais importante, sinto que este projeto permitiu aproximar a comunidade de Loures e a Câmara Municipal através da organização de eventos de proximidade junto da população – na biblioteca, na rua, nas escolas, no hospital e nos museus, em Loures e noutras freguesias do concelho.

Consulta do Viajante

Uma conversa que lhe interessa!

Clarisse Martinho, ACES Loures-Odivelas
Cláudia Conceição, IHMT/UNL; claudiaconceicao@ihmt.unl.pt

No dia 17 de junho de 2017 decorreu, na Casa da Cultura da Apelação, a iniciativa *Consulta do Viajante ... uma conversa que lhe interessa*, com a participação de Cláudia Conceição, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical/ Universidade NOVA de Lisboa, e de Clarisse Martinho, do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Loures - Odivelas.



Cláudia Conceição e Clarisse Martinho, *Consulta do Viajante... uma conversa que lhe interessa!*, Casa da Cultura da Apelação (Loures), 17junho2017.

Esta iniciativa teve como objetivo divulgar informação sobre os cuidados de saúde necessários nas viagens para fora de Portugal, sobretudo países em África,

América Central e do Sul e Ásia. Para além da crescente globalização que se tem vindo a verificar, que se traduz em inúmeras viagens de lazer e de negócios a nível mundial, o município de Loures caracteriza-se por acolher várias comunidades migrantes.

Esta situação significa, muitas vezes, viagens aos seus países de origem, por razões diversas, algumas das quais com crianças das novas gerações entretanto nascidas em Portugal. É nestes momentos que é necessário ter em atenção um conjunto de atitudes para evitar doenças associadas às viagens, através da Consulta do Viajante.

Na Consulta do Viajante é feito um aconselhamento médico sobre os riscos para a saúde relacionados com a viagem e as medidas preventivas a adotar quer antes, durante e depois da viagem. Cada consulta é personalizada, de acordo com o viajante, com o destino e com as condições da viagem, e deve ser realizada, preferencialmente, entre 4 a 8 semanas antes da data da viagem.

Na consulta, geralmente são abordadas várias questões para que o viajante esteja atento a alguns riscos e para que os possa prevenir.

São abordadas as doenças transmitidas pelo consumo de água e alimentos, como diarreia, gastroenterite, febre tifóide, hepatite A e parasitas intestinais. A melhor forma de os evitar é escolher com cuidado o que ingerir: água e outras bebidas engarrafadas são seguras, assim como chás e café, evitar o gelo, sumos naturais e leite; os alimentos bem cozinhados também são seguros, devendo evitar-se o consumo de saladas e outros alimentos crus cuja preparação seja desconhecida. Na consulta, o médico alerta para os principais riscos e avalia a necessidade de administrar alguma vacina para maior prevenção.

Outro problema frequente em viagens para zonas tropicais são as doenças transmitidas pela picada de mosquitos, como a malária, a febre amarela, a dengue, entre outras. Para evitá-las é necessário proteger o local onde se dorme e onde se passa a maior parte do dia (com o ar condicionado a 19°C ou inferior os mosquitos geralmente não voam, uso de redes mosquiteiras na cama, rede ou telas nas janelas), vestuário de cor clara e que cubra a maior superfície possível do corpo, e o uso de repelentes sobretudo na pele exposta, importante nas várias fases do dia e da noite em que as pessoas estão fora de casa.

A malária (também designada por paludismo) é a doença transmitida pela picada de mosquitos que mais mata no mundo e atualmente ainda não há vacina. A melhor forma de prevenir é evitar a picada do mosquito. Se houver indicação do médico, deve fazer-se profilaxia medicamentosa. A profilaxia da malária consiste em tomar um medicamento antes, durante e depois de chegar de uma zona onde haja malária, que mata os agentes que provocam esta doença antes que eles se propaguem no corpo humano.

Existem algumas vacinas que o viajante pode fazer para maior proteção da sua saúde, para além das que constam no Programa Nacional de Vacinação. As mais comuns são a vacina contra a febre amarela, a vacina contra a febre tifóide e a vacina contra a hepatite A, que são recomendadas individualmente a cada viajante, de acordo com o destino e com o tipo de viagem, na Consulta do Viajante.

É recomendável que cada viajante leve o seu próprio estojo médico de viagem, com medicação de reserva para diarreia do viajante (antidiarreicos e sais de reidratação oral), repelente de insetos e tratamento para picada de insetos, termómetro, analgésicos / antipiréticos, antimaláricos (se for o caso), artigos de primeiros socorros (ex: Betadine®), preservativos e medicação habitual.

Após regressar de viagem, se houver necessidade de uma consulta médica por um problema de saúde é fundamental referir a viagem e, se tiver estado numa zona com malária e tiver febre, deverá dirigir-se a um serviço de urgência de hospital nas primeiras 24 horas de febre, referindo a viagem, para realizar o diagnóstico laboratorial de malária.

Como fazer para ir a uma Consulta do Viajante?

Existe Consulta do Viajante na Unidade de Saúde Pública Loures-Odivelas (Av. Manuel Carlos Andrade, Santo António dos Cavaleiros, Tel. 219897825) para utentes que residam na área de influência do ACES Loures-Odivelas e do ACES Estuário Tejo, a partir dos 5 anos de idade. A consulta carece de marcação prévia presencial ou por telefone e está sujeita a pagamento de taxa moderadora.

No dia da consulta o viajante deverá levar cartão de utente, boletim individual de saúde (boletim de vacinas),

certificado internacional de vacinação caso seja portador e medicação atual.

Neste local funciona também um centro de vacinação internacional, às terças feiras das 12h30 às 16h30 e quintas feiras das 9 às 13h, mediante prescrição médica ou guia de tratamento (obrigatório), sem necessidade de marcação prévia.

Pode consultar outros locais da Consulta do Viajante em: <https://www.dgs.pt/delegado-de-saude-regional-de-lisboa-e-vale-do-tejo/consulta-do-viajante-e-vacinacao-internacional.aspx>.

Se vai viajar, é importante que esteja informado para prevenir a sua saúde!

Doenças Sexualmente Transmissíveis ... uma conversa que lhe interessa!

Filomena Pereira
IHMT/UNL
fmlpereira@ihmt.unl.pt

A Sr^a Prof^a Filomena Pereira expressou a vontade de responder a perguntas que considerássemos interessantes para o balanço da sua participação na iniciativa acima.

1 – Que se apresente e apresente as funções que desempenha no IHMT.

Filomena Pereira, professora associada do IHMT, no qual exerce funções de docência (cursos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos), investigação (em infeções



Filomena Pereira, Doenças Sexualmente Transmissíveis ... uma conversa que lhe interessa!, Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo (Loures), 27Abril2018.

sexualmente transmissíveis, infeções da grávida e do recém-nascido e medicina do viajante) e de serviços à comunidade (consultas de IST e de Medicina do Viajante).

2 – Que apresente o tema 'IST'.

As Infeções Sexualmente Transmissíveis são todas as infeções que se podem transmitir através do contacto

sexual. Os agentes causadores destas infeções são em grande número, podendo ser bactérias, vírus e parasitas.

Estas infeções podem não dar sintomas, mas mesmo assim podem ser transmitidas aos parceiros sexuais das pessoas infetadas que por sua vez as podem transmitir a outros, perpetuando uma cadeia de transmissão, caso não sejam diagnosticadas e tratadas atempadamente. Além dos sintomas que podem apresentar, nomeadamente ardor ao urinar, corrimento genital vaginal ou uretral, feridas nos órgãos genitais da mulher ou do homem, gânglios inguinais aumentados e lesões da pele, por vezes originam complicações que podem ser graves, que apresentam morbilidade e mortalidade e que por vezes necessitam de internamento hospitalar. Estas infeções, quando presentes numa mulher grávida, podem ser transmitidas ao recém-nascido com sequelas que poderão estar presentes na altura do nascimento ou aparecer mais tarde.

Estas infeções podem ser prevenidas e controladas, de modo a evitar as suas consequências, com bons programas de controlo e prevenção, que incluem a sua vigilância epidemiológica, diagnóstico e tratamento atempados, educação da comunidade, sendo essencial o início precoce da educação sexual primeiro pelos pais e depois nas escolas.

3 – Faz sentido levar este tema às escolas? Para que níveis etários? Qual(ais) o(s) público(s) alvo a privilegiar?

Segundo a maioria dos educadores/investigadores que trabalham em educação sexual, esta deve ser iniciada pelos pais o mais cedo possível, devendo ser contínua e dada também nas escolas, de acordo com a faixa etária das crianças/adolescentes. Há quem aconselhe que deve ter lugar por volta dos dois anos, altura em que as crianças conseguem enumerar todas as partes do seu corpo, incluindo os órgãos genitais. Nesta idade, a maioria consegue saber a diferença entre um homem e uma mulher.

Todo este processo deverá continuar ao longo do tempo, utilizando linguagem adequada à sua idade, devendo os pais começar pelo mais básico.

Entre os três e os cinco anos, as crianças percebem sem dificuldade que um homem e uma mulher são necessários para que um bebé exista e que este cresce no útero da mãe.

Está na altura de aprenderem que há comportamentos não adequados da parte deles e dos outros, nomeadamente no que diz respeito à sua privacidade e ao modo como as pessoas os tocam.

Dos cinco aos oito anos devem aprender sobre as convenções sociais de privacidade, nudez e respeito pelos outros nas relações sociais, assim como compreenderem que há indivíduos homossexuais, heterossexuais ou bissexuais. Ideias básicas sobre a puberdade podem também ser ensinadas durante este período. Nesta idade, a compreensão da reprodução humana deve continuar a ser estimulada, que pode incluir o papel das relações sexuais neste processo.

Dos nove aos doze anos de idade deve reforçar-se tudo o que tenha sido dito anteriormente e ir um pouco mais além, explicando-se o que é o sexo seguro e a contraceção e o que é que define uma boa relação em contraste com uma má, devendo aprender a distinguir se o que se diz nos media e na sociedade sobre sexo é verdade ou mentira.

Quando se chega à adolescência pode ser complicado falar sobre educação sexual porque os adolescentes dão muita importância à sua privacidade. No entanto, se os pais falaram com os seus filhos sobre sexo, há uma probabilidade aumentada dos adolescentes falarem com os seus pais, caso algo complicado lhes aconteça.

Em relação à aprendizagem sobre IST e tal como nos restantes assuntos que dizem respeito à educação sexual, os pais devem ser os primeiros a participarem na aprendizagem dos filhos, transmitindo-lhes pelo menos conhecimentos básicos, cabendo aos professores complementar a informação anteriormente recebida. E o principal é conseguir transmitir que as IST podem ser uma consequência da atividade sexual, se não se tiver cuidado em as prevenir.

Muitos educadores/investigadores pensam que a partir dos nove anos é uma boa idade para se ensinar sobre IST, mais pormenorizadamente sobre como é que elas se transmitem. Entre os onze e os treze poder-se-á ir um pouco mais longe no que diz respeito ao tipo de IST, modos de prevenção, diferença entre HIV e AIDS e risco de gravidez. Por volta dos catorze [anos] poder-se-á explicar os riscos dos diferentes tipos de atividade sexual, os tipos de contraceção e mais pormenorizadamente como se previnem.

4 – Fale-nos da sua experiência enquanto divulgadora deste tema e da sua experiência nesta escola em particular.

A atividade nesta área é, para mim, fascinante, uma vez que as IST podem ser consequência de algo que faz parte da vida da maioria de nós e simplesmente nos é intrínseca como seres humanos, teve o seu início quando iniciei o meu doutoramento sobre IST em Joanesburgo na África do Sul, em 1984. Em 1981, tinham sido noticiados os primeiros casos de infeções raras do pulmão e de carcinomas da pele em homens que tinham sexo com homens. Em 1983 foi isolado o VIH que se provou causar uma baixa de imunidade nos indivíduos infetados o que, por sua vez, originava doenças que normalmente não afetavam quem tinha uma imunidade normal. Portanto, era uma altura em que quase tudo estava por descobrir, em que teve lugar o primeiro congresso internacional sobre HIV e como este se descobriu ser transmitido através das relações sexuais e, mais tarde, em como as IST podiam ser cofatores de infeção do HIV. E eu a trabalhar num país em que o número de indivíduos infetados com IST e HIV era enorme. Penso que ninguém deixará de entender o meu interesse sobre esta matéria.

Quando me convidaram para fazer uma apresentação na Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo, desde logo me entusiasmei porque fico sempre feliz quando o fazem (é desde já sinal que alguém acha que estas infeções são importantes e vale a pena falar delas), principalmente quando para adolescentes, idade das dúvidas, entre a vida de criança e de adulto, com todos os desafios que apresenta, nomeadamente para alguns o início da sua atividade sexual. Alguns dos alunos que assistiram à apresentação eram interessados e colocaram perguntas durante a mesma, sempre que acharam necessário, parecendo-me que lidavam com o assunto de forma aberta e sem tabus. Espero que estes alunos, os que colocaram perguntas, e a apresentação efetuada, tenham originado nos restantes a mesma naturalidade para que de futuro se informem sobre as dúvidas que tiverem no que diz respeito às IST. Após a aula houve ainda a oportunidade de visitar o laboratório de ciências, provar um sumo e uma fatia de bolo feitos pelos alunos e professores da escola, uma vez que no dia da apresentação da aula teve também lugar a comemoração do Dia do Patrono. E que bem que me soube esta ida à Escola Secundária Dr. António Carvalho de Figueiredo, pela simpatia e carinho da Dra Ana Cristina Oliveira, professoras da escola e alunos e também pela gentileza do senhor motorista, que teve a amabilidade de me ir buscar e levar e conversar comigo sobre Loures durante o trajeto. Muito obrigada.



**Simpósio
“Medicina,
investigação
e
sociedade
na transição
para
o século XX”**

Os facultativos municipais na assistência aos doentes pobres

The municipal non-compulsories in the assistance of the impoverished ill ones

José Abílio Coelho
Lab2TP - Universidade do Minho

Resumo

Desde a antiguidade clássica que certas cidades gregas e romanas pagavam a médicos para tratar os seus habitantes mais pobres. Em Portugal, a disponibilização destes profissionais, pagos pelas câmaras, ocorria já nos burgos medievais, tendo-se cimentado ao longo de centúrias para ganhar maior consistência a partir de meados do século XVIII e se reforçar nas décadas finais do século XIX e na primeira metade do século XX. A



José Abílio Coelho

nossa comunicação pretende abordar algumas questões da vida profissional e do papel na sociedade do tempo destes “médicos dos pobres”, que só viriam a desaparecer completamente aquando da criação do serviço nacional de saúde, após o 25 de abril de 1974. Neste artigo pretendemos refletir, ainda, sobre a assistência aos doentes pobres praticada pelos municípios portugueses na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas da vigésima centúria, através da contratação de médicos e cirurgiões partidistas.

Palavras-chave: Partidos Médicos; Facultativos Municipais; Assistência à Pobreza; Saúde; História dos Municípios.

Abstract

Since classic antiquity, certain Greek and Roman cities paid doctors to treat their poorest inhabitants. In Portugal, the availability of these professionals, paid by the town halls, already occurred in the medieval boroughs, having been established during centuries to gain greater consistency from the mid of the 18th century and to strengthen themselves in the late 19th century and the first half of the 20th century. Our communication intends to address some issues of professional life and the role of society in the period of these "doctors for the poor", who would only completely disappear when the national health service was created after April 25th of 1974. In this article we intend to also reflect on the assistance given to the patients who were poor, practiced by the Portuguese municipalities in the second half of the 19th century and in the first decades of the twentieth century, through the hiring of doctors and partisan surgeons.

Keywords: Medical Parties; Municipal Facultatives; Poverty Assistance; Health; History of Municipalities.

1 - A assistência como necessidade humana

Embora não conheçamos o processo com a necessária profundidade, sabemos que, quer na Grécia quer na Roma antigas, existiam já mecanismos de apoio a alguns doentes pobres (Silva, 2011, 51-57). Terá sido com base nesses primórdios que a assistência praticada na baixa Idade Média europeia evoluiu, enquanto herdeira do legado romano que, “por sua vez, não se pôde eximir às remotas influências gregas, bem como às da legislação produzida pelo imperador Justiniano e às da acção caritativa das primitivas comunidades cristãs” (Marques, s. d.). Na Idade Média, a palavra pobreza designava aqueles que não tinham amparo legal, os que sofriam de falta de prestígio social ou os que notoriamente dependiam de ajuda, sendo esse estado encarado então como um castigo, comparável, por exemplo, à lepra, e por isso, merecedor da caridade pelo amor a Deus. Por via desse sentimento de profunda religiosidade, surgiu então uma vasta rede assistencial assumida quer por particulares quer pela Igreja Católica (Rheinheimer, 2008, 77). Na aproximação aos finais do período medieval o paradigma alterou-se e a pobreza passou a ser olhada como virtude, na qual

se sustentava a “crença de que o pobre está, mais que os ricos, próximo do Céu”. O que levou os mais abastados a empenharem-se, na medida das suas posses, no apoio aos que da pobreza padeciam, sustentando nessa prática a forma de, consistentemente, se aproximarem do Criador e de mais facilmente abrirem para si as portas do Paraíso, na perspetiva cultivada de que “dar aos pobres é emprestar a Deus” (Almeida, 1973, 39-43).

Para além da caridade individual, pois na caridade se sustentou a prática assistencial ao longo desses séculos, foram características do tempo tardo-medieval e muito especialmente na Idade Moderna, a existência de um conjunto de estruturas constituídas por mercearias, pousadas, albergarias, hospitais ou gafarias patrocinadas pela Coroa, pela Igreja e até pelos municípios, as quais, dada a sua dimensão, na maioria dos casos pequena e simples, serviam apenas uns poucos dos que sofriam privações (Marques, 1998, 43-117). Para Marta Lobo de Araújo, querer alcançar o céu levou os homens da Idade Moderna a tornarem-se mais pios, nomeadamente através da doação de parte, ou mesmo de toda a sua fortuna, fosse pela esmola, pelos dotes a órfãs, pela libertação de presos e cativos, pelo enterro de pobres e o auxílio a peregrinos ou pela “cura” dos enfermos, sendo a caridade uma virtude recomendável ou tida, mesmo, como um dever (Araújo, 2017, 23).

Terá sido por esta mesma altura, isto é, ao longo do século XVI que, em Portugal e de forma consistente, os Partidos Médicos foram criados por instituições como misericórdias e outras irmandades e confrarias, mas aos quais deram especial importância muitos municípios, no sentido de apoiarem os mais pobres de entre os seus residentes.

Convirá dizer que a assistência em Portugal era, pelo século XVI e até à instituição do Liberalismo, uma prática sem carácter de obrigatoriedade, salvo na criação dos “expostos” a que, aí sim, os municípios estavam obrigados desde a publicação das Ordenações Manuelinas de 1512 (Lopes, 1993, 501-515).

2 - Os partidos médicos

Entre outras leituras, o substantivo “Partido” quer dizer, segundo o Dicionário Moraes de 1891, “ajuste”, “prémio”, “paga” ou “serviço prestado a alguém”. E logo de seguida acrescenta a “entrada” de Moraes que “Médico do Partido” é um clínico “remunerado com somma certa, e não por visitas”, ou seja,

aquele que é contratado por vila ou cidade e remunerado com uma quantia previamente ajustada, ao mês ou ao ano, e não por aqueles que o chamam para atender um doente (Moraes Silva, 1891, 486-487).

Marcelo Caetano reafirma, em meados do século XX, no seu Manual de Direito Administrativo, esta mesma leitura, ao afirmar que “Partido é uma expressão tradicional que designa hoje a função exercida em benefício dos habitantes dos concelhos, por conta destes, mas sob a forma de profissão liberal (Caetano, 1984 [1ª ed. 1957], 346). Embora o que aqui nos interessa tratar sejam é os partidos médicos, convém dizer que existiram também partidos municipais para boticários, veterinários, enfermeiros, dentistas e até para parteiras e sangradores, e que para além dos municípios os tiveram firmados misericórdias e outras irmandades religiosas e até, já em inícios do século passado, corporações de bombeiros (Coelho, 2014, 33).

Em Portugal, a primeira referência escrita que encontramos a uma obrigação parecida com a de um partidista data de 1518, quando D. Manuel I ordenou, por alvará dirigido ao seu capitão na cidade de Goa (Índia), haver por bem que “o fisico que tivermos nessa cidade com o noso soldo cure todos os doentes que for requerido polo proveador e officiaes da Misericordia que a va visitar e curar asy mesmo todos os outros doentes e pessoas que ouver nesa cidade que polos da Misericordia nam seja requerido e a huus e a outros sem lhe levar por isso cousa alguma porque polo soldo noso que de nos haa em cada huu anno he obrigado de o asy fazer”. O citado alvará régio termina a ordenar ao capitão de Goa que, se o fisico não quiser cumprir esta determinação, não lhe seja pago soldo algum “porque asy o avemos por bem” (Paiva, 2004, 332-333).

De momento desconhecemos outras fontes anteriores àquela que acabamos de citar e da qual resulte tão clara a obrigação, imposta pela Coroa a um físico a quem pagava um soldo, para visitar e “curar”, sem lhes cobrar qualquer outro valor, doentes de uma vasta área geográfica. Não achámos neste alvará régio o substantivo “Partido”, mas parece-nos que fica bem expresso nele o espírito que, nos séculos seguintes, irá presidir à forma de que se hão de revestir os “Partidos Médicos”, especialmente os municipais.

Ribeiro Sanches (1699-1783), físico formado por Salamanca e eminência médica da centúria de Setecentos, confirmou esta informação nos seus *Apontamentos para estabelecer um Tribunal e Colégio de Medicina*, redigidos em meados do século XVIII, ao escrever que “no tempo del Rei Dom Manuel

se fundaram as Misericórdias com Hospitais (...) e me parece que desde aquele tempo se estabeleceram os partidos das Câmaras, que são ordinariamente de 30:000 réis..." (Sanches, s/data, 12).

Nos séculos que se seguiram ao reinado de D. Manuel I foram vários os municípios que, por todo o país, passaram a contratar físicos e cirurgiões pelo sistema de Partido, embora o fizessem por livre e espontânea vontade dado que nenhuma lei referia qualquer obrigatoriedade. Mesmo assim, empenhadas em servir bem os seus munícipes, conhecemos exemplos de alguns concelhos que tinham a seu serviço um partidista desde o século XVI, reforçando-se essas contratações nas centúrias seguintes.

Apenas a título de exemplo, vejamos os casos de Castelo Novo, que tinha, em 1585, o licenciado Jorge Mateus a exercer o cargo de médico do Partido Municipal, nomeado por alvará régio datado de 25 de maio. Em Braga, a câmara do município contratou um médico para o seu Partido em 19 de maio de 1694 e, em 1724, o já aqui falado Ribeiro Sanches (que mais tarde havia de servir a corte dos czares), contando então apenas 25 anos de idade, exercia o mesmo cargo por contrato com a câmara de Benavente.

A edilidade de Monção dispunha também, em 1751, de um médico formado pela universidade de Coimbra, sendo referido no acórdão da câmara que isso acontecia desde "tempos anteguiximos". Nesse mesmo ano, o município contratou outro médico, o Dr. Domingos Lourenço, a quem pagava a anualidade de 80 mil réis pela obrigação de "acudir a todos os enfermos, principalmente aos pobres" (ARAÚJO, 2008, 327). Também os munícipes de Penela dispunham, em 1755, dos serviços de um facultativo que assistia todos os doentes do concelho, e gratuitamente os pobres.

Pelas atas da câmara penelense ficamos a saber que, ouvida a nobreza e o povo da vila e seu termo, estabeleceu a corporação contrato com um médico, solicitando, posteriormente, a sua nomeação definitiva ao governo de sua majestade. A Coroa tinha que autorizar e confirmar o cargo e o valor do vencimento. No caso de Penela o vencimento anual seria de 100:000 réis. Este partidista não podia cobrar nem pela consulta, nem pela deslocação a casa dos doentes que apresentassem atestado de pobreza, mas era-lhe permitido exercer, em paralelo, a atividade a "pulso livre", dirigida a moradores que tivessem bens para custear os honorários do facultativo; autorizado neste caso a cobrar honorários, embora sempre segundo uma tabela fixada pela

própria câmara. "Pulso livre" era o oposto de "pulso cativo" e, neste, o médico recebia apenas o seu Partido e estava proibido de cobrar qualquer extra pelos seus serviços (Coelho, 2014, 34-35).

Na Penela dos meados do século XVIII o valor da deslocação para consulta a "pulso livre" ia de 250 a 500 réis, consoante as distâncias percorridas pelo clínico desde a sede do concelho, onde era obrigado a residir, até à casa do doente. O médico não podia recusar-se a ir, de dia ou de noite, onde quer que fossem solicitados os seus serviços, devendo deslocar-se "com besta sua, e não dos doentes". A distância a percorrer entre a sua residência e as moradas de alguns doentes chegava a aproximar-se dos vinte quilómetros para cada lado, viagem feita tantas vezes de noite e muitas outras nos rigores do inverno, por trilhos lamacentos e sem qualquer iluminação. O trabalho era árduo para muitos destes clínicos, que eram obrigados a "curar" todo um concelho, tendo, pelo menos teoricamente, sob sua responsabilidade o atendimento a muitas centenas, por vezes milhares de doentes pobres.

A nomeação de partidistas médicos nos concelhos manteve-se em moldes aproximados nos séculos seguintes, quer no continente quer nos territórios de além-mar, tendo-se a rede alargado consoante o número de médicos foi surgindo, sobretudo depois da criação das Escolas Médico-Cirúrgicas, nos inícios do segundo quartel de Oitocentos..

Em 1810, Póvoa de Lanhoso pagava já a três cirurgiões para prestarem cuidados aos expostos da terra, totalizado os ordenados pagos 14:200 réis anuais¹. Devemos referir, contudo, que pelo valor referido estes assistiam apenas os expostos da Roda, e que eram cirurgiões, atividade ao tempo bastante menos valorizada que a de físico.

Em 1818, D. João VI outorgava provisão à criação de um partido médico na vila de Alcoutim, pedido pela câmara, tendo, à petição do município, dado informação positiva o corregedor da comarca de Beja depois de ouvir nobreza e povo. Atingia a soma de 150:000 réis a dotação anual, saída do "sobejo das cizas", devendo o facultativo "impetrar Provisão de Confirmação" pela qual pagaria aos cofres do reino os emolumentos tabelados. O pagamento desta "Provisão", que podia ser feito de uma só vez ou parcelado, manter-se-ia até 1910 (Nunes, 1993, p. 6).

Não obstante o esforço dos municípios em disponibilizarem nos seus orçamentos uma verba para pagamento do ordenado

¹ Arquivo Municipal da Póvoa de Lanhoso. Livro de Exposto de 1810. Póvoa de Lanhoso, p. 6.

ao Partidista Médico, correspondente, sensivelmente, ao do mais alto funcionário administrativo camarário, a falta de clínicos continuava a mostrar-se um problema para o efetivo preenchimento dos lugares no país rural. Por isso, enquanto pequenos concelhos do interior tinham de requisitar um facultativo a concelhos vizinhos sempre que isso se mostrava absolutamente necessário, como acontecia no caso das perícias exigidas pelos tribunais, cidades e vilas raianas optavam por contratar os que moravam do lado de lá da fronteira.

Alcoutim, por exemplo, deu Partido, em 1835, ao espanhol Dr. Chapela, que por cem mil réis anuais divididos por mês ou semestre, se obrigava a "curar" gratuitamente os expostos bem como todos os que lhe apresentassem certidão de pobreza. Estes eram documentos a atestar que as pessoas que as apresentassem eram rigorosamente pobres, emitidos pelos párocos ou por um membro das juntas paroquiais. Para além deste atendimento, fazia o Dr. Chapelas visitas regulares às cinco aldeias do concelho. Seis meses depois, terminada a vigência do contrato e por recusa do facultativo em continuar a serviço, Alcoutim voltou a ficar sem médico, e, apesar do Partido ter sido colocado a concurso duas vezes, não apareceram interessados.

Até que em 1842, à falta de outros candidatos, recorreu a câmara a um médico-cirurgião francês. A dotação deste partido era de 100:000 réis anuais, constando do contrato que quando fosse chamado a exercer fora da vila, cobraria de ida e volta até uma légua seiscentos réis, e pelas que crescessem acima destas, quatrocentos réis por cada uma (Nunes, 1993, 6-7).

3 - Novas escolas médicas no Liberalismo

A falta de médicos só começaria a ser verdadeiramente combatida com a abertura, em 1825, das Escolas Régias de Cirurgia do Porto e de Lisboa, transformadas, em 1836, em Escolas Médico-Cirúrgicas.

Os diplomados nestes dois novos estabelecimentos vieram engrossar o número dos que, até então, se formavam em Coimbra e o daqueles que viam reconhecidas pelo Físico-Mor e pelo Cirurgião-Mor as suas competências, adquiridas pela prática junto de um médico credenciado ou no banco de um hospital.

Para fazermos uma ideia da evolução do ensino da medicina em Portugal e do número daqueles que, no país, concluíram a partir do segundo quartel do século XIX a sua formação clínica, basta que nos fixemos neste número: são cerca de 1.500 as teses defendidas por finalistas, apenas

na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, no período 1827-1910. Estávamos em pleno "século higienista" pelo que, a par do que ocorria um pouco em todo o mundo civilizado, também em Portugal o campo da saúde conheceu nesta altura significativos progressos.

A criação de um Conselho de Saúde Pública, em janeiro de 1837, na sequência de algumas outras leis versando a administração sanitária e após a ocorrência de um surto epidémico em Portugal continental, constituiu-se como um primeiro passo no alargamento da rede de prestação de cuidados de saúde em todo o país.

Contudo, o Código Administrativo publicado nesse mesmo ano (o primeiro código administrativo português), não fazia uma única referência aos Partidos Médicos municipais, o que só viria a ocorrer aquando da publicação do Código de 1842, que, mesmo assim, se limitava a autorizar as câmaras municipais a nomearem médicos, cirurgiões e boticários de partido, sem tornar essa nomeação obrigatória.

Em dezembro de 1868 o governo de Sá da Bandeira fez publicar nova Lei Orgânica da Repartição de Saúde Pública, através da qual se estabeleceu que em cada um dos concelhos do continente e ilhas adjacentes houvesse um subdelegado de saúde, encarregado de aconselhar o administrador concelhio em "assumptos de saúde publica que demandassem conhecimentos technicos", acrescentando-se no diploma que esses subdelegados seriam obrigatoriamente facultativos nomeados pelo governador civil de cada distrito sob proposta do respetivo administrador de concelho.

A lei acrescentava, no seu Art.º 18º, § 2º, que "nos concelhos onde não houver facultativo algum, o administrador consultará ou chamará os dos concelhos vizinhos". Ou seja, continuava a haver municípios, e não eram assim tão poucos, especialmente os situados no interior rural, que não dispunham de um único médico.

Em 1886 era dado a público um novo Código Administrativo, contando já com a introdução de uma secção inteiramente dedicada às competências e obrigações dos facultativos de Partido. A partir dessa data os médicos das câmaras passavam a ser admitidos através de concursos abertos, obrigando-se estes, através de um contrato firmado com os municípios, a "curar" gratuitamente os pobres, os expostos e as crianças desvalidas e abandonadas; a proceder gratuitamente à vacinação do concelho sem distinção de classes; a inspecionar as meretrizes, "na forma do respectivo regulamento"; a prestar conselho e a coadjuvar

as autoridades administrativas e policiais quando o seu conhecimento científico se tornasse necessário; e a não se ausentarem do concelho sem que o lugar estivesse assegurado por um colega cuja presença eles próprios deviam garantir. Quanto a benefícios, a lei conferia-lhes o direito de não poderem ser despedidos, de não terem alterados os vencimentos e de não serem extintos os seus Partidos sem serem previamente ouvidos.

Os vencimentos continuam a ser fixados pelas entidades contratantes, mantendo-se a paridade de salários com os mais altos quadros da administração do respetivo município. Nas duas décadas finais da Monarquia Constitucional, publicaram-se várias outras leis e regulamentos no sentido de melhorar o sistema de “saúde pública” no continente e ilhas adjacentes. A medicina moderna começava, paulatinamente, a conquistar o seu espaço, mesmo no país mais profundo, e os partidistas municipais eram o rosto mais visível desse progresso, a ponto de algumas corporações camarárias passarem a dispor dos serviços de mais de um especialista.

Em 1899 foi criada a Direcção-Geral de Saúde Pública e Beneficência, dotada de um regulamento geral em 1901. Neste, o papel dos facultativos municipais voltavam a merecer a atenção do legislador que, permitindo às câmaras “criar um ou mais partidos médicos na área do concelho”, referia agora expressamente que “as câmaras municipais (...) terão, pelo menos, um facultativo de partido (...)”. Outra das novidades deste regulamento era a obrigatoriedade de os Partidistas a serem detentores, para além da carta de médicos, de um curso de sanitaristas então a funcionar no recém-criado Instituto Central de Higiene.

Outra alteração importante introduzida por este Regulamento referia ser “proibido d’ora avante ao facultativo municipal, sob pena de demissão, aceitar qualquer cargo administrativo de eleição ou nomeação, assim como [emprego ou cargo] público estranho á sua profissão, excepto no professorado”.

Este artigo viria a causar grande transtorno menos de uma década volvida, quando, logo após a Implantação da República (em 5 de outubro de 1910), vários facultativos municipais se viram impedidos de assumir os cargos para os quais haviam sido nomeados pelos governos civis nas novas administrações concelhias.

4 - Na República

O governo provisório da República fez publicar, cerca de seis meses volvidos sobre a sua posse, um decreto exclusivamente

destinado à regulamentação dos partidos médicos dos municípios, criando a Junta dos Partidos Municipais que passou a funcionar na dependência do Ministério do Interior².

No longo preâmbulo, dividido em três pontos, surgiu um interessante e bem elaborado “Relatório”, traçando a história dessa “tradicional e vivaz instituição portuguesa” que são os “partidos medico-municipais”. Apodando-a “de criação antiquíssima, que perde as suas origens na idade média, atestada nos velhos documentos dos arquivos onde se depara o rasto dos phisicos e cirurgiões dos burgos, a instituição no decorrer dos tempos não fez senão diffundir-se e ampliar-se para benefício dos pobres”. Este relatório compara a missão dos facultativos dos municípios portugueses aos médicos condottos italianos e aos médicos titulares espanhóis para, conseqüentemente, engrandecer esta estirpe de homens que para além da assistência aos pobres desempenhava também a vigilância higiénica em todo o país. O tempo e o espaço desta comunicação não nos permitem sintetizar aqui o verdadeiro hino aos partidistas dos municípios que este preâmbulo consubstancia. Mas não podemos deixar de referir que a sua publicação, mais do que introduzir alterações legais às suas atribuições e responsabilidades, que as há no seu articulado de trinta e quatro artigos, se constitui como uma homenagem a todos quantos, até àquela data e no futuro, assumiram ou viriam a assumir as responsabilidades de um Partido Médico Municipal. Nas disposições gerais deste decreto, lê-se ainda que “aos médicos dos hospitaes, hospícios, asylos e instituições analogas dependentes das corporações administrativas ou da assistência privada, será applicado um regime analogo ao estabelecido neste decreto para os facultativos municipais”.

Na sequência da publicação deste decreto, realizou-se em Lisboa, no ano seguinte ao da implantação da República, um congresso dos médicos municipais, em cujo relatório final, de autoria de António Augusto de Aguiar Cardoso, se fixaram informações importantes para o nosso conhecimento da profissão.

Por ele sabemos que, em fevereiro de 1911, havia no continente português 613 médicos municipais em exercício, cujos Partidos lhes permitiam auferir resultados tão distintos como os 100\$00 e os 1.000\$00, acrescidos de uma gratificação que variava entre os 50\$00 e os 150\$00 para os que desempenhassem o cargo de subdelegado de saúde. Para estes 613 partidistas, havia 41 vencimentos de diferente valor, dependendo do município ao qual

² Diário do Governo, nº 122, de 26 de Maio de 1911, pp. 2133-2134.

prestavam serviço, gastando-se, no somatório dos partidos de todo o país, a quantia mensal de 207.870\$00.

É-nos ainda dado a saber que havia concelhos com baixa densidade populacional que pagavam a 5 partidistas, ao passo que municípios com elevado número de habitantes dispunham apenas de um ou no máximo dois partidos. O distrito de Aveiro tinha 46 partidistas para 17 concelhos; o de Braga tinha 29 partidistas para 14 concelhos; e o de Leiria tinha 30 partidistas para 13 concelhos. Já Vila Real tinha o menor número de Partidos – apenas 23 para 14 concelhos, sendo o distrito de Lisboa, com 24 concelhos, o que tinha maior número de contratados – 71 facultativos. Em suma, havia 613 médicos municipais para os 260 concelhos só no continente, embora a sua distribuição fosse bastante diferente tratando-se de concelhos urbanos ou rurais, do litoral ou do interior, mais pobres ou mais ricos. Podemos, aliás, verificar que essa diferença se mantém até hoje, quando, mesmo com um SNS que devia prestar igual assistência na saúde a cidadãos de todo o país, tem imensas dificuldades em colocar médicos nos concelhos do interior rural.

Durante a vigência de quatro décadas de Estado Novo, as leis viriam a alterar algumas das atribuições dos “médicos das câmaras” mas, no geral, a sua prestação como clínicos dos pobres, manteve-se ainda para da revolução dos Cravos.

Conclusão

Em jeito de conclusão, e embora este nosso estudo sobre os Partidos Médicos municipais se encontre ainda numa fase embrionária, parece-nos sustentável afirmar-se:

a) Que os facultativos dos Partidos Municipais se constituíram, pelo menos desde o século XVI, como o principal alicerce da assistência aos doentes pobres nos concelhos;

b) Que apesar de dificuldades de toda a ordem que tiveram de enfrentar, sempre os municípios deram à saúde dos seus habitantes pobres a melhor atenção, tendo, desde meados do século XIX, fruto, quer da evolução sentida no campo da medicina, quer dos novos conceitos trazidos pelo Liberalismo, feito enormes

esforços para estender a rede de atendimento destes facultativos a todo o país;

c) Que, com as necessárias adaptações e alterações legais, pode dizer-se que o Partidismo Médico Municipal foi uma das poucas instituições que, em Portugal, manteve o seu sucesso em regimes tão desiguais como o Absolutismo, a Monarquia Constitucional, a I República, a Ditadura Militar e o Estado Novo, dado que os partidos médicos resistiram até abril de 1984.

Referências bibliográficas

Silva, Gilvan Ventura. “Reflexões sobre a prática da caridade entre os Cristão, Pagãos e Judeus.” *Revista Jesus Histórico* IV: 6 (2011), 51-67.

Marques, José, “A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, separata, s/d, p. 15.

Marques, José, “Antecedentes das Misericórdias Portuguesas”, in *1º Encontro das Misericórdias do Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1998, pp. 43-117.

Rheinheimer, Martin, *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia em la necesidad, 1450-1850*. Madrid, Siglo XXI, 2009.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, “Os Caminhos da Assistência no Norte de Portugal”, in *Actas das 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, (Tomo I), 1973, p. 40-41.

Sobre este tema pode ler-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, “Os Caminhos da Assistência no Norte de Portugal”, in *Actas das 1ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, (Tomo I), 1973, pp. 39-57.

Lopes, Maria Antónia, “Os pobres e a assistência pública”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515

Araújo, Maria Marta Lobo de. “O dever de caridade: as Misericórdias portuguesas na Idade Moderna”. *140 Anos ao Serviço dos que mais precisa*. Cabeceiras de Basto, Santa Casa da Misericórdia (2017): 23-32.

SILVA, António de Morais. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Empresa Litteraria Fluminense, 8. Ed, vol. 2, 1891, p. 486-487.

Caetano, Marcelo. *Manual de Direito Administrativo*. Vol. I, 10ª ed. Coimbra: Almedina, 1984. p. 346.

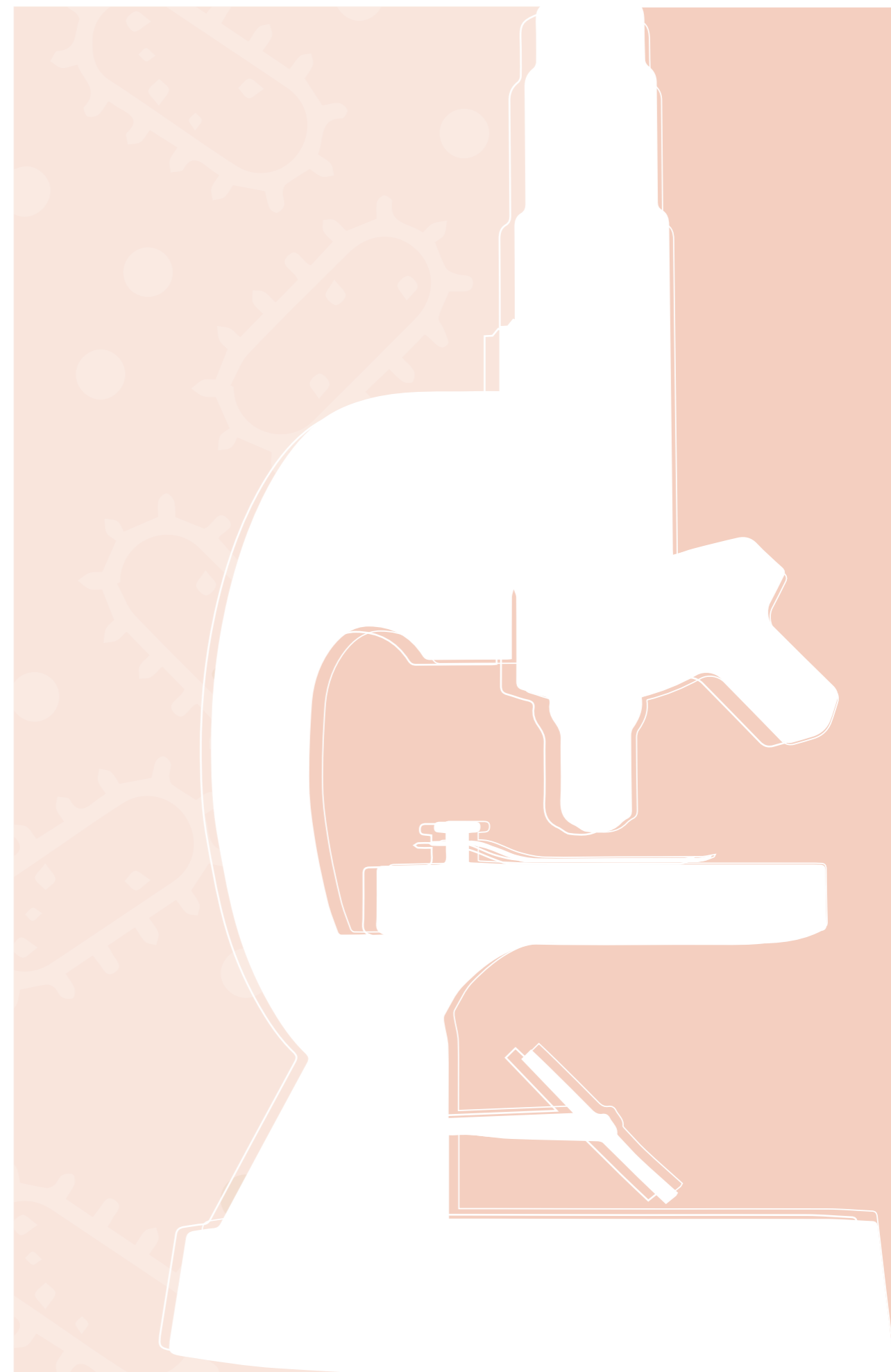
Coelho, José Abílio. "Facultativos dos Partidos Médicos: cuidados médicos prestados aos doentes pobres nos concelhos e nos hospitais". *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*, Vol. Os prestadores de cuidados de saúde hospitalar em Portugal e no Brasil, Vol. 15. Belém do Pará: Editora Açai, 2014, 30-42.

Transcrito de: Paiva, José Pedro (coord.). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum: A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, vol. 3, 2004, pp.332-333.

Sanches, António Ribeiro. *Apontamentos para estabelecer um Tribunal e Colégio de Medicina*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 12. Disponível em: <http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/apontamentos_tribunal_colegio_medicina.pdf>. Acesso em: 9 de Abril 2012.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*. Monção: Santa Casa da Misericórdia de Monção, 2008, p. 327.

NUNES, António Miguel Ascensão. *Saúde e Assistência em Alcoutim no Séc. XIX*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim, 1993.



O ensino médico em Lisboa no final do séc. XIX: não estamos atrasados!

Medical education in Lisboa at the end of the 19th century: we are not late!

Célia Pilão
Centro Hospitalar de Lisboa Central. EPE
Administradora Hospitalar

Resumo

O ensino médico em Lisboa percorreu, entre o século XVI e meados do século XX, alguns dos mais notáveis edifícios da Colina de Santana, onde se assistiu, em finais do século XIX, à transformação dos velhos métodos de ensino em métodos mais modernos, baseados na medicina laboratorial e experimental. Do ensino prático



Célia Pilão

nas antigas enfermarias do Hospital de S. José passa-se, com a implantação da República, às modernas clínicas do Hospital Escolar de S. Marta. Esta transição deve-se, em

boa parte, à saída de jovens médicos portugueses que vão estudar nos centros de referência da Europa.

Abstract

Between the 16th century and the mid-20th century, medical education in Lisbon occurred in some of the most remarkable buildings in the Colina de Santana, where, at the end of the 19th century, the old methods of teaching evolved into more modern methods like laboratory and experimental medicine. With the implantation of the Republic the practical teaching in the old infirmaries of the Hospital of S. José passed in to the modern clinics of the School Hospital of S. Marta. This transition is due, in large part, to the departure of young Portuguese doctors who were going to study in Europe's reference centers. Palavras-Chave: Ensino médico em Lisboa, lugares de ensino, novos saberes, centros de referência.

Key words: Medical education in Lisbon, teaching places, new knowledge, referent centers.

1 - Introdução

Com o presente estudo pretendeu-se conhecer os lugares do ensino da medicina em Lisboa até meados do século XX, bem como a evolução do ensino e das práticas médicas durante esse espaço temporal. A investigação e a divulgação de estudos sobre estes temas e épocas são de um modo geral da autoria de médicos que quase fazem coincidir a história da Medicina com a biografia dos médicos que consideram mais ilustres em cada tempo e instituição.

Algumas dessas publicações foram a base do presente artigo. Felizmente que estamos numa fase de grande interesse pelas ciências da saúde e pelo seu património, o que conduzirá ao aparecimento de novas publicações com grande sustentação científica.

Assim, este texto descreve o percurso do ensino médico pelas instituições da Colina de Santana, começando no Hospital Real de Todos-os-Santos (início do século XVI) até à Faculdade de Medicina do Campo de Santana e ao Hospital Escolar de S. Marta (primeiro quartel do século XX). Referem-se ainda algumas das grandes alterações do ensino médico em finais do século XIX e os principais actores desta nova forma de fazer medicina.

2 - O ensino médico no Hospital Real de Todos-os-Santos

O ensino médico terá sido ministrado no Hospital Real de Todos-os-Santos, no início do século XVI. Por carta régia de 18 de Fevereiro de 1502, D. Manuel nomeia Mestre Pedro como cirurgião do HRTS e ordena-lhe: "... buscará dois mancebos que sejam diligentes e serão obrigados a estar com ele presentes às curas, aprenderem a serem práticos e ele sempre lhe mostrará e ensinará o dito ofício de solorgião e se bem o poder fazer lhe leia cada dia uma lição ..."¹

Augusto da Silva Carvalho considera que esta carta régia constitui o diploma da fundação do ensino cirúrgico em Portugal e acrescenta: "Este empenho de instituir o ensino não representava cópia do que então havia nos grandes hospitais, onde ele faltava, mas o propósito deliberado de fundar um seminário de práticos, que não se podia suprir pela frequência dos candidatos às universidades estrangeiras, nem da nacional e era preciso criar-se no país. Mais um título de glória para a instituição portuguesa."²



Hospital Real de Todos-os-Santos (pormenor da gravura de Zuzarte, 1787). Fotografia de Rosa Reis.

Em 25 de Fevereiro de 1521, D. Manuel manda acrescentar alguns capítulos ao regimento do HRTS na parte respeitante às funções do Físico-Mor na área do ensino.

Estabelece que: "...nenhum Físico, assim natural como estrangeiro use da Arte da Ciência de Físico, sem que

primeiro seja examinado pelo nosso Físico-Mor com os nossos Físicos, que em nossa corte andarem contínuos, ao menos com dois deles que serão os mais doutos e suficientes (...). A dita examinação se faça na teoria e na prática e o tal Físico que se examinar prove que praticou dois anos na companhia de outros Físicos aprovados e que tenham autoridade e carta do Físico - Mor para poderem e deverem curar. (...) O Físico- Mor o levará consigo por três ou quatro vezes às visitas dos doentes para ver mais suficientemente sua prática e suficiência."³

Este autor refere ainda a formação de boticários e enfermeiros no HRTS⁴. Ainda no século XVI é criada a Aula de Anatomia.

"Havia ali constantemente sete praticantes a quem o Hospital dava casa, cama e comida, e em dias de Todos-os-Santos umas meias, sapatos e umas roupetas de saragoça muito compridas, que lhes davam pelo meio das pernas e com elas sempre andavam vestidos.

Obtinham, no fim de certo tempo de serem examinados, as cartas que lhe passavam e podiam curar em todo o reino."⁵ Em 1559, por Alvará de D. Sebastião, os candidatos ao exame de cirurgia e anatomia deviam fazer prova de dois anos de estudo no Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa, com excepção dos que tivessem cursado em algumas universidades.

José Leone transcreve, no texto que se segue, a importância que no ensino médico tinha a Casa da Anatomia do Hospital Real de Todos-os-Santos: "A arte de anatomia é m.to necessária para o desembaraço do bom médico, cirurgião e sangrador (...) e como o lamentável terremoto do anno de 1755, succedido nesta Côrte e Cidade de Lisboa, fizesse grande impressão no hospital real de todos os Santos, e o demolisse todo, e até o presente se fizesse a Anatomia com grande descommodo do anatomico Pedro Dufant e dos seus discipulos (...) e para evitar todo o disturbio na dita casa novamente destinada para Anatomia, duas, tres e mais vezes, que na semana se faz, e esta sempre estar prompta com o preciso. E nella os cadaveres como se pratica: ordeno que Paulo José, a quem encarrego ser praticante do dito Pedro Dufant, executará tudo quanto lhe ordenar a respeito de lhe ter a casa limpa, prompta, e ir buscar os cadaveres às enfermarias dos feridos, aonde se lhe não poderá pôr duvida depois de descarregados no assento da entrada,

¹ Carvalho, 1949, 84.

² *Ibidem*, 85.

³ *Ibidem*, 233.

⁴ *Ibidem*, 67.

⁵ Araújo, 1851, 366

tendo o dito Praticante muito cuidado, que assim que seja finda a lição, do anatomico, logo amortalhará o corpo...”⁶



Carta de Cirurgião de Sebastião Duarte, mandada passar por D. João V em 22 de Junho de 1750. Fotografia de Rosa Reis.

3 - O ensino médico no Hospital Real de S. José

Em 1775, os serviços do Hospital Real de Todos-os-Santos foram transferidos para o Hospital Real de S. José e com eles transitou o ensino médico.

Em 1825 é criada, por D. João VI, a Régia Escola de Cirurgia neste Hospital dando continuidade ao ensino ministrado no primeiro hospital real.

A Escola Médica ficou instalada na cerca do Hospital de S. José num edifício que tinha pertencido a um convento de arrábidos, no local onde hoje existe o edifício do Serviço de Estomatologia e o parque automóvel do hospital.

O Curso de Cirurgia tinha a duração de 5 anos e o lente de Clínica Cirúrgica devia escolher até 30 doentes para a sua enfermaria e os alunos do 3º e 4º ano, sob a sua superintendência, “...farão diários do que ocorrer e for digno de ser notado; do resultado favorável e da autópsia cadavérica nos casos de morte”.⁷

O Corpo Catedrático da Escola era presidido pelo Enfermeiro-Mor do Hospital Real de S. José e o

⁶ Leone, José, 1953, 388 - 389.

⁷ Garnel, 2013, 73



Placa comemorativa da criação da Real Escola de Cirurgia de Lisboa, no Hospital de S. José. Fotografia de Rosa Reis.

Regulamento da instituição determinava que as lições não perturbassem o regular funcionamento das unidades de internamento e da botica.

Por diploma de 29 Dezembro de 1836, as Escolas Régias de Cirurgia são transformadas em Escolas Médico - Cirúrgicas e o número de disciplinas médicas é alargado para 4 aproximando-se do número das cadeiras cirúrgicas.

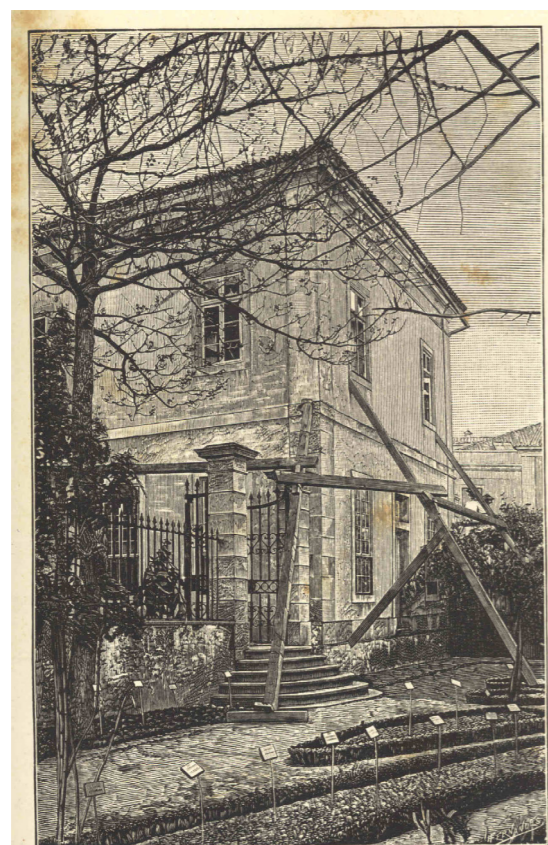
Costa Sacadura e Montalvão Machado, referem que “A Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa tinha três prendas: o “Horto Medicinal” (as outras duas eram o Museu Anatómico e a prova de respeito pelos mortos) ...onde se cultivavam perto de 2000 espécies das floras continental e ultramarina, contendo plantas medicinais, alimentares, tóxicas e outras. Devia ser principalmente obra do egrégio botânico e lente de Farmacologia Bernardino António Gomes (filho). Este respeitável Horto durou muitas décadas e só veio a morrer quando a Escola, transferida para edifício majestoso, no Campo dos Mártires da Pátria, tomou uns ares mais doutorais e relegou os hortos para as ignaras gentes herbanárias...”⁸

Mas o edifício da Escola Médico-Cirúrgica antiga não apresentava condições mínimas de segurança e funcionalidade e a necessidade da sua substituição era não só evidente como reclamada, de forma veemente, pelos professores.

⁸ Sacadura e Machado, 1965, 38 - 42.

São elucidativas as palavras de Ritta Martins ao descrever o edifício quando aí entrou, em Outubro de 1911, para entrevistar um dos professores: "Tem a palavra um dos clínicos mais acreditados da capital - o Dr Augusto de Vasconcellos. Na escola velha, no antigo pardieiro que viu passar tanta geração ilustre - esperamos a hora da saída da aula de anatomia topográfica, de que era professor. Finalmente: Acabára a aula! Os estudantes saíam, em bicha, e nós entrando na miserável e escura aula, vemos nas janelas vidros partidos e na sala um modesto mobiliário que está a pedir ferro-velho".⁹

O 1º Anuário da Escola Médico - Cirúrgica de Lisboa (1890-1891) regista que ameaçavam ruína, as seguintes áreas: "Laboratório de farmácia, grande amphitheatro de anatomia, gabinete de materia medica, gabinete de histologia, pequeno amphitheatro (aulas de physiologia, anatomia geral, materia medica e medicina legal), grande amphitheatro (aulas de operações, anatomia pathologica e patthologia externa), sala de actos grandes (concursos, sessões solemnes de abertura, defezas de these) e Casa e entrada."



Escola medico-cirúrgica de Lisboa (fachada norte)
Segundo uma photographia do ex.^{mo} sr. Antonio Francisco de Azevedo

Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (fachada norte).
Ilustração Portuguesa, 1911.

⁹ Martins, 1911, 459.

4 - A evolução do ensino da medicina no final do século XIX

Em Lisboa, a medicina do final do séc. XIX era essencialmente clínica e baseada no velho Hospital de S. José. A carreira de professor mantinha-se subordinada à clínica e regia-se livrescamente.

Em 1879, a Escola Médico - Cirúrgica de Lisboa era dirigida por Thomaz de Carvalho que também regia a cadeira de Anatomia Descritiva e contava com o seguinte corpo docente: Eduardo Augusto Motta (Psicologia e Anatomia Geral), Pedro da Costa Alvarenga (Matéria Médica e Terapêutica), José Arantes Pedroso (Patologia Cirúrgica), Joaquim Teotónio da Silva (Partos, puérperas e recém-nascidos), António Maria Barbosa (Medicina Operatória), Nicolau Bettencourt Pitta (Patologia Médica), Carlos May Figueira (Clínica Médica), Manuel Bento de Sousa (Clínica Cirúrgica), Joaquim Silva Amado (Medicina Legal e Higiene), José Curry da Câmara Cabral (Anatomia Patológica), José Thomaz de Sousa Martins (Patologia Geral) e Claudino José Vicente Leitão (Farmácia).

O método tradicional de exercer clínica e de ensinar terá começado a ser alterado por May Figueira que doutorando-se em Bruxelas e estudando em Paris, vai apoiar-se em meios laboratoriais e auxiliares, introduzindo na sua prática clínica, o microscópio o oftalmoscópio e o laringoscópio.

Segundo Jaime Celestino da Costa, para além de May Figueira, há mais três figuras marcantes de professores no final do século XIX: Sousa Martins, Manuel Bento de Sousa e Miguel Bombarda. No seu entender, "... foram essencialmente clínicos, oradores e polemistas. Tinham na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa o seu forum e no jornal Medicina Contemporânea o seu órgão de informação e opinião".¹⁰

É ainda Jaime Celestino da Costa que refere que em finais do séc. XIX, a medicina conheceu uma verdadeira revolução, "...o método anátomo-clínico estava a ser ultrapassado por uma medicina laboratorial e experimental, uma medicina de base científica, rigorosa, exigindo actividade criadora e investigação original"¹¹

Para esta grande mudança no ensino e na prática da medicina no final do século XIX muito contribuiu a saída e especialização dos médicos para o estrangeiro:

¹⁰ Costa, 1999, 29

¹¹ *Ibidem*, 33

Sousa Martins e Silva Amado participam nas Conferências Sanitárias Internacionais, May Figueira familiariza-se com o microscópio em Paris, Camara Pestana especializa-se na Alemanha, Ricardo Jorge estuda na Alemanha e em Paris, Jaime Salazar de Sousa vai para as escolas pediátricas e ortopédicas de Boston, Gama Pinto estagia em Munique e Leipzig.

Mesmo antes da implantação da República, Augusto Celestino da Costa aprofunda os estudos histológicos em Berlim; Nicolau Bettencourt estuda no estrangeiro novos métodos de diagnóstico e tratamento de doenças infecto-contagiosas; Sílvio Rebelo viaja para Estrasburgo e Génova; Thomaz de Mello Breyner estuda na Alemanha os novos tratamentos contra a sífilis; Jorge Almeida Monjardino vai aos EUA estudar a cirurgia da face; Reynaldo dos Santos faz uma longa viagem pelos mais importantes centros americanos (1905) e em Setembro de 1910 vai em tournée pelos centros cirúrgicos europeus (França, Alemanha, Itália e Inglaterra) aprofundar os estudos de Urologia; António Flores parte para Berlim; Azevedo Neves procura uma educação anátomo-patológica na Alemanha.

Também nesta altura, ingressam no corpo docente da Escola Médica: Marck Athias (Fisiologia), Azevedo Neves (Medicina Legal) e Oliveira Soares e Sílvio Rebelo (Secção Médica).

Na transição do século, a complementar as instituições de ensino médico, surgem à volta do Hospital de S. José, os institutos que vão permitir efectuar diagnósticos baseados em métodos científicos, resultantes de estudos, invenções e tecnologias surgidos noutros países. Assim, em 1892, é criado o Real Instituto Bacteriológico, dirigido por Luis da Câmara Pestana, seguindo o modelo do Instituto Pasteur de Paris; no mesmo ano, Caetano da Gama Pinto funda o Instituto Oftalmológico de Lisboa; em 1899, Ricardo Jorge cria o Instituto Central de Higiene; em 1905, Mark Athias vai dirigir o Laboratório de Histologia de Lisboa em Rilhafoles.

Por essa altura, a Europa assistia à criação do Instituto Pasteur de Paris (1886), à descoberta dos raios X (1895), à criação do Laboratório de Biologia de Cajal em Madrid (1901).

Ou seja, não estávamos atrasados!

5 - A Nova Escola Médica e a República

No início do século XX já está em construção a tão desejada e necessária Escola Nova, um pouco mais acima da anterior, junto à estátua de Sousa Martins.

Conta-nos Eduardo Neves: “ Começou a construção deste edifício, desarmada que foi a praça de touros aqui existente, sucessora da do Salitre e antecessora da actual no Campo Pequeno (...). Do actual edifício foram construtores e delineadores, sucessivamente, os engenheiros Cabral Couceiro, Borges de Castro, Arnaut de Meneses e Abecassis, e os architectos José Maria Nepomuceno e Leonel Gaia. Terminou a sua construção após estirado tempo, várias peripécias e alguns escândalos, satirizados em jornais e revistas de ano e foi pela primeira vez utilizado em 1906, a quando o XV Congresso Internacional de Medicina, de que foi secretário-geral o professor Miguel Bombarda, presidente o Dr Costa Alemão e tesoureiro o Dr Alfredo Luiz Lopes.”



Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa. Fotografia de Rosa Reis.

José de Figueiredo aprecia o edifício da futura Faculdade de Medicina de Lisboa desta forma: “ O architecto Nepumoceno não era um artista. Era antes um mixto de mestre d’obras e de archeologo, não tendo nem o temperamento que lhe permitisse a realização d’uma obra de arte com um cunho pessoal, nem o gosto que lhe facilitasse uma escolha feliz e acertada. (...) O que estava indicado era uma construcção simples, sóbria, impondo-se pela sua linha geral e sufficientemente caracterizada de harmonia com o seu destino util; isto é, uma architectura racional e essencialmente constructiva. E, em lugar d’isso, d’um edificio logico e moderno, embora ligeiramente classico, como as tradicções e a majestade da sciencia que tinha a abrigar impunham, o que fez foi escolher uma forma

¹² Neves, 1939, 9.

decadente de estylo, forma que, sendo fundamentalmente torturada e perdida em motivos ornamentaes que não primam nem pela lógica nem pelo gosto, revestiu entre nós ainda uma mais secca e desgraciosa maneira”¹³.

Apesar desta e de outras críticas, a Escola Nova, que começa a funcionar já após a implantação da I República e pelo novo regime político transformada na primeira Faculdade de Medicina de Lisboa, vem dar continuidade ao movimento de modernização do ensino e da investigação. O corpo docente, em 1910, era assim constituído: Jaime Salazar e Sousa - Anatomia descritiva; Mark Athias - Fisiologia especial; Custódio Cabeça - Patologia clínica e cirúrgica; José Gentil - Medicina operatória; Moreira Júnior- Obstetrícia, doença das puérperas e dos recém-nascidos; Bello de Moraes - Patologia clínica-médica; Sabino Coelho-Patologia externa; Carlos Tavares - Clínica médica; Oliveira Feijão - Clínica cirúrgica; Silva Amado - Medicina legal; Pinto de Magalhães - Anatomia patológica; Bettencourt Raposo - Patologia geral e semiologia; Ricardo Jorge - Higiene; Azevedo Neves - Secção Médica; Francisco Gentil e Augusto Monjardino- Secção Cirúrgica.

As leis reformadoras do ensino médico de 1911 dão continuidade à criação de institutos e laboratório, a saber: Instituto de Fisiologia e Química Fisiológica, fundado por Marck Athias, Joaquim Fontes e Ferreira de Mira; Instituto de Farmacologia e Terapêutica Geral, fundado por Sílvio Rebello; Instituto de Histologia e Embriologia, fundado por A. Celestino da Costa, com Pedro Roberto Chaves, Alfredo Magalhães Ramalho e Simões Raposo; Instituto de Anatomia, fundado por Henrique Vilhena, com Vitor Fontes e Barbosa Sueiro; Instituto de Anatomia Patológica e Patologia Geral, fundado por António Pinto de Magalhães e Azevedo Neves. Mais tarde, em 1925, Sobral Cid, apreciará este movimento de transformação do ensino médico em Lisboa, da seguinte forma: “Usando larga e inteligentemente da lei de autonomia promulgada em 1907 pelo governo ditatorial do Conselheiro João Franco, a Escola Médica de Lisboa reformava-se a si própria, antecipando-se e avantajando-se no campo das realizações práticas, a todos os outros estabelecimentos de ensino superior. Foi uma admirável obra colectiva, em que todos os professores da época tiveram o seu quinhão de glória”¹⁴.

A Faculdade de Medicina de Lisboa com este elenco de professores, a chamada Geração de Ouro, vai apropriar-se do Hospital Hintze Ribeiro, o hospital mais moderno da cidade,

¹³ Figueiredo, 1906, 309.

¹⁴ Cid, Sobral, 1925, 327.

onde instalou o Hospital Escolar de S. Marta, o primeiro de Lisboa.

O Hospital Escolar de S. Marta foi organizado em clínicas universitárias, dirigidas por notáveis professores, nomeadamente: Francisco Gentil na clínica cirúrgica; Pulido Valente na Clínica Médica; Egas Moniz na clínica de Neurologia.

Em 1923 é criado o Instituto Português para o estudo do cancro, dirigido por Francisco Gentil e com sede no Hospital de S. Marta.

A investigação e as descobertas de Egas Moniz, abrem a possibilidade de novos inventos no Hospital Escolar, onde se desenvolve, até meados do século, a Escola Portuguesa de Angiografia. Entre 1927 e 1952, o Hospital de S. Marta foi palco das seguintes inovações: 1927, Angiografia cerebral- Egas Moniz; 1929, Arteriografia dos membros e aortografia - Reynaldo dos Santos; 1931, Angiopneumografia - Egas Moniz e Lopo de Carvalho; 1936, Leucotomia pré-frontal - Egas Moniz; 1938, Flebografia dos membros - Cid dos Santos; 1946, Endartrectomia - Cid dos Santos; 1952, Coronariografia - Eduardo Coelho.



Hospital de S. Marta - claustro. Fotografia de Luis Martins.

Para além dos lugares de ensino formalmente estabelecidos, os cursos livres e as aulas informais aconteciam nos diversos hospitais e institutos. São disso exemplo, as aulas de Reynaldo dos Santos no antigo Hospital de Arroios que eram tão concorridas e apreciadas que o hospital foi elevado, no meio médico, à categoria de “Universidade de Arroios”.

Terminemos com as palavras de Jaime Celestino da Costa: “Muita gente, quando se refere ao que foi a Faculdade de Medicina de Lisboa, de 1911 a 1954, limita-se ao edifício do Campo de Santana e ao Hospital de Santa Marta. Na realidade, ela teve uma constituição orgânica muito mais larga, através de várias instituições: os Institutos Câmara Pestana, Instituto de Medicina Legal, Instituto de Higiene Ricardo Jorge, o Instituto Oftalmológico, Serviços de vários Hospitais como S. José (enfermaria de partos de Santa Bárbara), Maternidade Magalhães Coutinho, Serviço de Dermato-Venerologia e de Cirurgia do Hospital do Desterro, Serviço de ORL do Hospital dos Capuchos, o Hospital Miguel Bombarda, O Hospital D. Estefânia (Pediatria) e finalmente o Serviço de Doenças Infecciosas do Hospital Curry Cabral, dirigido por Nicolau Betencourt, à data também Director do Instituto Bacteriológico. Uma acumulação que nos faz meditar.”¹⁵

7 - Conclusão

A Colina de Santana, em Lisboa, constitui um caso único em Portugal de concentração de serviços de saúde e de ensino das ciências da saúde durante mais de 500 anos.

O ensino médico iniciou-se no Hospital Real de Todos-os-Santos no início do século XVI, onde se manteve até 1775, ano em que passa para o Hospital Real de S. José, onde, em 1825, é criada a Real Escola de Cirurgia e onde funcionará a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa até à construção de uma nova escola no Campo de Santana que com a instauração da I República foi considerada a primeira Faculdade de Medicina de Lisboa.

Estes lugares de ensino médico acompanharam a evolução da ciência e investigação no campo das ciências médicas, tendo-se verificado a grande transformação e modernização dos saberes e práticas médicas na transição do século XIX para o século XX. Nessa época, o ensino médico em Lisboa acompanhava as inovações dos centros do saber na Europa com a saída de jovens médicos para esses mesmos centros.

António Carvalho de Figueiredo formou-se na velha escola médica do Hospital de S. José e acompanhou como observador atento mas também como actor o grande movimento de transformação de uma medicina conservadora numa medicina científica e moderna.

Referências bibliográficas

Araújo, F. D. d’Almeida, “Da Companhia de Jesus II”, In *Chronicas Monasticas, O Panorama*, Vol. V, 3ª série, nº 46, 1851.

Carvalho, Augusto da Silva, *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, 1949, Lisboa.

Cid, J. M. Sobral, “Aspirações universitárias”, A Universidade ao Serviço da Nação FML, 1925, Obras, Fundação Calouste Gulbenkian.

Costa, Celestino da Costa, “O ensino médico em Lisboa no início do século”. In *A geração médica de 1911, in 1911-1999. Sete artistas contemporâneos*, Direcção de M. Valente Alves, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999.

Figueiredo, José, “Os Serviços da Architectura e os Engenheiros em Portugal”, In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 33 de 8 de Outubro de 1906.

Garnel, Maria Rita Lino, “Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina de Lisboa. O Ensino Médico, 1825-1950”, In *A Universidade de Lisboa, séculos XIX-XX*, edited by Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó, vol. 2. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2013.

Leone, José, “Figuras e factos do passado. Elementos para a história dos serviços clínicos dos Hospitais Cívicos de Lisboa”. In *Boletim Clínico dos HCL*, vol.17-nº 2º e 3º, 1953.

Martins, A Ritta, “FIAT.LUX na Escola Médica de Lisboa”, In *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 294 de 9 de Outubro de 1911, 459.

Neves, Eduardo, “A Faculdade de Medicina de Lisboa. Apontamentos e notas sobre o edifício e o local”, In *OLISIPO* nº 6, Lisboa, 1939, 9.

Sacadura, S. da Costa; Machado, J.T. Montalvão, “Andanças do Ensino Médico na Capital”, In *Separata O Médico*, 1965.

¹⁵ Costa, 1999, 57

Anopheles bifurcatus* var. *portucaliensis

A contribuição de António Carvalho de Figueiredo para a história da entomologia médica no século XX

The contribution of António Carvalho de Figueiredo to the History of Medical Entomology in the 20th Century

Ana Rita Merelo Lobo
Ex-Investigadora

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT)
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, edifício VII, piso 2. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa. Campus de Caparica, 2829-516 Caparica, Portugal
rita.lobo@campus.fct.unl.pt

Isabel Maria Amaral
Professora Associada
ima@fct.unl.pt

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT)
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, edifício VII, piso 2. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa. Campus de Caparica, 2829-516 Caparica, Portugal

Maria Teresa Novo
Professora Auxiliar
tenovo@ihmt.unl.pt

Global Health and Tropical Medicine (GHTM), UEI Parasitologia Médica, Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), Universidade NOVA de Lisboa. Rua da Junqueira, 100. 1349-008 Lisboa, Portugal

António Paulo Gouveia de Almeida
Professor Catedrático
PALmeida@ihmt.unl.pt

Global Health and Tropical Medicine (GHTM), UEI Parasitologia Médica, Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), Universidade NOVA de Lisboa. Rua da Junqueira, 100. 1349-008 Lisboa, Portugal

Resumo

Este artigo tem por objectivo discutir a importância que a identificação de uma espécie de mosquito assinalada pela primeira vez em Portugal por António Carvalho de Figueiredo (1853-1917), *Anopheles bifurcatus*, teve na comunidade científica nacional e internacional. Neste contexto pretende-se não só discutir o significado desta contribuição no contexto científico português, num momento em que a malária se tornava um problema de saúde pública, como também enquadrá-la na história

da entomologia, da entomologia médica e da medicina tropical de novecentos. Em suma, contribuir para uma discussão mais alargada do papel desempenhado pelos actores menos conhecidos, muitas vezes agindo de forma isolada, na periferia, no estabelecimento de novos diálogos entre diferentes áreas disciplinares e na construção de novas narrativas científicas.

Palavras-chave: *Anopheles bifurcatus portucaliensis*, malária, António Carvalho de Figueiredo, entomologia, história da entomologia médica

Abstract

This paper aims to discuss the importance of the identification of a mosquito species found in Portugal by António Carvalho de Figueiredo (1853-1917) - the *Anopheles bifurcatus* - to the national and international scientific community. Within this context, we intend to discuss the significance of this contribution in the Portuguese scientific context when malaria was becoming a public health problem and to frame it in the history of entomology, medical entomology and tropical medicine in the 1900s. In brief, we intend to contribute to a wider discussion on the role played by less known actors and frequently acting alone in the periphery in establishing new dialogues between different disciplinary fields and in constructing new scientific narratives.

Keywords: *Anopheles bifurcatus portucaliensis*, malaria, António Carvalho de Figueiredo, entomology, history of medical entomology



Rita Lobo

Introdução

A elucidação do papel dos mosquitos na transmissão de doenças, no final do século XIX, determinou a importância da entomologia como ferramenta da medicina, em particular, da medicina tropical. A identificação das espécies de insectos capazes de transmitir doenças, e a caracterização dos seus hábitos, dos seus *habitats*, da sua prevalência e da sua capacidade de transmissão, revelaram-se cruciais para o

conhecimento detalhado da epidemiologia daquelas doenças e, naturalmente, para a definição das estratégias para a sua prevenção e combate (Power, 1999; Snowden, 2011).

O estabelecimento dos insectos como hospedeiros secundários por Patrick Manson (1844-1922) entre 1877 e 1879, ao considerar um mosquito do género *Culex*¹ como transmissor da filariose linfática, desencadeou vários estudos sobre a natureza parasitária de outras doenças, humanas e animais, e a busca dos possíveis artrópodes responsáveis pela sua transmissão, particularmente dos insectos alados (dípteros). Destacam-se as descobertas de Theobald Smith (1859-1934) e Fred Lucius Kilborne (1858-1934) que em 1893 demonstraram a transmissão da febre do Texas, do gado bovino, por uma carraça; David Bruce (1855-1931) que entre 1895 e 1896 revelou a transmissão da tripanossomiase animal pela mosca tse-tse; Ronald Ross (1857-1932) em 1897, na Índia, e a equipa constituída por Giovanni Battista Grassi (1854-1925), Giuseppe Bastianelli (1862-1959) e Amico Bignami (1862-1929) em 1898, em Itália, que elucidaram o ciclo de transmissão da malária por mosquito; Walter Reed (1851-1902) que em 1900, em Cuba, provou a teoria da transmissão da febre-amarela pelo mosquito conhecido como *Culex fasciatus* (depois designado por *Stegomyia fasciata* e hoje conhecido como *Aedes aegypti*), desenvolvida duas décadas antes naquele país por Carlos Finlay (1833-1915) (Benchimol, Sá, 2005; Benchimol, Sá, 2006).

Entre estas descobertas, a demonstração da transmissão da malária humana pelo mosquito *Anopheles* pela equipa italiana teve um enorme impacto na comunidade científica internacional, abrindo caminho para o estudo dos culicídeos de todo o mundo e da sua implicação na transmissão de várias doenças. Este empreendimento, levado a cabo no final do século XIX e durante a primeira década do século XX, esteve a cargo de zoólogos e entomologistas, fundamentalmente ingleses, franceses, italianos e americanos, que contribuíram para o esclarecimento dos principais aspectos bio-ecológicos e taxonómicos dos mosquitos (Benchimol, Sá, 2005; Benchimol, Sá, 2006). Entre as obras mais relevantes deste período encontram-se “Vente specie di zanzare (Culicidae) italiano”, de Eugenio Ficalbi (1858-1922); “Studi Di Uno Zoologo Sulla Malaria”, de G.B. Grassi²; “Mosquitoes; how they live; how they carry disease; how they are classified; how they may be destroyed”, de

¹ Manson chegou à conclusão que a transmissão da filariose linfática era da responsabilidade de um mosquito *Culex*, pois esse era o género de mosquito mais comum na região onde estava sediado e a partir da qual fez as suas investigações. Hoje sabe-se que também algumas espécies dos géneros *Anopheles*, *Aedes* e *Mansonia* são transmissoras desta doença.

² Esta obra teve uma 2ª edição, revista e aumentada, em 1901, na qual o autor dedicou vários capítulos aos culicídeos, em especial aos *Anopheles*.

Leland O. Howard (1857-1950); “A Handbook of the Gnats or Mosquitoes giving the anatomy and life history of the Culicidae together with descriptions of all species noticed up to the present date”, de George M.J. Giles (1853-1916); “A monograph of the anopheline mosquitoes of India”, de S.P. James (1870-1946) e W.G. Liston (1873-1950); “Les moustiques: histoire naturelle et medicale”, de Raphael Blanchard. Contudo, a inventariação e catalogação dos mosquitos do mundo inteiro coube, numa só empreitada, ao entomologista Frederick Theobald (1868-1930) que, trabalhando a partir do Museu de História Natural de Londres e dando resposta à solicitação do governo britânico para que se fizessem investigações detalhadas sobre a malária nas colónias tropicais e sobre como a combater, constituiu uma rede de colaboradores em vários países. Com as suas contribuições e a partir dos exemplares que recebeu, organizou uma colecção de dípteros com espécimes originários de diversas proveniências, com base nos quais descreveu e classificou várias espécies de mosquitos, e reviu a sistemática dos culicídeos. O seu trabalho originou uma obra em cinco volumes, publicada entre 1901 e 1910, intitulada “A monograph of the culicidae or mosquitoes”, e que pretendia ser um manual de apoio aos médicos que pesquisavam as relações entre mosquitos e doenças (Theobald, 1901-1910)³.

Da rede de Theobald não constavam colaboradores portugueses ainda que, pela sua presença na Europa e nos territórios portugueses na Ásia e em África, pudessem ter contribuído para o trabalho de Theobald.

Os mosquitos de Portugal e do Ultramar português estão também omissos nas já referidas obras de Leland Ossian Howard, George Michael James Giles, Sydney Price James e William Glen Liston. Apenas em “Les moustiques: histoire naturelle et medicale”, de Blanchard, surge a referência a Morais Sarmiento (1870-1918) e Carlos França (1877-1926), a propósito da bibliografia e distribuição geográfica do *An. maculipennis*, Meigen, 1818 europeu e da sua designação sinónima *An. claviger*, Fabricius, 1805 (Blanchard, 1905).

Não obstante esta ausência na referenciação de contribuições portuguesas, as descobertas alcançadas pela comunidade científica internacional no campo da parasitologia e da entomologia, a rápida evolução do

³ Nos dois primeiros volumes, publicados em 1901, Theobald apresentou 114 novas espécies para a ciência; no volume III, publicado em 1903, incluiu 88 novas espécies; no volume IV, editado em 1907, apresentou 73 novas espécies; e no volume V, o último, publicado em 1910, incluiu 21 novos géneros e 392 espécies que não constavam dos 4 volumes anteriores. (Theobald, 1910)

conhecimento sobre os insectos e do seu envolvimento na transmissão de doenças chegavam à comunidade médica portuguesa através da imprensa médica e da literatura especializada internacional e assumiram, também em Portugal, particular importância no âmbito da malária. Efetivamente, a malária ocupava à época um papel de destaque no panorama da saúde pública nacional e da comunidade médica, condicionada que estava em dar resposta à demanda internacional de agências como o *Office Internationale d'Hygiene Publique* (OIHP), que após a 1ª Guerra Mundial actuava em parceria com a organização de Saúde da Sociedade das Nações. Ricardo Jorge (1858-1939) tornou-se membro do OIHP em 1912, como representante português (Costa, 2014). A sua presença nesta organização terá sido crucial para dar continuidade a um plano estratégico nacional de estudo e combate à malária, sem o qual o país teria de abandonar o seu lugar na Sociedade das Nações, dada a endemicidade da doença identificada em território nacional desde o início do século XX, e a necessidade imperativa de a controlar.

António Carvalho de Figueiredo (1853-1917) viria a fazer parte da rede nacional de resposta à epidemiologia da doença, envolvendo-se no estabelecimento do primeiro inquérito epidemiológico da malária em Portugal. Neste contexto pôde identificar uma espécie de mosquito *Anopheles* no país que, por considerar diferente, classificou como sendo uma nova variedade, à qual atribuiu a designação de *portucalensis* (Figueiredo, 1904a,b, c) e que, desde 1962, é considerada de facto uma nova espécie de mosquito, ainda que com uma designação diferente. Na sequência do estudo epidemiológico iniciado por Ricardo Jorge no início do século XX, António Carvalho de Figueiredo, médico municipal e subdelegado de saúde do Concelho de Loures, dedicou-se ao estudo dos mosquitos que acreditava poderem ser responsáveis pelo foco de malária, na região ribeirinha dos arredores de Lisboa, onde desenvolvia a sua actividade clínica e de investigação médica.

A Malária, um problema de saúde pública em Portugal no início do século XX

A valorização da malária em Portugal⁴ enquanto problema de saúde pública deu-se a partir de 1900 quando se tornou um tema de debate regular na Sociedade de Ciências

⁴ A malária em Portugal era conhecida com outras designações, sendo "paludismo" e "sezonismo" aquelas que dominam na bibliografia nacional.

Médicas de Lisboa (SCML). As discussões assentavam na aceitação do modelo mosquito-parasita (ou *Anopheles-Plasmodium*) e focavam-se nas suas implicações para uma abordagem centrada numa perspectiva etiológica e profilática das febres, ou sezões, que muito afectavam a força de trabalho rural e às quais era imputado o atraso económico e social do país (Ferreira, 1900; Jorge, 1903). Na sequência da crescente importância atribuída à malária em Portugal pelo presidente da SCML, Miguel Bombarda (1851-1910), e da consequente necessidade de investigação e de definição de estratégias de combate, foi traçado um plano de intervenção, prevenção e saneamento das regiões afectadas (Sarmiento et al., 1901; Acta..., 1901; Relatório..., 1901; Jorge, 1903). Este plano foi enquadrado no Regulamento Geral dos Serviços da Saúde e Beneficência Pública, de 1901, onde constavam as disposições gerais da Reforma na Saúde Pública, que havia sido iniciada dois anos, antes pelo Inspector-geral de Saúde Pública, Ricardo Jorge (Regulamento..., 1902).

No início do século XX, a malária estava distribuída por todas as regiões de Portugal continental (Carvalho, 1899) e os parasitas seus causadores tinham já sido identificados por investigadores do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana (IBCP)⁵: Manuel Gião e Ayres Kopke (1866-1944) referenciaram o *Plasmodium vivax*, causador das febres terças benignas, e o *Plasmodium falciparum* causador das febres terças malignas; Moraes Sarmiento assinalou o *Plasmodium malariae*, responsável pelas febres quartãs (Jorge, 1903). Quanto ao mosquito transmissor, Moraes Sarmiento e Carlos França, também daquele instituto, assinalaram uma espécie de *Anopheles*, o único género de mosquito envolvido na transmissão de malária, na sequência de um trabalho realizado no sul do país, em 1901 (Sarmiento, França, 1901): o *Anopheles claviger* (Fabricius, 1805), ou *Anopheles maculipennis* (Meigen, 1818)⁶, como os autores indicaram à Sociedade de Biologia de Paris, no ano seguinte (Sarmiento, França, 1902)⁷.

⁵ O Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, em Lisboa, inicialmente designado Instituto Bacteriológico, teve a sua origem num pavilhão anexo ao Hospital de S. José, em 1892, onde funcionou até 1900 sob a direcção de Luís da Câmara Pestana (1863-1899). Em 1895, na sequência da reorganização de que foi alvo com o apoio da Rainha D. Amélia, foi renomeado Real Instituto Bacteriológico. Em 1900, aquando da inauguração do novo edifício para o qual transitou o laboratório, e em homenagem a Luís da Câmara Pestana entretanto falecido, o instituto recebeu a designação de Instituto Bacteriológico Câmara Pestana (Dias, 2011).

⁶ As designações das espécies de *Anopheles* surgem na literatura especializada como An. e, menos frequentemente, por A., seguidas do nome específico, de onde as espécies referidas surgirão designadas por An. *claviger* e An. *maculipennis*.

⁷ É consistente na bibliografia do período que estamos a tratar e entre os autores já referidos, a sinonímia destas designações. Diziam respeito à mesma espécie de mosquito, a única responsável pela transmissão da malária em Portugal e a mais comum do sul da Europa. Esta espécie recebia o nome *Anopheles claviger* se considerada a descrição de Fabricius, em 1805, ou o nome *Anopheles maculipennis* se considerada a descrição de Meigen, em 1818.

Ainda que em 1902 se estimasse o declínio do sezonismo autóctone na zona norte do país, e a sua prevalência no centro e no sul de Portugal originasse a morte entre 3,3 e 6,9 % dos doentes, oscilando entre 43 óbitos em Évora e 112 em Beja (Jorge, 1903), Ricardo Jorge considerava insuficiente o conhecimento sobre esta doença em Portugal, desconhecendo-se a sua real intensidade, a existência de outras espécies de mosquitos responsáveis pela transmissão, o número de pessoas afectadas e as localidades atingidas.

No mesmo ano, o Inspector Geral de Saúde lançou o estudo epidemiológico da malária, com base no qual seria definida uma abordagem de combate, assente nos resultados que se alcançassem a partir dos trabalhos que decorriam e daqueles que decorreriam no IBCP e no Hospital de S. José (Jorge, 1903). Das inquirições sobre a doença que constavam das bases para o estudo e o combate à malária, a Inspeção-geral dos Serviços Sanitários, entidade responsável pelo cumprimento do Regulamento Geral dos Serviços da Saúde e Beneficência Pública, propunha-se igualmente proceder à colheita e à identificação dos mosquitos existentes no território continental, particularmente nas zonas infestadas de mosquitos *Anopheles* (Jorge, 1903). Neste contexto, foi divulgado um questionário dirigido a delegados e subdelegados de saúde e aos médicos municipais, do qual faziam parte um “boletim de sezonismo” destinado à declaração de casos; as instruções para a “caça aos mosquitos”, que seriam posteriormente analisados no IBCP, por Moraes Sarmiento (Jorge, 1903); e, o incentivo a outros contributos para o conhecimento da doença e da sua eliminação, tal como ilustra a afirmação de Ricardo Jorge: “Com as respostas ao questionário serão muito bem recebidos qualesquer trabalhos complementares, referentes a sezonismo [...] dados locais de qualquer ordem que possam servir directa ou indirectamente para definir o condicionamento da infecção e concorrer para a solução do nosso problema da malária” (Jorge, 1903, p.77).

Este movimento médico, pioneiro no país, reproduzia o programa de investigação da comunidade científica internacional antes da publicação da monografia de Theobald: o estudo sobre os insectos transmissores de doenças, e concretamente dos culicídeos e da transmissão da malária, seria conduzido por médicos que “adquiriam na prática, às pressas e nem sempre de maneira adequada, as competências necessárias para lidar com a biologia e a sistemática dos culicídeos” (Benchimol, Sá, 2006, p.140). O conhecimento sobre os culicídeos de Portugal revelava-se

urgente e necessário para a compreensão da epidemiologia da malária e para a definição de estratégias para com ela lidar. Esse trabalho caberia aos médicos.

António Carvalho de Figueiredo e a identificação do *Anopheles bifurcatus var. portucaliensis*

Nascido na freguesia de Loures, nos arredores de Lisboa, Figueiredo foi aluno da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, tendo concluído a sua formação em 1879. Iniciou-se como clínico na sua terra-natal e foi assumindo várias posições (Pereira, Rodrigues, 1907; Azevedo, 1917) que culminaram na sua nomeação, em 1887, para subdelegado de saúde daquela cidade⁸. Este cargo conferia-lhe a missão de assegurar a assistência médica à população, eminentemente rural naquela localidade; responsabilizar-se pela manutenção das infraestruturas de salubridade concelhia, entre as quais se encontravam os cemitérios; e, simultaneamente, garantir as orientações administrativas oriundas nos serviços de saúde centrais (Garnel, 2013). Figueiredo ocupou este cargo até à sua morte, em Março de 1917 (Pereira, Rodrigues, 1907; Azevedo, 1917)⁹.

Marcado pelos ideais pasteurianos, com estreita ligação ao Hospital de S. José e ao laboratório bacteriológico aí existente, Carvalho de Figueiredo era considerado pelos seus pares um pioneiro da bacteriologia em Portugal (Carvalho, 1893; Azevedo, 1917). Nos anos 80 desenvolveu a sua investigação nos domínios da bacteriologia e parasitologia, no Hospital e a partir de um pequeno laboratório que instalou em sua casa, em 1888. Dedicou-se às pesquisas microbiológicas que o conduziram às observações publicadas em 1889, na dissertação de Luís da Câmara Pestana (1863-1899)¹⁰ sobre “O micróbio do carcinoma” (Pereira, Rodrigues, 1907; Azevedo, 1917; Grande..., 1935-57), e às pesquisas bacteriológicas sobre a etiologia da doença do sono, as primeiras sobre esta doença em Portugal (Amaral, 2012), num doente internado no Hospital de S. José, entre 1889 e 1890¹¹, publicadas na dissertação de António Francisco de Azevedo, em 1891 (Azevedo, 1891a,b).

⁸ Loures passou a município em 26 de Julho de 1886.

⁹ Uma biografia mais abrangente de António Carvalho de Figueiredo encontra-se trabalhada por outros autores (Doria et al., 2018).

¹⁰ Luís da Câmara Pestana, graduado pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1889, foi o primeiro director do Instituto Bacteriológico de Lisboa, em 1892, auxiliado pelo médico da mesma escola Anibal Bettencourt (1868-1930), que o sucederia mais tarde na direcção do Instituto.

¹¹ Este estudo foi realizado conjuntamente com Câmara Pestana, que se dedicou ao exame anatomo-patológico da medula, tecidos torácicos e abdominais, no hospital de S. José.

Figura discreta¹², Figueiredo era sócio da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (Lista..., 1889) e da Sociedade de Ciências Naturais (Sociedades..., 1907)¹³, e foi contemporâneo de médicos e cientistas de referência no panorama científico nacional, tais como Câmara Pestana, Miguel Bombarda, Ricardo Jorge, Aníbal Bettencourt (1868-1930), Carlos França, Moraes Sarmento e Ayres Kopke, partidários das teorias pasteuriana e parasitária das doenças.

Na qualidade de subdelegado de saúde e de médico municipal, Figueiredo encontrava-se entre os destinatários das instruções e do questionário sobre o sezonismo lançados por Ricardo Jorge em 1903. Do mesmo modo, Figueiredo terá recebido a informação de que “o anopheles desova nas águas dormentes e estagnadas; nellas pululam suas larvas e nymphas de que se desentranha o insecto aéreo” (Jorge, 1903, p.27) e que a uma única espécie de anofeles – o *Anopheles claviger*¹⁴ – se deviam as sezões – ou febres – da malária.

Inspirando-se nos trabalhos de Manson, de Ross, e de Grassi, Bignami e Bastianelli, dos quais era conhecedor (Figueiredo, 1904c), e de modo a dar seguimento ao inquérito epidemiológico, Figueiredo dedicou-se à colheita de larvas e ninfas de anofeles que encontrou num “improvisado aquário” que tinha no seu quintal (Figueiredo, 1904c, p.3), e de mosquitos adultos¹⁵ do mesmo género (*Anopheles*) que encontrou na coelheira da sua propriedade, entre Março de 1903 e Maio de 1904 (Figueiredo, 1904c). Após a observação dos mosquitos capturados, iguais entre si depois de eclodidos, e julgando tratar-se de uma espécie diferente da única até então conhecida em Portugal, Figueiredo descreveu detalhadamente os exemplares encontrados, com a convicção de ter identificado um novo mosquito em Portugal, e cuja presença podia estar relacionada com a transmissão da malária em Loures, e no país:

Esta espécie de anopheles, que logo vi não ser a *maculipennis*, única conhecida, até agora, em Portugal, carece, pois, de ser estudada, visto principalmente o interesse que, depois dos notáveis trabalhos de Manson e Ross e especialmente de Grassi, Bignami e Bastianelli,

¹³ A Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais foi fundada em 15 de Abril de 1907. António Carvalho de Figueiredo tornou-se sócio em Outubro do mesmo ano.

¹⁴ Ou *Anopheles maculipennis* que, tal como referido anteriormente, era sinónimo e recebia indiferentemente uma ou outra designação, consoante o modelo taxonómico utilizado.

¹⁵ O ciclo de vida dos mosquitos é constituído por uma fase aquática, durante a qual os ovos depositados na água eclodem, desenvolvendo-se ao longo de quatro estados larvares e um, seguinte, de pupa a que António Carvalho de Figueiredo chamou “nymphá”. A partir da pupa eclode o imago, ou mosquito adulto, que vive em meio aéreo.

tem justamente despertado, no mundo medico e fóra d'elle, o papel da transmissão do sezonismo pelos culicidios da sub-familia Anophelina (Figueiredo, 1904c, p.3-4).

Na investigação que desenvolveu, Figueiredo utilizou como principal referência a obra de Theobald apoiando-se na terminologia e na ordem expositiva apresentada na “sua monumental monographia” (Figueiredo, 1904c, p.4). Apoiou-se ainda nas monografias de G. M. Giles e de Alphonse Laveran (1845-1922), “Prophylaxie du Paludisme”, e nos artigos de Ficalbi, de Grassi e de James, e ainda no “The structure and biology of *Anopheles maculipennis*”, de George H.F. Nuttall (1862-1937) e Arthur E. Shipley (1861-1927), e “The practical study of malaria and other blood parasites”, de John William Watson Stephens (1865-1946) e Samuel Rickard Christophers (1873-1978), para esclarecer alguns aspectos morfológicos e salientar as características taxonómicas distintivas dos seus exemplares de *insecto perfeito*¹⁶ (figura 1 e figura 2) e de larvas daquelas que o *An. maculipennis* apresentava nas mesmas fases.

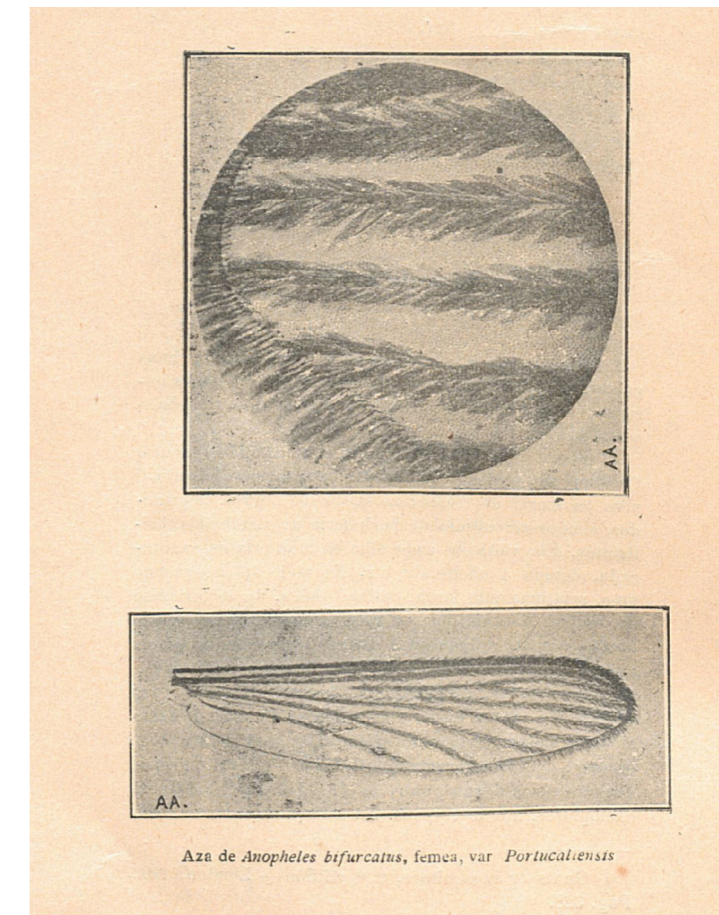


Figura 1 – Asa de *An. bifurcatus* var. *portucaliensis* observada e descrita por António Carvalho de Figueiredo (Figueiredo, 1904c, p. 6)

¹⁶ Designação sinónima de mosquito adulto.

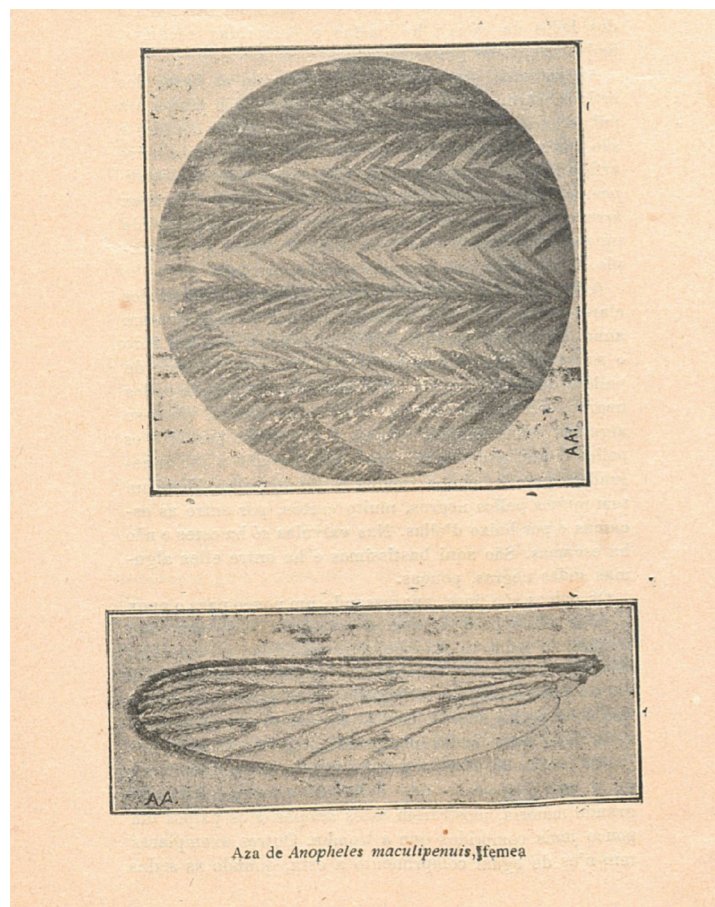


Figura 2 - Asa de *An. maculipennis* observada e descrita por António Carvalho de Figueiredo (Figueiredo, 1904c, p. 7)

À detalhada e minuciosa descrição taxonómica que produziu, Figueiredo juntou alguns aspectos bio-ecológicos da nova espécie resultantes das suas observações. De hábitos zoofílicos¹⁷, o mosquito que descrevia era mais abundante no início da Primavera, e tinha um voo distinto do *An. maculipennis* (Figueiredo, 1904c). Porém, a observação de que “quanto ao habitat só posso dizer que se encontra no lugar do Barro, freguesia e concelho de Loures” (Figueiredo, 1904c, p.11), deixando de fora a descrição do espaço envolvente ou do clima que ecologicamente permitiriam definir parte do habitat daquele anofeles, evidenciava a sua fragilidade enquanto naturalista.

Da análise ao mosquito de Loures, nas fases de imago e de larva, resultou o primeiro registo da espécie *Anopheles bifurcatus* em Portugal (Figueiredo, 1904c). A espécie *Anopheles bifurcatus*, originalmente descrita por Carlos Lineu (1707-1778) em 1758 com a designação *Culex*

¹⁷ No seu artigo, Carvalho de Figueiredo refere que os *An. bifurcatus* adultos foram encontrados na coelheira da sua propriedade, com vestígios de sangue nos estômagos, e que nunca avistou nenhum dentro de casa (como acontecia com o *An. maculipennis*), caracterizando assim a preferência alimentar do novo mosquito por animais e a permanência fora da habitação humana. (Figueiredo, 1904c)

bifurcatus, era uma espécie silvestre, comum na Europa e competente na transmissão da malária (Theobald, 1901; Giles, 1902). Assinalada em Espanha pela primeira vez em 1903, a sua existência em Portugal era até então desconhecida (Figueiredo, 1904c; Jorge, Sarmiento, 1906).

Durante as suas observações, Figueiredo notou que a morfologia das asas daqueles mosquitos apresentava alguns desvios relativamente às descrições feitas por Theobald, Giles e James: as escamas tinham cor, quantidade e forma distintas do *Anopheles bifurcatus* de Lineu, e o comprimento dos pedúnculos das células bifurcadas era menor que o que era apresentado nas descrições daqueles autores (Figueiredo, 1904c). Porém não as considerou suficientemente relevantes para propor a classificação de uma nova espécie (Figueiredo, 1904c). Assim, apoiando-se fundamentalmente nas características do insecto adulto, António Carvalho de Figueiredo sugeriu, em 1904, uma nova variedade de mosquito com a designação *Anopheles bifurcatus* variedade *portucaliensis*.

O lugar do *Anopheles bifurcatus* identificado por António Carvalho de Figueiredo na cartografia da malária em Portugal

Até 1904, era apenas conhecida uma espécie envolvida na transmissão da malária no país e o *Anopheles bifurcatus* var. *portucaliensis* vinha credibilizar dos Serviços da Saúde e Beneficência Pública encabeçados por Ricardo Jorge, valorizando o investimento e a importância atribuída ao conhecimento epidemiológico da doença, no país. A descoberta de Figueiredo teve aceitação imediata na comunidade médica portuguesa. Quando em 1906 Ricardo Jorge publicou as cartas de distribuição da malária e de anofeles no país, o *An. bifurcatus* var. *portucaliensis* de Figueiredo foi incluído na lista de culicídeos de Portugal com a informação de que “[...] No município (concelho) de Loures, o nosso distinto colega Sr. Carvalho de Figueiredo encontrou numerosos exemplares de uma variedade deste culicídeo, que ele descreveu de uma forma irrepreensível e nomeou var. *Portucaliensis*”¹⁸ (Jorge, Sarmiento, 1906, p.16).

À Escola de Medicina Tropical de Lisboa (EMT), instituição que liderava a investigação no âmbito da medicina

¹⁸ No original “Dans la commune (concelho) de Loures, notre distingué confrère M. Carvalho de Figueiredo a trouvé de nombreux exemplaires d’une variété de ce culicide, qu’il a décrit d’une façon irréprochable et nommé var. *Portucaliensis*”.

tropical, em Portugal, desde 1902, chegaram exemplares da nova variedade de mosquito, com a nomenclatura proposta por Figueiredo. Esta escola foi fundada com o objectivo de formar médicos especialistas em patologias tropicais (Amaral, 2008) e o estudo dos seus vectores estava a cargo de Ayres Kopke, regente da cadeira de Bacteriologia e Parasitologia (Azevedo, 1952; Abranches, 2004). Kopke tinha uma colecção de "insectos picantes" que utilizava para demonstração nas suas aulas (Vasconcellos, 1910, p.232), fundamentalmente constituída por material obtido nas suas missões, e por exemplares enviados por outros médicos que lidavam com aquelas doenças e com os seus vectores. Dos mosquitos da sua colecção constavam "as espécies de *anopheles* obsequiosamente oferecidas pelos nossos collegas Carvalho de Figueiredo e Maia Leitão"¹⁹ (Kopke, 1904, p.163).

A colaboração entre Carvalho de Figueiredo e Ayres Kopke, apesar de pouco documentada na bibliografia existente, surge como natural. Ambos pertenciam à primeira geração de investigadores iniciados no Real Instituto Bacteriológico de Lisboa, eram pioneiros no estudo da doença do sono e eram sócios da SCML²⁰. A dedicatória de Figueiredo na separata do seu artigo "Da existência do *Anopheles bifurcatus* em Portugal" (figura 3) "Ao meu amigo e distinto

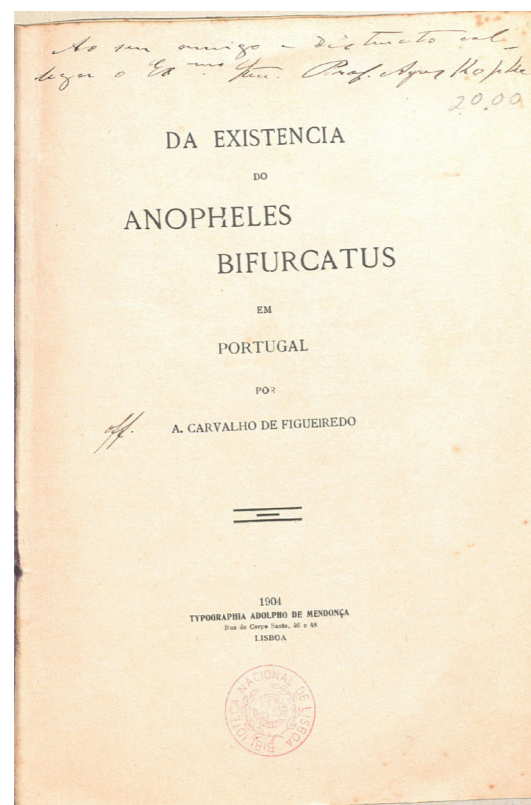


Figura 3 - Separata do artigo de António Carvalho de Figueiredo com dedicatória a Ayres Kopke (Figueiredo, 1904c, folha de rosto).

¹⁹ Maia Leitão era médico colonial do quadro de saúde de Angola.

²⁰ A partir de 1907, seriam também sócios da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais.

colega o Exmº. Sr. Prof. Ayres Kopke" (Figueiredo, 1904c, folha de rosto), sugere uma relação particular entre os dois investigadores. Terá sido fruto desta relação que Figueiredo ofereceria a Kopke não apenas uma separata do seu artigo, como também alguns exemplares de *Anopheles bifurcatus* var. *portucaliensis* capturados na sua propriedade, e dos quais existem dois espécimes que actualmente se encontram no Instituto de Higiene e Medicina Tropical de Lisboa (IHMT)²¹, onde constam as indicações do local e da data de colheita: coelheira, Loures e i) 26 de Janeiro de 1905; ii) 3 de Fevereiro de 1905 (figura 4 e figura 5).



A implementação do plano de saneamento e de combate à malária pelo qual Ricardo Jorge se debateu nas várias reformas do serviço de saúde que promoveu, foi sucessivamente adiada (Lobo, 2013; Lobo, 2017) e novos estudos epidemiológicos sobre a doença e os seus vectores, no país, ficaram por fazer nos anos seguintes. As referências ao *An. bifurcatus*

²¹ A Escola de Medicina Tropical de Lisboa fundada em 1902 passou a designar-se Instituto de Medicina Tropical de Lisboa em 1935, designação que se manteve até ao final de 1966. Em 1967 a fusão desta instituição com a Escola Nacional de Saúde Pública deu origem à Escola Nacional de Saúde Pública e Medicina Tropical. Em 1972, as duas instituições recuperaram a autonomia e o instituto passou a designar-se Instituto de Higiene e Medicina Tropical, que ainda hoje mantém.

encontram-se nos trabalhos de revisão de José Firmino Sant'Anna (1879-?) sobre os mosquitos portugueses, feita em 1920, Anofelineos de Portugal e Colónias. Ensaio de Entomologia médica com aplicação ao estudo do problema do sezonismo em 1920 (Sant'Anna, 1920) e que indica o *An. portucaliensis* como sinónimo, e do naturalista José Maria Braga (1897-1988), Culicideos de Portugal em 1931 (Braga, 1931), não fazendo, no entanto, qualquer referência a Figueiredo nem ao mosquito por ele descrito.

Os Serviços Anti-sezonáticos portugueses foram organizados em 1930 e com eles foram retomadas as actividades de estudo sobre a malária nos primeiros meses do ano seguinte, a partir da primeira Estação Experimental instalada em Benavente, na região do Ribatejo. Os resultados iniciais, publicados ainda em 1931 e no final do primeiro ano de actividade, em 1932, pelos médicos que encabeçavam os Serviços, davam conta da existência de anofeles em abundância naquela região. Todos pertenciam à espécie *Anopheles maculipennis* (Figueira, Landeiro, 1932). Na mesma altura, o médico Francisco Rocha, iniciou um estudo sobre o controlo da malária na Mina de S. Domingos no interior do Alentejo, e identificou as duas espécies associadas à doença que se conheciam em Portugal, o *An. maculipennis*, mais abundante, e o *An. bifurcatus* (Rocha, 1932), não fazendo qualquer referência à variedade de Figueiredo.

A variedade *portucaliensis* parece ter sido desvalorizada com o retomar dos trabalhos entomológicos no início da década de 1930, não sendo claro se para tal houve uma razão científica, mas a espécie *An. bifurcatus*, assinalada em Loures pela primeira vez, foi encontrada em várias regiões de Portugal nos anos seguintes. Quanto à sua importância epidemiológica, só com o novo inquérito sobre o sezonismo realizado a nível nacional sob os auspícios da Fundação Rockefeller (FR) em 1933, ficou esclarecida:

Foram encontradas duas espécies de Anopheles: *Anopheles maculipennis* Meig. e *Anopheles bifurcatus* L. Esta última encontrou-se em pequeno número e em poucas localidades. Não se encontram larvas de *bifurcatus* em charcos, pântanos, ribeiras e arrozais onde as larvas de *A. maculipennis* eram numerosas; como nunca se encontraram em habitações humanas pode considerar-se espécie silvestre sem importância na transmissão das sezões no nosso país (Landeiro, Cambournac, 1933, p.133-134).

Os *An. maculipennis* identificados por Landeiro e Cambournac eram formados por duas variedades de acordo com a definição de complexo específico resultante dos trabalhos desenvolvidos por D. Falleroni, A. De Buck, E. Schoute, N.H. Swellengrebel e P.H. van Thiel²² (Landeiro, Cambournac, 1933) a partir de meados da década de 1920 e por Lewis W. Hackett (1884-1962) da FR e Alberto Missiroli (1883-1951), malariologista italiano que trabalhava em colaboração com aquela instituição, ao longo dos anos 1930 (Fantini, 1994).

Com a distinção das variedades ou raças de *An. maculipennis* morfologicamente idênticas, assente nas diferenças bio-ecológicas que manifestavam²³, o papel epidemiológico desta espécie na transmissão da malária assumiu uma importância redobrada, uma vez que contribuiria para a disseminação da doença em maior ou menor proporção consoante estivesse em maior ou menor contacto com o homem, ou com os animais. O complexo *An. maculipennis*²⁴ não só permitiu esclarecer o fenómeno do anofelismo sem malária, como redefiniu a importância do papel epidemiológico dos anofeles na transmissão desta doença, originando o desenvolvimento de novas estratégias para o seu combate em função da sua capacidade vectorial da variedade ou raça em causa. A sua aceitação determinou na comunidade científica a procura de outros complexos específicos, que se definiriam nas décadas seguintes (Fantini, 1994).

Fausto Landeiro (1896-1949) e Francisco Cambournac (1903-1994) admitiram que o *An. bifurcatus* não tinha importância epidemiológica na malária em Portugal, tal como António Carvalho de Figueiredo havia referido em 1904: "A mancha negra, que quasi todos aquelles anopheles tinham no ventre, quando foram apanhados, attesta que elles sugaram sangue nos coelhos." (Figueiredo, 1904c: p.12) E, mais à frente: "em minha casa, que fica a 7 metros da coelheira, nunca se viu nenhum d'aquelles anopheles" (Figueiredo, 1904c, p.12), como acontecia com o

²² Falleroni em 1926 distinguiu 2 variedades de *Anopheles maculipennis* com caracteres biológicos diferentes pelo exame dos ovos: o *An. maculipennis* var. *messeae* e o *An. maculipennis* var. *labbranchiae*; A. De Buck, E Schoute, Swellengrebel e van Thiel, distinguiram na Holanda 2 raças (que correspondeu a 3 variedades) com caracteres biológicos diferentes pelo comprimento da asa (asas curtas e asas compridas) e pelo índice maxilar, e ainda pelos ovos: o *Anopheles maculipennis* var. *atroparvus* (asas curtas), o *An. maculipennis* var. *messeae* (asas compridas) e o *Anopheles maculipennis* var. *maculipennis*. (Fantini, 1994)

²³ Fundamentalmente a proximidade ao homem ou aos animais, os seus hábitos alimentares, antropofílico ou zoofílico, e o seu habitat.

²⁴ Actualmente o complexo *Anopheles maculipennis* é constituído por um conjunto de seis variedades ou raças. Este complexo incluiu a espécie sinónima frequentemente designada por *An. claviger*, Fabricius, 1805, e que passou a assumir a designação *An. maculipennis*.

An. maculipennis. O lugar do *An. bifurcatus* enquanto (não) vector seria esclarecido nos anos seguintes.

No final da década, a nomenclatura taxonómica incluiria uma nova designação. Del Vecchio descreveu um novo culicídeo em Itália, em 1939, o *Anopheles petragrani* (Snow, 1999)²⁵, como uma variedade do mosquito *An. claviger* (Snow, 1999; Becker et al., 2016), e que Mario Coluzzi (1938-2012) considerou como uma espécie irmã e distinta de *An. claviger sensu strictu* (ss) – anteriormente designada por *An. claviger* Meigen, 1804 (Coluzzi 1960 e Coluzzi 1962, apud Becker et al. p. 2671, 2016), no início dos anos 1960. Ambas, *An. petragrani* Del Vecchio, 1939 e *An. claviger* ss, seriam, então, consideradas espécies pertencentes a um outro complexo específico, o *An. claviger sensu lato* (sl) (Becker et al., 2016).

No final dos anos 1980 a designação *An. bifurcatus* var. *portucaliensis*, foi considerada sinónima de *An. petragrani* (Ribeiro et al., 1988), designação que prevalece até hoje, como parte do complexo *An. claviger*, que entretanto havia assimilado a designação *An. bifurcatus* como um sinónimo de *An. claviger* ss (Ribeiro et al., 1988; Ward, 1992).

A descrição do mosquito que António Carvalho de Figueiredo classificou como uma nova variedade correspondeu, assim, à primeira descrição da espécie classificada por Del Vecchio em 1939, o *An. petragrani*. Ao ser internacionalmente reconhecida a sinonímia do *An. bifurcatus* var. *portucaliensis* Figueiredo, 1904 com a designação de *An. petragrani*, no "3º suplemento ao catálogo de mosquitos do mundo", no início da década de 1990 (Ward, 1992) (figura 6), foi, simultaneamente, aceite e validado o contributo que

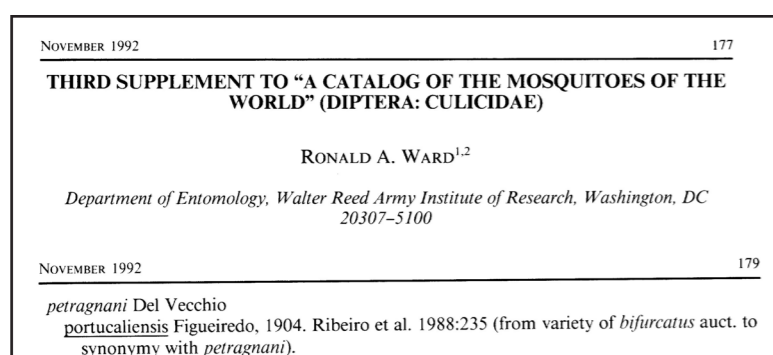


Figura 6 – Excerto do Third Supplement to "A Catalog of the Mosquitoes of the World" (Diptera: Culicidae) que reflecte a validação internacional de *An. bifurcatus* var. *portucaliensis* Figueiredo, 1904 como sinónimo de *An. petragrani*. (Ward, 1992, p.177-179)

²⁵ De acordo com as normas gramaticais do latim, a espécie devia ser designada por *An. petragranii*, no entanto prevaleceu a escrita inicial (Service, 1999, apud Snow, 1999), forma que aqui utilizamos.

António Carvalho de Figueiredo terá efectuado, ao identificar, descrever e classificar esta espécie a partir de um laboratório doméstico numa região ribeirinha situada nos arredores de Lisboa.

Algumas conclusões

António Carvalho de Figueiredo, um actor, ora esquecido, ora reabilitado pela história da entomologia médica no século XX permite-nos avaliar a métrica do progresso das ciências médicas ao longo deste período, que se estabeleceu na fronteira do diálogo que a medicina tropical necessariamente foi estabelecendo com várias áreas disciplinares, entre as quais se conta a entomologia.

Importa por isso reflectir, no contexto da historiografia das doenças transmitidas por vectores, o lugar particular que Figueiredo ocupou no cenário nacional e as implicações que foi tendo, já depois da sua morte, em diferentes contextos e realidades nacionais e internacionais, cujos interesses se inscrevem em diferentes matrizes cognitivas e profissionais. No contexto nacional as referências às contribuições de Figueiredo são valorizadas sobretudo no contexto médico, dada a importância do envolvimento das instituições de saúde pública do país, no estudo e combate à malária, desde que Ricardo Jorge estabeleceu o primeiro plano nacional de combate à doença. No entanto, para os seus pares naturalistas, este seria considerado provavelmente pouco relevante ou um actor sem voz, uma vez que os seus resultados implicavam uma relação de conhecimento-fronteira entre a história natural e a medicina, entre a entomologia e a entomologia médica.

No contexto internacional, não só se coloca a questão de Portugal ocupar à época uma posição periférica em relação aos países do centro (veja-se o caso de Theobald que não terá valorizado as contribuições nacionais e as publicações redigidas em português), como também é tradição na sistemática e na taxonomia, uma dinâmica própria que acompanha, naturalmente, a necessidade de se proceder a um reajuste e agrupamento contínuo de espécies taxonómicas ao longo do tempo e que ilustram também o percurso que o *Anopheles bifurcatus* var. *portucaliensis* descrito por Figueiredo, em 1904, efectivamente estabeleceu.

António Carvalho de Figueiredo iniciou-se como investigador inserido numa rede nacional de médicos, mas autonomizou-se isoladamente graças à estratégia organizada por Ricardo

Jorge para o combate à malária, em Portugal. No entanto, o seu anofeles não foi identificado como um vector possível de transmissão de malária ao Homem: a sua preferência seria por outros animais, nomeadamente os coelhos da sua coelheira.

Ainda que tenha ficado por demonstrar o papel do *Anopheles bifurcatus* var. *portucaliensis* na transmissão da malária, o *An. bifurcatus* era considerado pelos especialistas internacionais um vector da malária humana, como revela a literatura internacional da época. A assumpção do envolvimento desta espécie na transmissão da doença em Portugal terá sido natural no momento em que António Carvalho de Figueiredo o identificou em Loures. No entanto, com a interrupção dos estudos iniciados por Ricardo Jorge, apenas retomados na década de 1930, ficou efectivamente por esclarecer qual o papel do *An. bifurcatus* var. *portucaliensis* na epidemiologia da malária em Portugal. Quando em 1933 Cambournac e Landeiro realizaram o inquérito epidemiológico sob a orientação da FR, o conhecimento sobre a malária e os seus vectores encontrava-se já mais avançado e com segurança descartaram o *An. bifurcatus* da lista de vectores.

António Carvalho de Figueiredo e o seu percurso em torno do *Anopheles bifurcatus* var. *portucaliensis*, identificado em 1904, ilustram os cambiantes que a investigação científica pode produzir na construção do conhecimento e o papel dos actores "isolados" ou "sem voz" nesse percurso, onde o local e o global se mesclam para propor novas questões e problemáticas, que à historiografia da ciência e da medicina importa considerar. O *Anopheles bifurcatus* de António Carvalho de Figueiredo preservado na entomoteca do IHMT, não sendo reconhecido como espécie de interesse médico, foi estabelecendo um diálogo entre várias gerações de médicos e naturalistas ao longo do século XX, sendo por isso incontornável considerar o seu legado na história da entomologia e da entomologia médica e da medicina tropical deste período.

Agradecimentos

Na realização deste trabalho devemos um particular agradecimento à Dr^a Ana Cristina Oliveira da Câmara Municipal de Loures, pelo apoio prestado na disponibilização de informação bibliográfica sobre António Carvalho de Figueiredo e à equipa da biblioteca do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Dr^a Paula Saraiva, Dr^a. Rita Francês e Dr. Paulo Caldeira.

Trabalho realizado com o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/110936/2015).

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Pedro.
O IHMT, um Século de História 1902-2002. Lisboa: CELOM. 2004.

ACTA...
Acta da Sessão de 9 de Março de 1901. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, n.1-3, p.82-95. 1901.

AMARAL, Isabel.
Bactéria ou parasita? A controvérsia sobre a etiologia da doença do sono e a participação portuguesa, 1898-1904. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.19, n.4, p.1275-1300. 2012.

AMARAL, Isabel.
The emergence of tropical Medicine in Portugal: The School of Tropical Medicine and the Colonial Hospital of Lisbon (1902-1935). *Dynamis*, n.28, p.301-328. 2008.

AZEVEDO, António de.
António Carvalho de Figueiredo. *A Medicina Contemporânea*, nº 12, anno xxxv, série II, tomo XIX, p.89-96. 1917.

AZEVEDO, António de.
A Doença do Somno (cont.). *A Medicina Contemporânea*, IX anno, n.51, p.405-406. 1891(a); IX anno, n.50, p.395-397. 1891(b).

AZEVEDO, João Fraga de.
Cinquenta anos de actividade do Instituto de Medicina Tropical (24 de Abril 1902-24 de Abril 1952). Lisboa, Portugal. 1952.

BECKER, Norbert et al.
Anopheles (Anopheles) petragrani Del Vecchio 1939 – a new mosquito species for Germany. *Parasitology Research*, n.115, p.2671-2677. 2016.

BENCHIMOL, Jaime Larry; SÁ, Magali Romero.
Adolpho Lutz e a entomologia médica no Brasil (apresentação histórica). 508p. Adolpho Lutz. *Obra Completa*, v.2, livro 3. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry; SÁ, Magali Romero.
Adolpho Lutz: *Febre Amarela, Malária e Protozoologia*. 956p. Adolpho Lutz. *Obra Completa*, v.2, livro 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2005.

BLANCHARD, Raphaël.
Les moustiques: histoire naturelle et medicale. Paris, 1905.

BRAGA, José Maria.
Culicideos de Portugal. Porto: Araújo e Sobrinho, Sucres. 1931.

CARVALHO, Augusto da Silva.
Revista de hygiene. A Medicina Contemporânea, v.11, XI anno, n.2, p.9-16. 1893.

CARVALHO, José Rodrigues de.
Chorographia Palustre de Portugal. Dissertação Inaugural - Escola Médico-Cirúrgica do Porto. 1899.

COSTA, Rui Manuel Pinto.
Sob o Olhar da Construção da Memória: Ricardo Jorge na Tribuna da História. *Cultura, Espaço & Memória*, n.5, p.261-274. 2014.

DIAS, José Pedro Sousa.
O Instituto Bacteriológico: espaço, instrumentos e memória da medicina laboratorial. In *Património da Universidade de Lisboa - Ciência e Arte*. Marta C. Lourenço, Maria João Neto (Coord.). Lisboa: Tinta da China. p.135-154. 2011.

DORIA, José Luís et al.
Evocação da memória do médico António Carvalho de Figueiredo (1853-1917): parceria histórico-cultural entre a Câmara Municipal de Loures e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical. *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, v. 17, p.115-130.

FANTINI, Bernardino.
Anophelism without malaria: An ecological and epidemiological puzzle. *Parassitologia*, v.1-2, n.36, p.83-106. 1994.

FERREIRA, J. Bettencourt.
Parasitologia do paludismo. História e descrição. II *Revista Scientifica. Jornal da Sociedade das Sciencias Médicas de Lisboa*, n.7-12, p.219-238. 1900.

FICALBI, Eugenio.
Vente specie di zanzare (Culicidae) italiano. *Bulletino della Soc. Entomológica italiana*. Anno XXXI. 1899.

FIGUEIRA, Luiz; LANDEIRO, Fausto.
Relatório do 1º ano de luta anti-sezonática. *Arch. Inst. Bact. Camara Pestana*. No.6, p.191-243. 1932.

FIGUEIREDO, António Carvalho de.
Da existência do Anopheles bifurcatus em Portugal. Lisboa: Typographya Adolpho de Mendonça. 1904(c).

FIGUEIREDO, António Carvalho de.
Da existência do Anopheles bifurcatus em Portugal. A Medicina Contemporânea, série 2, tomo 7, n.23, p.181-188. 1904(a); série 2, tomo 7, n.28, p.221-228. 1904(b).

GARNEL, Maria Rita Lino.
Os médicos, a saúde pública e o Estado improvidente (1890-1926). *Estudos do século XX*, n.13, p.282-308. Imprensa da Universidade de Coimbra. 2013.

GILES, George Michael James.
A Handbook of the Gnats or Mosquitoes giving the anatomy and life history of the Culicidae together with descriptions of all species noticed up to the present date. 2nd Edition, rewritten and enlarged. London: John Bale, Sons & Danielsson Ltd. 1902.

GRANDE...
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, v.11. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada. 1935-57.

GRASSI, Giovanni Battista.
Studi Di Uno Zoologo Sulla Malaria. Seconda Edizione Notevolmente Accresciuta Con 21 Figure Nel Testo e 8 Tavole Doppie (Pubblicata Il 5 Ottobre 1901). Roma: Tipografia Della E. Accademia Dei Lincei Proprietà Del Cav. V. Salviucci. 1901.

GRASSI, Giovanni Battista.
Studi Di Uno Zoologo Sulla Malaria. Atti Acc. Lincei, Memorie, S.5, 3, p.299-498 + 5 Tav. 1900.

HOWARD, Leland Ossian.
Mosquitoes; how they live; how they carry disease; how they are classified; how they may be destroyed. New York: McClure, Philips & Co. 1901.

JAMES, Sydney Price.
Malaria in India. Calcutta. 1902.

JAMES, Sydney Price; LISTON, William Glen.
A monograph of the anopheline mosquitoes of India. Calcutta: Thacker, Spink & Co. 1904.

JAMES, SP; LISTON, W. Glen.
A monograph of the anopheline mosquitoes of India. 2nd edition (rewritten and enlarged). Calcutta. 1911.

JORGE, Ricardo.
Epidemiologia. Sobre o estudo e o Combate do
Sezonismo em Portugal. *Annaes De Saúde Pública Do
Reino*, Inspeção Geral Dos Serviços Sanitários, Secção
De Hygiene, tomo I. Coimbra: Imprensa da Universidade.
1903.

JORGE, Ricardo; SARMENTO, Moraes.
La Malaria en Portugal, Premiers Résultats d'une
Enquête. *Annaes De Saúde Pública Do Reino*, Inspeção
Geral Dos Serviços Sanitários, Secção De Hygiene, tomo
III. Lisboa: Casa Portuguesa. 1906.

KOPKE, Ayres.
Cursos de Medicina. Bacteriologia e Parasitologia
Tropical. *A Medicina Contemporânea*. Série 2, vol.VII, n.5,
p.163-164. 1904.

LANDEIRO, Fausto; CAMBOURNAC, Francisco.
O Sezonismo em Portugal - Missão da Direcção Geral de
Saúde, Rockefeller Foundation. Direcção e orientação do
Dr. RB Hill. Coleção de relatórios, *Estudos e Documentos
Coloniais*, Ministério das Colónias, n.28. 1933.

LAVÉLAN, Alphonse.
Prophylaxie du Paludisme. Paris. 1903.

LISTA...
Lista de sócios correspondentes à data de 31 de
Dezembro de 1888. *Jornal da Sociedade das Ciências
Médicas de Lisboa*, n.4, p.117-128. 1889.

LOBO, Rita.
Malária: Estudo, Combate e Erradicação (1903-1958),
in: *Médicos e Sociedade - Para uma História da Medicina
em Portugal no Século XX*, p.413-423. António José de
Barros Veloso (Coordenação). António José de Barros
Veloso, Luiz Damas Mora, Henrique Leitão (Edts). By the
Book, Edições Especiais. 2017.

LOBO, Rita.
*A História da Malária em Portugal na Transição do
Século XIX para o Século XX e a Contribuição da Escola
de Medicina Tropical de Lisboa (1902-1935)*. Dissertação
(Doutoramento em História, Filosofia e Património da
Ciência e da Tecnologia) - Universidade Nova de Lisboa,
Caparica. 2013.

NUTTALL, George H. F.; SHIPLEY, Arthur E.
The structure and biology of *Anopheles maculipennis*.
Journal of hygiene, v.I. 1901.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme (Org.).
*Diccionario historico, chorographico, heraldico,
biographico, bibliographico, numismatico e artistico*, v.3.
Lisboa: João Romano Torres & C^a- Editores. 1907.

POWER, Hellen J.
*Tropical Medicine in the Twentieth Century - A History
of the Liverpool School of Tropical Medicine 1898-1990*.
London: Kegan Paul International. 1999.

REGULAMENTO...
Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e
Beneficência Pública, de 24 de Dezembro de 1901.
Bolletim dos Serviços Sanitários do Reino, n.1, p.3-126.
Lisboa: Imprensa Nacional. 1902.

RELATÓRIO...
Relatório sobre a Malária. *Jornal da Sociedade das
Ciências Médicas de Lisboa*, 4-7, p.216-220. 1901.

RIBEIRO, Henrique et al.
An annotated checklist of the mosquitoes of continental
Portugal (Diptera, Culicidae). In: *Congresso Ibérico de
Entomologia, III*, 1988. Actas... Granada. p.233-253.
1988.

ROCHA, Francisco.
Malaria control at Mina de S. Domingos. *Arch Inst bact
Camara Pestana*, n.6, p.123-137. 1932.

SANT'ANNA, José Firmino.
*Anofelineos de Portugal e Colónias. Ensaio de
Entomologia médica com aplicação ao estudo do
problema do sezonismo*. Lisboa: Tipografia da
Cooperativa Militar. 1920.

SARMENTO, José E. Moraes; MIRANDA, Augusto de;
FRANÇA, Carlos; ATHIAS, Mark; SARMENTO, Adolpho
de.
Prophylaxia do Impaludismo. *Jornal da Sociedade das
Ciências Médicas de Lisboa*, 4-7, p.174-177. 1901.

SARMENTO, Moraes; FRANÇA, Carlos.
Sur quelques Culicides Portugais. Séance du 8 Février.
*Comptes Rendus Hebdomadaires des Séances et
Memoires de la Société de Biologie*. v.54, p.152-3. Paris:
Masson et Cie. 1902.

SARMENTO, Moraes; FRANÇA, Carlos.
Nota sobre alguns culicidios portugueses. *Revista
Portuguesa de Medicina e Cirurgia Praticas*, v.XI, p.38-
43. 1901.

SNOW, Keith.
The names of European mosquitoes: Part 2. European Mosquito Bulletin. *Journal of the European Mosquito Control Association*, 4, p.11-13. 1999.

SNOWDEN, Frank M.
Malaria (II): The Global Challenge - 17. Yale: Courses online. Disponível em <http://youtu.be/4tC96HdMjYw>. Acesso em 8 Janeiro. 2018. 46.38 min. 16 Mar. 2011.

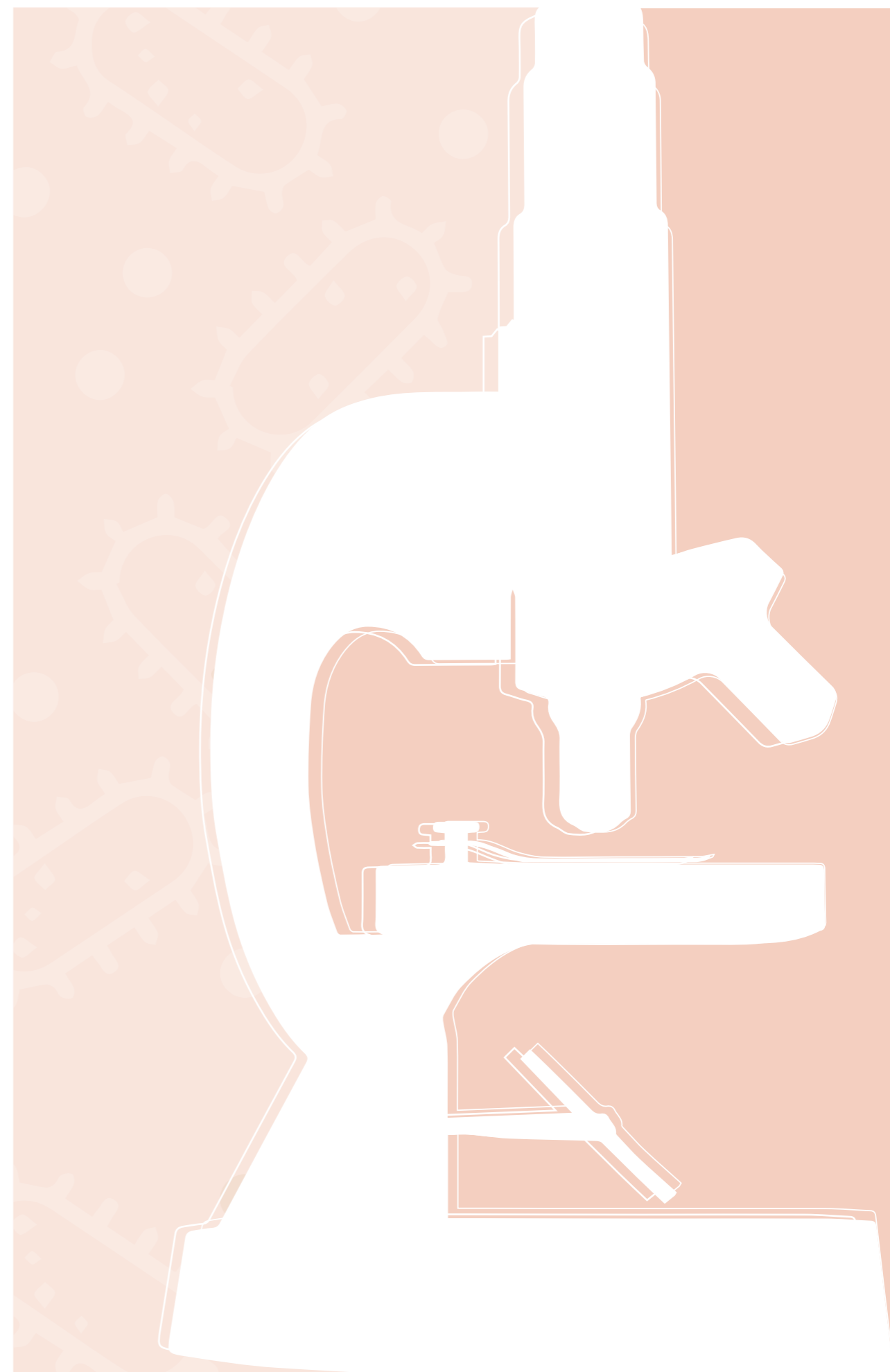
SOCIEDADES...
Sociedades Scientificas Portuguesas. Sociedade de sciências naturaes. *Medicina Contemporânea*, tomo X, n.42, p.358. 1907.

STEPHENS, John William Watson; CHRISTOPHERS, Samuel Rickard.
The practical study of malaria and other blood parasites. London, New York and Bombay. 1903.

THEOBALD, Frederick Vincent.
A monograph of the culicidae or mosquitoes: mainly compiled from the collections received at the British Museum from various parts of the world. 5 vols. London: British Museum. 1901-1910.

VASCONCELLOS, Manoel.
O estudo da medicina tropical em Portugal. *A Medicina Moderna*, v.VI, p.231-233. 1910.

WARD, Ronald A.
Third Supplement to "A Catalog of the Mosquitoes of the World" (Diptera: Culicidae). *Mosquito systematics*, v.24, n.23. 1992.



Carvalho de Figueiredo (1853-1917) e a singularidade de uma época

António Carvalho de Figueiredo (1853-1917) and the uniqueness of an era

Isabel Amaral

Professora Associada

CIUHCT, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa

2829-516 Caparica

ima@fct.unl.pt

Resumo

Este estudo tem por objetivo refletir sobre a singularidade da medicina portuguesa da última metade do século XIX até ao final da Iª Guerra Mundial, partindo da análise do percurso de António Carvalho de Figueiredo (1853-1917), como médico de "laboratório" e como médico municipal. Utilizaremos como metodologia a análise das fontes bibliográficas primárias disponíveis, bem como os recortes da imprensa médica da época.



Isabel Amaral

Discutir-se-á a importância da medicina laboratorial e das novas disciplinas médicas, das quais se destacam a bacteriologia, a fisiologia, a histologia e a medicina tropical, no contexto das problemáticas de higiene e saúde pública, iniciadas por Ricardo Jorge, bem como da especialização médica potenciada pela lente e pelo poder do microscópio.

Procurar-se-á centrar esta análise nas grandes alterações paradigmáticas da medicina das primeiras décadas do século XX português, não só no domínio cognitivo como também da perspetiva da criação de uma identidade profissional marcada pelas convulsões políticas entre a Monarquia e a Primeira República. Particular destaque merecerão os médicos da geração de 1911, arautos da ideia de modernidade que se prolongaria mesmo no Estado Novo, com a qual António Carvalho de Figueiredo se identificaria.

Palavras-chave: António Carvalho de Figueiredo, "geração de 1911", medicina municipal, laboratório, Ricardo Jorge

Abstract

This paper aims at reflecting about the uniqueness of the Portuguese medicine in the last decade of the 19th century just to the end of World War I, based on the legacy of António Carvalho de Figueiredo (1853-1917), as a municipal and a doctor of "laboratory". We will use as methodology the analysis of primary literature sources available, as well as the references of the medical press of the time.

We will discuss the importance of laboratory medicine and new medical disciplines, including the bacteriology, physiology, histology and tropical medicine, in the context of hygiene issues and public health initiated by Ricardo Jorge, as well as the medical specialization seen by the lens and the power of the microscope.

We will focus this analysis on major paradigmatic changes in Portuguese medicine from the first decades of the twentieth century, not only in the cognitive domain but also from the perspective of creating a professional identity marked by convulsions policies between the Monarchy and the Republic. Particular emphasis deserves doctor's generation of 1911 that crystallized the idea of modernity that even persist in the "Estado Novo", which António Carvalho de Figueiredo identify with.

Key words: António Carvalho de Figueiredo, “1911 generation”, municipal medicine, laboratory, Ricardo Jorge

Introdução

O século XX consolida na medicina europeia a hegemonia de um campo disciplinar que a classe médica tentou a todo o custo defender, com a mesma “objetividade” que as ciências biológicas desenhavam desde a segunda metade do século XIX. A medicina deslocava-se paulatinamente de um saber livresco e enciclopédico, para um saber assente nos resultados laboratoriais e no poder de resolução do microscópio, que potenciaria o surgimento da especialização, e naturalmente do prestígio da classe médica, tal como Wunderlich advogava: “now a specialty is a necessary condition for everybody who wants to become rich and famous rapidly. Each organ has its priest, and for some, special clinics exist.”¹

Na década de 80 do século XIX, a especialização médica seguiu de forma inevitável, como resultado de dois factores essenciais. Por um lado, as modificações resultantes da revolução industrial que conduziram a um aumento demográfico significativo e à deslocação das populações das zonas rurais para a urbe, precipitando a intervenção médica de resposta à insalubridade dos grandes aglomerados urbanos e das zonas limítrofes, que se tornaram espaços onde as epidemias se propagavam. E por outro lado, o advento de novos instrumentos que permitia a extensão da observação clínica, amplificando sinais clínicos ou oferecendo maior poder de resolução das estruturas visíveis, como é disso exemplo o microscópio, que fundamentou a emergência de uma nova tradição científica e o investimento na investigação laboratorial, que a medicina abraçou. Por consequência, esta nova prática clínica que lidava com grandes populações – a medicina dos grandes números – deu origem às reformas higienistas por toda a Europa, que conferiam à medicina e à classe médica um papel de relevo no todo social.

O século XIX configura, pois, o triunfo das concepções mecanicistas e organicistas da saúde/doença, largamente dominantes até aos anos 60, do século XX. O novo conceito de “clínica” conduziu a um novo

conceito de doença. O conceito de doença deixava o individual para o geral e aplicava os métodos de outras ciências no diagnóstico clínico (Foucault, 1972). Seria o ponto de partida da crescente interação entre as ciências biológicas e não biológicas (física e química, nomeadamente), protagonizada por figuras como Claude Bernard (1813-1878), Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910).

O final do século XIX foi particularmente conturbado para Portugal, num momento em que a grave crise económica, financeira, social e política, denunciava a debilitação da autoridade do Estado e o desgaste da Monarquia Constitucional. Em complemento, a investida das várias epidemias que assolaram o país fazia perigar a salubridade das grandes cidades e exigiam cada vez mais e melhores respostas da classe médica.

Os médicos formados pelas Escolas médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto e pela Faculdade de Medicina de Coimbra seguiram a carreira clínica ou cirúrgica nos hospitais centrais, ou eram contratados pelos vários municípios para promoverem uma gestão de proximidade e de controlo sanitário mais eficiente. A municipalidade era entendida como uma posição de prestígio para a classe médica e ganhou um impulso significativo com a reforma sanitária instituída por Ricardo Jorge entre 1899 e 1901, que consolidou um modelo estruturado de resposta ao controlo sanitário do país.

António Carvalho de Figueiredo, que concluiu o curso de medicina na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, em 1879, cedo se entusiasmou pela medicina experimental e foi ao lado da Câmara Pestana que deu os primeiros passos no laboratório do Hospital de S. Lázaro, anexo do Hospital de S. José, e mais tarde, no Real Instituto Bacteriológico, inaugurado em 1892, por ele dirigido. Entusiasmado com os resultados inovadores que conseguiu obter, desde logo pela identificação de um microrganismo que a missão de Annibal Bettencourt pensava ser o agente etiológico da doença do sono, em África, cedo se mobilizou para criar o seu próprio laboratório em Loures, na povoação onde nasceu, onde deu início à carreira de médico municipal, seguindo os passos de Ricardo Jorge. Neste município, a par da carreira clínica dedicou-se à investigação, procurando razões que justificassem a elevada incidência de paludismo na sua região, que o conduziram à proposta de identificação de uma nova espécie de mosquito, o *Anopheles bifurcatus* var. *portucaliensis*, em 1904.

¹ Carl Wunderlich, *Wien und Paris: Ein Beitrag zur Geschichte und Beurteilung den gegenwärtigen Heilkunde in Deutschland und Frankreich* (Stuttgart, 1841; new ed., Bern: H. Huber, 1974), p. 35.

António Carvalho de Figueiredo fez um percurso singular na medicina portuguesa. O seu legado permite-nos fazer algumas reflexões que não poderão dissociar-se da trajetória que a medicina portuguesa fez, na transição do século XIX para o século XX, ao acompanhar o passo do progresso da medicina europeia, incorporando os ideais positivistas e a influência pasteuriana, para construir uma elite médica que se afirmou entre a Monarquia constitucional e a Primeira República, e que projetaria a modernização da medicina portuguesa de novecentos.

Medicina, laboratório e saúde pública

A crescente complexidade das sociedades capitalistas operantes na lógica da “divisão do trabalho” após a revolução industrial, por um lado, e, a proposta da teoria da evolução, por outro, serviam também para justificar o “especialismo” e a complexidade, como formas estruturais superiores. A especialização surge como a *driving force* da reorganização cognitiva e social que identifica o século XIX como o século da especialização. A medicina vai beneficiar desta moldura e enquadrar várias perspetivas de abordagem provenientes da física, da química e da biologia, como forma de sustentar a especificidade anatómica ou funcional (Bariety & Coury, 1963), entendida como garantia para a explicação da doença e do sucesso das práticas médicas: a investigação dos factos cientificamente tangíveis (Lichtenthaeler, 1978).

Bernard, o primeiro cientista francês a ter um funeral com honras de Estado, além de ter sido condecorado em vida com a Legião de Honra, fez parte de uma geração do Collège de France que ao lado do seu mestre François Magendie (1783-1855) e do seu discípulo Charles-Edouard Brown-Séquard (1817-1894) fundou a primeira escola de investigação de fisiologia, em França. Dizia Claude Bernard: “la médecine est destinée à sotir peu à peu de l’empirisme et celle en sortira, de même que toutes les autres sciences, para la méthode expérimental” (Bariety & Coury, 1963, p. 661). Passos idênticos foram seguidos por Hermann Helmholtz (1821-1894), inventor do oftalmoscópio em 1850, e autor de vários trabalhos onde evidenciou a aplicação da física aos fenómenos fisiológicos, particularmente no âmbito da visão. O mesmo sucedeu com Carl Ludwig (1816-1895), fundador da escola de fisiologia alemã de tradição química, que daria origem às escolas de bioquímica, anos mais tarde.

Pasteur alargou o leque de disciplinas que poderia contribuir para a explicação dos mecanismos de doença.

Partindo da mineralogia forneceu uma explicação para os mecanismos de fermentação anaeróbica, destronou a teoria da geração espontânea e criou as bases para a aceitação de uma nova teoria etiopatogénica das doenças, a teoria do germe. Koch estabeleceu um padrão para a determinação da especificidade de um microrganismo patogénico, criando assim uma metodologia própria na fronteira da epidemiologia. Ambos, pioneiros da microbiologia, isolaram os organismos responsáveis pela maioria das infeções dominantes à época (tuberculose, cólera e peste) deixando aos oficiais médicos em campanha, a possibilidade de se dedicarem à pesquisa dos agentes etiológicos de outras doenças mais específicas nalguns territórios, ambientes ou circunstâncias.

Desenvolveram aplicações microbiológicas com aplicabilidade prática no progresso e desenvolvimento social: na indústria, na saúde pública (purificação e filtração de água na prevenção de epidemias como a febre tifoide ou ainda a esterilização do leite, como elemento protetor da saúde infantil), na prevenção de doenças pela produção de vacinas (raiva, anthrax, carbúnculo).

O conhecimento das doenças passava a estar cada vez mais dependente da investigação laboratorial e do médico-investigador, não apenas dentro, como fora das universidades.² O laboratório passava a ser o verdadeiro santuário da medicina positivista transformando-se não apenas num centro de aprendizagem médica, como também, de decisão e de poder. Neste espaço de excelência para a objetividade científica, a caminho da modernidade, o microscópio tornou-se o instrumento que permitia perscrutar o infinitamente pequeno onde o mundo microbiológico assumia proeminência.

O reflexo da “nova medicina” em Portugal e a contribuição de Carvalho de Figueiredo

Os ideais da “ciência de Pasteur” encontram em eco em Portugal e tiveram impacto direto não só no ensino médico, nas suas várias reformas, como também na criação de um Instituto Bacteriológico, à semelhança do Instituto Pasteur de Paris, e ainda, no desenvolvimento de um programa assistencial de higiene pelo Estado, que nos permitem enquadrar a figura de António Carvalho de Figueiredo.

Os primeiros passos para o ensino prático de microscopia terão sido dados por May Figueira (1829-1913), que tinha

² Os laboratórios de Magendie, Bernard e Pasteur são exemplo disso.

sido aluno de Jerónimo José de Melo na Faculdade de Medicina de Coimbra, e que o terá entusiasmado, pelas observações microscópicas que fizera, sobre a fisiologia dos nervos (Dias, 2013). Figueira adquiriu o seu próprio microscópio, doutorou-se em Bruxelas e estagiou com Charles Robin (1821-1885), em Paris.

Ao regressar a Lisboa, em 1857 fez observações das células hepáticas a partir de autópsias de vítimas da epidemia de febre amarela que atingiu a cidade, nesse ano. Organizou vários cursos práticos de microscopia na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa onde era professor de Clínica Médica (Celestino da Costa, 1940) e tudo indicaria que estaria em condições de iniciar uma escola de microscopia médica em Portugal. Todavia, seria necessário esperar pelos debates realizados na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa sobre as teorias pasteurianas, para que se firmasse a determinação em prosseguir esta via, na medicina portuguesa, particularmente após o sucesso de Pasteur na cura de Joseph Meister (1876-1940), em Julho de 1885. O Estado custeou o envio de três doentes para serem tratados com o soro anti-rábico de Pasteur, sob o olhar observador de Eduardo Burnay (1853-1924), delegado de saúde e professor de química da Escola Politécnica, e Eduardo Abreu (1855-1912), professor da escola médica de Lisboa, que tinha sido iniciado no gabinete de microbiologia de May Figueira.

Os resultados foram apresentados na Sociedade de Ciências Médicas no ano seguinte e Eduardo Abreu desacreditou o método de Pasteur, tal como Augusto da Silva Carvalho (1861-1957), José Joaquim da Silva Amado (1840-1925), Pedro António Bettencourt Raposo (1853-1937) e Virgílio César da Silveira Machado (1859-1927). A aceitação da utilidade clínica da medicina laboratorial não estava consolidada e dividia a classe médica. De um lado, Miguel Bombarda, Sousa Martins e Burnay; de outro, os partidários de Abreu. Ainda assim ia ganhando robustez o partido de Bombarda e, para além de Lisboa, também no Porto e em Coimbra eram dados sinais de abertura a esta nova tradição médica. Em 1885, Ricardo Jorge (1858-1939), formado na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, reuniu em livro com o título de *Hygiene Social Aplicada à Nação Portuguesa*, um conjunto de quatro conferências que proferiu intuindo a ameaça da epidemia da cólera que grassava na Europa e que, atingindo as cidades portuárias poderia também chegar a Lisboa e ao Porto, que mereciam ser alvo de um controlo sanitário urgente.

Em Coimbra fora também criado o gabinete de Microbiologia e Química Biológica da Faculdade de

Medicina, no ano seguinte, dirigido por Augusto Rocha (1849-1901), professor de microbiologia, que fora aluno de Jerónimo José de Melo (Le Pierre, 1906). Em 1891, foi contratado Charles Le Pierre,³ que começou por ser seu preparador e que o substituiu na liderança deste laboratório, dando assim uma nova dinâmica a este centro de estudos experimentais.⁴

Em Lisboa, entre 1885 e 1892, foram defendidas cinco dissertações inaugurais que denotam algum entusiasmo com que a bacteriologia atraía jovens médicos (Garnel, 2013). Deste conjunto destacou-se Luiz da Câmara Pestana, o mais entusiasta do grupo, que apresentou uma tese sobre o micróbio do carcinoma, realizado no Laboratório Municipal de Higiene de Lisboa, situado na Rua da Madalena, dirigido por José Joaquim da Silva Amado. Aqui trabalhou com Carl Flügge (1847-1923), frequentou os cursos de May Figueira na escola médica, e tornou-se preparador de Miguel Bombarda, na disciplina de Fisiologia e Histologia, depois de terminar o curso de medicina, em 1889. Nesse mesmo ano, um ofício do Ministério do Reino decretava a criação de uma enfermaria e de um laboratório para tratamento da raiva, numa ala do Hospital de S. Lázaro, então desocupada (Dias, 2013) – o laboratório bacteriológico, à frente do qual ficaria Câmara Pestana e como auxiliar, Annibal Bettencourt, aluno do 3º ano da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa (Cândido de Oliveira, 1968). Com o patrocínio da Rainha D. Amélia, Pestana foi enviado ao Instituto Pasteur de Paris para se especializar em bacteriologia,⁵ por ser considerado o médico com melhores conhecimentos para inaugurar a tradição pasteuriana na medicina portuguesa e para fundar um “laboratório microbiológico com aplicação ao ensino e à prática de higiene e da medicina” (Diário do Governo, 1892). Neste laboratório se fez a análise bacteriológica das águas potáveis de Lisboa, o tratamento da raiva e a identificação do vibrião colérico responsável pela epidemia de cólera, que atingiu a cidade, em 1894. Em 1895 recebeu o título de Real Instituto Bacteriológico e, em 1899, teve instalações próprias no edifício projectado por Pedro Romano Folque e construído a partir das ruínas de um convento de freiras franciscanas, no Campo de Santana (Cândido de Oliveira, 1968). Mas Pestana teria uma passagem fugaz pelo instituto que fundou. Sucumbiu, em 1899, vítima de peste, que contraiu

³ Charles Le Pierre (1867-1945) tinha concluído o curso de engenharia química na Escola de Física e Química Industrial de Paris, em 1887, onde fora aluno do químico português radicado em França, Roberto Duarte Silva (1837-1889).

⁴ Formado na tradição francesa, muito próximo dos microbiologistas de orientação pasteuriana, Le Pierre dedicou-se não apenas à análise das águas de consumo, de produtos suspeitos provenientes do matadouro municipal, como também das análises médico-legais, apoiando o hospital da Universidade de Coimbra.

⁵ Como consequência da má reputação de Burnay e Abreu junto de Pasteur, Câmara Pestana não foi diretamente acompanhado por si, mas por Isidore Straus (1845-1898).

numa autópsia realizada no Laboratório Municipal de Higiene do Porto, ao qual se tinha deslocado a pedido do seu amigo e admirador, Ricardo Jorge. Sucedeu-lhe no cargo o seu discípulo dilecto, Annibal Bettencourt (1868-1930).⁶

Nascia assim aquele que viria a ser considerado o instituto de investigação científica portuguesa por excelência, o Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, em 1902 (Dias, 2011), ao qual foram afluindo continuamente vários investigadores médicos com interesses em bacteriologia, parasitologia, entomologia, histologia e fisiologia, que permitiram educar a geração de 1911, alinhada com os ideais republicanos (Amaral, 2006).⁷

Tal como Annibal Bettencourt, também António Carvalho de Figueiredo, que concluiu o curso de medicina e cirurgia na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, em 1879, se terá iniciado na microbiologia experimental no gabinete de microbiologia do Hospital de S. Lázaro, ao lado de Câmara Pestana, seu mestre, juntamente com Annibal Bettencourt. Ainda que de forma discreta, Figueiredo foi uma das figuras que participou na primeira grande controvérsia realizada em torno da descoberta do agente causal da doença do sono, protagonizadas por duas missões médicas enviadas a África para estudo da doença *in locu*: a missão portuguesa enviada a Angola, em 1901, liderada por Annibal de Bettencourt, e a missão britânica enviada ao Entebe coordenada por Aldo Castellani (Amaral, 2012). O primeiro trabalho português sobre o agente da doença do sono foi realizado por Figueiredo, em 1889, num doente que faleceu no Hospital de S. José, em Lisboa (Azevedo, 1891).⁸ Ao fazer o estudo de culturas de microrganismos *post-mortem* Figueiredo identificou dois tipos de bacilos, isolados e aos pares, cilíndricos, de cadeias mais ou menos longas, parecendo *coccus* e as cadeias, *streptococcus*. Como estes resultados foram obtidos a partir de um

⁶ Sem grandes ambições de protagonismo público deixou um legado considerável na história da medicina portuguesa das primeiras décadas do século XX, num período em que a especialização médica dava os primeiros passos, pela modernização do ensino, pela criação de institutos de investigação, pela articulação das várias instituições de assistência e ainda pela criação de organismos reguladores da política científica nacional. Era uma figura de referência nacional que estabelecia relações de cooperação muito próximas com as instituições e academias científicas europeias, científicas e médicas, das quais se destaca o Instituto Pasteur de Paris, que por várias vezes validou as suas observações microscópicas. Esta filiação científica, plasmada na sua correspondência pessoal, permite-nos concluir que Bettencourt terá sido um médico-investigador reservado mas tecnicamente muito competente e admirado pelos seus pares.

⁷ Esta geração de médicos defendia a incorporação dos ideais positivistas compeanos, a reforma do ensino médico alicerçada na experimentação e na criação de hábitos regulares de publicação em revistas da especialidade nacionais e internacionais, algumas delas, entretanto criadas, bem como o corporativismo da classe médica e o seu reconhecimento extra-muros.

⁸ António Francisco de Azevedo dedicou a sua tese inaugural a António Carvalho de Figueiredo, o que denota um grande apreço pelas qualidades de investigador que lhe reconhecia.

único cadáver não foram considerados significativos, mas contribuíram para a suspeição de que a doença seria de natureza microbiana, e que o sangue e o líquido cefalorraquidiano seriam o habitat possível do agente patológico (Cagigal, Le Pierre, 1897a; Cagigal, Le Pierre, 1897b; Cagigal, Le Pierre, 1897c), assunções que a missão de Bettencourt defendeu na primeira fase da controvérsia.

Figueiredo terá sido preterido não só pelos colegas do Gabinete de microbiologia de Coimbra, que almejavam assumir protagonismo na controvérsia rivalizando com os microbiologistas de Lisboa, como também pelos seus colegas do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, que orientaram o seu programa investigação para competir no circuito internacional, não obstante terem referido a sua contribuição no relatório que enviaram ao Ministro da Marinha, em 1902 (Doença do sono, 1902). Esta suposição parece clara ao lermos uma nota que Silva Carvalho publicou em 1893, a propósito da fundação do Real Instituto Bacteriológico de Lisboa, como adiante se pode ler:

Tem a data de 14 de abril de 1889 e a assignatura do sr. José Luciano de Castro.

— Foi creado, com o conselho do sr. professor Martins, um instituto de bacteriologia e vaccinação anti rabica em Lisboa, que ficará a cargo dos srs. Camara Pestana e Bettencourt. Alegro-nos muito a ideia de que vae ter existencia legal um laboratorio onde aquelles dois trabalhadores, que tanto merceimento e dedicacão tem demonstrado no estudo da bacteriologia, possam proseguir os seus trabalhos. É um estabelecimento que muito deve concorrer para os progressos da hygiene em Portugal e cuja falta se sentia ha muito tempo, attenta a inutilidade do que se chamou gabinete d'analyses microscopicas no laboratorio municipal.

Só nos resta a pena em presenca d'este melhoramento de não vêr associado a elle o nome do sr. Carvalho de Figueiredo, o filho da Escola de Lisboa que ha mais tempo com um enthusiasmo que commove e com uma applicação inexcedivel se dedica aos estudos bacteriologicos e isto sem o incentivo, o applauso ou a animação d'alguem.

Excerto do texto de Silva Carvalho, *A Medicina Contemporânea*, 11(2), 8 janeiro 1893:11

A Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa lançaria a primeira grande reforma higienista de Ricardo Jorge (1899-1901), que definia, num quadro epidémico do país, um conjunto de normas organizativas da sociedade portuguesa pela estratificação das funções da comunidade médica, pela criação da Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública e do Instituto Central de Higiene. Os serviços de saúde dividiam-se em centrais (Inspecção Geral dos Serviços Sanitários, Repartição de Saúde e Conselho Superior de Higiene Pública) e externos (as chamadas autoridades sanitárias). O delegado de saúde (médico, com formação em saúde pública) tinha a direcção técnica dos serviços sanitários do distrito (art. 76º). A nível concelhio, havia o subdelegado de saúde (art. 74º), lugar ocupado pelo facultativo municipal, sob nomeação do Governo (art. 81º). Todas as câmaras municipais, com excepção das de Lisboa e do Porto, deviam ter pelo menos um “facultativo de partido” (art. 65º), a quem competia a assistência médico-cirúrgica da respectiva população. (Regulamento, 1902).

Carvalho de Figueiredo seguiu também os passos de Ricardo Jorge, que deu início à sua carreira como médico municipal no Porto. Dando cumprimento ao regulamento da Inspecção Geral dos Serviços Sanitários, Repartição de Saúde e Conselho Superior de Higiene Pública, assumiu funções como médico municipal, “facultativo do partido”, imediatamente após ter concluído o curso. Foi colocado em Sintra durante poucos meses e fixou-se em Loures (a sua terra-natal), a partir de 1886. Procurando dar resposta ao programa de controlo epidemiológico do país, aqui assumiu funções como subdelegado de saúde no ano seguinte (Azevedo, 1917). No lugar do Barro, junto à várzea de Loures montou um laboratório para as suas experiências cujos resultados foram referidos na tese inaugural de Câmara Pestana. Nesta época não era rara a existência de laboratórios particulares criados por analistas químicos ou clínicos, pelo país: o equipamento laboratorial era bastante simples; os laboratórios públicos não poderiam incorporar todos os investigadores, e os centros rurais encontravam-se distantes dos laboratórios centrais, nomeadamente dos laboratórios municipal de Lisboa e do Porto. Era por isso necessário garantir que em cada espaço jurisdicional estariam reunidas todas as condições para que cada delegação municipal actuasse com alguma autonomia e eficácia. Neste particular, Figueiredo estava numa posição privilegiada que lhe permitiria fazer a diferença, dado o treino em que tinha sido iniciado na escola médica, junto dos mais entusiastas médicos-investigadores, que primavam pela perfeição

das técnicas e dos métodos de abordagem experimental às mais variadas áreas disciplinares então emergentes no contexto europeu. Estava, pois, em condições de fazer a diferença, a partir do seu laboratório próprio, o que de facto concretizou. Estes requisitos constituíram o ponto de partida para o estudo da malária no concelho sob sua jurisdição, que culminou com a descrição do que pensava ser uma nova espécie de mosquito-vector, em 1904, com a designação de *Anopheles bifurcatus*, variedade *portucaliensis* (Figueiredo, 1904 a; Figueiredo, 1904 b, Figueiredo, 1904c; Oliveira, 2015). Estes resultados foram incorporados nos primeiros inquéritos sobre a epidemiologia da malária em Portugal publicados em 1906 (Jorge e Sarmiento, 1906) e a designação desta espécie foi alterada para *Anopheles petragrani* por Del Vecchio em 1939 (Del Vecchio, 1939), tendo sido incluída em 1992, no 3º suplemento ao catálogo de mosquitos do mundo (Ward, 1992: 179; Reed, 2020).

Breves conclusões

O Estado higienista da Monarquia e a especialização médica assente no poder do laboratório e nas teorias pasteurianas de doença constituem o invólucro no qual o projeto de António Carvalho de Figueiredo se insere.

Num momento em que os ecos da industrialização davam sinais de um Estado decadente, não obstante os esforços do progresso desenhados por Fontes Pereira de Melo, também a saúde era atingida na base. Estava assim condicionada a necessária renovação e modernização da medicina portuguesa, que passava pela evidência científica e pelo poder do laboratório, considerado o santuário da medicina, impregnado dos ideais positivistas e pela influência directa das grandes figuras da medicina francesa e alemã.

Em Portugal, estes ventos de mudança chegaram pela contribuição de May Figueira, considerado o introdutor da utilização do microscópio pela classe médica no final do século XIX (Celestino da Costa, 1942a), que deixou alguns seguidores, os quais, décadas depois seriam essenciais para a consolidação de uma nova abordagem nas práticas médicas (Celestino da Costa, 1942b), nas quais o microscópio desempenhava um papel por excelência. Exemplos disso são Ricardo Jorge e Câmara Pestana, que, de formas diferenciadas permitiram consolidar o Estado higienista da Monarquia Constitucional. Discípulos assumidos de Pasteur, foram os primeiros interlocutores

das teorias pasteurianas em Portugal, concretizadas na prática pela institucionalização da microbiologia, da higiene e da saúde pública, patrocinadas pelo Estado e desenvolvidas em espaços próprios, que permitiram romper com a tradição científica vigente na comunidade médica.

Foi neste contexto que Carvalho de Figueiredo desenhou o seu percurso como médico municipal e como médico de laboratório: assumiu as funções de subdelegado concelhio, num momento em que, as condições geográficas e sanitárias obrigavam a um controlo efectivo do paludismo. Serviu um Estado higienista, pela protecção e melhoria da saúde comunitária (e não propriamente a saúde do indivíduo). Acomodou-se assim ao municipalismo defendido por algumas fações do partido, para o qual a descentralização administrativa e a autoridade médica eram elementos centrais na construção de uma identidade profissional.

António Carvalho de Figueiredo foi um Homem do seu tempo. Fez um percurso singular na história da medicina experimental portuguesa (Celestino da Costa, 1942b), que lhe permitiu fazer a transição da bacteriologia, de tradição pasteuriana, para a parasitologia com o estudo dos vectores, de tradição mansoniana, no âmbito da medicina tropical. Treinado experimentalmente em Lisboa, com o escol da primeira geração de “médicos-investigadores”, adquiriu as ferramentas para poder dar continuidade à sua investigação fora do meio, no seu próprio laboratório.

Loures era uma zona rural de exploração essencialmente agrícola onde a incidência de malária assumia proporções preocupantes, dadas as condições favoráveis à proliferação e mosquitos junto à várzea. Aqui encontrou as condições ambientais ideais para o estudo dos mosquitos e para promover a melhoria das condições sanitárias da população, que estava sob sua vigilância: “a minha clínica é quase exclusivamente de camponeses, pouco cuidadosos de si quando são e até quando doentes” (Figueiredo, 1894a).

Pasteur afirmava que “dans les champs de l’observation le hasard ne favorise que les esprits préparés” (Louis Pasteur, 1854). Foi na medicina tropical que Figueiredo se iniciou ao procurar um bacilo como agente etiológico da doença do sono, e foi à medicina tropical que legou o seu nome, associado à entomologia médica e ao estudo da malária. Ainda que afastado dos centros nevrálgicos de investigação microbiológica, por opção própria ou de outrem, não deixou nada ao caso e protegeu a sua

terra-natal com o escudo da expertise médica fundada nos dois bastiões de implantação de uma nova tradição médica em Portugal, Câmara Pestana e Ricardo Jorge, os seus grandes mentores. Tinha seguramente um espírito preparado para levar mais longe o sonho de investigador e de agente de mudança para o paradigma da medicina experimental, que tinha iniciado nos laboratórios, da capital, a avaliar pelas palavras de António de Azevedo, no seu obituário: “estudioso como poucos, acompanhou sempre de perto o progresso das ciencias medicas, merecendo-lhe, porém, particular afeição os trabalhos de microscopia a que dedicava o tempo que a clinica lhe deixava livre” (Azevedo, 1917).

Deixa-nos assim um legado que continua a carecer de uma investigação mais aturada, não obstante os esforços já desenvolvidos pela Câmara Municipal de Loures, particularmente através das contribuições e iniciativas conduzidas por Ana Cristina Oliveira, incansável defensora da necessidade de conhecer cada vez melhor o espólio desta figura discreta da medicina portuguesa, que viveu num tempo histórico de grande singularidade na modernização da medicina portuguesa de novecentos.

Referências bibliográficas

Amaral, Isabel. "Bactéria ou parasita? A controvérsia sobre a etiologia da doença do sono e a participação portuguesa, 1898-1904". *História, Ciência, Saúde Manguinhos*, 19 (4) (2012):1275-1300.

Amaral, Isabel. "The emergence of new scientific disciplines in Portuguese medicine: Marck Athias's histophysiology research school, Lisbon (1897-1946)", *Annals of Science*, 63 (1) (2006): 85-110.

Azevedo, António. "António Carvalho de Figueiredo". *A Medicina Contemporânea*, 12, XIX, 1917: 89-96.

Azevedo, António. *Algumas palavras sobre a doença do somno*. Dissertação inaugural. Lisboa: Escola Medica de Lisboa, 1891.

Bariety, Maurice; Coury, Charles. *Histoire de la Médecine*. Paris: Fayard, 1963.

Bernard, Claude. *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*. Paris: J. B. Bailliere & Fils., 1865.

Bruno Latour. *Microbes : Guerre et Paix*. Paris: La Découverte, 1984.

Cagigal, António; Le Pierre, Charles. "A doença do somno e o seu bacillo". *Coimbra Medica, Revista de Medicina e Cirurgia*. 7 (30), (1897a): 465-474; 17 (31), (1897b): 17 (31), (1897c): 481-494.

Cagigal, António; Le Pierre, Charles. "La maladie du sommeil et son bacille". *Comptes Rendus de la Société de Biologie de Paris*, Paris, 28 jan. 1898: 1-3.

Cândido de Oliveira, J. *O Centenário do Prof. Annibal Bettencourt*. *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, tomo CXXXII (1-2) (1968): 1-18.

Carl Wunderlich. *Ein Beitrag zur Geschichte und Beurteilung der gegenwärtigen Heilkunde in Deutschland und Frankreich*. Bern: H. Huber, 1974: p35.

Celestino da Costa, Augusto. "A microscopia em Portugal e a evolução entre nós, das ciências biológicas que utilizam essa técnica". *Congresso do Mundo Português*, 12 (1940): 493-529.

Celestino da Costa, Augusto. "O espírito científico na medicina". *Imprensa Médica*, 8, 13 (1942a): 196-201.

Celestino da Costa, Augusto. "A microscopia em Portugal". *Imprensa Médica*, 8, 13 (1942b): 493-529.

Del Vecchio, G. Sulle varietà de *A. claviger* (bifurcatus). Nota. I. *Rivista di Parassitologia*, 3(1) (1939): 27-37.

Diário do Governo. Decreto de 29 de Dezembro de 1892.

Dias, José Pedro Sousa. "Medicina, Ciência e laboratório" in Matos, Sérgio; Ramos do Ó, Jorge. *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX*, vol. II (2013): 651-718.

Dias, José Pedro Sousa. "O Instituto Bacteriológico: espaço, instrumentos e memória da medicina laboratorial. In Lourenço, Marta; Neto, Manuel João.(coord.). *Património da Universidade de Lisboa. Ciência e Arte*. Lisboa, 2011: 137-154.

Doença Do Somno.Trabalhos executados até 6 de agosto de 1902 pela missão enviada a Angola pelo Exmo. Ministro da Marinha. Lisboa: Typographia do "Dia", 1902.

Figueiredo, António Carvalho de. *Da existência do Anopheles bifurcatus em Portugal*. Lisboa: Typographia Adolpho de Mendonça, 1904c.

Figueiredo, António Carvalho de. *Da existência do Anopheles bifurcatus em Portugal*. *A Medicina Contemporânea*. Série 2, 7, (28) (1904a): 181-188; Série 2, 7, (28) (1904b): 221-228.

Foucault, Michael. *Naissance de la clinique*. Paris: Presse Universitaire de France, 1972.

Garnel, Maria Rita. "Da Régia Escola de Cirurgia à Faculdade de Medicina de Lisboa". in Matos, Sérgio; Ramos do Ó, Jorge. *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX*, vol. II (2013): 651-718.

George Weiz, The Emergence of Medical Specialization in the Nineteenth Century, *Bulletin History Medicine*, 77 (2003): 536-575.

Jorge, Ricardo; Sarmiento, Adolpho Morais. *La Malaria en Portugal, Premiers Résultats d'une Enquête*. *Annaes De Saúde Pública Do Reino*, Inspeção Geral Dos Serviços Sanitários, Secção De Hygiene. Lisboa: Casa Portuguesa, 1906.

Jorge, Ricardo. Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública, de 24 de Dezembro de 1901, *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*, 1 (1902): 3-216.

Le Pierre, Charles. *Laboratoire de microbiologie et de chimie biologique: notice historique*. Coimbra, Imprensa da Universidade (1906).

Lichtenthaeler, Charles. *Histoire de la Medicine*. Paris, Fayard (1978).

Œuvres de Pasteur (1854). Volume 7. Compilação de Vallery-Radot, Pasteur; Louis Pasteur. Paris: Masson, 1929-1932.

Oliveira, Ana Cristina, "Da janela da minha escola - a sala de aula da várzea e costeiras - Projecto António Carvalho de Figueiredo" Comunicação apresentada no 2º Encontro Luso-Brasileiro de História da Medicina Tropical, FCT/UNL, Outubro 2015.

Porter, Roy. *The greatest benefit to mankind*. New York, W.W. Norton & Company Inc, (1997): 304-347; 397-427; 428-461.

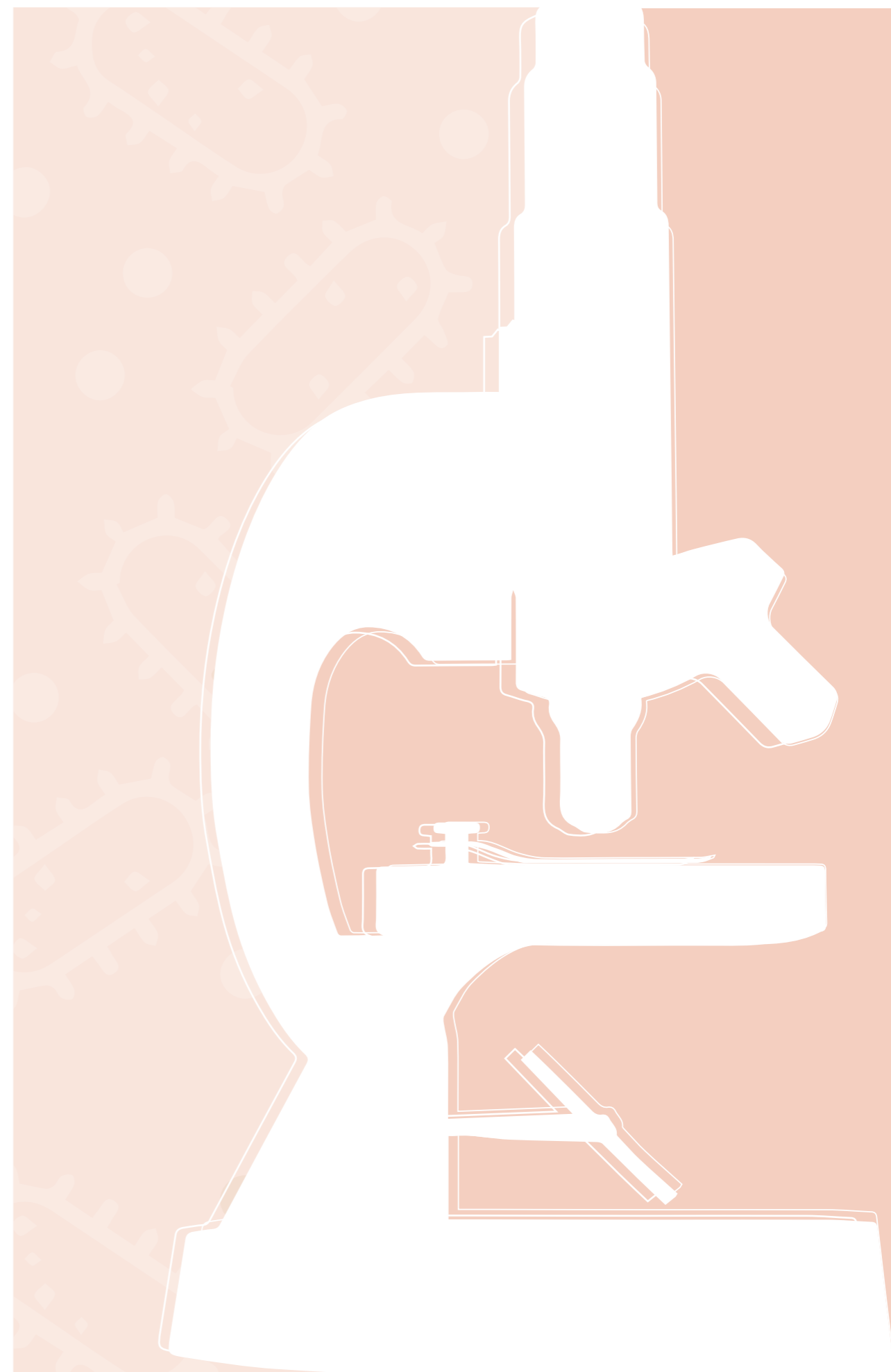
Reed, Walter. *Biosystematics Unit Website. Anopheles petragrani species page*. <http://wrbu.si.edu/vectorspecies/mosquitoes/petragrani>, consultado a 20 de Novembro de 2020.

Silva Carvalho, Augusto. *A Medicina Contemporânea*, 11(2) (1893):11

Ward, Ronald A., *Third supplement to "a catalog of the mosquitoes of the world" (diptera: culicidae)*, 24(3) (Nov. 1992): 177-229.

Conflitos de interesse

Não existem conflitos de interesse.



António Carvalho de Figueiredo, um homem de ciência no quotidiano em Loures

Ana Paula de Sousa Assunção
Conservadora Assessora Principal / Investigadora e Museóloga
paulasousagosto@hotmail.com

Maria Albertina Inácio
Investigadora local

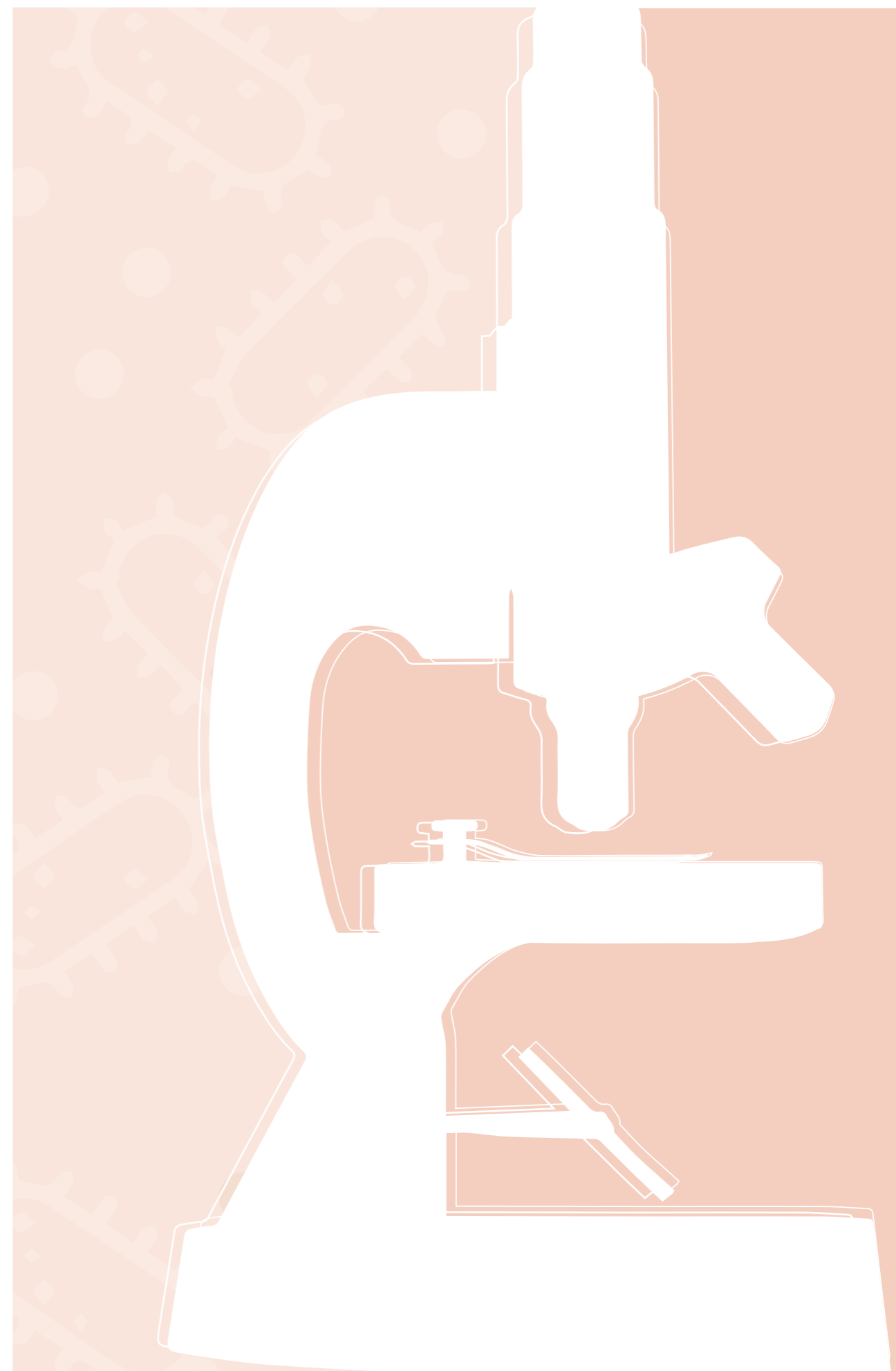
Resumo

Este artigo pretende ser um contributo para aprofundar o conhecimento do nível médico- científico praticado em Portugal na emergência do Século XX, o papel do subdelegado de saúde na gestão das moléstias e contágios e aplicação de princípios de Higienismo na vida das comunidades e a postura social que o *Distinto Médico*, Dr. António Carvalho de Figueiredo (1853-1917) assumiu enquanto cidadão.

Serão focados os registos de óbitos (1890-1900) enquanto geografia de informação sobre a saúde das localidades da freguesia de Loures; o papel assistencial e medicamentoso da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis de Loures; novo quadro da movimentação do médico e subdelegado de Saúde de grande protagonismo político e médico e, finalmente, será analisado um episódio da comunidade, ilustrativo da sua ação como cidadão e homem de ciência.



Maria Albertina Inácio e Ana Paula de Sousa Assunção



A medicina portuguesa nos hospitais britânicos durante a grande guerra

Portuguese medicine in british hospitals during the great war

Helena da Silva
Doutorada em História

Instituto de História Contemporânea - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa (IHC-NOVA-FCSH)

Investigadora FCT (IF/00631/2014/CP1221/CT0004)

helena.rfdasilva@yahoo.com

Resumo

Nos inícios de 1917 seguiram para a Flandres as primeiras tropas portuguesas, incluindo equipas de saúde. Contudo, na retaguarda, faltaram então ao exército português estruturas hospitalares para receber feridos e doentes. Esta situação levou os soldados nacionais a serem admitidos em diferentes estruturas hospitalares britânicas na Flandres.

Esta cooperação luso-britânica na área da saúde permitiu a um conjunto de médicos portugueses exercer em hospitais apetrechados de recursos materiais e humanos e contactar com colegas (médicos e pessoal de enfermagem) com uma formação e prática diferente.

Partindo de uma análise de diversas fontes provenientes do Arquivo Histórico Militar, pretendemos conhecer um pouco mais sobre a medicina portuguesa nos hospitais britânicos no teatro de guerra europeu. Neste artigo examinamos o funcionamento da cooperação luso-britânica, centrando a nossa análise no Hospital Geral 26 e no Hospital Estacionário 32 para melhor conhecer as relações estabelecidas entre profissionais de saúde e perceber qual o balanço da cooperação.

At the beginning of 1917, the first Portuguese troops headed to Flanders, including health teams. However, at the rear, the Portuguese army felt the absence of hospital structures to receive wounded and sick men. This situation led national soldiers to be admitted in different British hospital structures in Flanders. This Portuguese-British cooperation in the domain of health allowed a group of



Helena da Silva

Portuguese doctors to practice in hospitals equipped with all necessary material and human resources and to contact with colleagues (doctors and nursing staff) with a different training and experience.

By analysing a set of sources from the Portuguese Historical Military Archive, we aim to know more on the Portuguese medicine in British hospitals in the European theatre of war. In this article we examine how the Portuguese-British cooperation worked, focusing our analysis on the 26 General Hospital and on the 32 Stationary Hospital for a better understanding of the relations established between healthcare professionals and to take stock of this cooperation.

Palavras-chave

Primeira Guerra Mundial, História da Saúde, Hospitais de Campanha, Cooperação Luso-Britânica

First World War, History of Health, Campaign Hospitals, Portuguese-British cooperation

Introdução

Quando em Janeiro de 1917 as primeiras tropas embarcaram para o Norte da França, estavam longe de imaginar que na retaguarda das trincheiras o exército português encontrava-se desprovido de estruturas hospitalares para socorrer feridos e doentes. A organização inicial dos serviços de saúde do Corpo Expedicionário Português (CEP) incluía um Hospital de Medicina e um outro de Cirurgia na retaguarda, cuja constituição foi sendo adiada. Numa tentativa de suprir a falta de estruturas hospitalares na retaguarda, várias ambulâncias¹ do CEP passaram a funcionar como Hospitais de Sangue (em Merville e em Saint-Venant). Apenas a partir dos finais de 1917 foram construídos os Hospitais da Base 1 e 2, o Campo de Convalescentes e o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa, todos em Ambleteuse, que entraram tardiamente em funcionamento. Isto levou os soldados portugueses aos hospitais do RAMC² (*Royal Army Medical Corps*) na Flandres.

Neste artigo pretendemos compreender como funcionou a cooperação luso-britânica na área da saúde e como foi vista pelos médicos portugueses. Centrando a nossa análise no Hospital Geral 26 e no Hospital Estacionário 32 tentaremos perceber como foi trabalhar nestes hospitais, quais as relações estabelecidas entre profissionais de saúde e qual o balanço desta cooperação. Tendo em conta que o estudo dos Serviços de Saúde portugueses na Grande Guerra está ainda pouco trabalhado, esta análise revela apenas alguns pontos da cooperação luso-britânica durante o conflito, numa perspectiva portuguesa com base em fontes do Arquivo Histórico Militar (PT AHM).

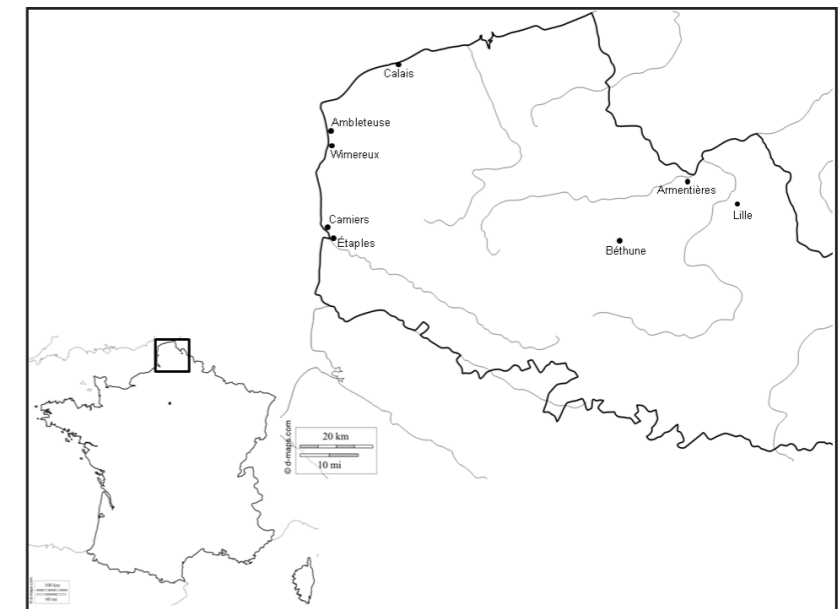
Análise

Ainda antes da partida das tropas de Lisboa, foi debatida a cedência pelos ingleses do Hospital Geral 18 em Etaples (Mapa 1). O Chefe dos Serviços de Saúde da Base, o Major-

¹ Grandes postos de socorros que acompanhavam os movimentos das tropas, chegando o CEP a ter 9 ambulâncias em 1917 (Martins, 1936, 24-27).

² O RAMC incluía hospitais britânicos, australianos e canadianos.

médico Eduardo Augusto Pimenta, achava inconveniente o uso de barracas de lona para alojar os portugueses devido ao clima ser pouco ameno (Marques, 2004, 199; PT AHM-DIV-1-35A-1-01-0027). Já em Março de 1917, numa carta dirigida ao Coronel Carr, seu congénere britânico, Eduardo Pimenta dava conhecimento do número importante de tropas portuguesas doentes e da necessidade de terem o seu próprio hospital. Pedia ainda que o hospital lhes fosse entregue rapidamente pois com o final do Inverno as objecções anteriormente levantadas já não constituíam um problema após efectuarem algumas modificações necessárias (PT AHM-DIV-1-35-1416-5). Numa outra carta, Eduardo Pimenta insistia na “urgência de se ter um hospital português” (sic) para pôr fim à disseminação dos doentes por diferentes estruturas, “d’onde só em casos extremos nos chegam notícias da sua situação, não havendo em alguns médicos portugueses” (PT AHM-DIV-1-35-1416-5). Apesar do interesse demonstrado, o Hospital 18 nunca seria cedido aos portugueses, mas aos americanos, em Junho de 1917 (Carvalho, 2013, 134).



Mapa 1 – Alguns pontos de referência no sector português na Flandres
<http://www.d-maps.com/m/europa/france/nord/nord08.gif> modificado.

Como consequência desta situação, os portugueses foram sendo admitidos em diferentes estabelecimentos hospitalares britânicos, segundo o acordo estabelecido entre as duas nações. Este definia que os portugueses seriam tratados nas suas formações hospitalares excepto se estas não tivessem capacidade. Neste caso, seriam admitidos em estabelecimentos ingleses “onde o governo português faria apresentar médicos do seu exército, para colaborarem com o serviço britânico no seu tratamento”. Para o Coronel-médico Álvaro Martins, a responsabilidade portuguesa era “pesada”

devido à inexperiência nacional face aos serviços britânicos “maravilhosamente apetrechados e preparados não só pela riqueza dos seus recursos materiais como pelo valor da instrução especializada do seu pessoal, a qualidade superior da sua elite dirigente, da sua ciência, da sua incomparável higiene” (Martins, 1936, 3). Martins conhecia os estabelecimentos britânicos pois exerceu entre 21 de Fevereiro e 13 de Abril de 1917 no Hospital Geral 7 e em Junho do mesmo ano efectuou uma “missão de estudo às formações sanitárias inglesas da frente” (PT AHM-DIV-1-35A-1-01-0077).

Este Coronel-médico não poupou elogios aos hospitais britânicos, descrevendo as tendas com aquecimento, iluminação eléctrica, soalho de madeira, casas de banho e outras comodidades que muitos soldados portugueses não teriam nas suas próprias casas e mostrou-se surpreendido pela “limpeza meticulosa”. A partir de Fevereiro de 1917, Martins começou a enviar médicos portugueses para os hospitais britânicos (Martins, 1936, 14-15). Nas diversas fontes consultadas, encontramos referência a quatorze estruturas hospitalares do RAMC (Tabela 1) onde terão exercido, pelo menos, 40 médicos portugueses.

Tabela 1: Estabelecimentos hospitalares do RAMC onde exerceram médicos do CEP

Estabelecimento	Localidade
Depósito Convalescentes 6	Étaples
Hospital Estacionário 14	Wimereux
Hospital Estacionário 32	Wimereux
Hospital Estacionário 39	Aire-sur-La Lys
Hospital Geral 3	Camiers
Hospital Geral 4	Camiers
Hospital Geral 7	St. Omer
Hospital Geral 18	Camiers
Hospital Geral 24	Étaples
Hospital Geral 26	Étaples
Hospital Geral 35	Calais
Hospital Geral 51	Étaples
Hospital Geral 54	Wimereux

Fonte: PT AHM-DIV-1-35-679, PT AHM-DIV-1-35-1416-5, PT AHM-DIV-1-35-412-01, PT AHM-DIV-1-35A-1-01-002, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0755, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0413, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0398, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0734, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0758, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0410, PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0409, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0757, PT AHM-DIV-1-35A-1-01-0077, Carvalho, 2013, 219-220.

Ao longo de 1917, muitos médicos portugueses exerceram nos hospitais do RAMC passando depois para os portugueses; alguns em apenas um estabelecimento, enquanto que outros conheceram vários hospitais britânicos, chegando um médico a exercer em cinco locais diferentes. Foi o caso de Alexandre Cancela de Abreu, natural de Cabeceiras de Basto, filho de Abel de Matos e Maria José Cancela de Abreu, casado e residente em Lisboa quando embarcou a 14 de Fevereiro de 1917 como Alferes-médico. Foi primeiro colocado no Hospital Geral 18 em Camiers a 22 de Fevereiro exercendo ali até 24 de Junho quando foi transferido para o Hospital Geral 4 na mesma localidade. A 19 de Julho foi para o Hospital Geral 24 em Étaples, tendo gozado uma licença a 3 de Setembro. Ao regressar, a 21 de Setembro, foi enviado para Wimereux para o Hospital Estacionário 32 onde ficou até 6 de Abril de 1918 quando foi transferido para o Hospital português da Base 1 em Ambleteuse. Na sua folha é referido que “é dos médicos que mais tem trabalhado nos hospitais ingleses” (PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0411).

Este caso revela como um médico podia ser destacado para um hospital menos de um mês ou vários meses. As razões por detrás destas transferências não são referidas, mas podiam prender-se às necessidades do serviço, relacionadas com a evolução das tropas no terreno. Por outro lado, os lugares disponíveis e a especialidade de cada médico podiam também levar a alterações. Contudo, não podemos descartar a hipótese de alguns médicos pedirem para mudar de hospital por estarem insatisfeitos ou ainda que as próprias autoridades britânicas tenham aconselhado algumas alterações.

Raúl de Carvalho³ menciona nas suas memórias que, em Abril de 1917, o Chefe do Estado-Maior queria os médicos portugueses nos hospitais ingleses, enquanto que o Chefe dos Serviços de Saúde se mostrava reticente, declarando “que não quer mais ninguém lá, que os nossos médicos são para trabalhar nos nossos hospitais e não para serem criados dos ingleses (...) mas estou a ver que vamos todos lá parar”. Assim, a falta de hospitais portugueses e o envio de médicos para os estabelecimentos estrangeiros não agradava a todos. Aliás o próprio Raúl de Carvalho,

³ Nasceu a 17 de Outubro de 1888 em Lisboa, filho de Manuel de Carvalho e de Maria da Boa Hora Carvalho. Formou-se em medicina pela Faculdade de Lisboa em 1913, especializando-se em análises clínicas. Como se dedicava à investigação, tinha pouca prática clínica quando partiu para França a 24 de Março de 1917 como analista, sendo depois nomeado Director do Laboratório Geral da Base do CEP. (Carvalho, 2013, 13-14; PT AHM-DIV-1-35A-1-02-0399).

médico-analista, que terá passado pelo laboratório do Hospital Geral 24 em Étapes, efectuou várias críticas negativas aos ingleses começando pela recepção que teve, e destacando a falta de profissionalismo de alguns colegas e os insuficientes recursos técnicos, contrariando o discurso elogioso de outros médicos. Segundo Carvalho, quando chegou ao Hospital Geral 24 não tinha onde comer nem dormir, mencionando que era também o caso de Júlio Sousa Refoios e Henrique Roquette nos respectivos hospitais, uma situação “puramente indecente” acrescentando, “éramos médicos e não pedaços de qualquer coisa que se impingisse assim para casa dos outros sem os prevenir”. Segundo ele, para os ingleses, o conforto dos pacientes era prioritário ao do pessoal, sendo que nalguns hospitais os médicos dormiam em barracas de lonas sem aquecimento (Carvalho, 2013, 49-50, 57). Efectivamente, nas estruturas hospitalares onde havia apenas um médico português, tornava-se complicado formar uma messe e, nestes casos, os médicos estavam autorizados a comer nas messes dos colegas ingleses sob pagamento da alimentação. O pagamento incluía uma quantia fixa (51,50 francos em Dezembro de 1917 no Hospital Estacionário 32) e uma quantia variável consoante os extras como vinho, tabaco, lavagens de roupas, recebendo depois reembolso da parte do Exército Português. Quanto ao alojamento, nalguns casos era gratuito, como no Hospital Estacionário 39, enquanto noutros o aluguer era um encargo para os médicos, como no Hospital Geral 54 (PT AHM-DIV-1-35-679).

Relativamente à falta de profissionalismo, segundo Carvalho, o pessoal de enfermagem era bom contrariamente ao médico que era “feito à pressa, pouco competente, (...) pouco experiente.” Este assistiu a “verdadeiros horrores de técnica bacteriológica” pois alguns médicos usavam o mesmo fato em serviço como para comer, sem bata e sem efectuarem uma correcta desinfecção das mãos (Carvalho, 2013, 51, 57). Nas memórias de Carvalho há outros episódios que deixam compreender que as relações entre portugueses e ingleses nem sempre foram fáceis.

Outros documentos mostram algumas desilusões relacionadas com o serviço. Na parte cirúrgica os médicos declaravam ter bastante independência, chegando a operar feridos ingleses, mas na parte de medicina geral “queixaram-se de que não faziam coisa alguma” e de “restricta liberdade de acção” (PT AHM-DIV-1-35-1416-5). Efectivamente, os médicos portugueses nos estabelecimentos do RAMC ficavam sob a sua direcção, o que nalguns casos pode ter gerado conflitos e desilusão de ambas as partes. Infelizmente, apenas conhecemos a versão portuguesa relativamente aos serviços dos médicos portugueses, que pode ter sido alterada.

Tudo indica que houve um cuidado na selecção do pessoal enviado para os estabelecimentos do RAMC. Em Outubro de 1917, o chefe da equipa portuguesa no Hospital Geral 54, em Wimereux, informou que o Alferes-médico Artur Alves Ferreira não tinha dado “suficientes provas de capacidade científica”, pois faltava-lhe “prática de clinica hospitalar” e era “extremamente doente”, sugerindo que fosse colocado num serviço de menor responsabilidade. Foi decidido que este Alferes-médico ficaria no Posto Sanitário da Base até os hospitais portugueses entrarem em funcionamento. Segundo Eduardo Pimenta, era necessário ser “meticuloso” na selecção dos médicos que deviam estar “à altura das responsabilidades científicas” que assumiam (PT AHM DIV-1-35-1416-5). Talvez resultado desta selecção, os médicos portugueses contribuíram para modificar a imagem que os ingleses tinham deles, pois inicialmente “mostraram não ter grande confiança nos nossos médicos, principalmente nos subalternos, talvez por julgarem estes pouco experientes” (Marques, 2004, 198). Os bons serviços portugueses foram referidos em vários casos, como pelo responsável do Hospital Geral 35 que considerava o Alferes-médico Manuel Joaquim Teixeira de Queiroz muito capaz e declarava-se “muito triste se fosse privado dos seus serviços”. Já Carlos Santos foi responsável de todo o serviço de radiografia do Hospital Geral 26, “melhorando e aperfeiçoando” este serviço. Aliás, em Dezembro de 1917, o Chefe dos Serviços de Saúde mencionava as “notas elogiosas que muito honram os serviços de saúde portugueses” e a “boa impressão” causada pelos médicos ao serviço deste hospital (PT AHM-DIV-1-35-1416-5).

Para percebermos um pouco melhor esta cooperação, focámos a análise no Hospital Geral 26 em Étapes⁴, composto por um edificio central com quatro enfermarias cirúrgicas, duas salas de operações, uma sala de raios-X, um laboratório e outras dependências. Inicialmente tinha ainda 31 enfermarias em madeira, incluindo para doenças dermatológicas e do foro mental (Meynell, 1996, 43-47). Neste hospital foram registadas 3.248 admissões portuguesas entre Fevereiro e Setembro de 1917. Durante este período, nove médicos portugueses exerceram neste hospital e ainda o farmacêutico Rodrigo Esteves Gusmão⁵. Um relatório relativo aos serviços portugueses neste hospital

⁴ Começou a funcionar a 28 de Junho de 1915, sendo então um dos três grandes hospitais do RAMC com capacidade para 1.040 camas, posteriormente aumentada para 2.010. (RAMC/728/2/2, RAMC/728/2/3-7).

⁵ Na equipa portuguesa estava Reinaldo dos Santos, Luís Balmaseda Aires, Fernando David Martins Pereira, Augusto da Cunha Lamas, Fernando Freitas Simões, Alonso Vasques Domingues, Ângelo Barbedo Soares, Luís Pinto de Figueiredo e Carlos Santos (PT AHM-DIV-1-35-1416-5).

foi elaborado por Reinaldo dos Santos⁶ em Setembro de 1917. Quando este chegou ao hospital a 24 de Fevereiro já havia doentes portugueses, chegando a ocupar 150 camas. No relatório, Reinaldo dos Santos efectuou algumas críticas ao reencaminhamento dos soldados até ali serem admitidos, bem como ao facto de muitos chegarem sem informações clínicas. Como lacuna destacou a falta de bacteriologistas, nomeadamente na equipa portuguesa. Mas, de forma geral, o relatório é bastante positivo e elogioso.

Os médicos portugueses adaptaram-se à organização geral do hospital que estava dividido numa secção médica e numa cirúrgica. Reinaldo dos Santos referiu que os dois chefes ingleses demonstraram “boa vontade e um espírito de colaboração na resolução duma serie de dificuldades” e destacou a competência dos médicos especialistas ingleses.

Quanto ao Director do Hospital, o Coronel H.E.Cree, colaborou de forma positiva, pois instruiu o pessoal menor português e tolerou as falhas cometidas devido à falta de experiência deste mesmo pessoal. Quanto às enfermeiras inglesas, Reinaldo afirmou que “a proficiência, o carinho e a dedicação com que elas trataram os nossos doentes e feridos merecem a nossa admiração e gratidão” (PT AHM-DIV-1-35-1416-5). Já os soldados portugueses admitidos neste hospital sempre mostraram respeito para com elas⁷.

No Hospital Geral 26, os médicos portugueses colaboraram também no tratamento de pacientes ingleses, tendo assistido 1.461 feridos e realizado 370 operações. Este número não foi superior devido à importante carga de trabalho com os soldados portugueses. Por último, Reinaldo dos Santos congratula-se de dizer que introduziu novos métodos no tratamento de fracturas e feridas dos membros inferiores e um novo aparelho que, pelos resultados positivos, foram aprovados pelos cirurgiões ingleses (PT AHM-DIV-1-35-1416-5).

Segundo este relatório, a cooperação luso-britânica foi benéfica para ambos os países, juntando esforços, trocando conhecimentos e técnicas com o intuito de melhorar os cuidados prestados aos soldados aliados.

⁶ Nasceu a 3 de Dezembro de 1880 em Vila Franca de Xira, filho do médico Clemente José dos Santos e de Maria Amélia Pinheiro dos Santos. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Lisboa em 1903, especializando-se em cirurgia e urologia. Entre outros, foi director dos serviços cirúrgicos da base durante a Grande Guerra e pelos seus serviços recebeu a *Distinguished Service Order* (Souto, 1971, 20-22).

⁷ Podemos questionar sobre os contactos entre soldados portugueses e enfermeiras inglesas, nomeadamente se as diferenças linguísticas e culturais terão causado dificuldades. Convém referir que em Portugal, no mesmo período, as enfermeiras laicas não tratavam homens por questões morais.

A situação terá sido semelhante no Hospital Estacionário 32⁸, em Wimereux, onde os serviços médicos portugueses estiveram presentes entre 4 de Setembro de 1917 e 30 de Abril de 1918, quando os últimos pacientes e médicos portugueses foram transferidos para o Hospital da Base 1. Em Maio de 1918, um relatório foi elaborado também por Reinaldo dos Santos, chefe da equipa portuguesa neste hospital, que tinha capacidade para 1.000 camas distribuídas no edifício, em barracas de madeira e tendas.

As condições de hospitalização eram consideradas “excelentes”, com enfermarias aquecidas e confortáveis (PT AHM-DIV-1-35-1416-5). Durante estes oito meses, a secção portuguesa ocupou três enfermarias de medicina e três de cirurgia (Marques, 2008, 423-424), onde foram hospitalizados 3.910 portugueses, tratados por oito médicos compatriotas⁹.

Segundo o relatório, a intervenção dos oficiais ingleses na organização e regulamentação interna foi “discreta”, sendo vista como um sinal de confiança. Aliás, Reinaldo destacou a colaboração activa e “intima” entre portugueses e ingleses, que honrou o país e a classe médica e foi benéfica tanto para os doentes como para os Serviços de Saúde. Esta colaboração foi ainda elogiada pelo Director do Hospital, o Coronel William Eames¹⁰. Neste hospital, os médicos portugueses tiveram a ocasião de experimentar o soro anti-gás inglês “cedido pelo capt. Lindsay” num ferido do ataque de 9 de Abril (La Lys) que sofria de gangrena gasosa na parte superior da coxa. As probabilidades de sobrevivência eram poucas, mas depois de lhe ter sido administrado o soro foi operado e começou a melhorar rapidamente. Considerado um caso de sucesso, foi dado a conhecer ao *Medical Research Committee*, que reunia as informações relativas ao uso experimental deste soro e foi sugerido por Reinaldo que os médicos portugueses realizassem mais ensaios.

Quanto à relação estabelecida com o Director do Hospital, foi descrita como muito positiva pela simpatia, boa vontade, consideração e pelo “elevado espírito de conciliação e

⁸ Hospital voluntário fundado em Setembro de 1914 por Lady Dudley com pessoal médico e de enfermagem australiano, residente em Inglaterra, por isso conhecido como Hospital Voluntário Australiano. Inicialmente situado em St. Nazaire, estabeleceu-se depois em Wimereux e em Julho de 1916 passou a ser gerido pelo RAMC mantendo o mesmo director, William Eames (Horner, 1981).

⁹ Além de Reinaldo dos Santos integraram a equipa portuguesa A. Maia, Alexandre Cancela de Abreu, António Flores, Augusto da Cunha Lamas, Carlos Faria Moreira Ramalhão, Júlio Coutinho de Sousa Refoios e Leonardo Castro Freire (PT AHM-DIV-1-35-1416-5).

¹⁰ William L'Estrange Eames (1863-1956) dirigiu o Hospital Estacionário 32 desde a sua abertura até ao seu encerramento. Pelos seus serviços foi-lhe atribuída a Ordem de Avis, entre outras condecorações (Horner, 1981).

tolerancia, para harmonizar as exigências opostas de condições e organizações diferentes”. Reinaldo acrescentou que o Director “procurou sempre que nada faltasse aos nossos doentes”, tentando garantir o seu conforto. Aquando da abertura do Hospital da Base 1, o Coronel Eames tentou ajudar a ultrapassar algumas dificuldades, nomeadamente através dos seus conselhos e ainda oferecendo a colaboração do pessoal do seu hospital. Reinaldo fez ainda referências ao Capitão Salmond do serviço de radiografia, descrevendo-o como “tão competente quanto amável na prontidão em radiografar”, e agradeceu a colaboração dos restantes médicos responsáveis pelo laboratório e pelas secções médica e cirúrgica. Por último, não poupou elogios ao pessoal de enfermagem, nomeadamente à enfermeira-chefe, Miss Congleton, pela sua “dedicação e competência”, acrescentando que “foi sempre d’uma solicitude e d’um carinho que não seria possível exceder” (PT AHM-DIV-1-35-1416-5).

O optimismo que marca estes dois relatórios pode bem ter sido exagerado sobretudo se considerarmos que Reinaldo dos Santos simpatizaria com os ingleses, segundo Raúl de Carvalho. Para este, Reinaldo “fez-se deles capacho e não se importou mais com os seus compromissos nem responsabilidades” tendo quase deixado o serviço médico português sob tutela inglesa (Carvalho, 2013, 71-72). Se tivermos em conta a desconfiança de Carvalho para com os ingleses, estas afirmações devem também ser consideradas ao de leve.

Conclusão

Apesar das críticas elaboradas por Raúl de Carvalho à presença de médicos portugueses nos hospitais britânicos e aos serviços destes últimos, a cooperação luso-britânica terá sido positiva. No caso específico dos hospitais da retaguarda analisados neste artigo, os contactos entre médicos portugueses e britânicos terão sido profícuos e isto para ambas as partes. Os britânicos ficaram com uma melhor imagem da medicina portuguesa e beneficiaram de cuidados médicos dispensados aos seus soldados, como no Hospital Geral 26.

As vantagens colhidas foram superiores para o lado português, considerando que esta cooperação permitiu colmatar a falta de estruturas hospitalares na retaguarda.

Assim, os médicos portugueses ficaram a conhecer o funcionamento dos hospitais militares do RAMC. Por outro lado, ficaram a conhecer directamente o trabalho das nurses que tanto elogiaram e cobiçaram. Esta cooperação contribuiu também para experimentar novos tratamentos e técnicas, e aceder a novas substâncias terapêuticas, às quais os médicos portugueses não teriam acesso sem esta colaboração.

De qualquer das formas, vários médicos portugueses que estavam na retaguarda puderam participar nas Conferências Cirúrgicas Inter-Aliadas de Paris, apresentando relatórios das intervenções inovadoras efectuadas, constituindo parte da formação contínua deste grupo de médicos. Por último, não podemos deixar de imaginar que a presença dos médicos portugueses nas estruturas hospitalares britânicas terá sido marcada por um conjunto de contactos e trocas informais, nomeadamente nas messes. Ali seriam provavelmente debatidos casos clínicos e trocadas impressões sobre as terapias possíveis. Podemos ainda questionar se as diferenças culturais e linguísticas terão constituído de alguma forma um obstáculo nesta cooperação ou criado dificuldades nos cuidados aos soldados.

Agradecimentos

Projecto IF/00631/2014/CP1221/CT0004 financiado pela FCT.

Referências bibliográficas

Carvalho, Raul. *Quando Raúl foi à guerra, memórias de um médico português na I guerra mundial*. Lisboa: Matéria-Prima Edições, 2013.

Horner, David. "Eames, William L'Estrange (1863-1956)". In *Australian Dictionary of Biography*. s/l: National Centre of Biography, Australian National University, 1981, acessado a 8 de Março de 2017, <http://adb.anu.edu.au/biography/eames-william-lestrange-6076/text10403>.

Marques, Isabel Pestana. *Das Trincheiras com Saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

Marques, Isabel Pestana. *Memórias do general 1915-1919*. Viseu: Sacre, 2004.

Martins, Álvaro. *Tropas do 1º Grupo de Companhias de Saúde em França na Grande Guerra (1917-1919)*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1936.

Meynell, E. W. "Some Account of the British Military Hospitals of World War I at Etaples, in the orbit of Sir Almroth Wright". *Journal of the Royal Army Medical Corps* 142 (1996): 43-47, acessado a 9 de Março de 2017, <http://jramc.bmj.com/content/142/1/43>.

PT AHM-DIV-1-35A-1 (vários boletins individuais)

PT AHM-DIV-1-35-412-01

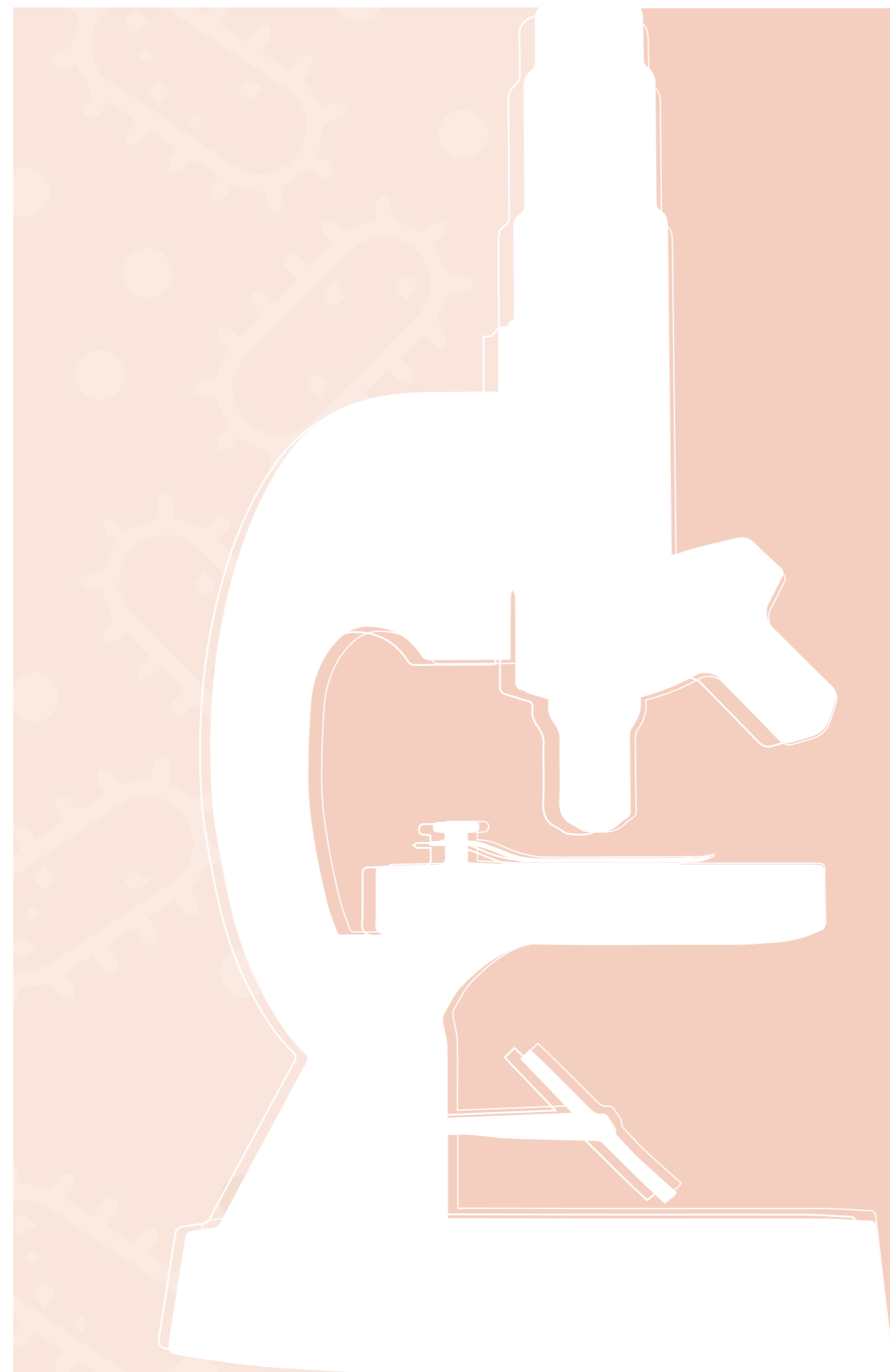
PT AHM-DIV-1-35-679

PT AHM DIV-1-35-1416-5

RAMC/728/2/2, acessado a 22 de Março de 2017, <http://wellcomelibrary.org/item/b18453582>.

RAMC/728/2/3-7, acessado a 22 de Março de 2017, <http://wellcomelibrary.org/item/b20159602>.

Souto, António Meireles do. *Elogio do Professor Doutor Reinaldo dos Santos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1971.



As condições higiénico-sanitárias em Coruche entre o século XIX e o início do século XX

Hygienic and sanitary conditions in Coruche (Portugal) between the 19th and early 20th centuries

Ana Maria Diamantino Correia
Doutoranda em História Contemporânea pela FLUC
Investigadora colaboradora do CHSC
anamariadcorreia@gmail.com

Resumo

Durante todo o século XIX, e à semelhança de outras localidades do país, Coruche debatia-se com carências e problemas de várias ordens, que expunham a saúde das pessoas a inúmeros perigos. Sendo a Câmara Municipal a entidade local com responsabilidades diretas na promoção da saúde pública, era da sua competência promover as mais básicas necessidades da população.

Neste contexto, dá-se a conhecer a perceção e a sensibilidade das autoridades coruchenses para as questões da saúde pública, bem como medidas tomadas no sentido de contrariar hábitos perniciosos e profundamente enraizados no quotidiano da população, alguns ainda praticados no decorrer do século XX.

Abstract

Throughout the 19th century, and like other localities in the country, Coruche (Portugal) struggled with various needs and problems, which exposed people's health to countless dangers. Since the city council was the local entity with direct responsibilities in promoting public health, it was within its competence to provide for the most basic needs of the population.

In this context, we studied the perception and sensitivity of the local authorities to public health issues. We also addressed the measures taken to counter pernicious habits deeply rooted in the daily life of the population, some of which still practiced during the 20th century.



Ana Maria Diamantina Correia

O conceito de higiene e asseio difere em larga medida do tempo e do espaço em que vivemos. Assim, a conceção de limpeza (ou a sua ausência), num tempo não muito distante do nosso, colidiria, certamente, com a noção atual de cuidados básicos de higiene partilhada pela maioria da população ocidental. A alteração destes conceitos e consequentes práticas, traduzida em benefícios significativos na saúde e bem-estar da população, operou-se de forma lenta e com muitos avanços e recuos, baseada numa morosa educação sanitária.

Neste texto pretende-se dar a conhecer as condições higiénico-sanitárias em que vivia a população do concelho ribatejano de Coruche durante o século XIX e o início do século XX¹, realidade que, ao contrário de lhe ser exclusiva, espelha um cenário comum a todo o país, mesmo nos centros urbanos de Lisboa e Porto. De uma maneira geral, a maioria da população portuguesa, rural e analfabeta, debatia-se quotidianamente pela sobrevivência imediata, não só pela parca e deficitária alimentação, pelo mau alojamento, mas também pela exposição continuada a condições higiénicas deploráveis, tanto individuais como coletivas, adversas à manutenção da saúde pública.

Como ainda hoje, era às câmaras municipais, enquanto entidade próxima da população, que cabia a responsabilidade de assegurar e manter o estado sanitário nos seus concelhos.

¹ Este texto tem por base a investigação publicada na obra *A saúde pública no concelho de Coruche: instituições, agentes e doentes (1820-1910)*, editada pela Câmara Municipal de Coruche/Museu Municipal em 2015.

Além destas, existia durante o período em análise a figura do administrador do concelho, representante local do poder central, que não tendo funções executivas, sobre ele recaía, entre outros, o dever de fiscalizar o cumprimento das medidas higiénico-sanitárias.

A resolução de muitos dos problemas que diariamente expunham a saúde das populações a inúmeros perigo, era muitas vezes secundada pelas autoridades locais, resguardando-se nos exíguos orçamentos, como sucedia em Coruche, cuja solução, segundo argumentavam, acarretaria um esforço superior ao disponível em orçamento.

No período em questão, também às câmaras municipais era atribuída a competência de integrarem, entre o seu corpo de funcionários, os chamados *médicos do partido* ou *facultativos municipais*. Todavia, como veremos adiante, o seu número era sobejamente insuficiente face às necessidades da população, que permanecia desamparada no que concerne à assistência médica.

Higiene insuficiente e a manutenção de velhos hábitos

À semelhança de outras localidades do país, também a vila de Coruche e as demais povoações do concelho se debatiam com carências e problemas de várias ordens, com consequências graves para a saúde pública.

Ora, um dos problemas mais recorrentemente tratados nas reuniões de vereação da edilidade coruchense era a conservação das ruas limpas. Esta preocupação passada a escrito colocava em evidência que “as ruas da vila [se encontravam] em péssimo estado de limpeza”², “num estado vergonhoso”³ e que “a limpeza continua[va] a ser feita o pior possível”⁴, de que resulta a punição do zelador, responsável por este serviço.

² Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coruche (doravante, AHCMC), *Actas da vereação*, 1880-1885, sessão de 17.07.1884, fl. 158.

³ *Idem*, sessão de 05.07.1883, fl. 116v.

⁴ *Idem*, sessão de 16.03.1882, fl. 61.

Neste sentido convergem igualmente as chamadas de atenção da imprensa periódica coruchense em 1890, salientando que “é costume muito em uzo aqui, abandonar os cadáveres dos animais em qualquer lugar próximo ou não da povoação. Ainda há bem poucos dias, junto ao Sorraia Velho, se deu esse caso. Allí esteve o cadáver de um cavallo, em decomposição, servindo de pasto aos cães.

Parece-nos que bem fariam as autoridades, coibindo estes abusos, tanto mais que na presente ocasião abundam algumas doenças de carácter epidémico”⁵. Na edição seguinte, o mesmo jornal refere que “é costume antigo fazer montureiras [de estrume] em qualquer sitio, mesmo no centro da povoação. [...] Em casas próximas d’aquella montureira manifestaram-se ultimamente alguns casos de febres de carácter suspeito, e parece-nos que, segundo os mais elementares principios de hygiene, devia ser immediatamente removido aquelle foco de infecção”⁶.

Atente-se que também as autoridades infringiam muitas vezes as regras por si impostas à população. Tal sucedeu na Câmara de Coruche ao ser acusada em 1910 de colocar em perigo a saúde pública dada a inapropriada localização da sua estrumeira⁷. Esta resultava da recolha de estrume por parte da edilidade e transportado em carroças para um local que, à partida deveria ser periférico, fora dos limites da vila, sendo posteriormente vendido para ser usado na agricultura.

A acumulação de toda e qualquer espécie de detritos, onde se incluem os diferentes resíduos domésticos, lançados por todos e sem qualquer pudor para a rua, atraindo moscas, mosquitos, piolhos, pulgas, ratos e ratazanas, era uma verdadeira ameaça à saúde da população, o que acontecia no mais pequeno lugar, mas também nos aglomerados de maior dimensão. São disso exemplo as descrições acerca das lamas, dos dejetos, do lixo e de toda a espécie de animais que coexistiam com os habitantes da cidade de Lisboa⁸. Às autoridades cumpria-lhes combater

⁵ *O Coruchense*, ano 1, n.º 3, de 19.11.1890, p. 3.

⁶ *O Coruchense*, ano 1, n.º 4, de 26.11.1890, p. 3.

⁷ AHCMC, *Actas da vereação*, 1910-1911, sessão de 10.09.1910, fl. 10.

⁸ Isabel Mendes Drumond Braga, *Assistência, saúde pública e práticas médicas em Portugal: séculos XV-XIX*, Universitária Editora, Lisboa, 2001, pp. 129-134, referindo-se às primeiras décadas do século XIX.

e alterar velhos hábitos, editando posturas, afixando editas, estabelecendo multas.

Por esta razão, e por serem estes animais os principais agentes de disseminação da peste, a Câmara de Coruche estipulou, em sessão de 07.11.1910, firmando-o no código de posturas municipais (art.º 17.º), a obrigatoriedade dos lavradores, seareiros, fazendeiros e moradores no concelho de apresentarem, entre janeiro e fevereiro de cada ano, 12 ratos ou ratazanas ao secretário camarário, de quem receberiam a respetiva nota de entrega⁹. O seu incumprimento conferia uma multa de 500 réis. Por cada dúzia de ratos entregues, a Câmara pagava 20 réis e por cada dúzia de ratazanas 40 réis, valores logo aumentados na sessão de 21.11.1910, fixando-se este em 5 réis por cada rato e 10 réis por cada ratazana¹⁰.



Recibo do cumprimento da postura dos ratos, na freguesia do Couço (concelho de Coruche), em 1916. Museu Municipal de Coruche/Fundo Vidigal Pais

⁹ AHCMC, Actas da vereação, 1910-1911, sessão de 07.11.1910, fls. 31 e 31v. Posturas postas em vigor pela Comissão Municipal Administrativa do concelho de Coruche durante parte da sua gerência em 1910 e 1911. Coruche, 1911.

¹⁰ AHCMC, Actas da vereação, 1910-1911, sessão de 21.11.1910, fl. 38.



A frequente convivência entre pessoas e animais era uma realidade, o que acarretava prejuízos graves para a saúde pública. Embora houvesse claramente consciência destes problemas, denunciados quer nas atas da vereação quer nas páginas dos periódicos locais, a sua solução tardou, mantendo-se até meados do século XX. Referimo-nos, no caso de Coruche, por exemplo, à criação de aves de capoeira e rodeios de porcos nas artérias da vila e, durante

o verão, no leito seco do rio Sorraia. Já em março de 1899 ficou registado que:

“a Câmara reconhecendo ser urgente pôr cobro a um certo número de abusos e mesmo para melhorar quanto possível com as forças do Município, as condições hygienicas da povoação, deliberou por unanimidade [...] mandar affixar editaes prohibindo [...] ter porcos em rodeios, estrumeiras e outros quaes quer objectos nocivos à saude publica dentro dos limites da área desta vila, bem como [...] a matança de porcos na via publica”¹¹.

Contudo, esta é uma questão ainda por resolver em 1926, uma vez que o assunto surge no capítulo IX das posturas municipais reservado à higiene, que obrigava os donos dos rodeios existentes dentro da vila de Coruche a retirá-los para o areal do rio logo que avisados pela Câmara, sob pena de uma multa no valor de 15\$00¹². Atente-se que não está em causa acabar com estes focos de infeção nas proximidades da vila, mas apenas a sua transferência, durante o estio, para o leito seco do rio, mesmo em frente da povoação.



O leito seco do rio Sorraia durante o estio, formando pequenos pântanos junto à vila de Coruche, onde se vêem, ao fundo, rodeios de porcos. Foto: Museu Municipal de Coruche/Mafalda César Machado

Todavia, num aditamento à referida postura sobre higiene, aprovado em sessão de 02.06.1927, proíbe-se ter no interior das casas de habitação porcos e galináceos, sob pena de

¹¹ AHCMC, *Actas da vereação*, 1896-1899, sessão de 22.03.1899, fl. 152.

¹² *Regulamentos e Código de Posturas da Camara Municipal do concelho de Coruche*, Coruche, 1926.

multa de 15\$00 (art.º 13.º), assim como manter galinheiros na via pública, dentro da vila (art.º 14.º)¹³. Estas deliberações podem ser vistas como uma tentativa de refrear hábitos quotidianos antigos, incompatíveis com os princípios da moderna higiene.

A tolerância a determinados cheiros foi-se alterando ao longo do tempo. Ora, em Coruche, no final do século XIX, não existindo ainda um sistema de esgotos, os dejetos corriam em valetas abertas até à ribeira. Por este facto percebe-se o sentido da afirmação do articulista do jornal *O Coruchense*, quando refere que “n’algumas ruas [da vila de Coruche] não se pode transitar sem o lenço no nariz”¹⁴.

Isto acontecia mesmo nas casas mais abastadas da vila, de que é exemplo a queixa apresentada à Câmara, em 1890, por Joaquim Ernesto Bandeira Codina, visto que debaixo da sua janela passava o esgoto proveniente da casa de Maria Clara Monteiro Gomes, casada com o Doutor António Patrício Correia Gomes, que, apesar de ter sido alertado pelo queixoso há um ano, não tomou qualquer providência¹⁵. A uma situação semelhante atribui, em 1903, Artur Peixoto Ferreira a justificação para as constantes febres da sua família¹⁶. As reclamações a este respeito já vinham de longe, parecendo não haver uma alternativa, visto que “um sistema completo de exgotos por canalisação subterranea seria d’um dispendio superior ás forças do cofre municipal [...] os locatarios ou proprietarios respondem que, não tendo aonde fazer os despejos imitam os vizinhos”¹⁷.

Este era um problema recorrente e não exclusivo de Coruche. Ainda em finais do século XIX eram poucas as habitações lisboetas com latrinas instaladas segundo as regras higiénicas, para além de que as próprias latrinas públicas eram focos de mau cheiro e insalubridade¹⁸. Em 1885 a Câmara de Coruche questiona-se quanto à extinção das sentinas existentes na vila, mas acaba por recomendar, unicamente, aos proprietários de cloacas que procedam a remodelações nas mesmas, por forma a cumprirem todos os “preceitos hygiénicos”¹⁹. Por sua vez, as posturas municipais publicadas em 1911 determinavam que nos

¹³ *Idem*.

¹⁴ *O Coruchense*, ano 1, n.º 6, de 10.12.1890, p. 3.

¹⁵ AHCMC, *Actas da vereação*, 1887-1892, sessão de 16.04.1890, fl. 83.

¹⁶ AHCMC, *Actas da vereação*, 1902-1905, sessão de 18.03.1903, fls. 21v-22.

¹⁷ *O Coruchense*, ano 1, n.º 6, de 10.12.1890, p. 3.

¹⁸ Veja-se Rui Casção, “Modos de habitar”, in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*, vol. 3. *Época Contemporânea*, coord. por Irene Vaquinhas, Lisboa, Temas e Debates, 2011, p. 25 e Isabel Mendes Drumond Braga, *Assistência, saúde pública e práticas médicas em Portugal: séculos XV-XIX*, Universitária Editora, Lisboa, 2001, pp. 130-131.

¹⁹ AHCMC, *Actas da vereação*, 1880-1885, sessão de 30.07.1885, fl. 1v e sessão de 01.08.1885, fl. 2v.

prédios de habitação houvesse uma pia de despejos e uma latrina independentes, ligados aos tubos de queda por meio de sifões (art.º 54). Todavia, é possível que a maioria das casas coruchenses não obedecesse a esta obrigação, novamente incluída nas posturas de 1926, onde é referida a obrigação dos moradores a terem as pias e as latrinas em comunicação com o cano coletor geral por meio de canos e sifões, assim como lançar-lhes frequentes vezes jarros de água limpa e a fazer a sua desinfecção com cloreto de cal ou soluto de sulfato de ferro (art.º 2.º, § 2.º).

Como se disse, os esgotos da vila de Coruche eram descarregados nas águas do rio Sorraia, mesmo no verão, quando o caudal diminuía consideravelmente, dando lugar a inúmeros pântanos, o que potenciava graves focos de insalubridade. Quando as casas tinham fossas, a sua extração era feita a balde e o conteúdo transportado em dornas ou em carroças abertas e igualmente despejado no rio²⁰. Em relação ao mau cheiro emanado, a Câmara admite que nunca tomou qualquer providência. Atente-se, que esta situação não estava totalmente resolvida na década de 40 do século XX, dada a opinião expressa pelo clínico J. Menezes de Almeida, referindo-se ao inadequado término do cano coletor de esgotos²¹.

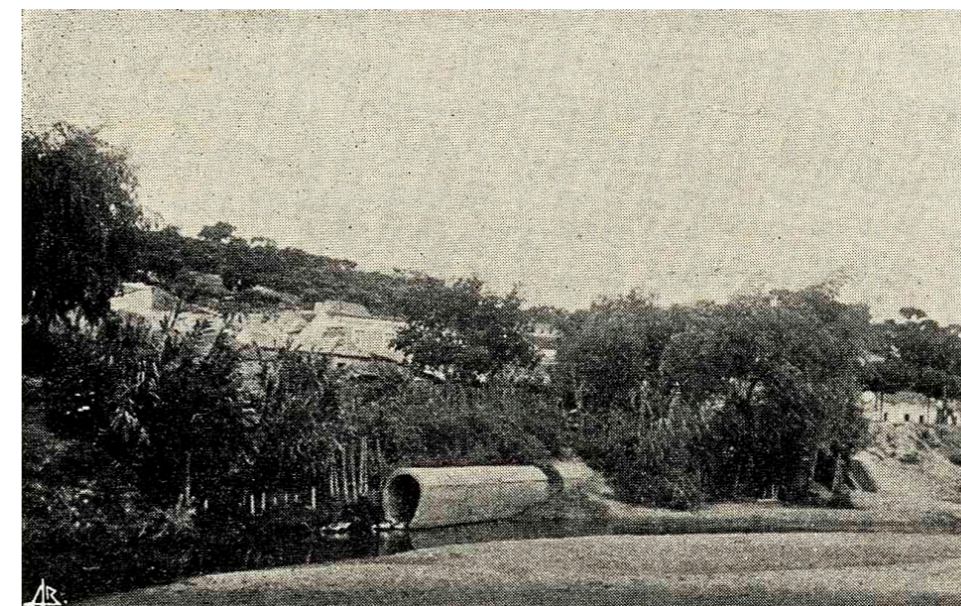
A construção dos cemitérios, outra das responsabilidades das câmaras municipais, obedecia a um conjunto de normas para cumprimento das mais elementares regras sanitárias. Para tal, as autoridades locais podiam dispor da consultoria do médico municipal para aferir, por exemplo, o local mais adequado à sua construção. Além disso, a correta manutenção do espaço dependia também das edilidades, bem como a contratação de um coveiro, funcionário camarário, cujas funções incluíam tanto os enterramentos e asseio do espaço como a vigilância do mesmo, no sentido de impedir a profanação das campas.

Ora, em 1891 o cemitério que servia a vila de Coruche é descrito como estando:

“nas mais detestáveis condições de aceio e limpeza e boa ordem interna, [...] e muito principalmente pela falta de espaço suficiente para o enterramento dos cadáveres podendo da acumulação ou do seu enterramento em covatos de que os respectivos cadáveres não estejam suficientemente consumidos, hipótese que já se tem verificado resultar graves prejuízos para a saúde

²⁰ AHCMC, *Actas da vereação*, 1900-1901, sessão de 07.05.1901, fls. 70v-73.

²¹ J. Menezes de Almeida, *O Problema do Paludismo: sua resolução sob o ponto de vista profilático e curativo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1940, p. 69.



Cano coletor de esgotos na vila de Coruche, à esquerda, e como devia ser o mesmo cano coletor, à direita. Século XX. Foto: J. Menezes de Almeida, *O Problema do Paludismo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1940, p. 69.

pública, não podiam deixar de levar a Câmara em atenção também as instâncias dos médicos a obuiar a um tal estado de cousas e a tratar do assunto com a circumspecção que merece”²².

As circunstâncias referidas contradiziam todos os preceitos higiénico-sanitários, mas nem por esta razão o assunto voltou a ser referido nas sessões da Câmara, desconhecendo-se a sua possível resolução.

Igualmente às câmaras estava reservada a gestão do açougue municipal, para que garantia o abastecimento da população com as chamadas carnes verdes (carne fresca).

²² AHCMC, *Actas da vereação*, 1880-1885, sessão de 27.03.1884, fl. 147.

Longe dos modernos sistemas de refrigeração e dada a concentração de uma panóplia de elementos perniciosos para a saúde pública, tais como restos de carcaças e sangue, associados a águas sujas, carnes armazenadas e sujeitas a moscas e mosquitos, este era um assunto que devia merecer especial atenção das autoridades políticas e sanitárias.

Também por estas razões os açougues deveriam, em princípio, localizar-se nos arredores das localidades. Todavia, no caso de Coruche, em finais do século XIX, não só o açougue funcionava no centro da vila, como estava instalado no rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho, por baixo da secretaria e administração do concelho. Razão que motiva os repetidos protestos do administrador do concelho, uma vez que “o mau cheiro que [o açougue] exala e que vem ás repartições é insuportável e anti-hygienico, sendo a mesma casa já condemnada pelos medicos do partido municipal”²³.

No verão de 1885, dada a profusão de moscas atraídas pelas carnes armazenadas no açougue de um dia para o outro, solicita-se da Câmara a adoção de medidas urgentes. Contudo, as autoridades optam somente por colocar taipais por forma a obscurecer as janelas.



Principal fonte de abastecimento de água na vila de Coruche e o edifício do açougue municipal. Finais do século XIX/inícios do século XX. Foto: Museu Municipal de Coruche/ Graça Ribeiro da Cunha

No final do século XIX, com o intuito de colmatar estas deficiências, a Câmara decide adquirir uma casa, com todas as condições higiénicas, para instalar o talho

²³ AHCMC, *Actas da vereação*, 1880-1885, sessão de 27.03.1884, fl. 147.

municipal. O edifício foi construído na atual Praça da Liberdade, a principal da vila de Coruche, junto ao edifício dos Paços do Concelho, onde permaneceu até à década de 40 do século XX.

O abastecimento da população com água potável era outra grande preocupação das autoridades. Este era um problema antigo e Coruche não detinha a sua exclusividade. Embora o concelho seja trespassado por várias linhas de água, os dirigentes locais debateram-se recorrentemente com esta dificuldade. Tratava-se definitivamente de um assunto “de tão grande urgencia e de primeira necessidade [...] o abastecimento d’água potavel para esta villa, por isso que sem ella não pode esta povoação tornar-se salubre”²⁴, o que explica a insistência com que o assunto é debatido nas reuniões da vereação²⁵.

O abastecimento era particularmente difícil nos meses de verão, quando, por vezes, a falta de água era total, tendo a população que se sujeitar “a beber água em pessimas condições, e que tanto poderia prejudicar a saude dos habitantes desta vila”, dado que “a água [é] um dos primeiros alimentos indispensáveis à vida”²⁶.

Também a população manifesta preocupação sobre a escassez da água reservada ao consumo, mesmo que esporadicamente essa carência também se tenha feito sentir em dezembro de 1889 e novembro do ano seguinte, conforme denota a imprensa local²⁷.

Do mesmo modo, a qualidade da água que abastecia Coruche era por vezes posta em causa e, por conseguinte, a saúde da população. O editor do periódico *O Coruchense* a isso alude em finais de 1890, denunciando o facto da porta da mina de água que aprovisiona a vila estar partida, “dando isto em resultado servirem-se da mesma, fazendo d’ella sentina publica”²⁸.

O mesmo jornal enfatiza em 1890 as dificuldades por que passava a população da vila da Erra para ter acesso a água potável, sendo as pessoas obrigadas, mesmo em pleno inverno, a percorrer grandes distâncias em busca de água e ainda assim, por vezes, a que encontravam estava imprópria²⁹.

²⁴ AHCMC, *Actas da vereação*, 1902-1905, sessão de 15.06.1904, fl. 68v.

²⁵ Ana Maria Diamantino Correia, “A evolução da malha urbana de uma vila ribeirinha: contributos para o conhecimento do caso de Coruche”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 43, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 191-218.

²⁶ AHCMC, *Actas da vereação*, 1887-1892, sessão de 06.10.1887, fl. 94.

²⁷ *O Coruchense*, ano 1, n.º 0, de 08.12.1890, p. 2 e ano 1, n.º 1, de 05.11.1890, p. 3.

²⁸ *O Coruchense*, ano 1, n.º 8, de 24.12.1890, p. 1.

²⁹ *O Coruchense*, ano 1, n.º 9, de 31.12.1890, p. 2.

Na primeira edição do ano seguinte, o jornal faz saber as péssimas condições existentes na aldeia do Couço, onde:

“a unica fonte que existe n’esta aldeia é um poço para onde se desce por uns 12 degraus; ali teem sido encontrados gatos mortos, excrementos de diversas especies de animaes, inclusivé humanos; homens e mulheres lá vão lavar os pés e até mesmo o fato; ali se enchem caldeiras para dar de beber ao gado cavallar, muar e asinino, o que é altamente inconveniente porque além d’estas caldeiras andarem cheias de palha e outros detricos que lá ficam no charco póde ainda dar-se o caso de estarem os animaes atacados de mormo ou d’outra qualquer molestia contagiosa”³⁰.

O mesmo articulista reforça o conhecimento da Câmara deste “estado lastimoso da fonte porque já varios annos tem votado nos seus orçamentos verbas para este fim”, expropriando um terreno para as obras, tendo sido feita uma planta por um condutor de obra, bem como pelo facto de já existir todo o material e tubagens necessários, faltando somente vontade para iniciar os trabalhos e resolver a situação³¹.

Longe ainda do abastecimento das casas particulares com água canalizada, a preocupação das autoridades era somente que as fontes públicas pudessem prover a população com água em quantidade e qualidade. Para tal a Câmara de Coruche não se coíbe de expropriar nascentes “para o abastecimento da fonte principal d’esta villa”³², compra água a particulares cujas minas estavam nas suas propriedades, negocea as sobras do líquido consumido e, quando lhe é solicitada permissão para abrir uma mina num quintal privado, congratula-se porque dessa forma “tem o municipio a vantagem de ficar com um consumidor a menos nas águas publicas, que são poucas n’esta vila”³³.

É pelas respostas ao “questionário relativo ao estado de salubridade das cidades, vilas e povoações mais importantes”, remetidas em 1901 pela Câmara de Coruche, que é possível ter um vislumbre bastante esclarecedor da realidade vivida pelo olhar das autoridades responsáveis pela situação³⁴. Desta forma, fica-se a saber que o aprovisionamento de água à vila era feito por quatro

nascentes, sem que nenhuma delas tivesse sido alvo de qualquer análise química. Alimentavam várias fontes, mas apenas uma delas se encontrava em condições regulares. Todas as outras estavam “defeituosas e sujeitas a infiltrações prejudiciais”, sucedendo o mesmo aos poços pouco profundos e às águas da ribeira que, por isso, não eram usadas na alimentação. Como se disse, era para a ribeira que a maioria dos despejos da povoação era encaminhada por meio de um sistema de valetas a descoberto. Em relação ao mau cheiro daí decorrente, as autoridades camarárias concordam que nunca tomaram quaisquer providências, admitindo igualmente ter perfeita consciência da criação de animais em pátios, de porcos dentro e junto à vila, bem como da falta de impermeabilidade dos solos nas cavalariças e currais que provocavam a poluição das águas, “inconvenientes de facil remedio mas [as obras] bastante dispendiosas”. Por esta descrição se percebem as débeis condições de higiene a que a população estava exposta, bem como se antevem as perniciosas consequências desta realidade, com um impacto negativo na saúde e bem-estar da população.

A assistência médica prestada pela Câmara Municipal de Coruche

Como se disse, era às câmaras municipais que competia zelar pelas mais básicas necessidades dos concelhos, o que incluía na época aqui em apreço ao provimento de cuidados médicos à população. A contratação de clínicos, os chamados *facultativos municipais* ou *médicos do partido*, era uma obrigação emanada pelo poder central e expressa nos sucessivos códigos administrativos³⁵. Funcionários camarários como quaisquer outros, estes médicos deveriam exercer as suas funções em dois planos: o exercício clínico praticado em visitas domiciliárias pagas, para todos aqueles que residissem na área territorial definida como o seu partido, onde a lei obrigava o clínico a residir; e um conjunto de outras atribuições que desempenhavam em consonância com os deveres para com a câmara municipal.

Neste âmbito, estavam incumbidos de curar gratuitamente os comprovadamente pobres, os expostos e demais crianças desvalidas ou abandonadas, bem como proceder à vacinação gratuita a todos que a solicitassem. Além disso, teriam que colaborar tanto com a câmara municipal

³⁰ O *Coruchense*, ano 1, n.º 10, de 07.01.1891, p. 3.

³¹ *Idem*.

³² AHCMC, *Actas da vereação*, 1880-1885, sessão de 27.01.1881, fl. 16.

³³ *Idem*, sessão de 07.07.1881, fl. 62.

³⁴ AHCMC, *Actas da vereação*, 1900-1901, sessão de 07.05.1901, fls. 70v-73. Refira-se que as respostas a este inquérito se reportam unicamente à vila de Coruche.

³⁵ Além dos partidos médicos, já o Código Administrativo de 1878 (art.º 103, §7.º) recomendava a criação de partidos de boticários, parteiras e veterinários e, antes deste, no Código Administrativo de 1842 (art.º 127, §VI), estava expresso que uma das competências das câmaras municipais era nomear os médicos, cirurgiões e boticários de partido (cf. *Código Administrativo Aprobado por Carta de Lei de 8 de Maio de 1878 seguido d’um Repertorio Geral e Alfabético*, 1878, p. 21; *Código Administrativo*, 1842, p. 32).

como com o administrador do concelho e a autoridade policial, sempre que estas entidades assim o solicitassem. As situações variavam: desde visitas sanitárias a locais cuja existência constituía um perigo para a saúde pública; consultoria para a construção de infraestruturas, como cemitérios, escolas públicas, sistemas de captação de água; o encaminhamento de análises de águas; aconselhamento das autoridades sobre medidas sanitárias a tomar, como, por exemplo, em caso de um surto epidémico; aferir o bom tratamento dos expostos por parte das amas de leite e de seco; examinar os recrutas do recenseamento militar; avaliar clinicamente funcionários da Câmara que demonstrassem problemas de saúde.

Centremo-nos na realidade de Coruche, onde até 1881 a Câmara tinha ao serviço apenas dois médicos: Manuel Duarte Monteiro Laranja e José Manuel da Silva Guisado. A seu cargo estava todo o concelho, que se estende por 1115,72 km², uma população que em 1878 contava com 7684 pessoas e em 1890 com 8577, dispersas por várias localidades algo distantes entre si e com deficientes vias de comunicação³⁶.

Somente em sessão de Câmara de março de 1881 se decide criar um terceiro partido médico para assistir a população da freguesia do Couço, a cerca de 25km da vila de Coruche, cuja área integrava também os lugares de Santa Justa e Nossa Senhora do Peso³⁷. Justificava-se esta decisão “por ser [o Couço] a freguesia rural mais importante do Concelho, além da de São João Baptista, e por ver que os socorros médicos com esta criação do partido são ministradas [sic] a tempo n’aquella freguesia que tão falta tem sido delles”³⁸. Provido neste lugar ficou o médico António Henriques do Vale, que passou a auferir 500 mil réis anuais, pagos mensalmente³⁹. A estes acrescia o valor de 120 réis por cada consulta em sua casa e 240 réis se tivesse que se deslocar a casa do doente.

Todas as vezes que tivesse que se deslocar, dentro da área do seu partido, mas fora da localidade do Couço, à quantia de 240 réis da consulta acresciam 160 réis por quilómetro (na ida e na volta) ou 240 réis por quilómetro se fosse de noite. O contrato requeria que estivesse sempre preparado a qualquer hora do dia e da noite, todos os dias do ano, não podendo ausentar-se por mais de 20 dias sem deixar substituto. Em todo o caso, era-lhe permitido

exercer clínica fora da área do seu partido, desde que não excedesse as 36 horas.

Todavia, enquanto o médico do Couço recebia 500 mil réis anuais, aos dois facultativos da sede de concelho eram pagos apenas 300 mil réis a cada um, valor que em 1886 sobe para 400 mil réis⁴⁰. Sem que se tenha encontrado qualquer explicação que justifique esta disparidade, pode aventar-se que se possa dever à maior extensão do partido do Couço sob a responsabilidade de um só facultativo.

Quando em 1907 é substituído o médico de Coruche, José Manuel da Silva Guisado, por um novo clínico, Artur Lopes Branco, é-lhe atribuída a obrigação de estender o exercício da sua clínica também à população da Erra e da Lamosa, a norte do concelho. A premência desta decisão prendia-se com a enorme dificuldade dos habitantes das duas localidades no acesso aos cuidados de saúde, tornando-se estes impossíveis à maior parte dos doentes. Sendo a assistência domiciliária de um médico dispendiosa, muitos teriam de recorrer ao hospital⁴¹, que, para além de ser considerada uma instituição de caridade, não tinha quartos nem enfermarias com capacidade suficiente para albergar também estes doentes. Por estas razões, concluía, em 1905, o presidente da Câmara, Alfredo Augusto Cunhal Sénior, que a maioria dos enfermos não procurava sequer qualquer ajuda médica e/ou recorria a tratamentos caseiros⁴². Muitos eram aqueles que, antes de procurarem tratamento médico, recorriam a um conjunto muito variado de “prestadores de cuidados de saúde paralelos”, como sejam, sangradores, barbeiros, curandeiros, mezinheiros e benzedores, para além do recurso à automedicação.

Note-se, contudo, que a população da zona sul do concelho estaria totalmente desprovida de cuidados médicos, podendo esta falta ser minimizada pela proximidade com outros concelhos. Ainda assim, esta era uma opção viável apenas para uma parte da população, a que dispunha de recursos económicos para pagar os cuidados de um médico.

Dada a falta de documentação que permita a análise do despendido pela Câmara de Coruche, tanto com a manutenção das condições higiénico-sanitárias do

³⁶ População no 1.º de Janeiro de 1878, 1881, p. 270; Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, 1900, p. 255.

³⁷ AHCMC, Actas da vereação, 1880-1885, sessão de 03.03.1881, fl. 22-22v.

³⁸ AHCMC, Cópia do orçamento da receita e despesa da Câmara Municipal de Coruche [1881].

³⁹ AHCMC, Actas da vereação, 1880-1885, sessão de 30.05.1881, fl. 31-31v.

⁴⁰ AHCMC, Cópia do orçamento da receita e despesa da Câmara Municipal de Coruche [1881].

⁴¹ Referimo-nos ao hospital da Misericórdia de Coruche, o único à data existente no concelho.

⁴² AHCMC, Actas da vereação, 1902-1905, sessão de 11.01.1905, fl. 91v.

concelho como com o provimento de cuidados de saúde à população, recorreu-se ao orçamento do ano de 1881, o único disponível. Desta forma, foi possível verificar que a Câmara orçou para este ano um total de 14 599\$523 réis, dos quais 8,2% destinava a cuidados médicos, concretamente para o pagamento dos ordenados dos profissionais que prestavam este serviço⁴³.

Deste facto pode retirar-se duas conclusões: se, por um lado, a percentagem reservada à saúde pública parece ser uma fatia bastante reduzida do orçamento total; por outro lado, sendo estes 8,2% somente referente aos ordenados dos três facultativos, pode equacionar-se se o pagamento aos clínicos não seria, por si só, um encargo pesado para os cofres camarários, dificultando outros gastos também eles tão necessários à população.

Considerações finais

Pelo exposto percebem-se as deficientes condições higiénico-sanitárias em que vivia a população de Coruche, espelho de uma mesma realidade que pontilhava todo o país. Se as autoridades locais, muitas vezes displicentes, escudavam a sua inércia nos reduzidos orçamentos camarários de que dispunham, ao mesmo tempo, a falta de uma cultura de higiene, individual e coletiva, acentuava de forma dramática os perigos a que a saúde da população estava sujeita.

Do mesmo modo, a fraca cobertura médica do concelho, em conformidade com a desigual distribuição de clínicos pelo território nacional, destituía de qualquer assistência na saúde uma parte muito significativa da população.

Para muitos o recurso aos médicos do partido era, provavelmente, a única solução viável de obter socorro médico, muito embora uma grande maioria continuasse a recorrer amiudadas vezes à automedicação e aos tratamentos caseiros em detrimento da consulta de um médico.

Do mesmo modo, a fraca cobertura médica do concelho, em conformidade com a desigual distribuição de clínicos pelo território nacional, destituía de qualquer assistência na saúde uma parte muito significativa da população.

⁴³ AHCMC, *Cópia do orçamento da receita e despesa da Câmara Municipal de Coruche [1881]*. Quanto às verbas orçadas para a melhoria das condições higiénico-sanitárias do concelho é difícil destrinçar tais valores, visto que, na maior parte das vezes, apenas é referida a soma de várias parcelas.

Para muitos o recurso aos médicos do partido era, provavelmente, a única solução viável de obter socorro médico, muito embora uma grande maioria continuasse a recorrer amiudadas vezes à automedicação e aos tratamentos caseiros em detrimento da consulta de um médico.

Referências bibliográficas e fontes documentais

Almeida, J. Menezes de, *O Problema do Paludismo: sua resolução sob o ponto de vista profilático e curativo*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1940.

Braga, Isabel Mendes Drumond, *Assistência, saúde pública e práticas médicas em Portugal: séculos XV-XIX*, Universitária Editora, Lisboa, 2001.

Código Administrativo Aprovado por Carta de Lei de 8 de Maio de 1878 seguido d'um Repertorio Geral e Alfabético, 2.ª edição, Coimbra, 1878.

Código Administrativo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

Correia, Ana Maria Diamantino, "A evolução da malha urbana de uma vila ribeirinha: contributos para o conhecimento do caso de Coruche", *Revista Portuguesa de História*, vol. 43, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 191-218.

Regulamentos e Código de Posturas da Camara Municipal do concelho de Coruche, Coruche, 1926.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Coruche.

Actas da vereação, 1880-1885, 1887-1892, 1896-1899, 1900-1901, 1902-1905, 1910-1911.

Cópia do orçamento da receita e despesa da Câmara Municipal de Coruche [1881].

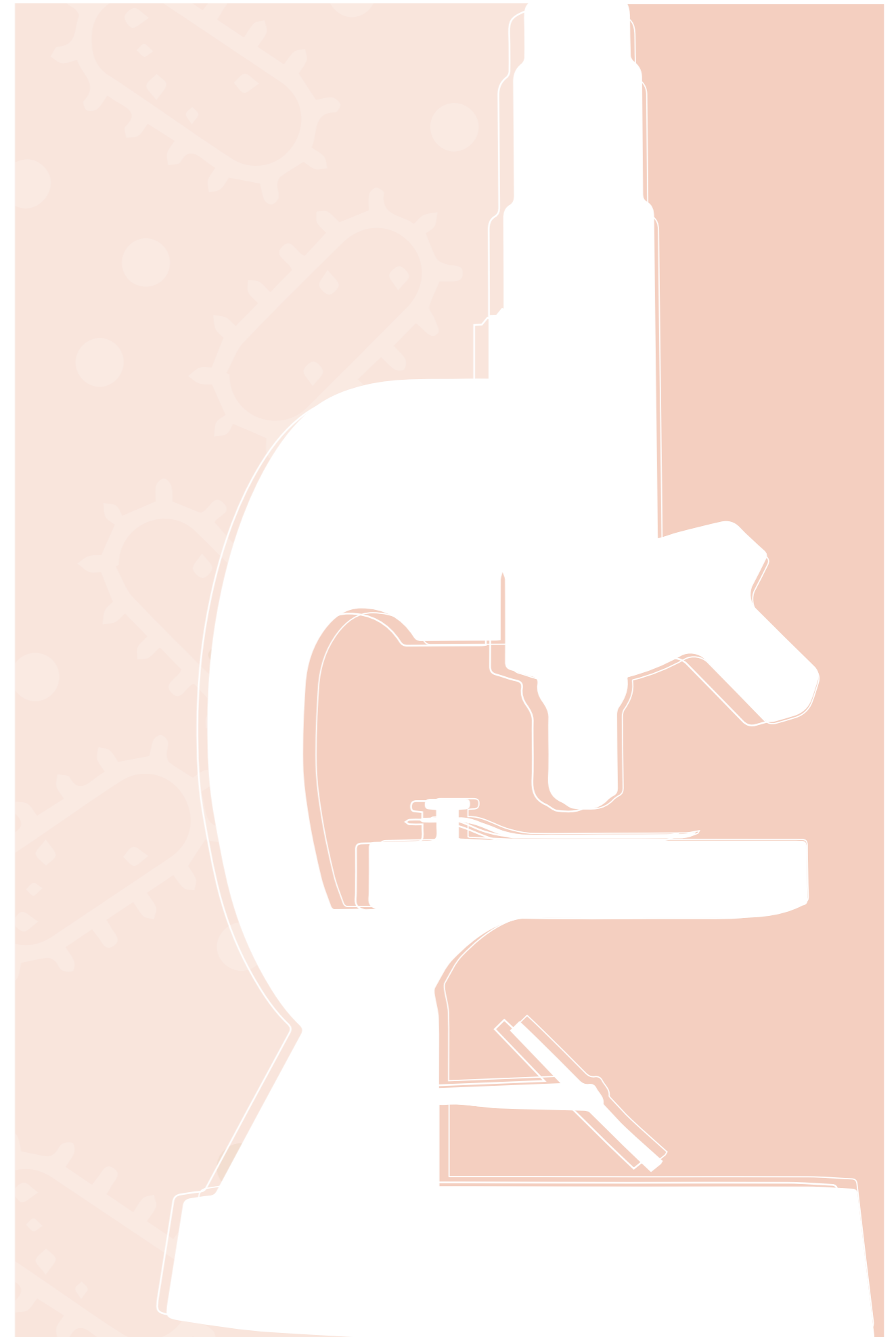
Cascão, Rui, "Modos de habitar", in José Mattoso (dir.), *História da vida privada em Portugal*, vol. 3, *Época Contemporânea*, coord. por Irene Vaquinhas, Lisboa, Temas e Debates, 2011, p. 22-55.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.

Coruchense, (O), [1889-1890].

População no 1.º de Janeiro de 1878, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Posturas postas em vigor pela Commissão Municipal Administrativa do concelho de Coruche durante parte da sua gerência em 1910 e 1911, Coruche, 1911.



O “facultativo de partido” no Portugal liberal

The “facultativo de partido” in the Liberal Portugal

Patricia Moreno

Doutora em História Moderna e Contemporânea
Escola de Sociologia e Políticas Públicas, ISCTE-IUL

Resumo

O presente texto procurará estudar o “facultativo de partido”. O trabalho incidirá no estudo desta figura administrativa configurada pelas diferentes reformas do Código Administrativo no decurso do liberalismo oitocentista em Portugal.

Tentar-se-á proceder a uma análise dos direitos e deveres dos “facultativos de partido” na orgânica administrativa municipal, imposta pela jurisdição em vigor.

Palavras-chave: Portugal, “facultativo de partido”, legislação, século XIX, funcionário público, saúde pública

Abstract

The present work will address the study of the party medical practitioner figure – “Facultativo de Partido”, shaped by the different Administrative Code amendments undergone during the 19th century in Portugal.

The study is aimed for an extensive analysis of the rights and duties inherent to the “Facultativo de Partido”, as imposed by the existing jurisdiction related to the municipal government.

Key-words: Portugal, legislation, nineteenth century, public agent, public health

Introdução

O título do presente texto ao enunciar o termo facultativo remete para o conceito daquele que pode exercer legalmente a medicina no contexto da legislação vigente.

A expressão “facultativo de partido” pode ser considerada pela definição da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*: “... remunerado pelos municípios e encarregado dos assuntos respeitantes à higiene rural, da assistência dos doentes pobres, etc...”¹

Desta definição poderemos deduzir que um “facultativo de partido” correspondia ao que era contratado pelas câmaras municipais com o encargo de zelar pela higiene ou saúde pública e pelos menos favorecidos, incapazes de remunerar os cuidados médicos que poderiam necessitar.

Deste modo, ir-se-á nas linhas que se seguem analisar esta figura administrativa, suas competências e atribuições que implicam a visão governativa de saúde pública e assistência às populações, no seio da estrutura camarária no decurso do Portugal liberal pela leitura dos Códigos Administrativos do período. Não obstante, as diferenças de conceção da orgânica do Estado e do seu funcionamento administrativo apresentado pelas visões transformadoras da legislação liberal oitocentista.



Patricia Moreno

Códigos administrativos

1. Código Administrativo de 1836

O Código Administrativo promulgado pelo governo setembrista em 1836, a 31 de Dezembro refere as competências e atribuições das câmaras municipais porém não menciona a possibilidade de criar “partidos” e de velar pela saúde pública, como um dos atributos municipais.

No entanto, o Regulamento do Conselho de Saúde promulgado poucos dias depois, a 3 de Janeiro de 1837 refere

¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* – vol. 20 – p. 484

no seu preâmbulo: “... Tomando em Consideração o Relatório do Secretario d’Estado dos Negocios do Reino, relativo á necessidade de dar uma nova fôrma á Repartição de Saude Publica, que esteja em harmonia com a nouíssima Legislação, e com o actual systema de Administração Geral...”²

Poder-se-á, então considerar que a não inclusão de competências municipais no âmbito da saúde pública no Código Administrativo é colmatado pelas normas do Regulamento do Conselho de Saúde Pública, no qual é explicitamente referido que: “... Nenhum Facultativo de Medicina, ou Cirurgia poderá ser admittido nos Partidos das Camaras, e empregado nos Estabelecimentos Municipaes ou do Estado, sem mostrar por Certidão jurada do Delegado do seu Districto, sendo nas Provincias, ou Attestação do Conselho de Saude, sendo em Lisboa, haver satisfeito regularmente aos deveres que este Regulamento lhe impõe...”³

Porém, competia ao Conselho de Saúde Pública através dos Delegados de Saúde, nos distritos, Sub-delegados de Saúde, nos concelhos, e Cabeças de Saúde, nas freguesias, manter para além de outras atribuições especificadas: “... Fiscalisar, e inspecionar tudo o que respeita á Saude, e Hygiene Publica...”

Atribuindo-se aos médicos e cirurgiões residentes nos concelhos o dever: “... remetterão mensalmente ao Delegado do respectivo Districto, e em Lisboa, ao Conselho de Saude, uma relação circunstanciada dos Enfermos que tractaram, especificando suas molestais, tratamento e resultado, e dando parte ao mesmo tempo do estado de salubridade, e da policia sanitaria das terras...”

Deste modo, poder-se-á considerar que o Código Administrativo setembrista não contemplava as competências camarárias no âmbito da saúde pública por estas ficarem supervisionadas pelo Conselho de Saúde Pública cuja atuação abarcava o território nacional e independente do poder político.

Simultaneamente, o governo de Passos Manuel ao criar a 29 de dezembro de 1836 as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, proporcionava ao funcionalismo do estado um maior número de profissionais habilitados academicamente como bem é explicitado no preâmbulo do ato criador: “... Attendendo a que as Escólas de Cirurgia de Lisboa, e Porto, destinadas especialmente a formar uma classe de Facultativos tão necessaria, e importante...”⁴

² Diário do Governo, 11 janeiro 1837

³ Diário do Governo, 11 janeiro 1837

⁴ Diário do Governo, 4 de janeiro 1837

No entanto, em 1839 o governo vê-se obrigado a delimitar explicitamente os direitos administrativos das câmaras sobre os “partidos”, protegendo-os de quaisquer possíveis ingerências políticas na sua manutenção do cargo: “... Artigo 1º. As deliberações das Camaras Municipaes para suspender, ou demittir os Medicos, ou Cirurgiões, providos nos partidos; ou para diminuir os mesmos partidos depois de arbitrados só poderão ser executadas, precedendo aprovação do Concelho de Districto respectivo, que ouvirá previamente os Facultativos...”⁵

Deste modo, ficava salvaguardado os empregos de médicos e cirurgiões ao abrigo de modificações políticas, invejas ou deliberações contrárias nos diversos municípios.

Poder-se-á então concluir que a legislação promulgada nos últimos dias do ano de 1836 e nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte configurava a criação de uma estrutura no campo da saúde pública, abarcando não somente a existência de um maior número de facultativos, através da criação das Escolas Médico-Cirúrgicas como a regulamentação do exercício da medicina em Portugal, assegurada pelo Conselho de Saúde Pública.

2. Código Administrativo de 1842

A seguinte legislação administrativa promulgada pelo governo de Costa Cabral em 16 de Março de 1842 denotava um reforço da autoridade do administrador do concelho e consequentemente como responsável dos direitos e deveres do município.⁶

As competências municipais abrangem já explicitamente: “... Sobre a criação ou supressão de partidos para Medicos, Cirurgiões (...), e estabelecer-lhes ordenados...” e incumbindo aos municípios: “...Nomear os Medicos, Cirurgiões (...)de partido; mas não poderá suspende-los nem demiti-los sem preceder a aprovação do Conselho de Districto, ouvidos os interessados...”⁷

Deste modo, o legislador delega no poder local a capacidade de decisão de criação de um “partido” assim como as diligências e escolha da sua nomeação. Porém, ressalva que a sua demissão fica nas mãos decisórias de um

⁵ Diário do Governo, 30 julho de 1839

⁶ Silva, Henrique Dias (2012), “Reformas Administrativas em Portugal desde o século XIX”, Jurismat, nº1, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Loulé, pp. 65-97

⁷ Diário do Governo, 18 março 1842

poder supra-municipal: O Conselho de Distrito que conforme o *Código Administrativo de 1842* era composto por procuradores que tivessem a capacidade de serem eleitos deputados e cujo domicílio político fosse localizado no distrito.

Poder-se-á, então concluir que à luz do legislador do Código Administrativo de 1842 o “partido” ficava integrado no quadro legislativo do funcionalismo público do estado, mau grado a sua criação e nomeação serem de competência municipal.

Mantinha-se a distinção das habilitações académicas, ao ser considerado “médico de partido” aquele cujo grau académico advinha da Faculdade de Medicina e “cirurgião de partido” os que tinham estudado nas Escolas de Cirurgia ou nas Escolas Médico-Cirúrgicas criadas em 1836 pelo governo de Passos Manuel.

E, em simultâneo, ficava explicitado que embora sendo um funcionário nomeado pela câmara municipal teria um estatuto que só o Conselho de Distrito poderia revogar a sua nomeação.

Assim, poder-se-á concluir que o Código Administrativo de Costa Cabral consagrava a integração de “médicos e cirurgiões de partido” enquanto funcionários do estado central e não do âmbito autárquico, já que os conflitos de trabalho seriam regulados em primeira instância pelo Conselho de Distrito que tinha as competências de um Tribunal Administrativo: “... julgar o contencioso da administração, com o recurso para o Conselho d’Estado...”⁸

Porém, as competências continuavam a estar subordinadas ao Conselho de Saúde Pública o que poderia levar uma evolução no sentido de uma dualidade de direitos e deveres dos “partidos”.

3. Código Administrativo de 1867

Somente duas décadas após a promulgação do código administrativo cabralista é que uma nova revisão permitiu o anúncio do *Código Administrativo de 1867*.

Este, porém, devido à situação política do momento foi de curta duração pois em 14 de Janeiro do ano seguinte era promulgada a sua extinção. A figura administrativa de

“partido” não sofreu alterações profundas, continuando este a ser administrativamente funcionário camarário e ressalvando a sua nomeação por meio de concurso público e a sua substituição ou demissão somente pelo Conselho de Distrito.

4. Extinção do Conselho de Saúde Pública, 3 dezembro de 1868

No decurso deste período manteve-se a entidade administrativa do Conselho de Saúde Pública criado a 3 de janeiro de 1837 sob o governo setembrista. Entidade que perduraria até 1868 como refere o relatório justificativo da lei que passava as atribuições e competências deste órgão administrativo para a alçada da Secretária de Estado dos Negócios do Reino conjuntamente com a Junta Consultiva de Saúde Pública, pela legislação de 3 dezembro de 1868. As considerações governamentais para estas alterações no âmbito da saúde pública foram: “...Foi esse decreto um melhoramento importante na organização do serviço de saúde, até então subordinado a disposições legislativas dispersas, incoerentes e desharmonicas. A experiencia porém, que é o melhor crisol das leis, fez conhecer que não era esse decreto isento de defeitos.... Este desvio dos princípios trouxe por necessária consequencia que o conselho de saúde ficou constituído quasi que em completa independencia do governo...”⁹.

Note-se que um dos argumentos evocados era a não subordinação direta do Conselho de Saúde Pública perante as diretrizes governativas e vontades políticas no campo da saúde pública e consequentemente da atuação dos “partidos” a nível municipal.

Porém, tal independência levou, ainda segundo as considerações do legislador; “...Nos districtos o serviço de saúde foi organizado de modo que ficou inteiramente desligado do da administração geral, e d’aqui nasceram, como era natural, conflictos e desaccordos, prejudiciaes ao bom governo e regimem dos povos. Por uma aberração notavel esta regra deixou de ser seguida na organização do serviço sanitario nos concelhos. Aqui a auctoridade administrativa e a sanitaria é uma e a mesma. Esta incongruência porém não remediou, aggravou ainda os defeitos orgânicos da repartição de saúde; porque os administradores dos concelhos, subdelegados de saúde, não tendo dependencia alguma dos seus chefes

⁸ *Diário do Governo*, 18 março de 1842

⁹ *Diário de Lisboa*, 14 dezembro 1868

immediatos, os delegados, tornaram-se frouxos e negligentes em relação a um serviço, em que só por excepção ou raras vezes intervinham os governadores civis....”¹⁰.

O governo do Marquês de Sá da Bandeira revertia esta situação mediante a legislação de 3 de dezembro de 1868 na qual claramente indicava as suas intenções: *“... O governo, esclarecido pela junta consultiva, dirige superiormente o serviço de saúde. Nos districtos e nos concelhos as auctoridades administrativas, aconselhadas por funcionarios technicos, provêem cada uma na sua respectiva circumscripção ao regular andamento do mesmo serviço. Assim a acção das auctoridades sanitarias, sem ser menos ilustrada do que até agora, será todavia mais uniforme, mais inergica e mais prompta; a responsabilidade mais efficaz; a organização do serviço de saúde mais harmonica e homogenea: e os atritos entre a administração geral e administração sanitaria poucos ou nenhuns...”*.

Ao extinguir o Conselho de Saúde Pública e criando uma repartição integrada no Ministério do Reino, o governo originou consequentemente que os “facultativos de partido” passassem a estar subordinados somente ao poder político e não a um órgão independente e especializado: *“ Art. 17ª Ao administrador compete no seu concelho ou bairro superintender e prover em tudo o que disser respeito á saúde publica, na conformidade das leis, regulamentos e ordens do respectivo governador civil...”*

Deste modo, a legislação de 3 de dezembro de 1868 atribuía ao poder político, administrador do concelho e governador civil, as decisões e ações que deveriam ser empreendidas e tomadas no campo da saúde pública. Competindo ao administrador entre outros deveres: *“... Fazer inspeccionar gratuitamente, pelos facultativos de partido das camaras municipaes, nos respectivos dispensários, as mulheres toleradas, e recolher nos hospitaes as que se encontravam inficionadas de molestias syphiliticas ou venéreas; promover a propagação da vacina, que deverá ser feita pelos facultativos de partido do concelho...”* tendo mesmo o poder de: *“... proceder contra os facultativos que se recusarem á verificação dos obitos...”* e *“... em caso urgente, recusarem o auxilio da sua profissão...”*.

E se alguma dúvida existisse o administrador reportaria diretamente ao governador civil: *“... Art. 20ª Consultar o governador civil em todos os casos omissos nos*

¹⁰ Diário do Governo, 3 dezembro 1868

regulamentos, e dar-lhe parte de qualquer occorrença extraordinaria em assumpto de saúde publica...”

Um outro aspeto da legislação de 1868 é o controlo por parte do poder político: dos facultativos que desejassem praticar nos diversos concelhos, já que estes ficavam obrigados a *“Art. 45ª Todos os facultativos (...) serão obrigados a matricular-se nas respectivas administrações dos concelhos...”*.

Refira-se que na legislação de 1868 a designação administrativa é a de “facultativo de partido” que advém da legislação de 20 de junho de 1866 que tinha terminado com a distinção entre médico, aquele que cursara a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, e o médico-cirurgião que estava habilitado pelas Escolas Médicos-Cirúrgicas: *“... Art. 1ª É livre no territorio portuguez o exercicio da medicina aos facultativos com o curso das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto...”¹¹.*

Esta mudança de paradigma no âmbito do funcionalismo público foi considerada por historiadores da medicina como Luís de Pina como a Lei Libertadora que permitiu a equiparação destes profissionais da saúde aos médicos no âmbito das prerrogativas do funcionalismo público no estado liberal oitocentista português¹².

Em conclusão, a extinção do Conselho de Saúde Pública e a integração das suas competências no Ministério do Reino acarretou que os “facultativos de partido” ficavam exclusivamente sob a alçada pública em questões de saúde pública.

5. Código Administrativo de 1878

Em 1878, no governo regenerador de Fontes Pereira de Melo, é publicado o Código Administrativo, dito de Rodrigues Sampaio do nome do Ministro do Reino que segundo alguns especialistas em Direito Administrativo é apelidado de “descentralizador” por apresentar uma nova visão do legislador acerca das atribuições e competências dos municípios.¹³

No entanto, no tocante aos “facultativos de partido”

¹¹ Diário de Lisboa, 28 junho 1866

¹² Pina, Luís de (1966), “Um Centenário notável: liberdade do exercício clínico dos médicos-cirurgiões de Lisboa e Porto (1866-1966)”, Separata de O Médico nº 760, pp. 30 e seg.

¹³ Silva, Henrique Dias (2012), “Reformas Administrativas em Portugal desde o século XIX”, Jurismat, nº1, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Loulé, pp. 65-97

continua a ser da competência camarária: "... Art 103º - 7º - *Crear partidos para facultativos (...) arbitrando-lhes a correspondente remuneração e extinguindo-os quando se tornem desnecessarios...*" e se a função de um "partido" podia ser extinta pela câmara, esta não podia a exemplo da legislação anterior "... Art. 152º *Os facultativos (...) providos nos partidos municipaes não podem ser suspensos nem demittidos, nem se lhes póde alterar os vencimentos e condições dos partidos, sem que sejam previamente ouvidos, e sem que preceda aprovação da junta geral do districto...*".¹⁴

6. Código Administrativo de 1886

A revisão do *Código Administrativo em 1886* alarga as atribuições dos "facultativos de partido". O legislador exprime uma vontade de definir as suas competências à luz das novas conceções de saúde pública pelo advento nomeadamente da bacteriologia que originaram novos paradigmas nos conhecimentos médicos e consequentemente das prestações dos facultativos e alarga o seu número: "... Art. 167º *A camara terá os facultativos de partido, que exigirem as necessidades dos povos e as do serviço municipal...*".¹⁵

Porém, a legislação prevê áreas separadas de atuação dos "partidos" com a ressalva de que a residência do "facultativo de partido" deverá aí estar localizada "... Art 168º *Quando se crearem partidos, alem de um para cada concelho, a cada partido será designada a area da parte do concelho em que o facultativo tem de prestar o serviço clinico, e dentro do qual é obrigado a residir...*"

O *Código Administrativo de 1886* é o primeiro a referir claramente os deveres dos "facultativos de partido". Esta enunciação determina a visão no âmbito da saúde pública que o legislador, no último quartel do século XIX, considera fundamental para acudir às populações carenciadas ou referenciadas e debelar surtos epidémicos.

Deste modo, os "facultativos de partido" ficam obrigados nomeadamente pelo *Código Administrativo* a: "...curar gratuitamente os pobres, os expostos e as creanças desvalidas e abandonadas (...) de vaccinar gratuitamente

sem distincção de classes (...) inspecionar as meretrizes na fórmula do respectivo regulamento, pertencendo esta obrigação em Lisboa e Porto aos sub-delegados de saude" e "...prestar conselho e coadjuvação profissional á auctoridade administrativa e policial, quando lhe for necessario para o desempenho das suas attribuições..."

Outras condições previstas pelo legislador eram referentes ao cuidado de não deixar as populações sem um profissional de saúde, denotando uma vontade política de enquadrar com assiduidade os cuidados de saúde prestados ao obrigar: "... de se auxiliarem e substituírem reciprocamente os facultativos do mesmo concelho (...) de não saírem para fóra do concelho por mais de tres dias, sem licença da camara; e, havendo um só facultativo, sem se substituir por outro approvedo pela camara, e por ella retribuído no caso da licença ser concedida por motivo de doença (...) de não se poderem despedir, havendo no concelho um só facultativo, sem aviso por escripto, com dois mezes, pelo menos, de antecedencia, salvo fazendo-se substituir, durante esse periodo, por facultativo idoneo, approvedo pela camara..."

Deste modo, o *Código Administrativo de 1886* enuncia uma evolução de paradigma nos cuidados de saúde pública prestados às populações mais carenciadas, ficando os "facultativos de partido" regidos na sua atuação pela legislação administrativa vigente.

7. Código Administrativo de 1896

A última revisão do *Código Administrativo da monarquia liberal* data de 4 de Maio de 1896 e retoma no âmbito dos "facultativos de partido" as mesmas condições do que a legislação da década anterior, porém com algumas modificações que denotam, uma vez mais, o cuidado do legislador em referir os deveres a par dos avanços dos conhecimentos médicos. "... Art. 125º - 2º *Vaccinar e revaccinar, sem distincção de classes, e extrahir, recolher e conservar a lympha vaccínica...*".¹⁶

Assim como ter parte ativa nos inquéritos policiais: "... 4º *Desempenhar, fóra de Lisboa e Porto, as attribuições, que pelas leis e regulamentos pertencem aos subdelegados de saude, prestando conselho e coadjuvação profissional*

¹⁴ *Diário do Governo*, 13 maio de 1878

¹⁵ *Diário do Governo*, 21 julho de 1886

¹⁶ *Diário do Governo*, 5 maio 1896

á auctoridade administrativa ou policial, quando lhe for necessario para o desempenho das suas atribuições...” para além de ser o responsável pelo estado estado sanitário da população ficando obrigado: “as visitas, exames e diligencias sanitarias, em que o seu concurso for exigido pelas mesmas auctoridades...”

Ao mesmo tempo que o “facultativo de partido” passa a ter um papel ativo e interferente em outros corpos do funcionalismo público, como sejam “fazendo os exames e inspecções das praças dos corpos de policia civil...”

Deste modo, poder-se-á mencionar que o último Código Administrativo da monarquia liberal conferia ao “facultativo de partido” um papel preponderante na estrutura do município mas também na própria estrutura do funcionalismo público, através da obrigatoriedade de responsabilização e de interferência nas decisões e deliberações respeitantes a outros corpos da administração pública.

Conclusão

Em conclusão, poder-se-á enunciar que a figura administrativa de “facultativo de partido” no seio da administração autárquica por força da legislação administrativa, no decurso do período liberal, evidenciou uma evolução positiva dos seus deveres para com as populações locais mas também com outras entidades.

A enumeração dos deveres de assistência aos mais carenciados e referenciados, assim como a vacinação e ajuda sempre e quando os poderes judiciais e policiais assim o necessitassem passam a ser a partir da década de noventa do século XIX uma realidade.

Note-se que por força da vontade política a sua autoridade fica subordinada ao poder político após a extinção do Conselho de Saúde Pública em 1868, sem que, no entanto, a especificidade do seu cargo municipal no campo da saúde pública seja posta em causa ao existir na legislação administrativa uma continuidade na proteção do seu cargo perante possíveis oscilações e mudanças políticas.

Porém, essa mesma vontade política leva os legisladores do último quartel de oitocentos a um maior controlo dos

“facultativos de partido” ao obrigar por via legislativa a residir e a prestar os serviços na área que lhes tinha sido destinada pelos municípios, com vista a uma melhor prestação de cuidados de saúde das populações.

Em conclusão, o “facultativo de partido” é um ator indispensável no seio do município liberal oitocentista português, legislado pelos diversos Códigos Administrativos nos seus deveres e direitos. Papel que os diversos legisladores oitocentistas nunca deixaram de considerar, preservar e atender como sendo de primeira linha no combate às epidemias e na assistência às populações no tocante à saúde pública.

Referências bibliográficas

Allamel-Raffin, Catherine e Alain Leplègue (2008) *Histoire de la Médecine*, Paris Dunod

Almeida, Pedro Tavares de (1995), *A construção do Estado Liberal, Elite Política e Burocracia na “Regeneração” (1851-1890)*, Tese Doutoramento em Sociologia Política, Lisboa FCSH-UNL

Almeida, Pedro Tavares de Paulo Silveira e Sousa (orgs.) (2015) *Do Reino à Administração Interna. História de um Ministério (1736-2012)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Ministério da Administração Interna

Amaral, Isabel (coord) (2010), *Percursos de Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge*, Lisboa, Edições CELOM

Diário do Governo

Diário de Lisboa

Ferreira, Gonçalves F.A. (1990), *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

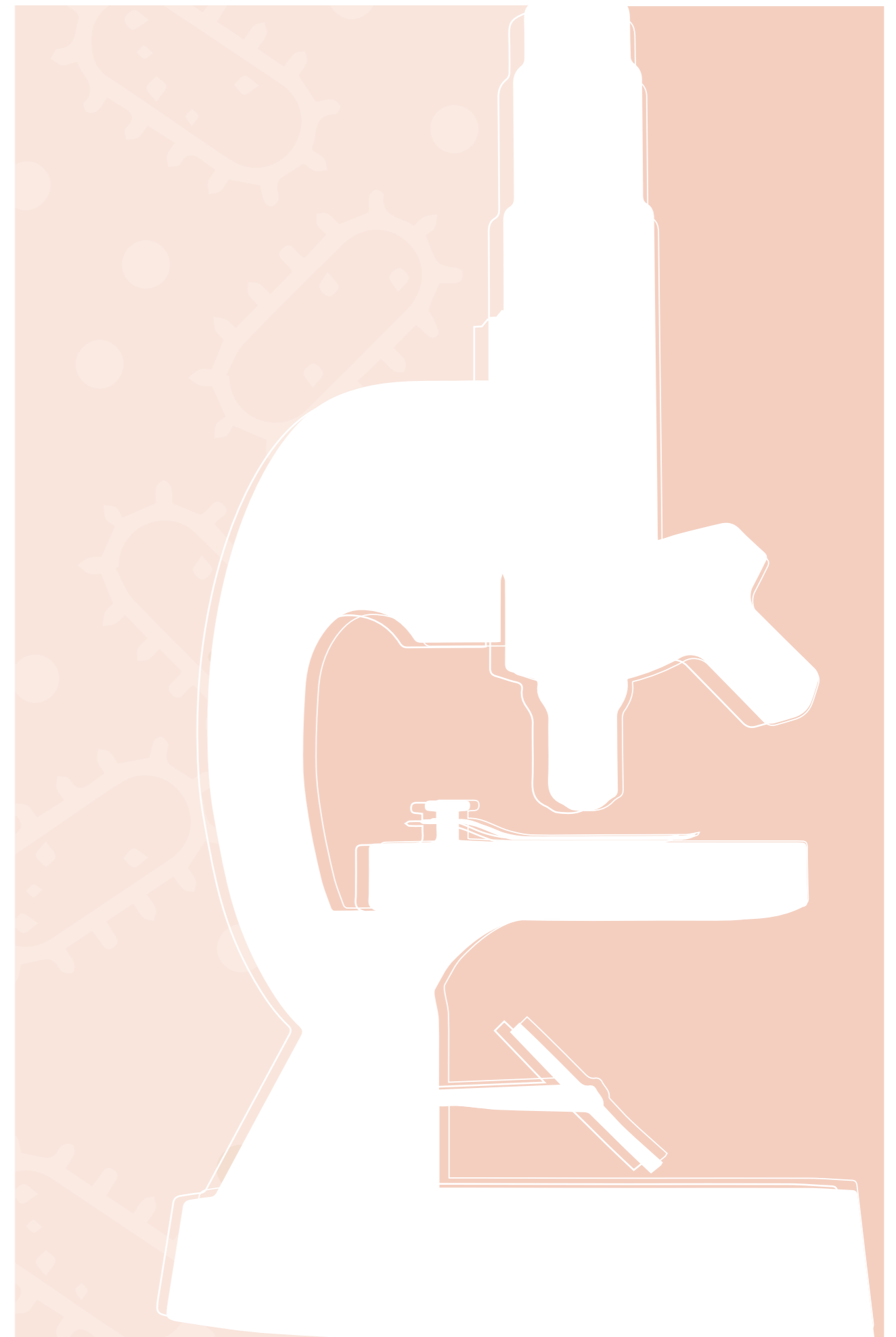
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s/d), vol. 20

Oliveira, César (dir) (1996), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa, Círculo de Leitores

Pina, Luís de (1966), "Um Centenário notável: liberdade do exercício clínico dos médicos-cirurgiões de Lisboa e Porto (1866-1966)", Separata de *O Médico* nº 760

Silva, Henrique Dias (2012), "Reformas Administrativas em Portugal desde o século XIX", *Jurismat*, nº1, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, Loulé

Vieira, Maria Benedicta Duque (2005), *A formação da Sociedade Liberal 1815-1851*, Lisboa, CEHCP-ISCTE

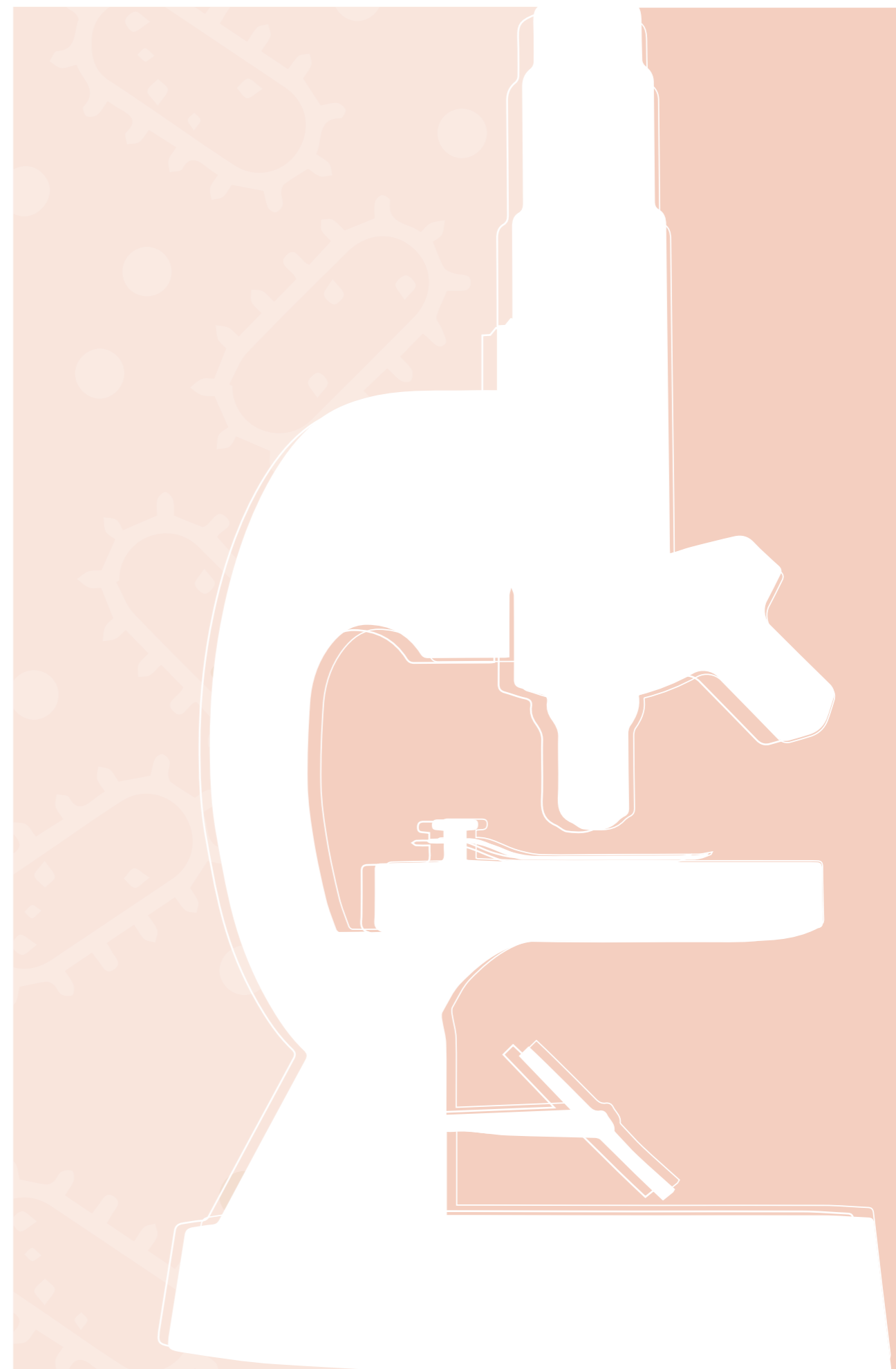




Abertura Simpósio



Encerramento do Simpósio





"Agradecemos ao sr. Ministro do reino a sua portaria, resolvendo enterramento dos ímpios nos cemitérios públicos. E dizemos – agradecemos – porque foram as Farpas a primeira voz que teve contra os escrúpulos e as resistências dos srs. eclesiásticos perante o cadáver dos imbeatos e dos indevotos, – um acento hostil. A portaria estatui:

Que haja no cemitério público, jazigo civil dos cidadãos mortos – um lugar para os corpos daqueles que, ou por dissidência de igreja como os protestantes, ou hostilidade de religião como os israelitas, ou por princípios filosóficos como os racionalistas – sejam incatólicos.

Fazer recolher estes cadáveres aos cemitérios – que o clero quereria afastar para as estrumeiras – é já um progresso moral, de bom senso, de dignidade civil e de positivismo higiénico.

A câmara municipal não vê almas, vê corpos: ora perante a morte nem todas as almas se celestiam, mas o que sabemos de positivo é que todos os corpos apodrecem – e os cemitérios são a supressão administrativa desta infecção fatal. Portanto cumpre à câmara vigiar que o transeunte, o vivo, o eleitor, o contribuinte, não seja prejudicado pelos miasmas – nem do ateu nem do devoto. E a sua obrigação civil é enterrar a putrefacção – sem indagar quais sejam as suas crenças religiosas ou as suas opiniões filosóficas. A Deus o que é de Deus, à câmara o que é da câmara. Deus escolherá e distinguirá as almas: a câmara dará igualmente aos corpos ateus e aos corpos beatos uma cova higiénica. Isto é o legítimo bom senso.

(...)

E à higiene, à polícia, à dignidade civil – e é o essencial – o que importa é que os corpos sejam enterrados nos cemitérios, e não atirados para os cantos dos quintais, o que era uma infecção ao vivo e uma degradação ao morto!"

Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas*, 4ª Edição, Ed. Principia, abril de 2013 (1871-1872), p. 349-350.



Ficha técnica

Edição:

Câmara Municipal de Loures
Departamento de Cultura, Desporto e Juventude
Divisão de Cultura
Unidade de Património e Museologia

Investigação e conteúdos:

Ana Cristina Farinha (Oliveira)
Ana Maria Diamantino Correia
Célia Pilão
Clarisse Martinho
Cláudia Conceição
Filomena Pereira
Helena da Silva
Hugo Soares
Isabel Amaral
José Abílio Coelho
José Luís Dória
Patrícia Moreno
Paula Pitacas
Pedro Rocha

Conceção gráfica e maquete:

Câmara Municipal de Loures
Divisão de Atendimento, imagem e Comunicação

ISBN:

978-972-9142-61-1

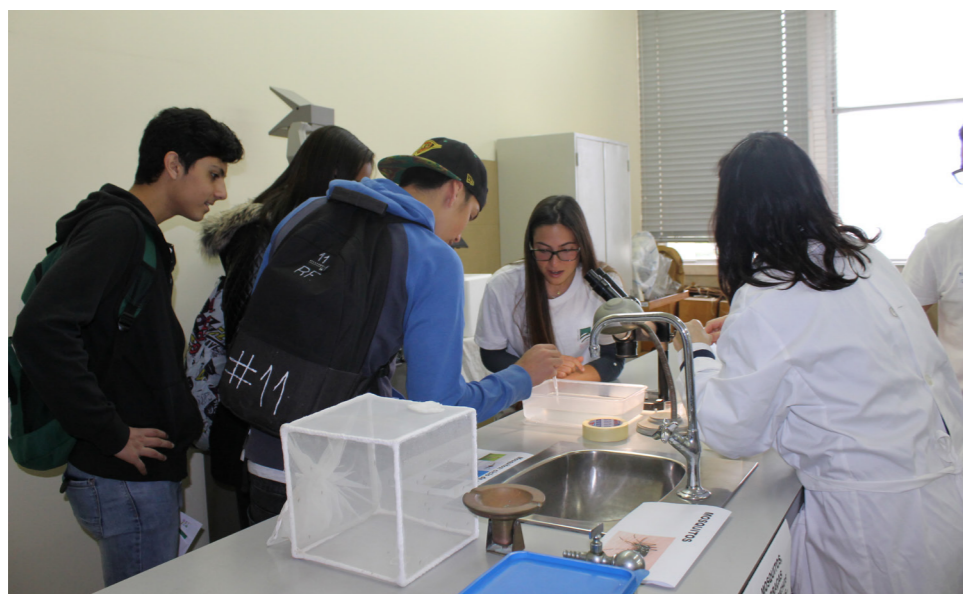
Dezembro 2021



Galeria















CM/L/DAIC/2021

**As
pessoas
são a nossa
marca**

www.cm-loures.pt

